

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUGLAS CHRISTIAN FERRARI DE MELO

ENTRE A PROPOSIÇÃO E A CRÍTICA: O
PARTIDO DOS TRABALHADORES E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO VILA
VELHA (1989-1996), VITÓRIA E CARIACICA
(1993-1996)

VITÓRIA
2007

DOUGLAS CHRISTIAN FERRARI DE MELO

ENTRE A PROPOSIÇÃO E A CRÍTICA: O
PARTIDO DOS TRABALHADORES E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO. VILA
VELHA (1989-1996), VITÓRIA E CARIACICA
(1993-1996)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Valter Pires Pereira

VITÓRIA
2007

DOUGLAS CHRISTIAN FERRARI DE MELO

ENTRE A PROPOSIÇÃO E A CRÍTICA: O PARTIDO DOS
TRABALHADORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM
EDUCAÇÃO. VILA VELHA (1989-1996), VITÓRIA E
CARIACICA (1993-1996)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ___ de _____ de 2007

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Roberto Leher
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.ª Dr.ª Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Márcia Barros Ferreira Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M528e Melo, Douglas Christian Ferrari de, 1980-
Entre a proposição e a crítica : o partido dos trabalhadores e as
políticas públicas em educação / Douglas Christian Ferrari de Melo. –
2007.
261 f. : il.

Orientador: Valter Pires Pereira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Partido dos Trabalhadores
(Brasil). 3. Educação. 4. Políticas Públicas. 5. Poder legislativo. 6.
Vereadores. I. Pereira, Valter Pires. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Dedico este trabalho a mim mesmo, pelo meu esforço, minha dedicação e perseverança.

Dedico-o também a todos os que acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

De forma especial, aos meus pais, Vera Lúcia e Aldemir Ferrari, pelos anos de dedicação e pelo empenho em criar para mim um clima propício à minha dedicação quase exclusiva aos estudos e ao desenvolvimento de minhas potencialidades.

Ao meu irmão, Marcos Adolfo, pelos muitos “toques” que me dá sobre a vida e pelas palavras de estímulo na hora em que mais precisei, durante a construção desta dissertação.

Ao meu amor, Amanda, que me ajuda com a sua companhia, relativizando com muita compreensão o meu nervosismo – normal para todos na escrita de uma dissertação –, pela significativa contribuição no desenvolvimento de um texto gramaticalmente correto, suave e concatenado.

A todos os depoentes, pela boa vontade com que me concederam as entrevistas, as quais me permitiram suprir as lacunas da história e a insuficiência de dados da documentação pesquisada.

A todos os funcionários militantes do PT, bem como aos funcionários das Câmaras Municipais de Vila Velha, Vitória e Cariacica, pela disponibilidade e pelo tempo que despenderam para colaborar na realização da pesquisa.

Aos novos amigos que fiz nesse curso, Nicélio Barros e Maria do Carmo, que me ajudaram no decorrer dos estudos e no início da pesquisa. Também ao amigo de velha data, Luiz Antônio Pinto, figura importante na minha formação, não só durante a graduação, mas principalmente nos momentos de fraqueza que me atingiram no final da empreitada, por acreditar em mim e confiar na minha capacidade.

Ao professor e militante Valter Pires Pereira, que me orientou, já pela terceira vez, em trabalho de pesquisa, por permitir, com seu “jeito baiano de ser”, que a relação formal professor-aluno, orientador-orientando se transformasse numa relação amigo-amigo.

E, finalmente, a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram e acreditaram em mim, particularmente, às pessoas especiais com quem “topei” pelos caminhos da vida.

“Entretanto o compadre aplicava-se a trabalhar na realização de seus intentos, e começou a ensinar o ABC ao menino; porém, por primeira contrariedade, este empacou no F, e nada o fazia passar adiante.”

Manuel Antônio de Almeida

RESUMO

Utilizando como base teórica os escritos do pensador italiano Antônio Gramsci, foi possível aferir que o vereador petista transitou entre duas características, ora o vereador era um ente coletivo, ora era um ente individual. Dessa forma, com exceção dos vereadores professores, os outros vereadores praticamente não se dedicaram à educação como um dos principais pontos de suas atuações, principalmente, na elaboração de projetos de leis. Acontece que os vereadores petistas na oposição mais realizam a função fiscalizadora do que a função primeira de legislar. Essa forma de atuação se deu entre outras coisas, por uma falta de prioridade para a educação, causada por: desconhecimento e/ou falta de base de apoio; constante e desfavorável correlação de forças que dificultava, e até desanimava, a apresentação de projetos. Por outro lado, os vereadores atuaram segundo uma lógica de esquerda e democrática. Portanto, o que foi constatado quando a temática da educação apareceu em projetos de autoria dos vereadores de

outros partidos, os vereadores petistas não hesitaram em apoiar, evidenciando o inconsciente coletivo. Devemos considerar a importância do indivíduo na política, parafraseando Plekhânov. A partir da pesquisa, sugerimos que o partido mude a sua forma de atuação, pois uma das grandes dificuldades é a falta de políticas públicas elaboradas e sistematizadas que realmente representem o partido. Muitas vezes a ausência de políticas públicas pode ser sinal da falta de discussões internas como participante da oposição. Sendo assim, os chamados Setoriais poderiam ser resignificados. Hoje tais grupos estão divididos em categorias social e profissional (sindical, juventude, agrário, mulher), mas poderiam ser reordenados segundo as diversas áreas das políticas públicas: educação, saúde, segurança pública, entre outros.

Descritores: Partido dos Trabalhadores; Políticas Públicas; Educação; Legislativo; vereadores.

SUMMARY

Antônio Gramsci provided the theoretical basis for this research which concluded that Worker's Party councilman passed from a collective being to an individual one. Thus, most Worker's Party councilmen, except for those who were educators, did not consider the education one of their main issues – mainly during the elaboration of their law projects. This so happens that when Worker's Party councilmen due to their opposing situation, end up fiscalizing more than legislating. This is the result of not having education as a priority action caused by lack of knowledge and/or support. Another reason was the *correlation of forces* that made the project presentation really difficult, and even sometimes discouraging. In other hand, the councilmen acted according to left and democratic way. Therefore, whenever that were project concerning education appeared in the project by the other party councilmen, those who belong to Worker's Party did not hesitate to support it, showing clearly in this attitude the collective unconscious.

Paraphrasing Plekânov, we should to consider the importance of individual in politics. Considering this research, we suggest that the party changes its way of actuating, since that one of huge difficulties is the fact there are not public policies, elaborated and systematized, which really represents the party. Most times, this absent of public policies can be a sign of no internal discussions as an *opposing* group. So, the groups called Setoriais could be resignified. Nowadays, those groups are divided in social and professional categories (trade union, youth, agrarian, woman), however it could be reorganized according to different areas of public policies: education, health, public security, among others.

Keywords: Worker's Party; Public Policies; Education; Legislature; councilmen

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
CAPÍTULO 1	29
GRAMSCI: UM ESTUDO DOS CONCEITOS E PENSAMENTOS	29
1. 1 A BIOGRAFIA DO PENSAMENTO.....	29
1.2 HEGEMONIA ENQUANTO DIREÇÃO E CONSENSO.....	41
1.2.1 Sociedade Civil: um lugar de conflitos e competições.....	44
1. 2.2 Aparelhos Privados: uma escolha involuntária.....	47
1. 2.3 Ideologia: “cimentando a unidade de uma formação social”.....	48
1.2.4 Nova Hegemonia: a cultura como necessidade política.....	50
1.3 PARTIDO POLÍTICO: O INTELLECTUAL COLETIVO.....	51
1. 3.1 O PT não é um partido gramsciano?.....	53
1. 4 CORRELAÇÃO DE FORÇAS.....	56
1.4.1 Estado como Condensação da Relação de Forças.....	57
1 4.2 Transposição para o Cenário da Câmara.....	58
1. 5 O LEGISLADOR.....	60
1. 5.1 Legislador como Intelectual Orgânico.....	62
CAPÍTULO 2	64
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CORTE SOCIAL: A EDUCAÇÃO	64
2.1 O CONCEITO.....	64
2.2 BREVE HISTÓRICO DO “SOCIAL” NO MUNDO E NO BRASIL.....	67
2. 2. 1 Origens pelo mundo.....	67
2. 2.2 Histórico no Brasil: a mudança de enfoque.....	69
2. 2.3 O “social” como um problema.....	72
2. 3 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: UM DEBATE DE VISÕES OPOSTAS.....	73
2.3.1 O Pensamento Democratizante.....	74
2.3.2 O Banco Mundial e as Implicações na Educação Brasileira.....	74
2.3.3 Além da construção de escolas.....	76
2. 4 DESCENTRALIZAÇÃO: OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA.....	77
2. 4.1 Um movimento de passos e contra-passos.....	80
2. 4.2 A descentralização por si só não promove a democracia.....	85
2. 5 GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ATAQUE A VERTICALIZAÇÃO DE PODER.....	86
2. 5.1 Participação popular: uma nova relação Estado/sociedade.....	88
2. 5.2 Uma forma de participar: eleição direta para diretor.....	89
2. 5.3 Outra forma de participar: conselhos.....	90
2. 5.4 Na prática: desafios, dificuldades e incertezas.....	91
2. 6 MUNICIPALIZAÇÃO: UM ATO POLÍTICO OU SIMPLES TRANSFERÊNCIA TÉCNICA?.....	93
2. 6.2 A história de uma tentativa.....	95
2. 6.3 Um caminho tortuoso: a municipalização realizada de forma autoritária.....	98
2. 7 A INTERLOCUÇÃO DAS TEMÁTICAS.....	100

CAPÍTULO 3	104
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	104
3.1 MOACIR GADOTTI: A EDUCAÇÃO COMO SISTEMA.....	105
3.1.1 Pedagogia dialética: uma perspectiva de classe	106
3.1.2 A autonomia para uma gestão democrática.....	107
3.2.3 Descentralização e municipalização: o sucesso vem pelo regime de colaboração.....	110
3.2 PAULO FREIRE : A EDUCAÇÃO COMO MÉTODO.....	111
3.2.1 Educação popular e a “ação cultural”: a superação do senso comum.....	112
3.3 O DITO: A EDUCAÇÃO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	114
3.3.1 “A educação como ato político”	114
3.3.2 Modo Petista de Governar: inversão de prioridades e participação popular	116
3.3.3 Democratização do acesso: a proposta da gratuidade ativa.....	119
3.3.4 Democratização da gestão: participação e conquista da hegemonia	120
3.3.5 Reforma educacional: descentralização sem a municipalização	123
3.3.6 Uma nova qualidade de ensino: a solidariedade de classe	127
3.4 OS DESTAQUES.....	129
 CAPÍTULO 4	 132
O DITO FOI FEITO?	132
4.1 O MUNICÍPIO DE VILA VELHA.....	133
4.1.1 Preparando o terreno.....	133
4.1.2 Legislatura de 1989 a 1992.....	134
4.1.3 Legislatura de 1993 a 1996.....	145
4.2 UM CAPÍTULO À PARTE: O CONTRAPONTO.....	156
4.2.1 João Pedro (1993-1996): a luta pela qualidade da educação.....	158
4.2.2 Helder Salomão (1993-1996): a presença do sindicato da educação na Câmara	162
4.3 ANÁLISE GERAL COMPARATIVA	164
4.3.1 A profissão e ação política definem a atuação parlamentar?.....	165
4.3.2 Fiscalizar como foco: “era o que nos restava”	167
4.3.3 Ideologicamente, eles sabem o que querem	168
4.3.4 Descobertas por um acaso	169
 CONCLUSÃO	 172
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	175
ANEXOS	176

INTRODUÇÃO

Combinar, mesclar, juntar são palavras fáceis de entender, mas difíceis de se tornarem realidade na prática. Lembremos a união dos rios Solimões e Negro, que formam o maior rio do mundo: o Amazonas. Eles encontram-se, mas correm separadamente, por cerca de 100 km, até se tornarem um só. Assim como a combinação dos rios é difícil, a inter-relação de idéias provenientes de diversas áreas do conhecimento que nos propomos estudar também o é. Estamos mesclando, no mesmo trabalho, estudos sobre partidos políticos, administração e políticas públicas em educação. Como no exemplo dos rios, sabemos que a união demora a acontecer, mas que essa interseção existe e pode chegar a resultados de sucesso.

Desde já, queríamos destacar que o tema de nossa análise está relacionado a personagens um tanto esquecidas pela historiografia recente: os vereadores, a Câmara Municipal, a política local.

Esta dissertação tem como objeto o estudo comparativo da atuação do Partido dos Trabalhadores (PT), pelo desempenho de seus vereadores, em situação de oposição, nas câmaras municipais de Vila Velha, Vitória e Cariacica, especialmente quanto às políticas públicas sociais para a educação.

Como aporte teórico, optamos por Antônio Gramsci, pelas renovações que ele introduziu na teoria marxista, não só pela ampliação do conceito de Estado, mas também pelo destaque dado à cultura, evidenciando, inclusive, a interação entre o pedagógico e o político. Além disso, as considerações teóricas sobre educação e política apresentadas por intelectuais de grande influência dentro do PT, como Moacir Gadotti, Paulo Freire e Carlos Nelson Coutinho, são fundamentadas nos textos desse teórico marxista italiano. Esses são assuntos de que tratamos no primeiro capítulo.

O segundo capítulo é dedicado a breve abordagem do tema políticas públicas, definindo-as como políticas públicas sociais e destacando quatro eixos importantes que se apresentaram no debate da época: a descentralização, a municipalização, a gestão democrática e a democratização do acesso.

O terceiro capítulo trata da teoria político-pedagógica do PT em âmbito nacional, com base em dois parâmetros: o primeiro consiste nos escritos relativos à educação, elaborados por intelectuais de projeção nacional, como Paulo Freire e Moacir Gadotti; o segundo consiste na análise dos documentos oficiais gerados pelo Partido, nos quais estão reunidas as resoluções tomadas nos encontros e congressos, as propostas de campanhas eleitorais e demais textos e documentos complementares produzidos pela Comissão Nacional de Assuntos Educacionais (CAED), seção setorial do PT dedicada à educação.

O quarto capítulo é dedicado ao estudo de casos concernentes aos vereadores dos municípios de Vila Velha, Vitória e Cariacica. A peculiaridade do capítulo é estabelecer uma correlação entre o *dito* e o *feito*. Compreende entrevistas realizadas por meio de roteiros pré-elaborados, com três vereadores importantes das legislaturas estudadas – Domingos Taufner e Ana Rita Esgário, de Vila Velha, e Helder Salomão, de Cariacica – e a senhora Arlete Pereira, que, na ocasião era a assessora do vereador João Pedro, do município de Vitória, já falecido. Como *feito*, analisaremos os diversos tipos de leis e suas variáveis, a saber: os processos de tramitação, os projetos de leis aprovados ou não, os boletins de votação e as atas das sessões das votações das principais leis para a área educacional. Serão também analisadas documentações produzidas pelas Câmaras e pelos vereadores petistas e de outros partidos. Nesse processo, pretendemos verificar o cumprimento das funções legislativas (iniciativa de leis) e fiscalizadoras (fiscalização e controle dos atos do executivo) dos vereadores petistas com relação à política de educação municipal.

Escolhemos essas delimitações temporais por dois motivos. Por um lado, o período compreende o intervalo entre os debates da Constituinte, em 1987-1988, e os debates da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, marcados pela redefinição do Estado e pela reforma educacional, com destaque para a municipalização; por outro, oferece a oportunidade de se verificar a prática política específica dos vereadores petistas no decorrer desses oito anos.

O processo de municipalização das políticas públicas sociais fez parte de um quadro maior de descentralização das responsabilidades do Estado. No entanto, os municípios encontravam-se em situação de crise fiscal, com conseqüências negativas para o financiamento da educação: tratava-se da centralização dos recursos na União, em cerca de 55,0%, agravada pelas medidas que

prejudicaram a arrecadação, como a extinção do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustível (IVVC).¹

A nova política educacional foi parte integrante dessa transformação, que marcou a redefinição do Estado neoliberal, e compreendeu um processo de reforma para atender às novas demandas do mercado e ao novo paradigma, o Toyotismo.²

São motes dessa reforma educacional temas, como a flexibilização, a descentralização, a autonomia, a qualidade total, entendida como produtividade, o combate ao analfabetismo, a democratização do acesso e a terceirização de serviços.³

Segundo Bresser Pereira, que foi chefe do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), em 1995, o objetivo seria a promoção da publicização, isto é, a transferência dos serviços sociais, inclusive a educação, para o setor público não estatal – ONGs, entidades filantrópicas, casas comunitárias.⁴

Os vereadores têm, entre outras, duas funções destacadas: a função legislativa e a função fiscalizadora. A primeira é a função parlamentar primordial: apresentar projetos de lei, acompanhar a tramitação, fazer a discussão em plenário e votar a redação final,⁵ mesmo que essa função seja dividida com o prefeito na inter-relação de poderes.⁶

¹PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 52. Esse valor é a média dos anos de 1990, conforme citado por Versano (1997) e Meneguetti (1998). Além da média da União, encontramos a média dos estados (28,5%) e dos municípios (16,6%).

²ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernandes, PARO, Vitor (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 21. Modelo surgido no Japão, na fábrica da Toyota, em substituição ao Taylorismo e ao Fordismo, que prima pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas. São características básicas do Toyotismo: produção muito vinculada à demanda, produção variada e heterogenia, trabalho operário fundamentado na multivariada de funções. A qualidade passa a ter um papel de relevância no processo produtivo.

³VIEIRA, Sofia L. Políticas internacionais e educação: cooperação ou intervenção? In: DOURADO, Luiz Fernandes, PARO, Vitor (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 70-73.

⁴PERONI, 2003, p. 61.

⁵SAFFI, Aurélio. **O poder legislativo municipal**. Bauru: Edipro, 1994. p. 47.

⁶SANTANA, Jair Eduardo. **Competências legislativas municipais**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 85-86.

O único autor que não concorda com essa afirmativa é Jair Eduardo Santana. Tanto em **Competências legislativas municipais** quanto em **Tratado teórico e prático do vereador**, o autor diz acreditar que a Câmara seja um somatório de funções. Citando-o neste último livro: “Aliás, talvez, a função legislativa nem seja mesmo – no presente momento – a mais importante”. E continua: “Não nos é lícito dizer, nos dias atuais, que a função legislativa

É natural que a oposição se empenhe na fiscalização e na crítica, mas é de se esperar que também proponha soluções para a superação das críticas.

Como bem definido por Jair Santana, a lei municipal: “[...] é um preceito obrigatório e comum, emanado da Câmara de Vereadores, e provido de sansão”.⁷ Seu campo de ação restringe-se ao município, respeitada a legislação superior (constituições estadual e federal, regulamentações, entre outras) nas atribuições de competência.

No estudo das leis municipais, devemos ater-nos a três questões interligadas: primeiro, a quem cabe a iniciativa de determinada lei: quais são as matérias exclusivas do prefeito, quais as da Câmara, e quais as de iniciativa simultânea do prefeito, da Câmara e da população;⁸ segundo, a quem foi atribuída a competência para legislar e deliberar sobre determinado campo; terceiro, quais os assuntos referentes ao interesse local, que a lei municipal deve observar em conformidade com o que diz a Constituição de 1988.

A competência está vinculada à outorga de poder e ao preestabelecimento de matérias a um determinado órgão.⁹ Quanto à competência legislativa, essa consiste na “[...] capacidade de estabelecer normas sobre determinada matéria”.¹⁰

Cabe ao município, no caso à Câmara, legislar sobre assuntos de interesse local. Porém, por mais vago que seja o conceito, ele oferece elasticidade para mudanças de espaço e tempo. Devemos entendê-lo por meio da questão da preponderância de interesses (não como sinônimo de exclusivo ou peculiar), visto que os assuntos de interesse local também podem ser de interesse intermunicipal, estadual e/ou federal. Afirma Celso Bastos: “Os interesses locais dos municípios

seja preponderante à função fiscalizadora, ambas exercidas pela Câmara Municipal. [...] Daí ser mais correto dizer apenas que muito importante para o desenvolvimento e progresso local é a função fiscalizadora da Câmara”

⁷ SANTANA, 1998, p. 30.

⁸ LEMOS, Fábio. **O poder do vereador**. São Paulo: RG editores, 1997. p

Nessa obra, Lemos define iniciativa como “[...] o ato de apresentação do próprio projeto, feito por quem tem a capacidade e competência para tanto. É o exercício do direito de formalizar uma proposição e submetê-la a votação”.

⁹ SILVA, apud SANTANA, 1998, p. 78. Cf. SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. Local: Editora, 1990. p. 428.

¹⁰ SANTANA, 1998, p. 79.

são os que entendem imediatamente com as suas necessidades imediatas e, indiretamente, em maior ou menor repercussão com as necessidades gerais”.¹¹

A lei, em seu aspecto mais abrangente, em termos tanto de espaço quanto de aplicação, é um dos fatores mais importantes para a organização do consentimento das classes dominadas. Por vezes, tais classes encontram na lei um espaço de exclusão (o lugar que devem e não devem ocupar). Mas a lei também organiza e decreta direitos reais impostos pelas lutas das classes dominadas.

Posto isso, tentaremos responder aos seguintes questionamentos: Quais as críticas e proposições feitas pelo Partido em relação à educação? Como refletiu nos vereadores petistas locais a importância dada à educação pelo PT nacional? Qual foi a repercussão, em Vila Velha, da gestão municipal petista em Vitória? Qual a sintonia entre os vereadores petistas e o debate sobre a reforma educacional quanto à municipalização? Como se deu a prática dos vereadores dos respectivos municípios na política setorial destacada?

¹¹ BASTOS, apud SANTANA, 1998, p. 119 Cf. BASTOS, Celso. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1989..

CAPITULO 1

GRAMSCI: UM ESTUDO DOS CONCEITOS E PENSAMENTOS

1. 1 A BIOGRAFIA DO PENSAMENTO

Gramsci conduziu sua vida política com brilhantismo. Seus textos jornalísticos, publicados no *L'Ordine Nuovo* e no *Avanti*, foram escritos com esmero e muita perspicácia. Antes de ser encarcerado pela polícia fascista, concluiu a obra intitulada *Alguns Temas da Questão Meridional*. Na prisão, continuou sua prática intelectual, escrevendo aquela que seria sua obra mais famosa – os escritos fragmentados reunidos posteriormente em uma coleção chamada *Cadernos do Cárcere*.

Trata-se de um intelectual que teve em seus textos, livros ou resenhas a marca muito presente do contexto em que viveu, combinando as atividades política e intelectual.

Antes de refletirmos sobre os fundamentos teóricos e alguns conceitos, faz-se necessário indagar: Quem foi Gramsci? Em que contexto Gramsci escreveu? As respostas a essas perguntas são importantes, pois nos ajudarão a entender os significados dos conceitos por ele introduzidos ou aprofundados na teoria política contemporânea.¹²

Gramsci nasceu em 1891, na ilha da Sardenha, região pobre da Itália. Desde muito cedo, aprendeu a viver nas condições difíceis em que viviam as camadas mais baixas da população italiana. Com apenas oito anos de idade, passou a morar com a mãe e sete irmãos, após afastar-se

¹² Cf. ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

do pai, que havia sido preso. Nessa ocasião, uma grave doença, espécie de tuberculose óssea, o afligiu, deixando-o corcunda. Entre treze e catorze anos, foi obrigado, pelas difíceis condições materiais em que vivia sua família, a deixar os estudos e a trabalhar em uma repartição pública.

Nesse período, a Itália vivia uma situação política extremamente conturbada. Sua unificação só se completou sob o comando do Reino Piemontês, dez anos antes do nascimento de Gramsci. Muitos territórios italianos estavam anexados ao Império Austríaco. Com o apoio da França, Emanuel II, rei de Piemonte, e Camilo Cavour, seu primeiro ministro, em 1859 declararam guerra à Áustria e conseguiram a anexação da parte norte do território italiano e de parte do Estado Pontifício. Pelo lado sul, a unificação foi levada a cabo por Giuseppe Garibaldi que, em 1860, partiu de Piemonte para conquistar o Reino das Duas Sicílias. Para a unificação tornar-se completa, faltava ainda a conquista de Roma, região central do Estado Pontifício, o que só ocorreria dez anos mais tarde (1870), por obra de Garibaldi. A recusa do Papa em aceitar a autoridade de Emanuel II provocou graves conflitos entre a Igreja Católica e a recém-criada “nação” italiana.

A unificação foi um processo complexo, por vezes contraditório, que marcou a história posterior da Itália. O próprio Gramsci, anos mais tarde, analisou:

De um lado, a tradição de uma certa autonomia tinha criado uma burguesia audaz e cheia de iniciativa, e existia uma organização semelhante à dos outros Estados da Europa, propícia ao posterior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Do outro, as administrações [...] da Espanha e dos Bourbons nada tinham criado: não existia burguesia, a agricultura era primitiva e sequer bastava para atender ao mercado local.¹³

A unificação resultou de uma articulação de grupos sociais desiguais e de equilíbrio instável, sob a liderança da burguesia liberal moderna, do norte, em aliança com os grandes proprietários do

¹³ GRAMSCI, apud DIAS, 2000, p 57 DIAS, Edmundo. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 57. Cf. GRAMSCI, Antônio. **Il mezzogiorno e la guerra**. In: _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p 67-69

sul.¹⁴ A unificação era um desejo da burguesia nortista, que necessitava estreitar as relações de troca entre os múltiplos Estados regionais. Esse processo “[...] subjugou o campo à cidade industrial e subjugou a Itália central e meridional à Itália do norte”.¹⁵ Para assim proceder, Estado não abriu mão da centralização de atos de violência, uma ditadura do norte sobre o sul.

Os camponeses da ilha de Sardenha, em sua maioria, foram os que mais sofreram. A questão meridional, da qual falaremos mais tarde, nasceu junto com a unificação italiana.

Foi nesse contexto que Gramsci conseguiu concluir seus estudos secundaristas. Por meio do jornal *Avanti!*,¹⁶ que seu irmão lhe enviava de Turim, veio a ter os primeiros contatos com as idéias socialistas. Na cidade de Cagliari, ainda na Sardenha, passou a freqüentar as reuniões do movimento socialista local.

Seus primeiros escritos, que datam de 1910, foram publicados em um jornal local que abordava o tema da união sarda. Nesse mesmo ano, conseguiu uma bolsa para estudar em Turim, onde se matriculou na Faculdade de Letras.

Naquela época, Turim era uma grande cidade industrial, de concentração operária acentuada, em sua maioria de origem camponesa.¹⁷ Ali as agitações e greves se sucediam.

No início da Primeira Guerra Mundial, a cidade poderia ser comparada a um grande arsenal a céu aberto.¹⁸ É o próprio Gramsci que nos dá uma boa definição da cidade em que passou a viver e onde teve grande atividade política. Turim era marcada pela

[...] multiforme operosidade de suas categorias sociais, que se agitavam vertiginosamente na luta pela produção, pelo comércio, pelas suas ideologias políticas. Turim podia ser comparada a um verdadeiro mini-organismo estatal.¹⁹

¹⁴ COUTINHO, Carlos N.elson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 66.

¹⁵ GRAMSCI, apud DIAS, 2000, p 140 Cf. GRAMSCI, Antônio. **Il Congresso de Livorno, L'ordi Nuovo** In: _____ . **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 2 p. 97-99

¹⁶ Jornal do órgão central do Partido Socialista Italiano.

¹⁷ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 213, 3 v.

¹⁸ DIAS, 2000, p. 251-252.

Dois assuntos estão muito presentes em todos os seus escritos, principalmente os da juventude: a *questão meridional* e o combate ao *economicismo* e ao *antipositivismo* (determinismo vulgar) dentro do pensamento marxista.

A questão meridional rendeu-lhe o único texto sistematizado sob o título *Alguns temas da questão meridional*, justamente no momento de sua prisão. O autor chamou de *questão meridional* o problema da terra, subseqüente à unificação italiana, quando a burguesia do norte, aliada aos grandes proprietários do sul, acabou por impor sua dominação a todo o território italiano.²⁰ Para Gramsci, essa desigualdade entre o sul e o norte deu-se pelo desenvolvimento e pela hegemonia capitalista do norte em detrimento da situação do sul. O sul, menos desenvolvido economicamente, funcionou como colônia a ser explorada pela burguesia do norte.²¹

Para resolver o problema, Gramsci propôs uma verdadeira unificação, na verdade, uma aliança de classe: “[...] a burguesia unificou territorialmente o povo italiano; a classe operária tem a tarefa de unificar econômica e espiritualmente o povo italiano”.²²

Essa aliança da classe operária do norte dar-se-ia com os camponeses do sul. É o que ele chamou de “bloco histórico”.²³ Operários e camponeses deveriam unir-se para transformar a produção e o

¹⁹ .GRAMSCI, apud DIAS, 2000, p. 88 .Cf. GRAMSCI, Antônio. **Prelúdio**. In: _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 41-43

²⁰ DIAS, 2000, p. 243-244.

Vários escritores italianos de diversas correntes, que podemos classificar como 1) conservadora-liberal, 2) liberal e 3) socialista, já escreveram sobre essa questão. Gramsci adere à terceira corrente.

²¹ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 67.

²² GRAMSCI, apud DIAS, 2000, p. 235.Cf. GRAMSCI, Antônio. **Lo Stato operário**. In: _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 250-257

²³ Não trataremos desse assunto na dissertação, pois não faz parte dos conceitos importantes para o tema. Mas vale a referência a um bom livro sobre o assunto. Cf. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Estado italiano. “A separação cidade-campo tornou possível a dominação da burguesia italiana: a unidade cidade-campo tornará possível o Estado proletário na Itália”.²⁴

Em todos os seus escritos após a juventude, época em que participou efetivamente do Partido Socialista, esteve presente a luta contra o *determinismo* vulgar, que havia tomado parte da ideologia do Partido.²⁵ O determinismo combinava um culto ao cientificismo com uma interpretação estritamente evolucionista e economicista do marxismo (tese dominante durante a Segunda Internacional, sob influência do filósofo alemão Karl Kautsky). Por essa ideologia referendava-se a prática política do imobilismo, do fatalismo e do “etapismo” dentro do Partido Socialista Italiano (PSI).

Dentro do Partido formaram-se dois grupos. De um lado, os maximalistas, que se limitavam a esperar a “hora mais propícia”, o “grande dia”. De outro, os reformistas, que se contentavam com as fracas reformas introduzidas pelo Estado enquanto não chegavam ao socialismo.

Mas o que já começava a ganhar a atenção dentro do pensamento de Gramsci era o *elemento libertador*, que se traduzia na importância do papel da vontade, da ação e da cultura na transformação do real.²⁶

Já na juventude, Gramsci estava convencido de que:

Toda a revolução foi precedida por um imenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de idéias em grupos de homens antes refratários e que só pensavam em resolver dia-a-dia, hora a hora, para si mesmos, seus próprios problemas econômicos e políticos.²⁷

²⁴ DIAS, 2000, p. 153

²⁵ O conceito de determinismo aparece para designar uma *causalidade inevitável*, ou seja, a conexão entre os fatos levará, infalivelmente, a um resultado determinado. Atualmente, o conceito sofreu uma radical transformação, passando a designar conexões *condicionadas e previsões prováveis*. Cf. BOTTOMORE, Tom B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

²⁶ COUTINHO, 2003, p. 11.

²⁷ GRAMSCI, apud COUTINHO, 2003, p. 18. Cf. GRAMSCI, Antônio **Socialismo e cultura**.

Foi quando propôs a fundação, em 1917, de uma associação cultural socialista dentro do PSI, que recebeu o nome de “Clube da Vida e da Moral”. Esse Clube tinha por objetivo a educação moral e cultural dos jovens socialistas. Era preciso educar para superar o individualismo e adquirir a consciência da solidariedade.

A importância dada à cultura não finalizou com a fundação dessa associação cultural. Em abril de 1919, juntamente com outros socialistas, lançou o *Semanário Cultural Socialista*, mais conhecido como jornal *L'Ordine Nuovo*. O objetivo era o mesmo: a criação e difusão da cultura socialista.

Foi o cenário relacionado com a importância do controle operário nas fábricas de Turim que mudou a linha editorial do Jornal. Houve uma necessidade de transposição da batalha teórica para a ação política concreta. Num artigo de 1920, intitulado *Il Programma de'Il Ordine Nuovo*, Gramsci mostrou a existência, dentro do operariado, de um germe de seu governo, as Comissões Internas (CI), algo parecido com o soviete russo.

Criadas em 1906, as CIs nunca foram bem aceitas pelos empresários, nem pelos sindicalistas. Elas funcionavam como representação operária dentro da própria fábrica. Para os empresários, era “uma pedra no sapato”; para os sindicalistas, a forma de retirar a sua representação, mesmo que os dirigentes devessem ser, obrigatoriamente, sindicalizados. Na verdade, essas comissões não tinham autonomia suficiente. E era justamente isso que Gramsci pretendia modificar. Ele pretendia transformar as CIs em *Conselhos de Fábricas*, elevando o trabalhador à condição de produtor. Isso distinguiria os *conselhos* dos sindicatos, atrelados à sociedade capitalista como organismos que lutam prioritariamente por melhores salários.²⁸

Em *Sindicati e Consigli*, Gramsci vê nos Conselhos de Fábricas o modelo do Estado socialista, resultante da articulação de vários conselhos num comitê central.

As teses de Gramsci tiveram grande aceitação entre o operariado de Turim, chegando, ao mesmo tempo, em 1920, ao clímax e ao fracasso. Em abril desse ano, os operários de Turim entraram em greve, movimento que ficou conhecido como a greve dos “ponteiros”, comandada pelo grupo do *L'Ordine Nuovo*. Essa greve passou de uma vitória inicial para um desastre final, pelo seu

²⁸ COUTINHO, 2003, p. 30-31.

isolamento político, causado, principalmente, pelas acusações e pela falta de apoio do PSI e dos sindicatos.²⁹

A Primeira Guerra Mundial desenrolava-se no continente europeu, promovendo uma série de desdobramentos políticos. Gramsci já percebia, em 1917, que a Guerra trazia um novo hábito: “[...] o de não temer um fato novo; primeiro, porque pior do que está não pode ficar, depois, porque se está convencido de que virá o melhor”.³⁰

A Revolução Russa de 1917 determinou “[...] um desencadeamento de forças demoníacas, incontroláveis e incapazes de serem dominadas por parte da classe dirigente burguesa”.³¹ Além disso, a Guerra também modificou a relação das forças sociais. Mudaram-se as articulações de classes e a formas de ações políticas. Acompanhando a expansão da burguesia, o Estado ampliou seu alcance à sombra da Liga das Nações, criada após a Guerra, como “organização burguesa mais útil”, versão contrária da Internacional Comunista.³² Por meio da Liga, fortaleceram-se o imperialismo e a centralização capitalista.

No cenário nacional italiano, em 1919 o PSI estava dominado pelos reformistas, por uma confusão ideológica e pela ausência de uma direção, fracionada internamente. O PSI deixou de ser uma vanguarda revolucionária, para se tornar mais um partido parlamentar, mantendo-se no limite da democracia representativa. Em outras palavras: a questão central estava na incapacidade de o PSI guiar os subalternos – na terminologia gramsciana – para o processo revolucionário. O verbalismo radical não se transportaria para a prática política.

²⁹ Ibid., p. 36.

Nos Cadernos, ele faz uma avaliação: “[...] o movimento turinense foi acusado simultaneamente de ser ‘espontaneísta’ e voluntarista’. A acusação contraditória, uma vez analisada, mostra a fecundidade e a justeza da direção que lhe foi impressa. Essa direção não era abstrata [...], não confundia a política, a ação real, com a investigação teórica; ela se aplicava a homens reais, formados em determinadas relações históricas, com determinados sentimentos, modos de ver, fragmentos de concepções de mundo, etc., que resultavam das combinações ‘espontâneas’ de um dado ambiente de produção material, com a reunião ‘casual’, nele, de elementos sociais díspares”.

GRAMSCI, 2003, p. 196.

³⁰ GRAMSCI, apud DIAS, 2000, p. 87. Cf. GRAMSCI, Antônio. **L’ orologiaio** In: _____. **Escritos políticos**. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 107-110

³¹ GRAMSCI, apud DIAS, 2000, p. 120. Cf. GRAMSCI, Antônio. **Uno sfacello ed uma genesi**. In: _____. **Escritos políticos**. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 61-64

³² GRAMSCI, apud DIAS, 2000, p. 110. Cf. GRAMSCI, Antônio. **Programa socialista di pice?** . In: _____. **Escritos políticos**. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 90-99

Foi a partir dessa situação e da falta de apoio na greve dos “ponteiros” que Gramsci escreveu dois artigos fundamentais para a crítica ao PSI e posterior ruptura com o Partido, o que resultou na fundação do Partido Comunista Italiano (PCI).

No primeiro artigo, antes do movimento grevista, sob o título *Per un rinnovamento del Partito Socialista*, Gramsci pedia a expulsão dos reformistas e dizia acreditar ainda em converter o PSI em um partido comunista de vanguarda, que deveria

[...] encarnar a vigilante *consciência revolucionária* de toda a classe explorada. A sua tarefa era concentrar em si a atenção de toda a massa [...], conquistar a fé permanente de toda a massa de modo a tornar-se o seu guia e a sua cabeça pensante.³³

No segundo artigo, escrito após o fracasso da greve sob o título *Il Partito Comunista*, estava a orientação para a cisão com o PSI. Gramsci conclamava os subalternos, especialmente os camponeses pobres, a saírem de sua letargia: “[...] não querem ser mais massa de manobra passiva para a realização dos interesses dos médios e grandes proprietários [...]”.³⁴ Do lado proletário, o problema situava-se internamente: na preguiça, na ignorância e na obscuridade do partido que o representava. Assim entendia o Partido nesse momento:

Na verdade, esse partido socialista, que se proclama guia e mestre das massas, não é outra coisa senão o pobre tabelião que registra as operações realizadas espontaneamente pelas massas; este pobre partido socialista, que se proclama chefe da classe operária, não é senão obstáculo para o exército proletário.³⁵

Nessa passagem fica claro: não era o Partido, naquele momento, a vanguarda da “classe operária” na luta revolucionária, ao contrário, sua base social é que era a vanguarda do Partido.

³³ GRAMSCI, apud DIAS, p. 206 Cf. GRAMSCI, Antônio **Per un rinnovamento del partito socialista**. In: _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 120-123

³⁴ GRAMSCI, apud DIAS, p. 228.Cf. GRAMSCI, Antônio. **Il Partito Comunista**. In: _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 414-427

³⁵ *Ibid.*, p. 230.Cf. GRAMSCI, Antônio. **Il Partito Comunista**.

Ideologicamente Gramsci já se encontrava fora do PSI, só faltava um fato material para que isso acontecesse realmente, o que ocorreria durante o XVII Congresso do PSI, em Livorno, no início de 1921. Nesse congresso, os comunistas – ala mais esquerdista dentro do Partido Socialista – tentaram defender a tese da expulsão dos reformistas e a mudança do nome para Partido Comunista. Derrotados internamente e com a recusa dos centristas de atenderem às suas reivindicações, os comunistas retiraram-se e fundaram o “Partido Comunista da Itália, seção italiana da Internacional Comunista”. Mesmo dentro desse novo Partido, Gramsci era minoria, perdendo força para Amadeo Bordiga.

Os três anos seguintes àquele seriam decisivos na vida política de Gramsci e na vida nacional italiana.

No início da fundação do PCI, Gramsci aderiu às idéias de Bordiga, principalmente na sua oposição à tese da “frente única”, defendida por Lênin na III Internacional. Para Lênin, os PCs de cada país deveriam buscar apoio e fazer acordos, além da esfera econômica, com os partidos e sindicatos social-democratas, para impedir a burguesia de realizar uma extrema exploração no pós-guerra.³⁶ Lênin referia-se aos governos de coalizão, porque a estratégia comunista, em outros países, não poderia ser igual à realizada na Rússia.

Assim como Bordiga, Gramsci fez oposição a essa tese. Mas a situação inverteu-se quando, em 1922, ele foi enviado a Moscou como representante do Partido na Internacional Comunista (IC), de cuja executiva fazia parte. Nessa oportunidade, teve a possibilidade de se aprofundar nas idéias de Lênin.

A partir das cartas enviadas de Moscou, rompeu com Bordiga, aderindo à tese da “frente única”. A luta contra Bordiga e seu grupo, os maximalistas,³⁷ estabeleceu-se em nome do método dialético e materialista do pensamento leninista.³⁸

³⁶ Naquele momento, os social-democratas eram identificados como socialistas.

³⁷ Cf. GRAMSCI, apud COUTINHO, 2003, p. 56. GRAMSCI, Antônio. **Massimalismo e extremismo** In: _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 311-313

É o próprio Gramsci que nos explica o que são os maximalistas, num pequeno artigo de 1925: “O maximalismo é uma concepção fatalista mecanicista da doutrina de Marx. [...] É inelutável que o proletariado vença. É inútil que a gente se mova: para quê se mover e lutar, se a vitória é fatal e inelutável? [...]; ele se limita a esperar o grande dia”.

Feito o rompimento, Gramsci conseguiu a adesão da maioria do Partido, cuja liderança e direção assumiu, em 1924, no lugar de Bordiga. Ele entendia que o Partido deveria fazer uma ligação orgânica com os movimentos populares para sair do imobilismo e do isolamento e “fazer política” de modo prático.

Enquanto transcorria essa luta teórico-prática dentro do PCI, a sociedade italiana passava por um período de grande instabilidade política, marcada pela insustentável situação econômica conseqüente do pós-guerra, na qual se verificava um “acerto de contas” no embate entre o proletariado e a burguesia. A pequena burguesia esperava por uma reação, uma restauração da ordem. Os ataques aos jornais e às associações operárias e os atentados aos deputados socialistas, sob a égide dos fascistas, seriam para a pequena burguesia a melhor forma de cumprir essa missão. Ante o Estado paralisado, o “Estado informal”, o fascismo, ampliava sua ação.³⁹

Todos dentro do PCI, nessa época, subestimavam o perigo fascista e uma conseqüente ditadura, com exceção de Gramsci, como recordara Trotski, em 1932.

Já em 1921, Gramsci lançou um artigo em *L'Ordine Nuovo*, sob o título de *Il popolo delle scimmie*. Assim Carlos Nelson Coutinho resume a sua idéia:

[...] no fato de se estar diante de um movimento reacionário *com base de massas*, ou seja, apoiado na luta da pequena burguesia para reconquistar o lugar político e econômico que vinha perdendo em função das transformações monopolistas que o capitalismo italiano experimentava, sobretudo, durante os anos da guerra.⁴⁰

Em outros artigos, Gramsci destacou, ainda, a estratégia fascista de atuar a partir de baixo, à margem do Estado, ou seja, na ilegalidade. O que é possível depreender desse momento é o reconhecimento do Estado como ator político.

³⁸ COUTINHO, 2003, p. 57.

³⁹ DIAS, 2000, p. 221-226.

⁴⁰ COUTINHO, 2003, p. 50.

Em *I due fascismi*, datado do mesmo ano, Gramsci expôs a dupla face do movimento fascista: por um lado, do pequeno burguês urbano de orientação antioperária; por outro, dos grandes proprietários contra os camponeses.⁴¹ Portanto, mesmo antes da “Marcha sobre Roma” (1922), Gramsci já havia elaborado uma breve teoria acerca dos verdadeiros objetivos do fascismo, obscuros para socialistas e comunistas naquele momento.

Com a “Marcha sobre Roma”, começou o período de ilegalidade do PCI e, já em 1923, vários membros do Partido foram presos. Nesse mesmo ano, foi emitida uma ordem de prisão contra Gramsci, que se encontrava em Moscou, impossibilitando-o de entrar no território italiano. Porém, designado como representante da IC para Viena, Gramsci não ficaria fora da política italiana. De lá anunciaria o tema da aliança entre os operários do norte e os camponeses do sul, o denominado bloco histórico, e escreveria a respeito da situação italiana sob a égide do fascismo.

Em 1924, Gramsci foi eleito deputado pelo distrito do Vêneto, na idéia de ser protegido pela imunidade parlamentar. Regressou, então, à Itália, onde participaria, na clandestinidade, das conferências e encontros do PCI, da vida política e parlamentar italiana.

O ano de 1926 não acabaria muito bem: apesar da afirmação de sua liderança, consagrada durante o III Congresso do PCI realizado na cidade francesa de Lyon,⁴² Gramsci terminou preso como parte das medidas excepcionais adotadas por Mussolini, sob o pretexto de um atentado terrorista do qual o “duce” fora vítima dias antes. Com base na Lei de Segurança Pública, Gramsci foi condenado, em 1928, a cinco anos de confinamento, que se estendeu até 1934, quando foi transferido, sob liberdade condicional, para uma clínica a fim de se tratar de uma doença grave. Não resistiu por muito tempo e morreu em 1937, em consequência de um derrame cerebral.

Apesar de preso e sob os olhos da censura, mesmo com toda a dificuldade física, Gramsci continuou a produzir e deixou-nos uma vasta obra; esses escritos foram reunidos sob o título *Cadernos do Cárcere* e publicados em várias edições e em diferentes idiomas.

⁴¹ COUTINHO, 2003, p. 51.

⁴² Nesse congresso, com a ajuda de Togliatti, elaborou a tese que venceu. Nela estavam postas questões, como a necessidade de análises concretas da situação italiana, o problema das palavras de ordem (governo operário-camponês, por exemplo), a luta por um partido de massas. Por abordar esses temas, a tese tem grande importância histórica.

Os *Cadernos* são prova da inutilidade dos objetivos de sua prisão, em 1926, e conseqüente condenação, assim proferida pelo promotor fascista: *É preciso impedir que esse cérebro funcione durante vinte anos.*

Antes de iniciar a explicação dos conceitos gramscianos que elucidarão esta dissertação, é preciso alertar, como muito bem o fez Rita Médici,⁴³ para a característica contida no cabedal teórico de Gramsci: a *interconexão conceitual*, significando que cada um dos conceitos que formam a sua estrutura de pensamento se liga a outros, em uma complexa articulação, difícil de reconstruir. Mas, como fez a referida autora, aqui nos limitaremos apenas aos conceitos mais relevantes para este trabalho.

Há conceitos que nos ajudam a explicar a atuação do *vereador* e o papel político da *educação*, e a ter uma visão de *partido político*. Eles são apresentados abaixo, separadamente, de forma bem esquemática, para auxiliar o entendimento de leitores que não possuem familiaridade com os textos gramscianos.

1) *hegemonia* (englobando outros conceitos correlatos, como o de *sociedade civil*, *ideologia* e *senso comum*);

2) *partido político* (destacado como *intelectual coletivo* dos interesses de classes, organizador da vontade coletiva);

3) *correlação de forças* (apreendido das análises de Gramsci, com contribuições de Poulantzas,⁴⁴ sobre a relação entre os Estados nacionais hegemônicos – dentro dos próprios Estados – para aplicação no ambiente político da Câmara Municipal);

4) *legislador municipal* (compreendido como o *sujeito coletivo* de Gramsci, acrescentado da existência de uma esfera individual presente no trabalho legislativo e da concentração de poderes nas mãos do Executivo, em detrimento do Legislativo).

⁴³ MEDICI, Rita. O conceito gramsciano de “nação hegemônica”. In: COUTINHO, N. Carlos; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Xamã, 2003. p. 201.

⁴⁴ POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

1.2 HEGEMONIA ENQUANTO DIREÇÃO E CONSENSO

Apesar de Gramsci ser o principal teórico da hegemonia, ele não a inaugurou. Na verdade, não sistematizou um conceito pronto e acabado, mas trouxe elementos novos, como a concepção de um processo complexo que envolve múltiplos elementos. O termo *hegemonia* deriva do grego, *eghestai* e *eghemoneuo*, que significa “ser guia”, “conduzir”, “comandar”. Para os gregos, o termo estava ligado ao exército, pois hegemônico era o chefe militar, o guia e comandante do exército.

Como diz Gramsci, as premissas do conceito já estavam pré-anunciadas em Marx, mas foi em Lênin que o termo ganhou importância na teoria política marxista. Segundo Luciano Gruppi, Lênin construiu o conceito, no contexto da revolução de caráter democrático-burguês de 1905, compreendendo hegemonia como a capacidade de comando e direção do dirigente. Já para Gramsci, como veremos, o termo refere-se a direção e consenso.⁴⁵

Destacamos o conceito de hegemonia porque ele aparece em várias resoluções partidárias do PT e também porque, nas resoluções, a educação é considerada fator importante para a conquista da nova hegemonia dentro da sociedade civil, tal qual defendia Gramsci.⁴⁶ Para o teórico italiano, as *relações educacionais* são o próprio núcleo da hegemonia, de tal forma que toda relação de hegemonia é necessariamente uma *relação pedagógica* – a educação como apresentação e definição da essência da realidade.

Assim,

[...] hegemonia é o conjunto das *funções de domínio e direção* exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social ou até sobre o conjunto das classes da sociedade (grifo nosso).⁴⁷

⁴⁵ GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 11.

⁴⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores**: resoluções de encontros e congressos (1979 – 1998). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 441.

⁴⁷ MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 2001. p. 20.

É importante a conquista do domínio da direção intelectual e moral, campo em que a educação ganha projeção.

Está no centro do conceito gramsciano de hegemonia a ação estratégica e tática da formação de alianças, alianças, para Gramsci, comandadas pelo proletariado, mas que não se encerram no aspecto econômico, pois avançam em direção ao político e ao cultural. Fazendo a ligação com à *Questão meridional* colocada acima, o proletariado deve romper com o viés corporativo-egoísta (deixando a neutralidade), para tornar-se a classe nacional, exercendo a sua hegemonia sobre os demais grupos subalternos. Como diz Gruppi:

Hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista das reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos [...].⁴⁸

Portanto, é fundamental que o proletariado, antes de tornar-se classe dominante, seja classe dirigente, obtendo o consenso da maioria da população. Isso se dará, como veremos, na esfera da sociedade civil.

Para a formação das alianças e da própria hegemonia, é necessário que esta última seja construída pelo equilíbrio entre consenso e coerção.⁴⁹ Por exemplo, quando um Estado baseia seu domínio somente na coerção, ele deixa de exercer a função de dirigente para exercer somente a de dominação. Ou, como diria Gramsci, ele seria apenas “uma ditadura sem hegemonia”. Portanto, sem dúvida, a hegemonia está ligada ao momento do consenso.⁵⁰

O consenso seria a capacidade de o grupo dirigente transformar os interesses particulares em interesses gerais e universais. O Estado pede e obtém o consenso

⁴⁸ GRUPPI, 1978, p. 59.

⁴⁹ Discutiremos os problemas dessa formulação mais adiante.

⁵⁰ COUTINHO, 2003, p. 204 e 249.

[...] através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que definem sua concepção de mundo e seus valores capilarmente pela sociedade.⁵¹

Sem dúvida, a hegemonia vai além da estrutura, vai além da esfera econômica. Ela está presente, principalmente, no modo de pensar, na concepção de mundo, na ideologia, e no estabelecimento do “senso comum”.

A educação é, sem dúvida, uma das operações fundamentais da hegemonia. A educação, nesse caso, não se esgota na escola nem na relação pedagógica entre o professor e o aluno. Como diz Gramsci nos *Cadernos*:

Essa relação [pedagógica] existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre dirigentes e dirigidos [...]. Toda relação de “hegemonia” é, necessariamente, uma relação pedagógica [...].⁵²

O consenso dentro do conceito de hegemonia pressupõe, como o próprio Gramsci diz, “[...] que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida [...]; isto é, que o grupo dirigente faça *sacrifícios* de ordem econômico-corporativa”.⁵³ Os “sacrifícios” não devem, por sua vez, atingir o essencial para o grupo dirigente. São esses “sacrifícios” que darão a lógica do consenso e, por conseguinte, a do compromisso entre os grupos fundamentais da sociedade.⁵⁴ Nesse sentido, a hegemonia é uma “nova hegemonia” – no

⁵¹ BUTTGIEG, Joseph. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Xamã, 2003. p. 43.

Essa análise pode ser interpretada nos textos de Louis Althusser. Cf. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

⁵² GRAMSCI, 2003, v. 1, p. 399.

⁵³ Ibid, 2003, v. 3, p. 48.

⁵⁴ Podemos ver esse entendimento no exemplo brasileiro do “populismo”. Enquanto foi possível manter esse consenso e esse compromisso, o “populismo” conseguiu atingir seus objetivos. A crise, que se deu durante o governo João Goulart, foi o momento em que atingiu o essencial para o grupo dominante, materializado na tentativa do Governo de levar a cabo as reformas de base. Na teoria gramsciniana, o grupo dominante perdeu a sua capacidade dirigente.

sentido dialético de construção-manutenção-destruição, em resumo, de superação – devem ser vistas como um processo.

A nova forma de “fazer política” nas novas sociedades capitalistas –tomando-se o ano de 1870 como o ponto de inflexão – exigiu uma nova forma de se obter o consenso. Em outras palavras, a ampliação da socialização da política, destacadamente pela ampliação progressiva do sufrágio universal (naquele momento, masculino), tornou complexa a relação do Estado coercitivo (sentido restrito) com a sociedade. Foi necessário criar e/ou renovar instituições (Escolas, Igrejas, Partidos, Imprensa, entre outras), que passaram a funcionar como “[...] portadores materiais das relações sociais de hegemonia”.⁵⁵ Essa criação/renovação deu-lhes independência e uma autonomia relativa, organizadas dentro da sociedade civil como uma esfera própria.⁵⁶

1.2.1 Sociedade Civil: um lugar de conflitos e competições

Hegemonia e sociedade civil caminham juntas. A hegemonia consiste num “par lógico e político do conceito de sociedade civil”.⁵⁷ A ação hegemônica dá-se, fundamentalmente, dentro da sociedade civil, que é definida como “aparelhos privados de hegemonia”.⁵⁸ A relação hegemônica é o fator de articulação da sociedade civil. Em Gramsci, a hegemonia encontra a base material de sua função social. A hegemonia é a *mediação* entre a estrutura econômica e as relações político-jurídicas, as quais deixam de ser meros reflexos da estrutura.

Está situada nesse ponto a diferença essencial entre o conceito de sociedade civil de Marx e o de Gramsci. Para Marx, a sociedade civil pertence à base material ou estrutura econômica, enquanto

⁵⁵ COUTINHO, 2003, p. 129.

⁵⁶ COUTINHO, 2003, p. 129.

⁵⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização**. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Xamã, 2003. p. 222.

⁵⁸ Eles são “privados” no sentido de que nesses organismos o indivíduo adere voluntariamente, por meio de escolha, mesmo que relativa, e não em consequência do uso da força como nos Estados anteriores. A Igreja, por exemplo, deixou de ser algo público, imposto pelo Estado, e passou para algo privado, a ser escolhido pelo indivíduo. Sobre esse tema, discorreremos mais adiante.

para Gramsci, a sociedade civil não pertence à estrutura, mas à superestrutura. Com efeito, a sociedade civil é lugar de socialização e de interação e integração social. Essa modificação levou Gramsci à ampliação do conceito marxista de Estado.⁵⁹

Marx e Engels, e depois Lênin, afirmaram que a característica principal do Estado é o seu caráter classista, considerada a sociedade dividida em classes; trata-se de uma concepção *instrumentalista* do Estado, visto como instrumento da classe burguesa. Assim, o Estado existe para perpetuar tal divisão pelo monopólio da coerção e da violência, exercido por meio de aparelhos repressivos. Esse entendimento é o que Gramsci conceituou de *Estado restrito*.

Gramsci ampliou o conceito de Estado, o qual se encontra na superestrutura, numa relação dialética com a estrutura. Este, então, seria a união e o equilíbrio da sociedade política (dominação fundada na coerção) e da sociedade civil (dominação fundada na direção e no consenso). Como ele resume na fórmula cunhada nos *Cadernos*: “No sentido, seria possível dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção”.⁶⁰

É na sociedade civil, por meio das “organizações privadas” (Escolas, Igrejas, Partidos, Imprensa, entre outras) que se exerce a hegemonia. São elas as responsáveis pela criação, organização e difusão das ideologias. Sobre a combinação de hegemonia e ideologia trataremos mais à frente.

Complementando, Nicos Poulantzas diz que é preciso levar em conta que o Estado, em seu sentido restrito (sociedade política), também exerce funções ideológicas e hegemônicas. Por outro lado, na sociedade civil também existe a coerção. A atuação de instituições ideológicas e culturais pressupõe a monopolização da “violência” pelo Estado. É esta última função que sustenta os mecanismos de poder fundamentados no consentimento.⁶¹ Alertamos, com isso, que não podemos ver a teoria gramsciana como algo rígido e acabado, mas reservadamente, como algo explicativo.⁶² Devemos somente pensar em questão de predominância, ou seja, a ação da hegemonia tem a sua predominância na sociedade civil, mas não se esgota somente nessa esfera.

⁵⁹ COUTINHO, 2003, p. 121-122.

⁶⁰ GRAMSCI, 2003, v. 3, p. 244.

⁶¹ POULANTZAS, 2000, p. 79.

⁶² *Ibid.*, p. 26-27.

Outro problema é ver a divisão repressão/consenso por meio do encobrimento e da dissimulação do Estado em relação aos seus reais objetivos, conforme conclui Poulantzas:

O Estado não produz um discurso unificado, e sim vários, encarnados diferentemente por diversos aparelhos de acordo com a classe a que se destinam; discursos dirigidos às diversas classes. Ou então produz discurso segmentar e fragmentado segundo as diretrizes da estratégia do poder.⁶³

A sociedade civil não é somente a esfera na qual o consenso é produzido; é também lugar de conflitos e competições pela conquista da hegemonia. Em outras palavras: é a esfera na qual diferentes *ideologias* se encontram, se opõem e disputam espaço, seja entre grupos **seja** entre indivíduos. A sociedade civil é um lugar de luta de hegemonias pela hegemonia. Na verdade, estabelece-se uma relação dialética: consenso-conflito-consenso.

Em um artigo recente, Marco Aurélio Nogueira sinaliza para o novo conceito de sociedade civil: em primeiro lugar, marcada pela complexidade, pela diferenciação e pela fragmentação social; em segundo lugar, pela integração e pela interligação econômica, política, social e cultural, bem como pela ampliação da desigualdade; em terceiro lugar, pela difusão de espaços democráticos, que propiciou a multiplicação de movimentos sociais.

Por fim, a *democracia representativa* entrou em crise, o que fez com que a política se tornasse mais midiática e muito menos controlada pelos organismos tradicionais (os partidos e sindicatos, em sua maioria). Desta feita, o conceito de sociedade civil sofreu uma mutação, que muitas vezes nada tem a ver com a idéia de Gramsci.

A sociedade civil deixou de ser o lugar de organização da hegemonia, portanto, de conflito e consenso, para tornar-se um espaço de cooperação, gerenciamento e implementação de políticas.⁶⁴ Hoje, sociedade civil é entendida como o conjunto de grupos organizados (sociedade

⁶³ POULANTZAS, 2000, p. 30.

⁶⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização**. In: COUTINHO, N. Carlos, TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Xamã, 2003. p. 216-218.

civil organizada ou vagamente definida como terceiro setor), no qual imperam as ONGs, que ocupam o lugar deixado pelo Estado Mínimo neoliberal, principalmente nas áreas sociais, onde se inclui a educação.⁶⁵

1. 2.2 Aparelhos Privados: uma escolha involuntária

Voltando a Gramsci, ele entendia a sociedade civil como “[...] um conjunto de aparelhos privados de hegemonia”.⁶⁶ Mas o que significa “privados” nesse contexto? Eles são “privados” no sentido de que, nesses organismos, o indivíduo adere voluntariamente, por meio de escolha, mesmo que relativa, e não em consequência do uso da força. Para ajudar a responder a essa questão devemos remeter-nos à gênese do pensamento gramsciano sobre sociedade política.

Já colocamos a necessidade de conseguir um novo consenso, após a ampliação da socialização política com o aumento progressivo do sufrágio universal e com a multiplicação dos movimentos sociais. Fica claro que a sociedade civil é uma das categorias que distinguem as sociedades complexas modernas, mesmo que o próprio Gramsci algumas vezes, a identificasse, não no sentido mais clássico do próprio autor, com a Igreja, durante o Estado Absolutista. Nesse período, a Igreja não estava desvinculada do Estado. Ela não se colocava ainda como organismo “privado”. Com a ajuda do Estado, a Igreja impunha a sua ideologia oficial de modo repressivo, meio que o próprio Estado usava para implementar a sua dominação.⁶⁷

Com as “revoluções democrático-burguesas”, o Estado passou por um processo de laicização. Aqueles instrumentos ideológicos, como a Igreja, deixaram de ser públicos (ou estatais) e passaram a ser “privados”, por um processo de reconfiguração historicamente determinado.

⁶⁵ O Estado é mínimo nos temas sobre investimento, como, por exemplo, aqueles nas áreas sociais. Mas a sua presença no interior da sociedade é cada vez mais ampliada, como elemento de coerção.

⁶⁶ MOCHCOVITCH, 2001, p. 29.

⁶⁷ COUTINHO, 2003, p. 133.

O Estado não impõe mais, coercitivamente, uma religião.⁶⁸ Além disso, acompanhando a evolução das sociedades, foram criados outros instrumentos ideológicos, que já nasceram privados, como é o caso dos partidos, dos sindicatos e da imprensa. Coutinho conclui: “As ideologias, ainda que obviamente não sejam indiferentes ao Estado, tornam-se algo ‘privado’ em relação a ele: a adesão às ideologias em disputa torna-se um ato voluntário (ou relativamente voluntário), e não mais imposto coercitivamente”.⁶⁹

1. 2.3 Ideologia: “cimentando a unidade de uma formação social”

Sabemos que são as “organizações privadas” da sociedade civil as responsáveis pela criação, organização e difusão das ideologias. A hegemonia e ideologia apresentam-se “irmãs siamesas” para Gramsci. A luta pela hegemonia passa pela construção de uma nova ideologia, ou de uma “contra-ideologia”.

Ao mesmo tempo em que Gramsci amplia o conceito marxista de Estado, também o faz com o conceito de ideologia. Enquanto para Marx e Engels, ideologia tem um sentido negativo, como se fosse sinônimo de deformação da realidade, para Gramsci, o conceito ganha uma visão positiva: “[...] como a visão de mundo, mais ou menos coerente, da qual todo ser humano carece para viver na realidade”.⁷⁰ Ele a compreende, sobretudo, como uma realidade prática. Ele *materializa* a ideologia. O próprio consenso possui um substrato material. A ideologia, nessa concepção, supera a visão abstrata e liga-se à ação voltada para influir no comportamento dos indivíduos. Até na linguagem está contida uma determinada concepção de mundo, uma determinada ideologia.⁷¹

Partindo da mesma premissa gramsciana, Poulantzas assim caracteriza a ideologia:

⁶⁸ COUTINHO, 2003, p.133.

⁶⁹ Ibid., p. 133.

⁷⁰ FINELLI, Roberto. **Hegemonia e nova ordem mundial**. In: COUTINHO, N. Carlos, TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Xamã, 2003. p.107.

⁷¹ BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de idéias e representações. Compreende também uma série de *práticas materiais* extensiva aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas.⁷²

Assim, a ideologia é constituída, ao mesmo tempo, de práticas materiais (realidade concreta) e sistemas de representações, que preenchem uma função muito importante: “[...] a de cimentar a unidade de uma formação social (sob a égide da classe dominante)”.⁷³ Isto é, a ideologia funciona como fator de aglutinação de várias articulações sob o comando de um grupo hegemônico, que viabiliza a predominância dos seus interesses como interesses universais.

Como parte da ideologia, está a cultura,⁷⁴ que, para Gramsci, vai além do aspecto do costume, do hábito e da tradição. Ele a pensa no quadro mais geral: do Estado, da classe e da cidadania.

Em “*Socialismo e cultura*”, Gramsci, em 1916, já dizia que a revolução, para ser bem-sucedida, deve operar em conjunto com a cultura, por ser algumas vezes considerada, na teoria marxista, como algo marginal. A cultura é um dos meios mais eficazes de “cooptação” da classe trabalhadora para a revolução, eliminando o caráter individualista alimentado pela ideologia da burguesia.⁷⁵

Gramsci entende a cultura como forma de intervir na realidade para transformar e superar o individualismo, e uma forma de disciplina do *eu* interior. Como diz Coutinho, “[...] é um modo de pensar a realidade concreta”.⁷⁶ É também o espaço de conquista da consciência e da liberdade.

Posto isso, pela própria concepção de mundo, formamos um determinado grupo que compartilha modos de pensar, viver e agir. Por vezes, podemos escolher outra concepção de mundo (mesmo

⁷² POULANTZAS, 2000, p. 27.

⁷³ Ibid., p. 86.

⁷⁴ Como já dissemos no início, quando tratamos do contexto, desde a sua juventude Gramsci deu uma atenção especial ao tema cultura e isso o diferencia dentro do pensamento marxista.

⁷⁵ DIAS, 2000, p. 67.

⁷⁶ COUTINHO, 2003, p. 29.

que embrionária) que não aquela pertencente ao nosso grupo, tomá-la emprestada, afirmá-la com palavras e atos, acreditar nela, segui-la, mas não de forma independente e autônoma. Nesse sentido, a *escolha de uma concepção de mundo é um ato político*. Por isso entendemos que a ideologia não é algo neutro; trata-se de uma escolha feita pelo indivíduo ou categoria social.

A ideologia dominante é a materialidade do poder da classe dominante, que consegue difundi-la e torná-la comum, porque já domina os “instrumentos hegemônicos” (como verdadeiros canais de transmissão), que fazem parte do Estado em seu *sentido amplo*. Ela sempre consegue re-atualizar a sua “estrutura ideológica” - “[...] a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica”,⁷⁷ para, dessa forma, manter o consenso.

1.2.4 Nova Hegemonia: a cultura como necessidade política

Como alternativa para a conquista do poder pelas classes subalternas seria mais necessário conquistar a sociedade civil por meio da construção de uma nova hegemonia, abandonando-se o projeto de tomada de assalto do aparato estatal, como ocorrera na Rússia.

Essa nova hegemonia deveria ter como ponto de partida a instituição de uma nova ideologia e de uma nova cultura. A hegemonia, a ideologia e a cultura do grupo subalterno, na definição de Gramsci, devem surgir como uma crítica radical à ordem anterior. Depois o grupo subalterno, deve preparar as suas próprias hegemonia e ideologia (autônomas e mais adequadas à sua própria realidade), subtraindo-se da dependência ideológica da classe dominante. É ver na cultura uma *necessidade política*. “Sem uma nova cultura, as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes e não poderão elevar-se à condição de classe dirigente”.⁷⁸

⁷⁷ GRAMSCI, 2003, v. 2, p. 78.

⁷⁸ COUTINHO, 2003, p. 173.

Para essa função (de criar uma nova hegemonia e tornar-se classe dirigente), dever-se-ia partir da crítica do *senso comum* – resultado da banalização de ideologias de épocas anteriores, que se fossilizam em verdades absolutas e eternas, e que, junto com a religião popular e as credences, formam a concepção de mundo mais difundida entre as classes subalternas – e do seu núcleo positivo, o bom senso, transformando-o em algo coerente e unitário.⁷⁹ Nos *Cadernos*, o senso comum é uma categoria-chave na teoria da hegemonia.

Na construção dessa nova hegemonia é que estava situada a importância da escola e do partido político, ambos exercendo uma função pedagógica. Para Gramsci, a missão da escola era dar às classes subalternas os subsídios para o desenvolvimento da criticidade, importante para a construção da nova hegemonia. Também caberia à escola a formação de intelectuais orgânicos em vários níveis, entendidos como “[...] ‘funcionários’ da sociedade civil e articuladores da direção cultural (hegemonia)”.⁸⁰

O partido deveria organizar a construção da nova hegemonia, conscientizar as classes subalternas. Seria o educador e o educando. Educador por promover a conscientização e educando por aprender com as classes subalternas.

1.3 PARTIDO POLÍTICO: O INTELLECTUAL COLETIVO

Segundo o breve entendimento sobre os intelectuais exposto acima, para Gramsci, existia o intelectual individual e o intelectual coletivo: o partido, isto é, o *novo Maquiavel*.

Ao focar esse tipo de intelectual coletivo, não analisaremos toda a literatura referente à conceituação e caracterização de partidos políticos.⁸¹ Destacaremos apenas o que julgamos mais

⁷⁹ MOCHCOVITCH, 2001, p. 24.

⁸⁰ NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3. ed. São Paulo: Cortês, 2004. p. 141.

⁸¹ Para mais informações sobre o assunto, sugerimos a leitura do v. 3 da edição brasileira dos *Cadernos* ou a edição anterior, em forma de livro, com o título *Maquiavel, a política e o Estado moderno*.

importante, segundo o foco do nosso trabalho: o partido como intelectual coletivo e como germe da vontade coletiva, a fim de analisar se o PT se enquadra nesse perfil.

A ação do Partido deveria ser marcada pelo trabalho ideológico de acelerar o futuro, de romper com o capitalismo. Essa ação não o desvincula das tarefas de reformador intelectual e moral, e de ser o responsável pela elaboração da vontade coletiva.

Como o próprio Gramsci diz: “Estes dois pontos fundamentais – formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante da reforma intelectual e moral”.⁸²

Apoiando-se na idéia da necessidade de uma “reforma intelectual e moral”, ou seja, de um unificador da teoria e da prática, Gramsci vê o partido tal como a escola, um local de formação e atuação dos intelectuais. Na frase: “Todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais”,⁸³ ele destaca a sua função diretiva e organizativa.⁸⁴ Por isso, “Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo na medida em que elaboram, essencialmente, a ética e as políticas adequadas a elas [...]”.⁸⁵

Diferente do príncipe de Maquiavel, o moderno príncipe de Gramsci não é mais um indivíduo. O partido político está ligado à classe: ela é a sua dinâmica. Para organizar a classe, o partido deve ser capaz de formular uma proposta clara e consciente, expressa na sua ideologia. Se o partido não tem uma unidade ideológica, acaba sendo mais um partido tradicional.

Como consequência de sua função de reformador intelectual e moral, ele deve ser o agente da vontade coletiva. “É o partido político a primeira célula na qual se sintetizam germes da vontade

⁸² GRAMSCI, 2003, v. 3, p. 18.

⁸³ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 15.

⁸⁴ Por esse entendimento gramsciano, Togliatti (amigo próximo de Gramsci) foi quem cunhou o termo “intelectual coletivo” para indicar o partido da classe operária.

⁸⁵ GRAMSCI, 2003, v. 1, p. 105.

coletiva, que tendem a tornar-se universais e totais”,⁸⁶ pois o partido já tem uma visão da sociedade do amanhã.⁸⁷

Para as classes dominadas tornarem-se hegemônicas, é necessária a elaboração dessa *vontade coletiva nacional-popular*, ou seja, a materialização do conceito de hegemonia. Esta é, segundo Gramsci, a principal tarefa do partido.

Mas o que significa essa *vontade coletiva nacional-popular*? Seria o grau de consciência que levasse a cabo uma ação política que envolve, a totalidade dos grupos sociais de uma nação; que levasse em conta os interesses das bases; e que fosse “[...] capaz de incidir sobre a *universalidade diferenciada* do conjunto das relações sociais”.⁸⁸ A elaboração dessa vontade coletiva só se completará quando incidir na realidade de forma transformadora. O partido levaria à liberdade, ou seja, superaria o momento econômico-corporativo para chegar ao momento ético-político, ao momento da universalidade. Se compararmos, é a mesma situação colocada por Marx quando explicitava os conceitos de classe “em si” e de classe “para si”.

1. 3.1 O PT não é um partido gramsciano?

Foi no momento em que produziu os escritos jornalísticos da juventude, quando estava em processo de cisão ideológica e de crítica ao PSI, que Gramsci formulou a sua opinião sobre os rumos do Partido, um Partido que tendia para o capitalismo. Assim, nas palavras do pensador italiano:

⁸⁶ Ibid., p. 16.

⁸⁷ Os partidos políticos procuram, através de seus conteúdos programáticos e estratégias de ação, antever o futuro, visando a criar as condições favoráveis para a sua realização.

⁸⁸ COUTINHO, 2003, p. 169.

A forma tradicional de organização do Partido Socialista não é diversa da forma de qualquer partido nascido no terreno da democracia liberal. [...] É a assembléia geral de sócios que dá a si um centro executivo de confiança da maioria e um centro de notáveis. Encontram-se [...] a concorrência interna do partido (tendências revolucionária e reformista que procuram alternar-se no poder, manobrando o ‘cavalheirismo’ oportunista), e se encontram características essenciais de toda a assembléia em que se exprime a democracia soberana: a irresponsabilidade, a incompetência, a volubilidade, o tumulto, características que são naturalmente “corrigidas” pelo funcionalismo e pelo arbítrio dos centros executivos. Esta forma, que é própria de todas as associações nascidas com o desenvolvimento da democracia política burguesa, expressa a substância histórica que vivifica as próprias associações: *vontade de conquistar essa maioria nas assembléias populares* (conselhos provinciais e câmaras dos deputados); o de conquistar essa maioria com o método que é próprio da democracia: apresentar aos corpos eleitorais programas tão genéricos quanto confusos, e jurando realizá-los a qualquer preço.⁸⁹

Com esse fragmento, podemos inferir do pensamento de Gramsci como deveria ser um partido socialista e como seria um partido tradicional. Guardadas as devidas especificidades de cada situação e os avanços na teoria política pós-Gramsci, nessa caracterização o PT aproxima-se bastante de um partido tradicional. Somando as tarefas anteriormente citadas por Gramsci (intelectual coletivo, reformador intelectual e moral, elaborador da vontade coletiva), podemos afirmar que o PT *não é* um partido gramsciano. É um partido com um “centro de notáveis”, em tumultuada concorrência entre tendências internas, o que vai além da divisão ideológica. Manifesta a vontade, a qualquer preço, de conquistar a maioria nas “assembléias populares” e, por fim, de “apresentar aos corpos eleitorais programas tão genéricos quanto confusos”.

Apesar de não ser um partido gramsciano, o PT, desde a sua fundação, sempre recusou a social-democracia e o socialismo burocrático, não sem ambigüidades,⁹⁰ empenhando-se em formular um socialismo diverso, o socialismo democrático de bases gramscianas.

Coutinho faz, nesse sentido, um importante balanço:

⁸⁹ GRAMSCI, apud DIAS, 2000, p. 210. GRAMSCI, Antônio **I gruppi comunisti**. . In: _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 1 p. 414-427

⁹⁰ Para melhor esclarecer o assunto, indicamos a leitura de *A estrela do PT partido ao meio: as ambigüidades do pensamento petista*, escrito por Clóvis Bueno, e *Democracia e socialismo*, escrito por Carlos Nelson Coutinho.

Mesmo com tentativas anteriores, as idéias de Gramsci não conseguiram ter grande penetração no Brasil, mas foi “sobretudo no PT, [...] que se pôde registrar com maior intensidade a presença de formulações gramscianas. Das oito teses apresentadas no VII Encontro Nacional do PT (1990), por suas tendências, pelo menos seis utilizavam explicitamente conceitos e problemáticas gramscianas.”⁹¹

Em seus documentos, o Partido faz uso de conceitos e idéias gramscianas. Por exemplo:

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia.⁹²

Em outra obra assim está escrito:

Muitas vezes alimentamos a ilusão de que tomando as administrações municipais chegamos ao poder, ainda que em nível local [...]. Mas não é somente garantir as administrações municipais que nos permite controlar essa rede de relações de poder, que tem que ver com a imprensa local, as empresas privadas, as companhias públicas, com a forma como se dá a educação, e com todas as demais relações que, de alguma maneira, organizam as formas de dominação.⁹³

Estão claros o conceito de hegemonia, no primeiro caso, e a necessidade fundamental de conquistar a sociedade civil, no segundo. Mas não é somente pelo uso dos conceitos que podemos classificar um indivíduo ou um grupo.

⁹¹ COUTINHO, 2003, p. 298.

⁹² PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 312.

⁹³ MOISÉS, José Álvaro. Poder local e participação popular. In: DALLARI, Pedro (Org.). **Política municipal**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 16.

Ao estudar a história dos *partidos* políticos modernos, observamos que não houve nenhum partido que se aproximasse da concepção gramsciana. Nem o próprio partido que ele ajudou a fundar, o PCI, seguiu a sua linha.

Creemos que não foi possível (mesmo no período pré-cárcere) a construção de uma correlação de forças que lhe fosse favorável, conceito que estudaremos agora.

1. 4 CORRELAÇÃO DE FORÇAS

No parágrafo 17 do volume 3 da edição brasileira de *Cadernos do Cárcere*, intitulado *Análise das situações: relações de forças*, Gramsci apresenta-nos, em seus vários níveis, a problemática das relações de forças como fundamento da ciência política marxista.

Decerto, devemos partir da análise das relações de forças em uma situação qualquer para atuarmos em sua transformação.

As relações de forças estão situadas em vários momentos ou em diferentes graus.

Em primeiro lugar, estão as *relações de forças objetivas sociais*, ligadas à estrutura e, por isso, independentes da vontade humana. “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção”.⁹⁴ Esse não é senão o princípio marxista de classe: a sua colocação na produção define o seu agrupamento social.

Em segundo lugar, e mais importante para o trabalho, estão as relações de forças políticas, ou seja, “[...] a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”.⁹⁵ É o momento final do que ele chama, em outras partes,

⁹⁴ GRAMSCI, 2003, v. 3, p. 40.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 41.

de momento catártico: a passagem de um momento elementar (egoísta, econômico e corporativo), através de uma consciência dentro da unidade do grupo social (mas ainda econômico), até atingir o momento da superação do círculo econômico-corporativo com o ajuntamento de interesses de outros grupos aliados. Essa transformação resulta do papel dos sujeitos coletivos organizados, em especial, dos partidos políticos.

Em terceiro lugar, estão as relações de forças militares, subdivididas em técnico-militares e político-militares.

1.4.1 Estado como Condensação da Relação de Forças

Recolhendo a herança gramsciana e, ao mesmo tempo, superando seu pensamento, Poulantzas, em suas últimas obras, completa a problemática da relação de forças.

Em sua análise sobre o Estado capitalista, Poulantzas afirma que ele é “[...] uma relação, mas exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes, tal como se expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado”.⁹⁶ Entendendo-se dessa forma, a política do Estado é resultante das contradições do próprio grupo que está no poder, e essas contradições estão inseridas na estrutura do Estado. Como bem resumido: “[...] significa que o Estado é constituído de lado a lado pelas contradições de classe”.⁹⁷ O que elimina a afirmativa de que o Estado representa os interesses de uma única classe.

O Estado não pode ser visto como algo monolítico, sem contradições internas. As frações do bloco no poder (grandes proprietários, capital monopolista, capital não monopolista, entre outras) estão presentes no Estado, nos seus aparelhos e órgãos e na definição de políticas, como, por exemplo, as propostas para estudo nesta pesquisa: as políticas públicas para a educação. As contradições que os acompanham também se apresentam no Estado.

⁹⁶ POULANTZAS, 2000, p. 130.

⁹⁷ Ibid., p. 134.

São essas contradições que organizam, de forma paradoxal, o Estado nas seguintes ações: nas tomadas de decisões em determinados aparelhos ou órgãos; nas não-tomadas de decisões; no estabelecimento de prioridades e contra-prioridades; na filtragem das propostas a serem feitas por outros.⁹⁸

Além das contradições nas relações do próprio grupo no poder, o Estado também se baliza na relação de forças entre classes dominantes e classes dominadas. Na verdade, as lutas populares também estão presentes no Estado.⁹⁹

Para concluir o raciocínio de Poulantzas:

Entender o Estado como condensação material de uma relação de forças significa entendê-lo como um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros.¹⁰⁰

1 4.2 Transposição para o Cenário da Câmara

Tanto Gramsci quanto Poulantzas trabalharam com a problemática das correlações de forças, discorrendo sobre a ordem mundial (disputas bélicas e políticas entre nações, hegemonia de uma nação sobre as outras) e as relações internas de um Estado-Nação (constituição do Estado contemporâneo, disputa de poder dentro do grupo dominante e entre este e os subalternos).

⁹⁸ POULANTZAS, 2000, p. 136-137.

⁹⁹ Ibid., 2000, p. 143.

¹⁰⁰ POULANTZAS, 2000, p. 138.

Nosso objetivo é fazer a transposição conceitual para um nível mais micro da análise política: o governo municipal e, particularmente, o cenário da câmara de vereadores.¹⁰¹ Entendemos ser este, também, um espaço onde está presente uma determinada correlação de forças, pois também aí ocorrem as disputas pelo poder entre grupos de interesses que atuam no município.

Por isso, entendemos a atuação dos vereadores segundo a lógica da defesa de interesses presentes na sociedade local. Nesse sentido, o governo local – Prefeitura e Câmara – é a reprodução dos conflitos políticos do Estado. A Câmara, espaço de reunião dos vereadores, é mais um local onde se verificam correlações de forças sociais com identidades políticas e econômicas heterogêneas.¹⁰² Essas correlações atenuam, em parte, as peculiaridades relativas à identificação político-ideológica, em decorrência de alianças e/ou de coligações e/ou coalizões. Ou seja, as correlações de forças políticas acontecem entre grupos de interesses e frações dos próprios grupos. Esse conceito considera a existência de conflitos assim como as distintas opções de combinação.¹⁰³

Com a Constituição de 1988, o município ganhou uma importância considerável, marcada pela descentralização das políticas públicas e pela possibilidade de cada um criar sua própria Lei Orgânica.¹⁰⁴ Com isso, o prefeito, os vereadores e os agentes que atuam no município passaram a ter mais poder de ação e influência.

¹⁰¹ Gramsci faz a distinção metodológica entre a grande política e a pequena política. Para ele, a pequena política é aquela do dia-a-dia, da política parlamentar, de corredor, das questões parciais e cotidianas. A grande política corresponde à fundação de novos Estados, à luta pela manutenção e transformação de determinadas estruturas.

¹⁰² Por exemplo, podemos ter correlações de forças com as seguintes combinações, entre outras: situação/oposição, esquerda/direita, prefeitura/sindicato, empresários/trabalhadores.

¹⁰³ Bem diferente do que pensa o jurista Fábio Lemos no livro **O poder do vereador**. Assim diz: “[...] que as Câmaras nada mais são que uma organização humana com finalidade programada para a realização de objetivo explícito, que é a PROSPERIDADE PÚBLICA [...]”. De forma ingênua, o autor encobre os conflitos existentes na sociedade, que dão eco no plenário da Câmara de Vereadores.

¹⁰⁴ LEMOS, Fábio. **Poder do vereador**. São Paulo: RG, 1997. p. 9.

SANTANA, Jair Eduardo. **Tratado teórico e prático do vereador**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 32.

1. 5 O LEGISLADOR

Em nosso foco de análise cabe perguntar: O que é o vereador? Em sentido mais amplo, o que é ser legislador municipal?

Tomaremos como base a mesma referência até então utilizada, o pensamento de Gramsci, que, por dois anos, foi um parlamentar cujo mandato foi interrompido, quando teve a sua prisão decretada. Para ele, todos somos legisladores, *porque todos somos políticos*. Mas há uma diferença: o legislador “com significado jurídico-estatal preciso”, ou seja, o “legislador profissional” (vereador, deputado, senador) é aquele “habilitado pelas leis para legislar”. Um outro legislador, em sentido mais amplo, é “[...] todo homem ativo, isto é, que contribui para modificar o ambiente social em que se desenvolve [...], isto é, tende a estabelecer ‘normas’, regras de vida e de conduta”.¹⁰⁵ Nesse caso, um pai pode ser um legislador. A diferença entre os dois tipos de legisladores consiste no fato de que o primeiro

[...] não só elabora diretrizes que devem se tornar normas de conduta para os outros, mas, ao mesmo tempo, elabora os *instrumentos* pelos quais as próprias diretrizes serão ‘impostas’, e com as quais será controlada a sua aplicação.¹⁰⁶

Segundo a aplicação gramsciana, um legislador nunca pode elaborar uma lei anti-histórica, pois esta não terá efetividade de fato e dificultará o cálculo das conseqüências que poderá assumir, e é sobre essas conseqüências que devemos avaliar um ato legislativo. Por outro lado, nenhum legislador poderá ser visto como indivíduo, porque, na verdade, expressa uma determinada vontade coletiva já socialmente exposta.¹⁰⁷

¹⁰⁵ GRAMSCI, 2003, v. 3, p. 302.

¹⁰⁶ Ibid., p. 302.

¹⁰⁷ GRAMSCI, 2003, v. 3, p. 298.

Avaliando essas palavras em termos da realidade legislativa, concordamos quanto ao primeiro aspecto, mas discordamos quanto ao segundo, pois entendemos que o legislador pode ser visto como ente “coletivo”, que responderá, por meio dos projetos de lei e de ações fiscalizadoras, a uma *determinada vontade coletiva*.

Mas, em primeiro lugar, pelo próprio processo legislativo, é ele, o vereador, que deve tomar a iniciativa da lei. No processo do projeto de lei, o espaço reservado ao interessado deve estar protocolado em nome de um vereador. Em segundo lugar, a maioria dos projetos de lei de iniciativa dos vereadores analisados versa sobre temas de entendimento intrínseco do vereador ou de seus assessores mais próximos.

Poucos são os projetos de lei de área exógena ao entendimento do vereador. O que quer dizer que, na elaboração de um projeto de lei, são poucos aqueles assuntos de debate que recebem contribuições dos movimentos populares ou dos próprios pares do partido que nele militam, ainda que, no caso do PT, os projetos apareçam assinados pela bancada. Em suma, entendemos o legislador, ao mesmo tempo, como sujeito individual e coletivo.

Não podemos esquecer que a história e, também, a política são realizadas por homens; portanto, a sua atividade individual não pode deixar de cobrar sua importância. Também não podemos menosprezar os condicionantes estruturais, como o contexto histórico, político, social e econômico. Os agentes individuais e coletivos agem concomitantemente em vias de mão dupla.

Essa tese já fora levantada desde o início do século passado por Giorgi Plekhânov, em seu texto *O Papel do Indivíduo na História*. Na polêmica levantada na época entre os “subjetivistas” e os “coletivistas”, Plekhânov assim se posiciona:

Assim, pois, os indivíduos, graças a determinadas particularidades de seu caráter, podem influir nos destinos da sociedade. Por vezes a sua influência pode ser considerável, mas tanto a própria possibilidade desta influência como suas proporções são determinadas pela organização da sociedade, pela correlação de forças que nela atuam. O caráter do indivíduo constitui “fator” do

desenvolvimento social, somente onde, exclusivamente na época, e unicamente no grau em que o permitem as relações sociais”.¹⁰⁸

Trazendo esse posicionamento para a nossa proposta, entendemos que um projeto do PT não é igual a um projeto do PFL ou do PSDB e vice-versa, porque, como disse Arlete Pereira, quando questionada sobre a possibilidade de o PT apresentar algum projeto através de outro vereador por dificuldade de aprovação: “...as nossas propostas eram muito marcadas pelo PT”.¹⁰⁹ Existem idéias que estão no inconsciente coletivo dos militantes do Partido como questões de princípio, sejam elas discutidas ou não, sistematizadas ou não. Esses princípios seguem, evidentemente, os determinantes de uma sociedade em um período histórico.

Porém, mesmo com essa “bagagem” coletiva, os vereadores não conseguem atuar com grande êxito em uma área fora do seu alcance. Exemplificando: um dos princípios petistas é a criação dos Conselhos. Tanto é que, na legislatura de 1989 a 1993, em Vila Velha, foi de iniciativa da bancada petista a criação dos Conselhos do Transporte, da Moradia e dos Direitos Humanos, mas não aconteceu o mesmo com o Conselho da Educação. Uma explicação possível para tal omissão seria que nenhum dos três vereadores do PT pertencia à área educacional.

1. 5.1 Legislador como Intelectual Orgânico

Um dos principais pontos que compõem o pensamento gramsciano, polêmicas à parte, é a idéia de intelectual orgânico,¹¹⁰ que, para Gramsci, não são somente aqueles intelectuais que exercem

¹⁰⁸ PLEKHÂNOV, Guiorgui. O papel do indivíduo na história. In: _____. **A concepção materialista da história**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 97.

¹⁰⁹ PEREIRA, Arlete. O papel do vereador na definição de políticas públicas. 2006. Entrevista concedida a Douglas Ferrari, Vitória, 2 dez. 2006.

¹¹⁰ NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3. ed. rev. São Paulo: Cortês, 2004.p. 165

“Orgânico é um adjetivo que qualifica as pessoas pertencentes aos quadros de uma administração ou de uma empresa, responsáveis pelo aspecto organizativo. Como já falamos, é sinônimo de ‘quadro’ em Português, isto é, trata-se do subalterno necessário para o funcionamento de uma administração ou de uma empresa. Orgânico também diz respeito à estrutura interna do ser vivo, animal ou vegetal. Portanto, refere-se a uma função importante, vital e funcional”

uma profissão (literatas, cientistas). Todos são intelectuais orgânicos, desde que possuam uma capacidade técnica específica (por exemplo, o professor primário, o advogado, o padre, o farmacêutico); que sejam o elemento pensante e organizador de uma classe social rumo à construção de sua hegemonia. Portanto, eles devem ser entendidos como “[...] ‘funcionários’ da sociedade civil e articuladores da direção cultural (hegemonia)”.¹¹¹

Com base nisso, Gramsci entendia que todos os membros de um partido deveriam ser considerados como intelectuais orgânicos, muito pelas funções diretiva e organizativa, educativa e intelectual que exercem, mesmo as mais modestas.¹¹² O vereador é um intelectual orgânico, pois é um representante nato do partido, e tem, por excelência, uma função dirigente, além de ser muito importante no direcionamento das posições partidárias.

Podemos verificar, ao longo desta dissertação, que os vereadores estão na liderança de definição de opiniões, na proposição dos projetos, na relação com os movimentos sociais. Eles são um dos veículos responsáveis por transmitir as posições partidárias para toda a sociedade.

¹¹¹ NOSELLA, 2004, p. 141.

¹¹² COUTINHO, 2003, ano, p. 174.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CORTE SOCIAL: A EDUCAÇÃO

2.1 O CONCEITO

As pesquisas sobre políticas públicas no início do século XXI, do ponto de vista conceitual e metodológico, são ainda muito incipientes, mesmo com a vasta bibliografia produzida a esse respeito desde o início da segunda metade do século passado. Existem poucas experiências e tradição de avaliação do desempenho ou do resultado tanto do funcionamento das instituições promotoras das políticas públicas quanto da implementação dessas políticas. O termo políticas públicas, utilizado atualmente como jargão político, necessita ser estudado de forma mais aprofundada e abrangente em relação às teorias e aos métodos a ele ligados.

Nesta dissertação, preferimos utilizar o conceito de políticas públicas de corte social, pois há um desdobramento de “várias políticas públicas”: econômica, ambiental, tecnológica, social, entre outras. Na verdade, toda política social é pública, mas nem toda política pública é social. Políticas públicas seriam “[...] a ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como decisão de intervenção pública numa realidade, quer ela seja econômica ou social”.¹¹³ Elas têm o “[...] caráter de instrumento do Estado para o desenvolvimento do bem-estar social”.¹¹⁴ Portanto, são uma ação do Estado na sociedade. Por um lado, são os movimentos sociais civis os grandes responsáveis pela catalisação das demandas numa dinâmica do jogo de forças que se estabelece nas relações de poder; por outro, é na sociedade, inserida num determinado contexto social, que se implementam as políticas públicas.

¹¹³ BONETI, Lindomar. **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 15.

¹¹⁴ BELLONI, Isaura; SOUZA, Luiza de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortês, 2003. p. 58.

Políticas públicas têm como características os princípios, diretrizes, objetivos e normas de caráter permanente e abrangente que orientam a atuação do Estado em uma determinada área. Deles fazem parte, de modo geral, os seguintes momentos: a formulação, a implementação, a execução e o impacto.

Um dos princípios fundamentais de uma política pública é a sua relação com as demais políticas. Dessa forma, as políticas públicas de corte social podem ser congruentes e diretamente ligadas à política econômica; complementares, porque fornecem elementos que reforçam os objetivos e metas principais; ou compensatórias, quando têm o objetivo de atenuar as conseqüências maléficas da política principal.¹¹⁵

Essas políticas desempenham papéis distintos, dependendo da correlação de forças na sua formulação e implementação. São as concepções e os objetivos da política global do Governo que definem o papel dessas políticas mais específicas. Por exemplo, na elaboração das agendas,¹¹⁶ podemos questionar: Por que alguns problemas e assuntos são colocados na agenda e outros não? Por que certas alternativas são escolhidas e outras não? Sabemos, contudo, que existem assuntos que há anos são relevantes ao cotidiano social do País e não recebem a devida atenção por parte do Governo. Há assuntos que recebem maior atenção, como os que compõem a lista dos que estão para ser decididos.

Dessa correlação de forças fazem parte os atores governamentais e os não-governamentais. Os primeiros são os participantes da administração pública: o executivo e o legislativo; os demais atores são aqueles que fazem parte da sociedade civil: grupos de interesses, intelectuais, mídia e partidos políticos.¹¹⁷ Assim, também, o executivo e o legislativo são o que podemos chamar de “fazedores oficiais de políticas”, enquanto a sociedade civil é a “fazedora não-oficial”.

Podemos dividir as políticas públicas em dois tipos: as centralizadas, que se caracterizam por “estruturas organizacionais formais, relações de autoridade e controles administrativos”; as

¹¹⁵ BELLONI, 2003, p. 33.

¹¹⁶ Importante dar esse exemplo, pois foi nesta fase de formulação que se constituíram as listas dos problemas ou assuntos que chamaram a atenção dos governos e também dos cidadãos.

¹¹⁷ VIANA, Ana Luíza. Abordagens metodológicas em política públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 2-16, 1996. p. 8.

descentralizadas, caracterizadas por “[...] controles dispersos, com influência indireta dos ‘fazedores’ de políticas”.¹¹⁸ Nas primeiras, a autoridade é centralizada e existem instrumentos formais de controle e comando. Nas descentralizadas, a autoridade é dispersa e existem instrumentos informais de delegação.

As políticas públicas de corte social seguiram três grandes modelos ao longo do século XX: a) o modelo ligado ao *socialismo real*, que assegurava esse direito, mas com um caráter de massa e coletivo, ou seja, não fazia a distinção entre as diferentes necessidades individuais e específicas; b) o modelo ligado à social-democracia, conhecido por *welfare state*, que acabou com essas políticas de benevolência, as quais passaram a ser um direito e uma garantia de cidadania, mas que subjugou o social ao econômico para os incluídos pelo trabalho e pela relação salarial; c) o modelo ligado à visão liberal, que colocava a competição pelo mercado como caminho para o progresso econômico, que, por sua vez, traria o bem-estar social, visão de acordo com a qual o Estado interviria o menos possível – somente em serviços de alta prioridade social –, pois o *gasto social* era visto como uma carga, já que os recursos aí aplicados poderiam ser revertidos para atividades produtivas¹¹⁹. Os direitos sociais seriam mercantilizados pela iniciativa privada, por meio das privatizações.

Na América Latina, a receita neoliberal para as políticas públicas de corte social priorizaram as reformas, orientadas pela privatização, descentralização, focalização e por programas assistenciais de emergência.

¹¹⁸ Ibid., p. 26.

¹¹⁹ PAULA, Luiz Fernando de. Estado e políticas sociais no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 114-127, out./dez. 1992. p. 117.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO “SOCIAL” NO MUNDO E NO BRASIL

2. 2. 1 Origens pelo mundo

a) A luta pelos direitos sociais

Os direitos sociais foram os últimos a serem reconhecidos pelo ente público.¹²⁰ Quando Locke, no século XVII, afirmava a existência dos direitos naturais, priorizava o direito à propriedade contra a ação do Estado. A educação não estava incluída nesse conjunto de direitos, nem nas concepções e conquistas dos direitos civis e políticos. Segundo Carlos Nelson Coutinho, a educação pública, universal, laica e gratuita foi o primeiro direito social garantido em uma constituição, ainda durante a Revolução Francesa.

Entre os direitos civis, consolidados na Revolução Gloriosa (1688), estão os direitos à vida, à propriedade e à liberdade de expressão e movimento. Entre os direitos políticos, está contido, além do direito de votar e ser votado, o direito de associação e organização em grupos de interesse político.

Os direitos políticos só passaram a fazer parte das constituições a partir do final do século XVIII. No Brasil, eles só passaram a existir com plenitude com a Constituição de 1946, sendo ampliados pela Constituição de 1988, com a inclusão do direito de voto aos analfabetos.

Os direitos sociais só foram reconhecidos como positivos ao longo do século XX, quando o desenvolvimento capitalista consolidou-se, ocasionando o êxodo rural. O termo social deixou de ter uma conotação caritativa e passou a ter o sentido de “bem-estar social”. A partir da crise do

¹²⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre a democracia e socialismo. São Paulo: Cortês, 2000. p. 63.

capitalismo e do advento, no pós-guerra, da perspectiva keynesiana, a abordagem social buscou amortecer conseqüências indesejáveis do sistema econômico.¹²¹

Segundo Coutinho, os direitos sociais “[...] permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade”.¹²² Entre eles está, além da educação, o direito à saúde, à habitação, à previdência e assistência sociais.

Os direitos garantidos em lei são expressões das demandas formuladas pela sociedade em um determinado período, historicamente construídos e resultantes das lutas e conquistas dos trabalhadores, como a luta pela redução da jornada de trabalho e pelo direito ao voto universal. Não dá para considerar as conquistas da democracia moderna somente como burguesas, pois muitas são resultado das lutas dos trabalhadores contra a dominação liberal-capitalista.¹²³

b) O Estado de Bem-estar Social: a idéia do “investimento social”

As políticas públicas de corte social têm a luta pelos direitos como uma das faces de sua origem. A outra é o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. Antes da crise socioeconômica de 1929, acreditava-se que bem-estar social fosse produto do progresso econômico e das negociações de livre mercado.

Após a crise, a auto-regulação do mercado foi desacreditada, e os defensores da intervenção do Estado, que teve em Keynes o seu maior difusor dentro do campo liberal, acreditavam que ele devia corrigir as distorções do mercado, o que permitiu que a produção operasse mais em função do social.

¹²¹ PAULA, 1992, p. 114.

¹²² COUTINHO, 2000, p. 53.

¹²³ Ibid, 2000, p. 61-64 passim.

Para Sônia Draibe, citada por Luiz Fernando Rodrigues, “[...] o *Welfare State* não é apenas uma resposta à demanda por igualdade socioeconômica, mas também à demanda por segurança socioeconômica”.¹²⁴

Foi após a Segunda Guerra Mundial que essa teoria começou a ganhar espaço, por meio da social-democracia vitoriosa nos pleitos eleitorais europeus. Para eles, os investimentos sociais eram instrumentos que auxiliavam o desenvolvimento econômico, “[...] uma vez que [exigiam] uma força de trabalho alimentada, sã e educada, ao mesmo tempo em que [possibilitavam] uma melhoria no bem-estar geral da população”.¹²⁵ Esse tipo de política social foi implementado pelo intervencionismo estatal, inclusive na economia, calcado na importância do planejamento das políticas públicas. Além disso, como bem resume Enrique Toledo, o Estado “[...] é em parte investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos, mas também Estado benfeitor, que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social”.¹²⁶

2. 2.2 Histórico no Brasil: a mudança de enfoque

A partir das manifestações político-sociais da década de 1920, junto com a Revolução de 30 e a Era Vargas, surgiu uma nova visão sobre a política social no Brasil, que se insere, agora, na agenda de intervenção do Estado. A cidadania foi posta, a partir de sua colocação no mercado de trabalho, como resultado do modelo adotado, o “corporativismo orgânico”. Dessa forma, os cidadãos foram cobertos por um sistema de proteção social como contribuintes. Aos pobres, aqueles que não podiam contribuir por estarem fora do mercado de trabalho, ainda foram reservados os programas sociais filantrópicos.¹²⁷

¹²⁴ PAULA, 1992, p. 116.

¹²⁵ Ibid., p. 118.

¹²⁶ TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no liberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 75.

¹²⁷ COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 387.

Esse sistema de integração dos atores sociais, usando o social como instrumento de integração, começou, a partir da década de 1960, a ganhar contornos diferentes. Alguns atores foram excluídos da arena decisória pela repressão à ação coletiva e à centralização das decisões, características do regime autoritário. O eixo deslocou-se para o desenvolvimento econômico *versus* distribuição de renda. O objeto eram os efeitos redistributivos do “respingo” desse desenvolvimento na renda real.

A década de 1980 foi marcada pelas conseqüências do esgotamento do “milagre econômico”, que resultou em depressão econômica e crise fiscal, com fortes reflexos sociais. As metas eram a contenção de gastos na área social, a ineficácia da alocação dos recursos e a incapacidade de atingir os segmentos sociais, pois os benefícios eram poucos em comparação aos custos associados à manutenção dessas políticas. Avalia um artigo da época: “[...] não só a alocação de novos recursos para os ‘programas sociais’ tem sido baixa, como os próprios programas têm sido insuficientes quanto ao planejamento, metas e estratégias”.¹²⁸

Desse modo, é visível que a política pública de corte social tenha ficado subordinada à política econômica de forma complementar. A crise da política social, segundo Carlos de Medeiros, foi menos uma crise financeira *strictu sensu* e mais um resultado dessa subordinação.¹²⁹ Não adianta alocar mais recursos se não for alterada a natureza e o modo de fazer.

A década de 1980 também foi marcada, politicamente, por uma transição conservadora e por uma luta pela democratização por parte das camadas populares, que, conseqüentemente, atingiu as políticas públicas. Desse modo, favoreceu-se a volta da participação dos atores excluídos, por meio da gestão democrática da descentralização como estratégia a ser adotada, consagrada na Constituição de 1988.

A Constituição de 1988, com base na tese da descentralização via municipalização, assim redefiniu o papel de cada nível do sistema federativo brasileiro com relação às políticas públicas: ao Governo Federal caberia a coordenação; a gestão e execução caberiam aos estados e

¹²⁸ RODRIGUES, NETO, Eleutério. O “social” na nova república. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p.16-23, out./dez. 1987. p. 22.

¹²⁹ MEDEIROS, Carlos Aguiar. Os impactos sociais da crise econômica, políticas sociais e transição democrática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 175-227, maio/jul. 1989. p. 201.

municípios (processo que ficou conhecido como municipalização das políticas públicas sociais).¹³⁰ Além disso, a Constituição de 1988 abriu um amplo debate e instituiu o tripé previdência, saúde e assistência social, que hoje caracteriza as políticas de seguridade social.

A Constituição de 1988, considerada como a “constituição cidadã” pelo então presidente do Congresso, Ulisses Guimarães, ampliou os direitos sociais e, conseqüentemente, aumentou consideravelmente as obrigações do Estado, em especial na área educacional, nos três níveis de Governo, com a noção de sistemas de ensino. A grande novidade nesse sentido foi o estabelecimento de competências prioritárias que, no caso da educação infantil e do ensino fundamental, foram atribuídas ao município, abrangendo as respectivas competências territoriais num regime de colaboração intergovernamental. É importante lembrar que foi essa Constituição que elevou os municípios a categorias de entes federados à União e aos estados, ampliando sua autonomia com recursos, responsabilidades e liberdade para gerir o próprio sistema.

Na década de 1990, aplicou-se no Brasil o modelo neoliberal,¹³¹ que, entre outras coisas, defende a concepção do Estado Mínimo: diminuição dos gastos públicos e conseqüente redução dos “custos sociais”, devido às parcerias, terceirizações, privatizações e transferências das responsabilidades sociais do Estado nacional para os entes federados locais (no Brasil praticou-se a tese da descentralização via municipalização).¹³² Estabeleceu-se, então, um “[...] processo de desregulamentação dos direitos da cidadania [...]”¹³³ e a deterioração dos direitos sociais. Instalou-se um paradoxo entre a implementação das políticas públicas sociais e as restrições políticas e econômicas. As políticas públicas de corte social que foram acolhidas pela Constituição não foram regulamentadas e, em alguns casos, nem praticadas.¹³⁴

¹³⁰ PERONI, 2003, p. 76

¹³¹ Nesta dissertação, optamos pela definição, dentre as várias encontradas, utilizada por José Carlos Feijóo, que entende o neoliberalismo como um “[...] determinado padrão de acumulação vigente num determinado período histórico [...]”, levando em conta as especificidades do modelo aplicado na América Latina, que associa a posturas conservadoras: “[...] defensores do ‘livre’ mercado e da repressão política mais brutal”.

Cf.: FEIJÓO, José Carlos. O estado neoliberal e o caso mexicano. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no liberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 11-52.

¹³² LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no liberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 158.

¹³³ COHN, 2000, p. 398.

¹³⁴ PERONI, 2003, p. 50.

Sobre o Estado Mínimo e suas implicações na educação, Pablo Gentili, citado por Sônia Drews, traz uma reflexão instigante e inovadora:

O Estado neoliberal é mínimo, quando deve financiar a escola pública, e máximo, quando define de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, quando estabelece mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema e quando retira a autonomia pedagógica às instituições e aos autores coletivos da escola, entre eles, principalmente, os professores. Centralização e descentralização são as duas faces de uma mesma moeda.¹³⁵

Para a alocação dos recursos direcionados à educação, o Estado corta, diminui e descentraliza, mas, para estabelecer o currículo, a avaliação e a autonomia pedagógica, o Estado pratica a intervenção, centraliza.

2. 2.3 O “social” como um problema

Para um bom desempenho, as políticas públicas dependem, entre outras coisas, das condições políticas, econômicas e sociais e da forma de executá-las. Como consequência, dependem dos recursos a serem alocados, do reflexo das condições econômicas e sociais, da opinião pública, da posição das elites, dos partidos de oposição e dos grupos de interesse.¹³⁶

No Brasil, as políticas públicas de corte social obtiveram pouco sucesso, pois estiveram, desde 1930, caracterizadas pela focalização em determinados grupos “socialmente vulneráveis”, com fortes traços paternalistas na questão social – resultado da confusão entre o público e o privado – e clientelista-fisiologista na atuação do Estado.

Além disso, as políticas públicas implementadas apontavam para a separação entre as políticas econômicas de um lado e as políticas sociais de outro (com o predomínio das políticas econômicas), bem como para uma forte centralização na burocracia estatal, que promove

¹³⁵ GENTILI, apud BONETI, 2003, p. 79.

¹³⁶ PAULA, 1992, p. 18.

políticas sociais verticalizadas, impondo o que o povo deve querer e determinando a realidade futura, traduzida em planos e diretrizes nacionais.

Se não bastassem todos esses problemas, os programas sociais aplicados apresentavam justaposições, descontinuidade e falta de controle público. O objetivo era o mesmo: manter a população carente dependente do Estado e, conseqüentemente, de seus agentes.

O Estado fazia uma espécie de filantropia pública. As políticas públicas de corte social eram as “benesses” do Estado para com a população carente, quando, na verdade, deveriam ser um compromisso e uma responsabilidade do Estado redistribuidor. Em outras palavras, essas políticas eram consideradas atos de “caridade” pelos agentes do Estado e pelo conjunto da população.

Em suma, no Brasil o social e as políticas relativas a ele só existem como problema, como algo externo, coadjuvante, que não pode atrapalhar o desenvolvimento econômico da sociedade. Não se pensa no benefício ou no bem-estar da população.

2. 3 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: UM DEBATE DE VISÕES OPOSTAS

Uma questão que se observa no debate sobre educação – onde estão sempre presentes posições divergentes e opostas – é a democratização do acesso, também conhecida como universalização do ensino. Nesse debate, uma das posições é defendida por sindicatos, intelectuais e partidos de esquerda – visão democratizante; outra, pelo Banco Mundial¹³⁷, aceita por muitos governos brasileiros – visão liberal. Porém, mesmo com as divergências, a questão é a mesma: a

¹³⁷ Cf.: VIEIRA, Sofia. Políticas internacionais e educação: cooperação ou intervenção. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 75.

Em um belo texto sobre os organismos internacionais de cooperação, Sofia Vieira destaca a importância do Banco Mundial na organização da ordem mundial. “De um lado, pelo destaque como principal organismo de financiamento de projetos de desenvolvimento no cenário internacional [...]. Por outro, pelo seu papel estratégico no reordenamento mundial através do incentivo às políticas de ajuste estrutural nos países em desenvolvimento”.

universalização do ensino, ainda que os princípios, objetivos, resultados esperados e forma de implementação sejam diferentes, como veremos em outras situações.

2.3.1 O Pensamento Democratizante

Para o viés democratizante, esse processo faz parte e deve impulsionar a democratização da sociedade. É também um elemento importante de resgate da cidadania perdida das classes menos favorecidas, causada pelo déficit educacional histórico.

Uma outra questão levantada por esse grupo é a necessidade da mudança do modelo educacional vigente: um modelo que transforma a escola em uma “agência bancária”, que reduz a escola a uma “agência especializada em transmitir conhecimentos ‘universais’ e indispensáveis” ao aluno, que, passivamente, assiste a aulas totalmente estranhas e desconexas do seu cotidiano.¹³⁸

2.3.2 O Banco Mundial e as Implicações na Educação Brasileira

Para os que concordam com o viés neoliberal, que tem o Banco Mundial como órgão difusor, o Estado deve priorizar a educação básica como forma de igualar as oportunidades, ampliando as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. O Estado Brasileiro parece estar de acordo com essa posição, haja vista o argumento de Arlete D’Antola que, ao analisar um plano setorial de educação, afirma: “[...] a democratização do ensino é defendida em termos de iguais possibilidades de acesso à educação e caminho para o sucesso individual”.¹³⁹

¹³⁸ O leitor encontrará as informações mais detalhadas sobre esse viés no próximo capítulo, pois falaremos das idéias de dois intelectuais importantes que fizeram parte desse grupo, Moacir Gadotti e Paulo Freire.

¹³⁹ D’ÁNTOLA, Arlete. Democratização do ensino do 1.º grau: o que nos contam os números. **Revista de Educação Municipal**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 55-62, 1989. p. 56.

Durante a década de 1980, os princípios do Banco Mundial priorizavam o combate à pobreza como forma de minimizar os problemas econômicos da época, em resposta aos movimentos sociais do período. Neles, a educação básica já era considerada importante para a solução desse problema.

Na virada para década de 1990, o Banco Mundial mudou seu enfoque. Estabeleceu políticas descentralizadoras, ressaltou a necessidade de “[...] redirecionar as prioridades das políticas educacionais [...]”, tendo em vista as novas demandas do mercado de trabalho, a ineficiência da qualificação da mão-de-obra e a competitividade internacional. Esse redirecionamento visava ao estabelecimento da necessidade de se prover um mínimo de educação, prioritariamente a educação básica, dando às classes menos favorecidas “[...] a oportunidade de ser produtivas, melhorando a qualidade de suas vidas”.¹⁴⁰ Essa mudança de enfoque refletiu-se especialmente no estabelecimento de parcerias e em financiamento envolvendo países e o Banco.

Para essa mudança de enfoque, foi importante a realização, em 1990, da *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada em Jontien (Tailândia) e patrocinada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pelo Banco Mundial, Conferência que contou com a participação de 155 nações e 150 ONGs. A partir dessa Conferência, o Brasil passou, oficialmente, a fazer parte do grupo de países com problemas de universalização da educação básica e a ser consignatário dos princípios dessa e de outras conferências posteriores sobre o assunto.¹⁴¹

Na oportunidade, foi lançado um documento intitulado *Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*, cujas grandes metas eram: expansão do enfoque em educação; universalização do acesso à educação e promoção da equidade; ampliação dos meios e do raio de ação da educação básica; fortalecimento de alianças e da solidariedade internacional. Dentre as ações prioritárias, podemos destacar a definição de políticas para a melhoria da educação básica e a estruturação de alianças e mobilização para a arrecadação de recursos.

¹⁴⁰ VERZA, Severino B. **As políticas públicas de educação no município**. Ijuí: Unijuí, 2000. p. 81.

¹⁴¹ VIEIRA, 2001, p. 63.

A partir dos objetivos da educação básica (redução do analfabetismo, ampliação da educação infantil e conclusão do ensino fundamental por 80% das crianças em idade escolar), definiu-se seu conceito como “[...] o fundamento de aprendizagem para todos os cidadãos, incluindo o ensino fundamental para crianças, a alfabetização e a educação continuada não-formal para jovens e adultos”.¹⁴²

2.3.3 Além da construção de escolas

Naquele período, ainda sob a vigência da LDB n.º 5.692, de 11 de agosto de 1972, a educação enfrentava sérios problemas (como, por exemplo, a obrigatoriedade de oito anos para a escolarização básica) para a concretização da democratização do acesso à educação. A esse respeito D’Ántola afirmava: “[...] as medidas traçadas pelo Governo Geral e pelo sistema de ensino parecem ignorar o quadro geral da realidade social brasileira e o reduzido alcance à educação para a população que está na faixa regular da escolarização”.¹⁴³

Mas não basta atender à democratização do acesso; é preciso garantir para o aluno a permanência na escola e a conclusão do período educacional,¹⁴⁴ diante do grande número de reprovações e de evasão escolar. No interior dessa realidade, não se devem desprezar os fatores sociais, econômicos e culturais responsáveis pela seletividade, pelo fracasso escolar. Por exemplo, a subnutrição, as condições de renda e as relações de trabalho criam sérios empecilhos para a permanência na escola. Por isso, é preciso garantir e priorizar essas questões se quisermos estabelecer um verdadeiro processo de universalização do ensino. Em outras palavras, não adianta somente construir novas escolas, criar vagas, prolongar o calendário letivo, estabelecer o ensino noturno para jovens e adultos, incluir as pessoas com deficiência, se não forem também garantidos bons programas de transporte escolar, merenda escolar, aquisição de livros didáticos,

¹⁴² UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990. p. 154-155.

¹⁴³ D’ÁNTOLA, 1989, p. 56.

¹⁴⁴ Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores está de pleno acordo quando define o conceito de gratuidade ativa, analisada anteriormente. Resumidamente, devem-se garantir as oportunidades iguais para o acesso e a permanência de todos à educação única, pública e gratuita.

incentivo financeiro de permanência na escola e apoio clínico para as pessoas com deficiência, por exemplo.

2. 4 DESCENTRALIZAÇÃO: OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

Uma das questões debatidas no período entre a Constituição de 1988 e a LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi a descentralização do Estado e a importância dos governos municipais.

A definição de descentralização que adotaremos é aquela que a entende como “[...] transferência, no todo ou em parte, das ações de planejamento e execução a instâncias mais próximas do usuário [...]”.¹⁴⁵ Por transferência devem-se compreender as atribuições, os recursos e o poder de decisão. No caso brasileiro, a modalidade mais escolhida foi e continua sendo a transferência das ações para o município, que, após a Constituição de 1988, se tornou também território federativo. Esse processo ficou conhecido como municipalização.¹⁴⁶

Descentralização não é sinônimo de desconcentração. Desconcentrar significa delegar funções, isto é, “[...] o governo central delega autoridade para execução de funções específicas fora da sede, [...] a ação administrativa se desloca do governo central para as agências regionais”.¹⁴⁷ Descentralizar, nesse caso, refere-se a uma ação política, de baixo para cima, que visa à distribuição de poder e seu deslocamento do centro, favorecendo assim a participação social e

¹⁴⁵ BELLÓNI, 2003, p. 77.

¹⁴⁶ Concordamos com Antônio Carlos Ludwig, quando considera impossível a descentralização sem seu oposto, a centralização. E mais, quando diz que não dá para pensá-las em estado puro, mas, na prática, ocorre uma predominância.

Cf.: LUDWIG, Antônio Carlos. O processo de municipalização do ensino na cidade de Leme. In: **Descentralização, municipalização e políticas educativas**. Campinas: Alínea, p. 35-58 2001. p. 35.

Conforme Nereide Saviani, há uma descentralização da execução, mas uma centralização do controle e avaliação.

Cf.: SAVIANI, Nereide. Considerações sobre as possibilidades e os limites do poder local na gestão das políticas educacionais. IN: MARTINS, Maria. A.; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria S. Simões (Org.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 231-234 2004. p. 232.

¹⁴⁷ VIEIRA, apud LUDWIG, 2001, p. 67. Cf. VIEIRA, Paulo Reis. **Em busca de uma teoria da descentralização: uma análise comparativa em 45 países**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

maior autonomia. A desconcentração refere-se apenas ao âmbito administrativo, de cima para baixo, e foi a mais praticada pelo Estado Brasileiro.¹⁴⁸

A própria municipalização do ensino, no olhar de Paulo Vieira, pode ser considerada, também, uma desconcentração, na medida em que é o “[...] deslocamento para os municípios de ações que vinham sendo desempenhadas pelo Estado”,¹⁴⁹ mesmo que o município não seja considerado como uma de suas agências. Então, cabe a seguinte pergunta quando se fala em descentralização: Existe uma simples desconcentração de autoridade por parte do Governo Central em relação ao município, ou existe uma autêntica descentralização da autoridade com poderes para a realização de programas de iniciativa local?

A intensidade das ações descentralizadoras pode ser medida pela vivência democrática conquistada pelas ações realizadas e reconhecidas nas instâncias; enfim, quando essas instâncias “[...] são representativas das populações locais e reconhecidas por suas capacidades de decisão [...]”.¹⁵⁰ Quando isso não ocorre, existe apenas a desconcentração, mesmo que o discurso e/ou a iniciativa tenham por “objetivo” a descentralização.

No estudo realizado em 1990,¹⁵¹ Thereza Lobo classifica as três possíveis vertentes da descentralização:

- 1) **Da administração direta para indireta.** Nesse caso, trata-se da formação de “[...] empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, funções que, sob justificativa da necessidade de agilização das ações governamentais, compõem hoje um corpo poderoso à margem do controle central”.
- 2) **Entre os níveis de governo.** Nesse caso, “[...] refere-se às relações intergovernamentais”, implicando a distribuição de poder para estados e municípios, incluindo a dimensão financeira (receitas públicas) e a política-institucional (competências governamentais).
- 3) **Do Estado para a sociedade civil.** Nesse caso, “[...] refere-se à transferência de funções, hoje executadas pelo setor público, que poderiam ser melhor executadas exclusivamente ou em cooperação com o setor privado [não só empresas, mas também organizações civis, de classe ou comunitária].” Nesse grupo se incluem tanto os

¹⁴⁸ Existem outros tipos de descentralização, como a delegação, a devolução e a privatização.

¹⁴⁹ SILVA, Igínia. Municipalização do ensino: o avesso de um direito. In: GIUBILEI, Sonia (Org.). **Descentralização, municipalização e políticas educativas.** Campinas: Alínea, 2001, p. 67.

¹⁵⁰ BRAVO, Ismael. Integração e participação da comunidade no processo de municipalização em Indaiatuba. In: GIUBILEI, Sonia (Org.). **Descentralização, municipalização e políticas educativas.** Campinas: Alínea, 2001. p. 171.

¹⁵¹ LOBO, Thereza. Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 74, p. 5-19, ago. 1990. p. 7.

privatistas quanto aqueles que apontam os riscos da privatização e propõem uma “[...] uma articulação maior entre a sociedade civil e o Estado, através da cooperação mútua [...]”.

Dentro da segunda vertente (a que mais nos interessa), os estudos apontam para existência de três modalidades de descentralização. A primeira é a *Nucleação* (motivada pelo isolamento de escolas no Planalto Andino), em que é escolhida uma escola como centro coordenador. A segunda é a *Regionalização*, que envolve “[...] a transferência de funções de alguns órgãos centrais a unidades administrativas regionais, implicando na criação de organismos especializados”.¹⁵² A terceira, que mais nos interessa, é a *Municipalização*, ou seja, a responsabilização aos municípios em relação à oferta das políticas públicas de corte social.

Ainda segundo Lobo, os objetivos, pelo menos teoricamente, a serem atingidos e considerados são a democratização do Estado e a busca por mais justiça social. Em consequência, deve ocorrer um aprimoramento das relações entre governos nacionais, governos locais e a sociedade civil. Para atingir esses objetivos, devem-se levar em conta alguns princípios norteadores: 1) flexibilidade em vista de diferenças e peculiaridades econômica, social e política dentro do mesmo Estado; 2) gradualismo no tempo e no espaço em consideração ao ponto anterior; 3) transparência no processo decisório garantido por uma ampla divulgação e possibilidade de participação e 4) criação de mecanismos de controle social com acesso às informações para a efetivação de acompanhamento, supervisão e avaliação das decisões.¹⁵³

A descentralização não é apenas um objetivo, mas uma estratégia de atuação com vantagens e desvantagens, variando conforme os objetivos a atingir.

Por um lado, possibilita a ampliação da participação da população no debate e nas decisões sobre políticas e programas que lhe dizem respeito, além de ser a base para um maior conhecimento dos problemas a serem solucionados, contribuindo para o aumento da legitimidade das decisões, o uso mais eficiente dos recursos, a redução de desperdícios, o fortalecimento do poder local, maior

¹⁵² LUDWIG, 2001, p. 36.

¹⁵³ LOBO, 1990, p. 8-9.

vivência democrática (por meio do controle social das ações do governo municipal), mais agilidade nas decisões e desburocratização do Estado, por exemplo.

Por outro, pode desobrigar o Estado do cumprimento das funções que lhe são atribuídas, promovendo processos de terceirização, privatização, desregulamentação e desconcentração. O que vai “puxar o cabo” para um dos lados é a correlação de forças – democratizantes *versus* (neo)liberais – em jogo nas relações de poder.

A descentralização não é solução para todos os males: existem também limitações e desvantagens. Entre elas estão a falta de uniformidade das decisões, muitas vezes, a falta de uma equipe local apropriada e a reincidência de decisões centralizadoras (por exemplo, dentro do próprio nível central), mesmo com a perspectiva de descentralizar. Ainda se corre o risco de, por um lado, não atingir os objetivos pretendidos, como a eficiência, a desburocratização e a participação popular, e, por outro, ter como consequência o reforço do que não se quer, como o fortalecimento do poder central, o aumento das desigualdades regionais e a falta de controle social. For fim, se os processos de descentralização não forem bem dirigidos, os projetos sociais resultantes dessa estratégia podem cair nas mãos dos detentores tradicionais do poder local e virar objeto de troca em barganhas políticas e em práticas clientelistas, gerando o que se costuma chamar de “prefeiturização”.¹⁵⁴ Isso acontece porque a prefeitura somente incorpora e gere os recursos institucionais de outro nível de governo, federal ou estadual, destinados ao município, como ocorre na assinatura de muitos convênios de descentralização entre as localidades federadas.

2. 4.1 Um movimento de passos e contra-passos

O tema da descentralização do Estado Brasileiro não é novo. Desde a época colonial, já assistíamos a um primeiro fluxo de descentralização no Brasil, com a instalação das Câmaras

¹⁵⁴ JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 49.

Municipais em vilas e cidades, onde os “homens bons” participavam para legislar e executar ações referentes aos interesses locais.

Também no período imperial houve uma tentativa de descentralização, quando o próprio D. Pedro I, em uma lei assinada em 1827, determinou “[...] a criação de escolas de primeiras letras [...] em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos’ do Império”.¹⁵⁵

Mas foi o Ato Adicional o grande marco na descentralização do ensino brasileiro, ampliando os poderes das províncias, delegando-lhes o poder de “[...] legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina e Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes [...]”.¹⁵⁶

Apesar do avanço, as províncias não possuíam recursos humanos, financeiros e materiais para prover o ensino à grande parcela da população. Alguns juristas, inclusive, questionaram a ausência do poder central no provimento da instrução básica. As províncias, então, foram buscar auxílio, como, por exemplo, no Espírito Santo,¹⁵⁷ às Câmaras Municipais, autorizando-as a reservar recursos em seus orçamentos, pedindo para custear o aluguel de prédios escolares ou auxiliando alunos “indigentes” e possibilitando a criação de colegiados nos municípios para cuidar da questão educacional.¹⁵⁸

A primeira Constituição republicana de 1891 deu mais autonomia aos estados, consagrou o federalismo e manteve o sistema dual no provimento do ensino, atribuindo à União a criação de instituições de ensino superior e secundário nos estados, e a estes a instrução primária e profissional.

A década de 1920 ficou marcada por preocupações com o ensino municipal. Foram realizados o Congresso das Municipalidades, no Piauí, e a Conferência Interestadual do Ensino Primário, no Rio de Janeiro, ambos em 1921.

¹⁵⁵ RIBEIRO, Wanderley. **Municipalização**: os conselhos municipais de educação. Rio de Janeiro; DP&A, 2004. p. 40.

¹⁵⁶ Vide § 2º do art. 10.

¹⁵⁷ TRISTÃO, Terezinha. **História do poder legislativo do Espírito Santo (1835-1889)**. Vitória: Leoprint, 1984. p. 102-103.

¹⁵⁸ OLIVEIRA, Cleiton de et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 17-19.

Mas as dificuldades econômicas, a crise mundial de 1929 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder marcaram o retrocesso nessa discussão, pois levaram à recentralização política, mesmo com algumas manifestações contrárias por parte de representantes da sociedade civil, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, apesar de a Reforma de Francisco Campos não ter mencionado a questão do ensino primário, que continuou sob responsabilidade dos estados.

Em 1934, foi promulgada a Constituição que restabeleceu eleições diretas, quando retornaram as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais. Em relação à educação, foi atribuída à União a responsabilidade pelo ensino nos territórios e no Distrito Federal e ação supletiva nos estados, foram criados os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação e estabelecido um valor mínimo a ser aplicado na educação pela União, pelos estados e pelos municípios. Já a Constituição de 1937, vigente no Estado Novo, marcou um novo retrocesso, pois omitiu o direito à educação obrigatória e às porcentagens orçamentárias mínimas.

Com a redemocratização, foi promulgada a Constituição de 1946, que restabeleceu os principais pontos da Constituição de 1934. A grande novidade foi a indicação de regulamentação por meio das primeiras diretrizes e bases da educação, que só foram aprovadas pela Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Essa lei representou um avanço, quando estabeleceu os Sistemas Estaduais de Educação e oficializou os Conselhos Nacionais e Estaduais de Educação. Coube ainda aos municípios o provimento da educação básica e o aumento dos percentuais mínimos a ela destinados.

Mas a primeira referência legal à política de descentralização da educação só ocorreu na década de 1970, mediante a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 5.692/71), que previa a municipalização do ensino, pois o art. 58, parágrafo único, estabelecia as medidas que visavam “[...] à progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação, especialmente de 1.º grau”, conhecido hoje como ensino fundamental.

Esse parágrafo previa, ainda, a criação de Conselhos Municipais de Educação, nos municípios onde houvesse condições, os quais receberiam delegações dos Conselhos Estaduais. Mas pouco

se avançou nesse sentido, visto que o modelo de desenvolvimento era pautado na centralização de poder e recursos.

Assim, essa política foi traçada fora dos espaços municipais, por medidas do Governo Federal, principalmente com a implementação dos projetos financiados pelo Banco Mundial, como o Pró-Município, o Pronasec e o Projeto Nordeste, analisados adiante.

De acordo com balanço feito por Maria de Fátima Rosar,¹⁵⁹ a União “[...] efetuou uma concentração de recursos ao nível federal [...]” e não se efetivou um investimento financeiro satisfatório nos municípios. Além disso, como analisa Cleiton de Oliveira, a municipalização ficou na aparência, pois o Governo central não abriu mão do controle curricular nem do financiamento, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Do ponto de vista administrativo, a maioria das matrículas ainda estava vinculada às redes estaduais.¹⁶⁰ Com efeito, essa política descentralizadora gerou redes municipais precárias, devido às condições da maioria dos municípios: elevado grau de dependência em lugar da autonomia, que só viria na década seguinte, após a Constituição de 1988.

Porém foi na década de 1980 que se catalisaram forças para o processo de descentralização. As circunstâncias políticas colaboraram para isso quando, por exemplo, foram instituídas as eleições diretas para governador e prefeito. Essas mudanças também ocorreram no plano fiscal: aumentou a parcela de tributos federais transferidos aos municípios, que passaram a ter autoridade tributária sobre impostos que antes eram dos estados e da União. Para a educação, foi importante a efetivação da Emenda Calmon, que restabeleceu as porcentagens orçamentárias mínimas destinadas à educação, inexistentes durante a ditadura militar, determinando pelo menos 13% do orçamento da União e 25% do orçamento dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

A Constituição de 1988 ampliou a autonomia dos estados e municípios, tornando estes últimos também federados. Nos artigos referentes à educação, ficou estabelecido que os municípios atuariam, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar “em regime de colaboração”.

¹⁵⁹ ROSAR, Maria de Fátima. A municipalização como estratégia de descentralização e desconstrução do sistema brasileiro. In: OLIVEIRA, Dalila. **Gestão democrática da educação**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 106.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, 1999, p. 26.

Ficou mantida a receita orçamentária mínima destinada à educação para os estados e municípios, mas foi ampliada a porcentagem da União, que passou de 13% para 18%.

Na avaliação de Donaldo de Souza e Lia de Faria, a nova Constituição ainda não trouxera, até 2003, mudanças em relação às práticas centralizadoras, principalmente quanto à política de financiamento, “[...] mantendo a concentração sob os fluxos financeiros e as transferências governamentais”.¹⁶¹

Ao contrário das décadas anteriores, marcadas pelos modelos “agro-exportador” e “substituição de importações”, que exigiam do Estado maior intervenção, na passagem da década de 1980 para 1990, a descentralização tornou-se “a ordem do dia” para solução dos problemas em um contexto já de globalização.

As propostas neoliberais, colocadas em prática no Brasil pelos governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, buscavam uma estratégia de “modernização dos aparelhos institucionais nacionais” e dinamização da economia, com ações contra a desburocratização e a favor das privatizações e da descentralização.

Essa tendência de descentralização/municipalização das políticas públicas de corte social, que marcou a década de 1990, faz parte de um quadro maior de reforma e descentralização das responsabilidades do Estado. São responsáveis por essa tendência: a crise fiscal e administrativa do Estado, a sobrecarga do atendimento às demandas sociais, a crise de legitimidade, o aumento das demandas pela descentralização, a hiperatividade decisória e o isolamento burocrático.¹⁶²

No entanto, nesse período, os municípios passavam por uma crise fiscal sem precedentes, com a centralização dos recursos na União (cerca de 54,9%)¹⁶³ e com medidas que prejudicavam a

¹⁶¹ SOUZA, Donaldo de; FARIA, Lia de. O processo de construção da educação municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão. In: _____. **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.45-84.

¹⁶² MARTINS, Adelina; SANTOS, Alfredo S. R. dos. O financiamento da municipalização do ensino no município de São Paulo. In: GIUBILEI, Sonia (Org.). **Descentralização, municipalização e políticas educativas**. Campinas: Alínea, 2001. p. 236.

¹⁶³ PERONI, 2003, p. 52.

Esse valor é a média dos anos de 1990, conforme citado por Versano (1997) e Meneguetti (1998). Além da média da união, encontramos a média dos estados (28,5%) e dos municípios (16,6%).

arrecadação, como a extinção do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustível (IVVC). Essa crise trouxe conseqüências negativas para o financiamento da educação.

A política educacional é parte dessa transformação que marcou a redefinição do Estado neoliberal. Ela passou por uma grande reforma que visava a atender novas demandas do mercado e novo paradigma: o Toyotismo.¹⁶⁴ São motes dessa reforma educacional temas como flexibilização, descentralização, autonomia, qualidade total (produtividade), combate ao analfabetismo, democratização do acesso e terceirização de serviços.¹⁶⁵

Segundo Bresser Pereira, chefe do MARE, em 1995, o objetivo seria a promoção da publicização, isto é, a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais, inclusive a educação: ONGs, entidades filantrópicas, casas comunitárias, entre outros.¹⁶⁶

2. 4.2 A descentralização por si só não promove a democracia

A descentralização, como foi apresentada – tanto a teoria quanto a história de sua prática no Brasil –, por si só não promove mais participação da população e democratização da sociedade. Foi um grande engano vincular a proposta da descentralização com o princípio da democracia, como fizeram aqueles que estiveram presentes e por ela lutaram, durante o processo de redemocratização. Como disse Genuíno Bordignon na época: “A atual prática descentralizadora não democratizou o exercício do poder, apenas dissimulou a centralização [...]”.¹⁶⁷ A prática manteve inalteradas a estrutura e as relações de poder, “[...] num mecanismo que mais

¹⁶⁴ ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 21.

Modelo surgido no Japão, na fábrica da Toyota, em substituição ao taylorismo e ao fordismo, que prima pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas. São características básicas: produção muito vinculada à demanda, produção variada e heterogênea, trabalho operário fundamentado na multivariada de funções. A qualidade passa a ter um papel de relevância no processo produtivo.

¹⁶⁵ VIEIRA, Sofia L. Políticas internacionais e educação: cooperação ou intervenção? In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 70-73.

¹⁶⁶ PERONI, 2003, p. 61.

¹⁶⁷ BORDIGNON, Genuíno. Gestão democrática do sistema municipal de educação. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortês, 1993. p. 150-151.

descentraliza a vontade do soberano que o exercício do poder e a responsabilidade das decisões”.¹⁶⁸

Hoje vemos que, em muitos casos estudados, a descentralização não se converteu em mais eficiência, participação e democracia, mas, ao contrário, contribuiu como um recurso a mais no ajuste e afastamento do Estado.

A defesa da descentralização, em especial na educação, bem como a dificuldade em implementá-la no Brasil, deixou claro que os recursos financeiros para ela deveriam ser discutidos. Por falta deles, os resultados obtidos foram limitados até pelo menos 1998, quando se efetivou-se Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), e permaneceram os problemas de acesso, evasão, repetência e qualidade em relação à educação.

Se não for bem articulado, o processo de descentralização assume uma feição desorganizada e fragmentada. Em muitos estudos é possível perceber, sobretudo, a ineficiência, o desperdício de recursos e a descontinuidade. Relativamente à questão fiscal, é visível também uma redução dos gastos do Governo Federal e um aumento das despesas dos estados e municípios, sem a transferência de recursos para eles.

Por fim, na prática da política brasileira, é difícil efetivar-se a descentralização, visto que o modelo brasileiro de desenvolvimento é decorrente de um modelo autoritário e centralizador, internalizado na cultura política proveniente da tradição ibérica colonial.

2. 5 GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ATAQUE A VERTICALIZAÇÃO DE PODER

¹⁶⁸ Ibid., p. 150.

Na bibliografia sobre o debate a respeito da política de descentralização do ensino, a gestão democrática (ou democracia da gestão) e a municipalização estiveram quase sempre associadas, com as ações e/ou estratégias que viabilizariam tal política.

Em poucas palavras, a gestão democrática visa à superação de todas as formas de verticalização de poder, à supressão de mecanismos de dominação e à implementação de processos de comunicação. É um processo que busca a mudança estrutural da escola pública, calcada no modelo burocrático, em uma via de mão dupla: de fora para dentro, mas também de dentro para fora. Ela é uma ação política da sociedade, da escola e do indivíduo. Deve ser tão importante e natural quanto respirar.

Convém lembrar que o termo gestão tem sua origem etimológica nas palavras gregas *gestio* e *gerere*, que significam “trazer em si, produzir”. Daí se entende que a gestão está associada a algo alheio a si, de que todos fazem parte. Por isso, acima de tudo, é imprescindível a participação de todos na defesa da coisa pública.¹⁶⁹

Para muitos educadores, a gestão democrática implica também “[...] o desenvolvimento de processos pedagógicos que permitam a permanência e aprendizagem do educando na escola”.¹⁷⁰ Por esse prisma, ela também está associada à democratização do acesso e das relações pedagógicas como um caminho para a melhoria da qualidade de ensino.

A retomada da democratização da sociedade formalizou, na Carta Magna de 1988, dentro dos artigos dedicados à educação, os princípios da gestão democrática e da participação, que não haviam sido expressos em décadas anteriores e que foram as grandes reivindicações dos movimentos sociais durante a ditadura militar, motivadas pela melhoria da qualidade de ensino. No inciso IV do art. 206, está garantida a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Ficaram fora desse princípio as escolas particulares, em uma manobra da rede privada de ensino para excluí-las. Mas a garantia constitucional de tal princípio não confirmou sua efetivação. Para isso, seria necessário que as organizações sociais lutassem para que a norma constitucional fosse regulamentada e praticada.

¹⁶⁹ VERZA, 2000, p. 174.

¹⁷⁰ Ibid., p. 181.

A luta pela gestão democrática da educação restabeleceu, em parte, o controle da sociedade civil sobre a direção administrativa e pedagógica, com a introdução, principalmente na década de 1990, da eleição direta para diretor e conselhos municipais e escolares. Dessa forma, garantiu a liberdade de expressão, a participação e organização interna, necessárias para facilitar a luta por melhores condições de trabalho e por salários dignos. Mas ainda é preciso combater as forças autoritárias e centralizadoras presentes nas secretarias estaduais e municipais de educação, que estabelecem uma correlação de forças desiguais com as escolas.¹⁷¹

2. 5.1 Participação popular: uma nova relação Estado/sociedade

Diante de tudo o que foi posto, podemos dizer que a gestão democrática implica, principalmente, participação nas decisões, com o objetivo da eliminação do binômio dirigentes/dirigidos.¹⁷² Com isso, ela pressupõe o acesso às informações por parte dos envolvidos, inclusive para dar mais transparência à gestão pública. O conceito e a prática da gestão democrática não estão finalizados nem são suficientes, mas são, sim, uma conquista processual, um “vir a ser” constante de avanços e retrocessos. Ela pode ser resultado de ações espontâneas, impostas, concedidas ou provocadas.

A participação é a:

[...] capacidade de o grupo e/ou pessoas individualmente influenciarem e/ou determinarem a tomada de decisão em um processo político, de modo a garantir a manifestação de sua opinião tanto contra quanto a favor dos procedimentos a serem realizados pelo grupo ou pessoa.¹⁷³

¹⁷¹ BASTOS, João Batista. **Gestão democrática**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 8.

¹⁷² Esse objetivo garante a tomada de consciência das classes subalternas, possibilitando que elas também sejam dirigentes, como pensava Gramsci.

¹⁷³ MARTINS; SANTOS, 2001, p. 240.

O Estado deve estabelecer, primeiramente, práticas que garantam a participação da sociedade civil no resgate da esfera pública e da cidadania, assim como o estabelecimento de uma nova relação/interação entre o Estado e a sociedade. Nesse contexto, a participação assume um caráter dialógico entre as partes em um sentimento de cooperação; será mais ou menos importante quanto aos aspectos considerados nas decisões.

A participação envolve, por um lado, o fomento de uma cidadania ativa e, por outro, a quebra, dentro do próprio Estado, da resistência presente no interior dos órgãos públicos. Nesse sentido, a participação obterá grande êxito se os governantes tiverem vontade política para abrir os canais de participação a sindicatos, associações, comunidades e outros grupos, para que juntos possam traçar as políticas públicas de interesse local.

2. 5.2 Uma forma de participar: eleição direta para diretor

Uma das formas de garantir a participação popular no cotidiano escolar é a eleição direta para diretor, que foi, inclusive, uma das temáticas mais debatidas por sindicatos da categoria, intelectuais e movimentos comunitários. Sabemos que não é a única forma de participação nem que garantirá, isoladamente, a democratização da gestão. Mas, mesmo assim, eleição direta para diretor é um bom termômetro da participação e, por isso, importante.

Em 1990, em seu texto de mestrado, Luiz Fernando Dourado¹⁷⁴ detectou as formas mais usuais de gestão das escolas brasileiras durante a década de 1980, entre elas, a indicação livre pelo executivo, a indicação com base em listas tríplices, a aprovação por concurso público, a criação da carreira de diretor e a eleição direta. Esta última tem sido defendida pelos sindicatos por representar, na visão destes, a forma mais democrática.

Em outra pesquisa, agora focada no cenário da década de 1990, o autor constatou, num total de 31,3% das 53 secretarias pesquisadas, que a eleição direta era a forma mais usual de prover o

¹⁷⁴ DOURADO, 1998, p. 82-85.

cargo de diretor.¹⁷⁵ Valendo-se da idéia de que a administração escolar não se resume à questão técnica, mas é também um ato político, Dourado defendia a eleição direta para diretor, assim como outros canais de participação popular.

Convém, ainda, lembrar que, durante o processo eleitoral, a comunidade escolar reorganiza-se, reestimula-se e revive a vontade democrática presente em cada um. Além disso, o impedimento de reeleição possibilita a mobilidade de grupos de poder existentes na escola, em busca de soluções para problemas não resolvidos. Isso, na prática, configura a democracia como um processo inacabado e em constante transformação.

2. 5.3 Outra forma de participar: conselhos

Uma outra forma de garantir a gestão democrática é a implantação dos conselhos escolares e municipais, resultado de uma longa luta política desde a década de 1980, implementada desde as primeiras administrações petistas, ainda no final da citada década. O objetivo era dar ao município e à escola a autonomia necessária para a elaboração e a execução, respectivamente, do seu plano municipal de educação e do projeto político-pedagógico, além de institucionalizar a participação da sociedade civil.

Foge ao propósito desta dissertação abordar questões como estrutura, funcionamento, atribuições, competências e composição dos conselhos. Sobre esta última, vale lembrar que os conselhos devem resguardar a participação das organizações da sociedade civil.

Os conselhos influenciaram o ensino público de qualidade, na medida em que os pais, alunos, professores e demais representantes se faziam presentes, pois os conteúdos refletiam mais de perto as necessidades da comunidade. Além disso, eles foram e ainda são altamente educativos, pois promovem a participação, a discussão, a troca de idéias e a busca por soluções.

¹⁷⁵ Ibid., p. 85-88.

Passada mais de uma década de experiência em conselhos de educação, observa-se pouco avanço quanto à sua efetividade social, administrativa e política. Muitos até reproduzem o que combatiam: o burocratismo e o formalismo dos aparelhos centrais, a hierarquização entre os membros e vários tipos de manobras. Eles “emperram”, graças à atitude ainda centralizadora dos diretores, e muitas vezes são convocados somente para homologar o que já foi proposto pela escola. Além das condições socioeconômicas, a própria prática política ainda não está voltada para a construção de espaços de discussão, nem para a distribuição de poder, como deveria acontecer com os conselhos.

Além disso, os pais e alunos são vistos como “incapazes” de deliberar sobre questões internas e/ou pedagógicas, pelo seu baixo nível de escolaridade, pelo fato de não terem formação específica, como se isso fosse garantia de que eles seriam porta-vozes de boas propostas. Mas, contraditoriamente, os pais são chamados para auxiliar seus filhos nas atividades de casa, realizar mutirões de limpeza e construção na escola, participar de comemorações para arrecadação de recursos. Sendo assim, vale destacar que os conselhos são, acima de tudo, órgãos políticos.

Em um estudo realizado com as escolas de Teresina, em 1994, constatou-se que a maioria dos conselhos existia como mera formalidade. Os entrevistados apontaram como causa disso a greve do magistério, a mudança de diretor, a inexistência de grêmio estudantil e associação de pais, o descrédito da comunidade com a eficácia dos conselhos e a falta de incentivo da escola e da Secretaria Municipal de Educação.¹⁷⁶ Cabe, então, a seguinte pergunta: Vista a realidade apresentada, em que medida os conselhos foram um fator para a melhoria da qualidade do ensino, como era um dos seus objetivos?

2. 5.4 Na prática: desafios, dificuldades e incertezas

Em um recente livro, Elie Ghanem fez um estudo sobre a gestão democrática de alguns municípios brasileiros e chegou à seguinte conclusão:

¹⁷⁶ GHANEM, Elie. **Educação escolar e democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 127.

Em quase todos os municípios estudados, encontrou-se alguma menção à democratização da gestão escolar, porém não necessariamente ligada a objetivos como a descentralização dos espaços de decisão, a equidade do sistema educativo ou a definição de uma nova concepção de educação e cultura escolar”.¹⁷⁷

Ainda continuamos a fazer a costumeira separação entre o “discurso bonito” e a prática nem tanto. Em alguns estudos, inclusive, o retorno social da luta em favor da gestão democrática foi bastante tímido.¹⁷⁸

Infelizmente, as propostas de gestão democrática encontram dificuldades impostas pelo modelo da educação escolar e são incompatíveis com o modelo que prioriza a escola como “unidade transmissora de conhecimento”, moldado numa organização burocrática e hierarquizada, herdada do sistema de funcionamento empresarial. Vale questionar se é possível democratizar a gestão da escola pública no âmbito do Estado tradicional, vinculado à ideologia de mercado e às estruturas políticas que expressam a vivência da exclusão.

A gestão democrática só conseguiu ser efetivada onde secretarias de educação, sindicatos, escolas e comunidades assumiram o compromisso.¹⁷⁹

Pedro Jacobi afirma:

Gestão democrática e participação popular requerem um fortalecimento das formas de organização da sociedade civil, uma mudança na correlação de forças, uma transformação qualitativa dos padrões de gestão, enfim, um processo real de democratização do estado e de sua gestão”.¹⁸⁰

¹⁷⁷ Ibid., p. 133.

¹⁷⁸ BASTOS, 2005, p. 130.

¹⁷⁹ BASTOS, 2005, p. 18.

¹⁸⁰ JACOBI, 2000, p. 143.

2. 6 MUNICIPALIZAÇÃO: UM ATO POLÍTICO OU SIMPLES TRANSFERÊNCIA TÉCNICA?

Polêmicas à parte, é consenso afirmar que a municipalização significa, grosso modo, a “[...] transferência das responsabilidades pela gestão e manutenção das escolas de uma rede de ensino para outra, de um executivo para o outro, obedecidas as normas, diretrizes e políticas nacionais”.¹⁸¹

Mas uma verdadeira municipalização não significa apenas transferência das responsabilidades para o governo municipal. A municipalização deve ser acompanhada da integração do planejamento, da gestão e da avaliação de todas as escolas sob a jurisdição da secretaria municipal junto ao Conselho Municipal de Educação. Com efeito, a escola deve ser a ponta da pirâmide: “[...] o princípio passa a ser a escola, não mais o ‘sistema’”.¹⁸²

Somada a isso, mais que um ato administrativo, a municipalização deve ser encarada como um ato político. Isso quer dizer que se desloca “[...] o poder de decisão, não apenas a execução de ações definidas em nível superior”.¹⁸³ O município é o novo espaço de poder e de elaboração das propostas e projetos educacionais por meio da participação dos envolvidos; por isso, a ênfase deve ser dada a propostas e experiências locais. O Estado deve “pensar” a partir do município.

A municipalização foi realizada no Brasil segundo três modalidades. Primeiro, o município foi encarregado de todo ensino fundamental e pré-escolar; segundo, o município encarregou-se de parte do ensino, convivendo, paralelamente, as redes estadual e municipal no mesmo nível de ensino; terceiro, o município encarregou-se de questões e programas específicos, como, por exemplo, a merenda, o transporte e os funcionários.

Por um lado, a municipalização proporciona maior “racionalização” dos recursos, desburocratização do sistema; desenvolve mecanismos de solução mais rápidos e pontuais, quebrando o isolamento da comunidade em relação à escola e integrando a sociedade civil ao

¹⁸¹ BORDIGNON, 1993, p. 150.

¹⁸² Ibid, 1993, p. 153.

¹⁸³ Ibid., p. 158.

processo decisório. Por outro lado, não podemos negar as desvantagens da proposta: falta de cultura participativa da população, vulnerabilidade de boa parte dos municípios brasileiros, desqualificação dos integrantes dos órgãos municipais para compor um sistema de ensino e menor resistência às pressões políticas.

Existem basicamente duas propostas de municipalização que foram debatidas e colocadas em prática, com mesmo mote, mas argumentação diferente.

O viés neoliberal procura a racionalização por meio do combate ao desperdício de recursos, seguindo a lógica do “Estado Mínimo” e a desobrigação do Estado com as questões sociais (resguardando a supletiva e a distributiva). Lisete Regina Arelato afirma que o processo de municipalização foi mais uma iniciativa do Governo Federal com o objetivo de

[...] adequar o Estado aos novos modelos de racionalidade adotados pela Administração Pública, com conseqüente enxugamento do aparelho estatal, e não resposta a reivindicações da sociedade civil interessada em participar de forma mais ativa nas escolas e nos projetos pedagógicos.¹⁸⁴

Já o viés democratizante procura incentivar a participação popular (por meio dos conselhos municipais e de escolas) e a luta pela gestão democrática exemplificada na eleição direta para diretor e conselhos.

Para Moacir Gadotti, que defende o viés democratizante, o “inimigo” da municipalização não é o professor, mas as estruturas corporativas. Ainda segundo ele, a municipalização é um golpe contra qualquer burocracia: sindical, partidária, corporativa.¹⁸⁵ Ela seria um ataque à centralização e à falta de autonomia, que motiva a evasão, a ausência de vagas, a repetência e a falta de qualidade.

¹⁸⁴ ARELATO, Lisete Regina. A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, Cleiton de et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 65 .

¹⁸⁵ BORDIGNON, 1993, p. 87.

2. 6.2 A história de uma tentativa

A história da municipalização do ensino no Brasil iniciou-se durante a Era Vargas (1930-1945) e concretizou-se somente com a Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de setembro de 1996, que criou o FUNDEF. Ela acompanha a história da democratização da sociedade e da consagração do princípio da descentralização.

Em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, já se encontrava a estratégia da municipalização como via para a descentralização. Mas ele (o Manifesto) foi aprofundado, mais tarde, por um dos seus participantes, Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisa (INEP), por meio do texto *Municipalização da escola primária*, apresentado durante o Congresso Nacional das Municipalidades, em 1947. Resumidamente, a principal especificidade de sua proposta era a implementação de um só regime, pelo qual as escolas seriam administradas por gestores locais, ligados ao sistema municipal de ensino, sujeitos (escola e município) à organização da lei estadual e aos objetivos das diretrizes nacionais. As escolas do município seriam mantidas por meio de recursos municipais, complementados por recursos estaduais e, supletivamente, federais. À União caberia a tarefa de definir, aos estados, a tarefa de organizar, e aos municípios, a de manter, em caráter elementar, o ensino primário. Para a política de financiamento, seriam criados os conselhos federal, estadual e municipal, com poderes autônomos para gerir os *fundos de educação* das respectivas órbitas.¹⁸⁶

Para Anísio Teixeira, a descentralização via municipalização era o remédio democrático necessário para que as escolas pudessem ser órgãos autônomos, respeitando apenas as normas profissionais, sob o controle dos próprios educadores. Além dessa vantagem, Anísio arrolou outras: 1) **administrativas**: a unidade escolar menor será mais bem administrada; 2) **sociais**: a

¹⁸⁶ TEIXEIRA, Anísio. A municipalização do ensino primário. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 121-136, 1989. p. 121-136.

escola promoverá a integração com a comunidade; 3) **pedagógicas**: as atividades e características do currículo atenderão aos anseios da comunidade por sua proximidade administrativa.¹⁸⁷

A descentralização na educação ganhou grande impulso com a LDB, Lei n.º 4.024/61, que ampliou a autonomia dos municípios, possibilitando a manutenção de redes próprias. Todavia, com a LDB n.º 5.692/71, foi oficialmente estabelecida a tese da municipalização do ensino primário (hoje fundamental) nos moldes da proposta anisiana. Assim está escrito no art. 59 da referida lei: “[...] progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços da educação, especialmente de 1.º grau, que, pela sua natureza, podem ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais”.¹⁸⁸

Foi uma tentativa de dar ao governo municipal mais autonomia, em contradição com o que ocorria no período da ditadura militar, marcado pela centralização do Estado. A dependência dos municípios com relação aos auxílios federal e estadual, que já era grande, tornou-se ainda maior, devido à transferência dessa responsabilidade, completada pelo art. 54, que estabeleceu o crivo dos conselhos estaduais para a aprovação de planos e projetos apresentados pelos municípios. O resultado não foi o esperado.

Ainda no regime ditatorial, foi implementado um projeto, ao lado de outros com finalidades próximas, financiado pelo Banco Mundial, chamado de Pró-Município (Projeto de Coordenação e Assistência Técnica do Ensino Municipal). Foi uma espécie de tentativa para dar aplicabilidade à Lei n.º 5.692/71, mas que, como expresso no nome do projeto, não ultrapassou os limites de atividades ou tarefas simplesmente executivas, como o levantamento da população em idade escolar, a chamada de matrículas, a fiscalização da frequência, a construção e manutenção de escolas, o ensino supletivo e a assistência material ao educando. Com essas atividades, esperava-se solucionar os problemas do ensino municipal, bem como aperfeiçoá-lo, mediante ações articuladas entre as administrações estaduais e municipais.

Dezessete anos depois da LDB 5.692/71, a Constituição de 1988, no § 2.º do art. 211, reafirmou o princípio da municipalização. Assim, estipulou: “[...] os municípios atuarão *prioritariamente* nos

¹⁸⁷ Ibid., p. 128.

¹⁸⁸ Lei 5.692 de 11 de agosto de 1972.

ensinos fundamental e pré-escolar”. Pelo grifo que fizemos, não está posto que o município deva assumir sozinho e, exclusivamente, os primeiros anos da educação básica, mas somente a ele deve ser dada tal prioridade. Fica subentendido que as unidades da Federação também podem assumir a educação primária, da mesma forma que os municípios também podem atuar nos níveis médio e superior de ensino. O que realmente está claro é que as prefeituras, os estados e a União podem atuar em qualquer grau de ensino.

Embora não pertença ao recorte temporal desta dissertação, podemos dizer que a LDB n.º 9.394/96 consagrou a mesma idéia da Constituição, apenas regulamentando seus principais artigos. Mas até 1998 a municipalização pouco avançou.

Apesar do discurso a favor da municipalização do ensino, que vem desde Anísio Teixeira (1957), muitos municípios só aderiram à municipalização após 1998, em razão das verbas (e da visibilidade) que teriam ou perderiam oriundas do FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional n.º 14/96.¹⁸⁹ Esse Fundo determinava que 60% dos recursos recolhidos pelos estados e municípios deveriam ser destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, e atribuía à União a função redistributiva e supletiva.

Só depois da aplicação dessa Emenda foi que o processo de municipalização se consagrou de fato, o que foi comprovado pela pesquisa feita por Pedro Jacobi: a malha de 57 municípios com rede de ensino, em 1990, passou para 442, em 1998, o que corresponde a um crescimento percentual de quase 800% . Em 1995, eram apenas 72 municípios registrados.¹⁹⁰ Com relação às matrículas no ensino municipal, elas avançaram de 32,96%, em 1996, para 50,22%, em 2002, conforme pesquisa recente feita por Cleiton de Oliveira.¹⁹¹

¹⁸⁹ Outros fatores também podem ser apontados, como a incerteza nas negociações dos recursos, a instabilidade dos convênios, a desarticulação entre as esferas governamentais, as indefinições dos mecanismos administrativos e a resistência de setores importantes da educação.

¹⁹⁰ JACOBI, 2000, p. 70.

Também vai colaborar para a efetivação da municipalização a criação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado em 1995, com o objetivo de descentralizar a execução dos recursos financeiros federais.

¹⁹¹ OLIVEIRA, Cleiton de. Algumas observações sobre o financiamento do ensino. IN: MARTINS, Maria A.; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria S. Simões (Org.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 132.

O Fundo ajudava também a universalização do ensino, pois a verba dependia do número de alunos matriculados, uma vez que era calculada por “valor-aluno”: quanto mais alunos matriculados, mais verba o município recebia, o que, de certa forma, dava chance a inúmeras práticas de clientelismo e a possibilidades de ganhos políticos.

2. 6.3 Um caminho tortuoso: a municipalização realizada de forma autoritária

A municipalização do ensino, colocada no final do século passado, seguia a tendência mundial de diminuição da atuação do Estado, que mormente era burocrático, centralizador e ineficaz. Quanto mais repartido fosse o poder, mas democrático ele seria, e, para alguns, mais popular também. Seria esse talvez um dos maiores equívocos: pensar que a municipalização como via de descentralização significaria mais democratização do ensino e participação popular.

No Brasil, a estrutura de poder continua centralizada, não mais na União e/ou nos estados, mas nos municípios. Mudou somente o espaço territorial e o ente federado. Os próprios municípios continuam presos, como meros executores das decisões do Governo Federal, reduzidos aos planos administrativos e institucionais. Na verdade, para muitas localidades aconteceu apenas uma desconcentração de encargos e serviços,¹⁹² que não foi acompanhada do repasse dos recursos financeiros necessários. Cabem, então, duas perguntas: O que mudou na correlação de forças entre os governos (União, estados e municípios) que influencie na política educacional, no sentido da democratização do ensino? Qual o grau de articulação das forças organizadas municipais com os interesses das classes trabalhadoras para que seja obtida a democratização do ensino?

Em pesquisa realizada no estado de São Paulo, os próprios gestores municipais afirmam que essa municipalização foi realizada de forma autoritária. Ela significa “[...] a expressão de uma vontade política impositiva, que atende a uma diretriz administrativa governamental

¹⁹² Pedro Jacobi (2000, p. 52) dá o nome de “municipalização tutelada” à forma como se deu essa municipalização.

descentralizadora, em que o Estado, por razões econômicas, transfere para os municípios a responsabilidade pelo ensino fundamental”.¹⁹³

Então, caberia outra pergunta: Como foi implementada a municipalização do ensino? Em muitos casos estudados, esta significou uma vontade impositiva e autoritária efetivada mais na falta de discussões do que na pressão dos municípios ou das demandas populares. A municipalização colocada em prática, pelo menos nessa primeira fase (antes do FUNDEF), interessava mais à União e aos estados do que aos municípios.

A tradição centralizadora dos recursos financeiros é um dos maiores obstáculos à municipalização, apesar de sua disponibilização consistir fator necessário ao sucesso. Por isso, nessa primeira fase, momento anterior à criação do FUNDEF, o fracasso foi mais comum do que o sucesso. Somente os grandes municípios conseguiram implementar uma municipalização de fôlego. Os municípios pequenos ficaram sobrecarregados de ações a realizar, mas sem recursos financeiros para levar à frente os novos empreendimentos educacionais. Assim, a municipalização, se não bem aplicada, corre o risco de agravar as desigualdades regionais.

Em uma pesquisa realizada por Sebastião Orlando da Silva em três municípios paulistas,¹⁹⁴ chegou-se à conclusão de que a comunidade escolar (pais, alunos e funcionários), secretários de educação e demais envolvidos “[...] não estão preparados politicamente para as possibilidades da municipalização”.¹⁹⁵ Acrescentaríamos que não estavam preparados nem estruturalmente – com pessoal suficiente e qualificado – nem organizacionalmente – com equipes para atender as diversas demandas. Em outro ponto, Silva continua: “Descentralização e municipalização como política pública para a educação, nos municípios pesquisados, só na legislação. A realidade é outra”.¹⁹⁶

¹⁹³ SILVA, 2001, p. 86.

¹⁹⁴ Devido à escassez de pesquisas mais profundas sobre o tema no Espírito Santo, estamos utilizando como referência pesquisas sobre outras cidades, especialmente São Paulo.

¹⁹⁵ SILVA, Sebastião Orlando da. Estilo de administração de secretários municipais de educação de três municípios do estado de São Paulo em processo de municipalização do ensino. In: GIUBILEI, Sonia (Org.). **Descentralização, municipalização e políticas educativas**. Campinas: Alínea, 2001. p. 32.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 33.

Entendemos que a correlação de forças não atuou favoravelmente àqueles que pregavam a democratização da sociedade e da escola durante as décadas de 1980 e 1990. Com a municipalização, não se democratizou o exercício do poder nem na sociedade nem na educação.

Analisando alguns processos de municipalização que ocorreram no País, observamos que estes favoreceram a concentração de recursos e poder nas mãos dos mesmos grupos econômicos e políticos anteriores. Agora esses processos estão mais facilitados pelo efeito desagregador que produziram, pelo “loteamento” territorial entre as elites e pelo “sufocamento” do pensamento contrário subdividido em pequenos grupos. Maria de Fátima Rosar afirma: “A questão da municipalização do ensino é, portanto, uma dimensão da luta pela hegemonia, e assim sendo, os setores progressistas necessitam tomar o município como ponto de partida”.¹⁹⁷

Se, por um lado, a municipalização possibilitou uma autonomia para o município, por outro, repassou os deveres do Estado e os direitos sociais do cidadão para a sociedade civil, na qual está inserida a escola. Ela estabelece, na verdade, uma nova relação entre Estado e sociedade civil, na qual essa relação se reconfigura como um novo padrão de sociabilidade com novos valores.

2. 7 A INTERLOCUÇÃO DAS TEMÁTICAS

Podemos fazer agora uma breve conclusão sobre as principais questões deste capítulo primordial para o entendimento do debate educacional do período que precedeu a LDB 9.394/96. Faremos em tópicos para facilitar a organização das temáticas e das idéias.

1) Políticas públicas de corte social. No Brasil, é visível que a política pública de corte social ficou subordinada à política econômica, de forma complementar, ou seja, como um problema, algo externo, coadjuvante, e que não pode atrapalhar o desenvolvimento econômico da sociedade. Além disso, as políticas públicas sociais obtiveram pouco sucesso, pois sempre estiveram, desde 1930, caracterizadas pela focalização em determinados grupos “socialmente vulneráveis”, com

¹⁹⁷ ROSAR, 1997, p. 138.

fortes traços paternalistas e centralizadores na questão social, resultado da confusão entre o público e o privado, entre o clientelismo e o fisiologismo em relação à atuação do Estado. Se não bastassem todos esses problemas, os programas sociais aplicados apresentam justaposições de toda ordem com uma descontinuidade e falta de controle público.

2) A Constituição de 1988. Ampliou os direitos sociais e, conseqüentemente, as obrigações do Estado, em especial na área educacional, nos três níveis de governo, com a noção de sistemas de ensino concomitantes num regime de colaboração intergovernamental. Nesse sentido, o estabelecimento de competências prioritárias definiu como responsabilidade do município a educação infantil e o ensino fundamental. Foi também nessa Constituição que se elevaram os municípios a categorias de entes federados, junto com a União e os estados, ampliando a sua autonomia com recursos, responsabilidades e liberdade para gerir o seu próprio sistema.

3) Democratização do ensino. Não basta somente atender a democratização do acesso à educação; é preciso garantir a permanência e a terminalidade, como entende o PT quando cunha o termo “gratuidade ativa”. Não podemos desprezar os fatores sociais, econômicos e culturais, responsáveis pela seletividade e fracasso escolares. É preciso que se garantam e priorizem essas questões, se quisermos estabelecer um verdadeiro processo de universalização do ensino. Em outras palavras: não adianta somente construir novas escolas, criar vagas e prolongar o calendário letivo, estabelecer o ensino noturno para jovens e adultos, incluir as pessoas com deficiência, se, em conjunto, não forem garantidos bons programas de transporte, merenda escolar, aquisição de livros didáticos, incentivo financeiro de permanência na escola, apoio clínico para as pessoas com deficiência, entre outros.

4) A descentralização. Com muitas dificuldades para efetivar-se na prática da política brasileira, visto que a nossa forma de desenvolvimento é decorrente de um modelo autoritário e centralizador incrustado na cultura política, tentativas não faltaram nesse sentido, ocorrendo desde o período colonial. Se, por um lado, possibilita a ampliação da participação das camadas da população no debate e na decisão daquelas políticas e programas que lhes dizem respeito, e o conhecimento dos problemas a serem solucionados, contribuindo, também, para o fortalecimento do poder local, por outro, pode desobrigar o Estado nacional das funções que lhe são atribuídas, promovendo processos de terceirização, privatização, desregulamentação e desconcentração. A

descentralização não é solução para todos os males do Brasil. Corre-se o risco de, por um lado, não atingir os objetivos pretendidos, como eficiência, desburocratização e participação popular, e, por outro, ter como consequência o reforço do que não se quer, como o fortalecimento do poder central, o aumento das desigualdades regionais e a falta de controle social. Como vimos, a prática descentralizadora não democratizou o exercício do poder, mas apenas dissimulou a centralização. Ela manteve inalteradas a estrutura e as relações de poder. Quer dizer, a estrutura de poder continua centralizada, agora não mais na União e/ou nos estados, mas nos municípios.

5) Gestão democrática. Não tem como pensar a gestão democrática sem pensar a prática da participação popular. Inauguradas oficialmente na Constituição de 1988, as propostas de gestão democrática tiveram, na educação, com a eleição para diretor e a criação e participação em conselhos, bandeiras de luta defendidas pelos educadores. Passada mais de uma década de experiência dos conselhos de educação, ainda se avançou pouco para a sua efetividade social, administrativa e política. Muitos reproduzem o que combatiam: o burocratismo e o formalismo dos aparelhos centrais, a hierarquização entre os membros e as manobras de todo jeito. Em muitos casos, os conselhos existem apenas como mera formalidade. A própria prática política (sem contar as condições socioeconômicas) ainda não está voltada para a construção de espaços de discussão, nem para a distribuição de poder. Nesse sentido, a participação obterá grande êxito se os governantes tiverem vontade política para abrir os canais de participação aos sindicatos, associações, comunidades e outros espaços coletivos, para juntos traçarem as políticas públicas de interesse local. Mas há de se questionar a possibilidade de democratizar a gestão da escola pública no âmbito do Estado tradicional, vinculada à ideologia de mercado e às estruturas políticas que expressam o desenvolvimento da exclusão.

6) Municipalização. Não se resume apenas em transferência de escolas para o governo municipal. Ela deve ser acompanhada, também, de integração do planejamento, da gestão e da avaliação de todas as escolas sob a jurisdição da Secretaria Municipal junto com o Conselho Municipal de Educação. Ela necessita ser encarada mais como um ato político e menos como um simples ato administrativo. A mudança é profunda, pois se desloca o poder de decisão, não apenas a execução de ações definidas em nível superior. Mas, analisando alguns processos de municipalização que ocorreram no País, percebemos que estes favoreceram a concentração de recursos e poder nas mãos dos mesmos grupos econômicos e políticos de antes. Na verdade, a

descentralização via municipalização como política pública para a educação ficou somente na legislação; a realidade foi outra.

7) Recursos financeiros. Não é possível falar em descentralização e municipalização sem tocar na questão do financiamento, sem prover recursos financeiros para que o município consiga atender satisfatoriamente as novas demandas. O que aconteceu, na prática, foi a descentralização das funções, encargos e responsabilidades e a centralização dos repasses financeiros. Tanto foi assim que só depois da aplicação da emenda que criou o FUNDEF é que o processo de municipalização se consagrou de fato na prática, como foi comprovado pela pesquisa realizada por Pedro Jacobi.

8) O jogo de forças presente na correlação. São as concepções e os objetivos da política global do Governo que definirão o papel das políticas mais específicas. Nesse mérito, em particular, a correlação de forças presentes nos (estados) governos brasileiros não atuou favoravelmente para o grupo que denominamos “democratizante”. Apesar de os dois grupos, aqui divididos, defenderem a descentralização via municipalização, as forças políticas e econômicas presentes nessa correlação penderam para a proposta do “viés liberal”. Cabe reforçar as seguintes perguntas: Por que alguns problemas e assuntos são colocados na agenda e outros não? Por que certas alternativas são escolhidas e outras não?

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Após as explicações teóricas (Capítulos 1 e 2) e a apresentação do contexto histórico (também no Capítulo 2), buscaremos, neste terceiro capítulo, apontar qual a concepção do PT sobre a educação nacional e as propostas apresentadas pelo Partido acerca desse assunto, as quais poderiam ter sido encaminhadas pelos vereadores petistas nas legislaturas que serão analisadas.

Para tanto, dividimos o capítulo em duas partes. A primeira consiste na análise dos escritos relativos à educação, elaborados por intelectuais de projeção nacional nessa área de conhecimento, como Moacir Gadotti e Paulo Freire. A segunda constitui-se da análise dos documentos oficiais gerados pelo Partido, como as resoluções extraídas dos encontros e congressos e demais textos e documentos produzidos pela Comissão Nacional de Assuntos Educacionais (CAED), assim como as propostas de campanhas eleitorais.

Paulo Freire preocupou-se mais com os métodos de ensino-aprendizagem e de alfabetização, e menos com as questões ligadas à sociologia da educação, como os sistemas de ensino – seus problemas e possíveis soluções – e as políticas públicas educacionais. Por isso destacamos mais as idéias de Gadotti e menos as de Freire. Em Freire, analisaremos suas propostas de uma educação popular e de ação cultural dentro da educação.

3.1 MOACIR GADOTTI: A EDUCAÇÃO COMO SISTEMA

Para Moacir Gadotti, a classe trabalhadora precisa munir-se de sua consciência de classe para suprimir a dominação, o que se dará por meio da aquisição de conhecimentos para sua formação cultural, política, social e econômica, requisitos que a tornarão uma classe dirigente. É nesse momento que entra a escola, como um espaço de conquista desses requisitos, ao invés de um lugar dedicado à “formação técnico-científica” a serviço do capital. Não é esse último o saber que interessa à classe trabalhadora. São palavras de Gadotti: “A preparação das massas populares para o exercício do poder é uma função política da *escola da transição*. E essa é uma tarefa política da escola”.¹⁹⁸

Para Gadotti, a hegemonia e a nova hegemonia são a essência da relação pedagógica. A educação, na nova hegemonia, busca a “ampliação das oportunidades educacionais”, “a livre associação e liberdade de expressão” e a produção de uma “contra-ideologia”.¹⁹⁹ Para o autor, tal como em Gramsci, o papel da escola na sociedade classista é a elaboração das condições necessárias para a conquista de uma nova hegemonia pela classe trabalhadora, uma vez que, na teoria socialista, a educação também é um momento de luta de classes.²⁰⁰

Assim como cada classe tem a sua ideologia, cada uma possui também sua teoria pedagógica, de modo que podemos distinguir a pedagogia da classe dominante e a pedagogia da classe dominada. Não podemos desvincular a política da pedagogia. Temos que fazer uma escolha entre teorias pedagógicas, e essa escolha, para além da técnica, é política.²⁰¹

Em *Concepção dialética da educação*, Gadotti mostra-nos os três princípios básicos que perpassaram os seus escritos marxianos sobre educação: 1) uma educação pública para todos; 2) uma educação gratuita como responsabilidade única do Estado e 3) uma educação pelo trabalho, em “escolas politécnicas”, assim denominadas por Marx, nas quais seria realizada a união do

¹⁹⁸ GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. Campinas: Papirus, 1985. p 30-37 passim.

¹⁹⁹ GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortês, 1983. p. 159.

²⁰⁰ GADOTTI, op. cit., p. 42, nota 198.

²⁰¹ GADOTTI, 1985, p. 157.

estudo teórico com o trabalho prático.²⁰² Esses princípios são, então, as bandeiras de luta político-educacional de Gadotti.

3.1.1 Pedagogia dialética: uma perspectiva de classe

Contrária à pedagogia autoritária vigente em nossos sistemas de ensino, Gadotti propõe a concepção dialética de educação, que deve estar voltada para a formação do homem por meio da “[...] elevação da consciência coletiva realizada concretamente no processo de trabalho (interação) que cria o próprio homem”.²⁰³ Ela é uma pedagogia social, científica, que volta o seu olhar para o futuro, pois “[...] a questão central da pedagogia [dialética] é o homem enquanto ser político, a *libertação histórica* concreta do homem contemporâneo”.²⁰⁴ Ela tem uma perspectiva de classe ao comprometer-se com os interesses das classes dominadas, pois, como já dissemos, ela se volta para a formação dessa classe como classe dirigente, ou seja, para o exercício da hegemonia e do poder.

Essa concepção de pedagogia está entrelaçada com os ideais da organização dos movimentos sociais populares presentes na sociedade civil, nos quais deveria ter início a luta hegemônica. Para a visão autoritária, ao contrário, a educação está ligada aos canais da sociedade política.

²⁰² GADOTTI, 1983. p. 55.

²⁰³ GADOTTI, 1983. p. 149.

²⁰⁴ Ibid., p. 149 (grifos nosso).

3.1.2 A autonomia para uma gestão democrática

Na década de 1990, após o colapso do socialismo soviético, os movimentos de esquerda buscaram levantar bandeiras, inexistentes até então, como de autonomia e participação, na perspectiva de uma gestão democrática. Assim foi com o movimento trabalhista, na Polônia e na antiga Iugoslávia, e com o movimento educacional, influenciado pelos escritos de Cornelius Castoriadis e Michel Lobrot. Também no Brasil essas idéias tiveram grande repercussão.

Etimologicamente, autonomia vem da junção de duas palavras gregas: *autos*, que significa “si mesmo”, e *nomos*, que significa “lei”. Então, autonomia seria a determinação das leis para si mesmo, a capacidade de autodeterminar-se. Por princípio, então, o ato educativo constitui a formação para a autonomia. Ou seja, devemos potencializar o educando para que ele seja capaz de responder às suas próprias indagações, de tornar-se governante e respeitar as diferenças. Em poucas palavras: promover a educação para o autogoverno.²⁰⁵

Para isso, a própria escola precisa ser autônoma, o que significa que ela deve autogovernar-se, isto é, deve ter o poder de formular e executar seu próprio projeto político-pedagógico, de gerir seus próprios recursos, de eleger seus próprios administradores (diretores, membros dos conselhos de escolas), de trabalhar em parceria com a comunidade local.

Já em seus artigos, a Constituição de 1988 dá algumas pistas sobre o assunto: “democracia participativa” (art. 1.º), “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas” e “gestão democrática do ensino público” (art. 206). No entanto, só podemos falar em uma autonomia relativa. Por dois motivos: a) “[...] é um processo sempre inacabado, um horizonte em direção do qual podemos caminhar sempre sem nunca alcançá-lo definitivamente [...]”²⁰⁶ e b) porque a escola não tem uma autonomia didático-pedagógica, no que se refere às questões filosóficas e políticas, nem autonomia em relação às questões administrativo-financeiras e orçamentárias.²⁰⁷

²⁰⁵ GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortês, 1992. p. 10.

²⁰⁶ GADOTTI, 1992, p. 44.

²⁰⁷ GADOTTI, 1985., p. 45-47.

A efetivação de uma escola autônoma é um ato político de “abrir as portas” às classes dominadas, que nunca tiveram a oportunidade de sentir-se parte do Estado. Este, por sua vez, não deve omitir-se no financiamento e oferecimento de uma educação de qualidade para todos.

São intrínsecos à vivência da autonomia os princípios da democratização e da gestão democrática. Uma escola só pode ser autônoma se for democrática em seus princípios, em sua gestão e em suas práticas cotidianas.

Na verdade, o sistema educacional é um prolongamento do sistema social e político de um determinado período histórico. Assim: “Numa democracia, fundada nos princípios de autonomia e participação, a educação é ao mesmo tempo fator e produto da sociedade”.²⁰⁸

Durante o período de redemocratização, a participação de toda a comunidade escolar nas decisões, programas e projetos de uma escola ou de uma rede de ensino foi uma reivindicação da sociedade civil, liderada pelos sindicatos de professores. Essa *política democrática de educação*, de um lado, “[...] procura incentivar a participação de todos aqueles que estão envolvidos com os problemas educacionais e, de outro, procura estimular o papel crítico dos órgãos responsáveis pela educação”.²⁰⁹

Só com a participação dos “envolvidos” é possível promover a democracia, que pode e deve começar pela escola e pelos sistemas de ensino. Dessa forma é que se percebe quais são as necessidades reais de uma comunidade. Um *sistema democrático de ensino* pode ser avaliado “[...] pela capacidade que ele tem de acolher criticamente esses problemas da sociedade [necessidades reais], pela capacidade dos educadores de escutarem criticamente esses problemas, para identificá-los, equacioná-los, respondê-los [...]”.²¹⁰

Para efetivar a participação dos envolvidos, é preciso descentralizar e desconcentrar atividades por meio de uma gestão democrática, ao contrário do que ocorre em muitos sistemas, nos quais se propõe desconcentrar as tarefas educacionais, concentrando o poder de decisão.

²⁰⁸ Ibid, p. 114.

²⁰⁹ GADOTTI, 1985, p. 114.

²¹⁰ GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortês, 1991. p. 88.

A “gestão democrática do ensino público” foi proposta após vários debates que antecederam a formulação da Constituição de 1988 e está contida no art. 206, inciso VI, desse Instituto. Esse movimento histórico influenciou positivamente a gestão democrática: na estrutura e no funcionamento dos sistemas relativos à comunicação; na organização do trabalho escolar, com formulações de projetos político-pedagógicos; na definição e no acompanhamento da política educacional, abrindo canais de participação e acesso à informação, como é o caso dos *coletivos de escolas*, ou conselhos de escolas, sua outra denominação.²¹¹

Esses coletivos de escolas, numa gestão democrática, implicam que

[...] a comunidade, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores e não apenas seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, mães, alunos, alunas, professores e funcionários assumem parte de responsabilidade pelo projeto da escola.²¹²

A gestão democrática pressupõe quatro passos: primeiro, capacitar todos os segmentos para colaborarem mais efetivamente, melhorando as condições de participação; segundo, tornar essencial o mecanismo de consulta à comunidade escolar, seja para definir políticas públicas, seja para viver a própria prática escolar; terceiro, institucionalizar a gestão democrática, dando mais consistência às decisões tomadas; quarto, definir processos de lisura na gestão, garantindo a transparência das ações, assim como o acesso às informações, criando canais que agilizem a comunicação entre os “envolvidos”.

Por um lado, a gestão democrática é um passo importante na aprendizagem da democracia e ajuda na aprendizagem e na vivência da cidadania. Por outro, ela pode ajudar a melhorar o ensino, pois propicia conhecimento do funcionamento da escola e comunicação permanente entre os “envolvidos”. Para que esses pontos se tornem realidade, é necessário que sejam incorporados ao cotidiano de todo sistema que envolve a escola, as secretarias de educação e os órgãos

²¹¹ GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. **Autonomia e propostas**. São Paulo: Cortês, 2002. p. 23-31 passim.

²¹² Ibid., p. 35.

colegiados. “A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da cidadania”.²¹³

3.2.3 Descentralização e municipalização: o sucesso vem pelo regime de colaboração

Participando do debate sobre a municipalização da educação (dentro da prática maior da reforma do Estado neoliberal de descentralização dos serviços) e em estreita ligação com as idéias de autonomia e gestão democrática, Moacir Gadotti entende que ela não é uma ameaça à qualidade de ensino, como pensaram muitas organizações de professores enclausurados em seu corporativismo. Esta é uma “[...] necessidade e em nada ameaça a desintegração dos sistemas nacionais de educação, se diversos níveis e sistemas trabalharem em regime de colaboração, com objetivos comuns”.²¹⁴ Também

[...] não significa a prefeituralização. Não é transferir encargos e serviços ao poder municipal e estabelecer um sistema onde a União e os Estados não tenham poder. É fortalecer todos os níveis de poder, de baixo para cima, integrando-os para, “em regime de colaboração” (como prevê a Constituição), enfrentarem os graves problemas do nosso ensino.²¹⁵

Por isso, Gadotti propõe um sistema aberto, único e descentralizado, com vistas a atender as necessidades da população e com o claro objetivo de construir uma educação efetivamente democrática e democratizante.

Num sistema fechado (ou autoritário), procura-se camuflar as contradições e conflitos. Além disso, os “envolvidos” não se sentem responsáveis porque não participam das decisões. Num

²¹³ GADOTTI; ROMÃO, 2002, p. 36.

²¹⁴ GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortês, 1995. p. 298.

²¹⁵ GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. **Município e educação**. São Paulo: Cortês, 1993. p. 87.

sistema aberto (ou democrático), trabalha-se com a tensão e o conflito, destacando-se como centros de excelência da educação a escola e a sala de aula, permitindo-se que as decisões sejam tomadas pela comunidade escolar.

Esse sistema aberto, único e descentralizado deve ter por princípios: 1) uma gestão democrática, visando à democratização do acesso e uma nova qualidade de ensino; 2) a comunicação direta com as escolas, para que elas sejam elaboradoras e irradiadoras da cultura geral, o lócus da inovação didático-pedagógica e um ambiente de participação da comunidade local; 3) a autonomia das escolas, de modo que cada uma possa construir o seu projeto político-pedagógico, ponto inicial para poderem influenciar as políticas públicas educacionais; 4) a avaliação permanente do desempenho escolar restrito não a um ato formal, mas a um ato emancipatório, que envolva, além dos técnicos do poder público, toda a comunidade.²¹⁶

O que está em jogo nisso tudo é a qualidade de ensino com equidade, como igualdade de oportunidades de acesso para todos, permanência e possibilidade de usufruir dos benefícios da educação.²¹⁷

A qualidade está relacionada com o atendimento às necessidades demandadas pela própria comunidade, por meio de pequenos projetos desenvolvidos nas próprias escolas (ao invés de grandes projetos), pois só elas conhecem de perto a realidade local e podem, com isso, respeitar as peculiaridades regionais, diminuir os gastos com a burocracia e realizar uma avaliação mais próxima.²¹⁸

3.2 PAULO FREIRE : A EDUCAÇÃO COMO MÉTODO

Para Paulo Freire, na aplicação do método dos temas geradores era preciso adotar uma visão crítica com vistas a substituir o que ele denominava de “primeira visão”, mais *mágica*, amorfa e

²¹⁶ GADOTTI, 1992, p. 63-66.

GADOTTI; ROMÃO, 2002, p. 48-50.

²¹⁷ GADOTTI, 1995, p. 290.

²¹⁸ GADOTTI; ROMÃO, 2002, p. 50.

fragmentada. Tratava-se de substituir o senso comum pelo bom senso, segundo a terminologia gramsciana.

Inúmeras vezes, Paulo Freire alertou para o perigo da dicotomização (inclusive em suas autocríticas) dentro dos sistemas de ensino: a dicotomização entre teoria e prática, trabalho intelectual e trabalho manual, conhecimento anterior e conhecimento novo. Assim como em Gramsci, a superação desse dualismo era um dos pontos para a construção de uma nova hegemonia. Também os documentos oficiais do PT, que em parte apresentam uma consonância com o pensamento de Paulo Freire, apontam para a ligação com o pensamento socialista, ao afirmar:

A questão fundamental que deve ser colocada na organização de uma pedagogia dentro de uma perspectiva socialista é a relação da educação com a tomada do poder do Estado e dos meios de produção pelo proletariado. Esta concepção de educação deve ter por princípio que toda educação é social na medida em que utiliza os instrumentos disponíveis e conquistados em favor da transformação da sociedade burguesa; e toda educação é política na medida em que destrói os mecanismos destinados a proteger a burguesia e cria novos instrumentos para fortalecer a luta dos trabalhadores.²¹⁹

Nesse fragmento, estão presentes os seguintes aspectos: a concepção de que todo ato pedagógico é um ato político e a necessidade/urgência da destruição da antiga hegemonia para a construção de uma nova. Aspectos caros na construção da teoria educacional socialista.

3 2.1 Educação popular e a “ação cultural”: a superação do senso comum

Freire entendia educação popular como “[...] o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica”,²²⁰ por isso deveria ser

²¹⁹ DAMASCENO, Alberto et al. **A educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortês, 1988. p. 184.

²²⁰ FREIRE Paulo; NOGUEIRA Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 19.

mudada a forma como a escola estava organizada: escola para pobres e escola para ricos. A primeira, de formação eminentemente técnica, voltada para formar mão-de-obra para o capital; a segunda, de formação de uma cultura geral, voltada para pessoas que ingressariam em um ensino superior. Seria preciso uma escola única para todos, de formação técnica e científica, que juntasse o trabalho manual ao intelectual, como pensava Gramsci. Por isso, devido ao seu compromisso com a mudança, Freire falava tantas vezes que “a educação é uma prática política”.

Essa educação popular tem por características, em primeiro lugar, a mudança no processo de conceituação, que deve partir da curiosidade, das perguntas e da reflexão sobre o que se estuda; em segundo lugar, o respeito a outras formas de organização do conhecimento, como a oralidade; em terceiro lugar, o uso da linguagem criativa, sinal de rompimento com as estruturas político-culturais burguesas, como um ato de conhecimento.²²¹

Entre as tarefas fundamentais da educação popular está aquela voltada para a superação do senso comum por meio de um conhecimento mais crítico. Uma superação que implica uma compreensão diferente do processo histórico. Compreendida dessa forma, “[...] a educação popular pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que os grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências”.²²²

A proposta da educação popular feita por Freire na década de 1960 foi muito importante para a educação brasileira. Em consequência, na década de 1980, a educação popular ultrapassou “[...] o nível da comunidade e do poder local, a educação de adultos e a educação não-formal, para influir diretamente nos sistemas educacionais públicos e estabelecer-se como educação pública popular”.²²³

Para a conscientização das “classes populares”, Freire propôs uma “ação cultural”, além da educação popular. Essa seria indispensável para a união dessas classes e dependeria dos contextos histórico e de vida que elas estivessem vivendo em uma determinada estrutura. A “ação cultural” seria uma forma sistematizada e deliberada de ação sobre essa estrutura.

²²¹ FREIRE; NOGUEIRA, 1989, p. 35-36.

²²² FREIRE Paulo. **Política e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortês, 2003. p. 29.

²²³ GADOTTI, 1995, p. 306.

Pela considerável importância dada à cultura, Freire fundou com outros amigos o “círculo de cultura”. Nele, aprendia-se em diálogo pela “reciprocidade de consciências”, e não com a presença de um professor direcionador. Dessa forma, estaria valorizando a interação direta entre os participantes.

3.3 O DITO: A EDUCAÇÃO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

3.3.1 “A educação como ato político”

A educação sempre foi prioridade para o PT, em nível nacional, desde a sua fundação, dado que grande parte dos intelectuais fundadores do Partido são, simultaneamente, profissionais da educação e militantes políticos e sindicais.

Eis por que, em seu programa de fundação, já se afirmava que

[...] a educação e cultura são direitos do povo, contudo, vêm sendo transformadas em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. [...] Serviços de educação [...] públicos gratuitos são direitos básicos de uma nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por esses direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com sua base social.²²⁴

Essa importância atribuída à educação pública e gratuita e o compromisso assumido em relação a ela constituíram-se, por meio da militância de vários petistas, em movimentos de sindicatos da área, como também na prática alimentada na direção da luta por uma escola de qualidade, que

²²⁴DAMASCENO, 1988, p. 234.

englobasse a valorização do professor, a experiência cultural e social do aluno e a democratização do acesso e da gestão.

A educação foi questão de debate em núcleos, diretórios, plataformas eleitorais, congressos e outras instâncias partidárias.

Em sua história, foi característica do PT a realização de eventos setoriais. Já em 1980, por ocasião do Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, foram realizados dois debates com o objetivo de aprofundar as seguintes temáticas, destacando-se: “O que é educação voltada aos interesses dos trabalhadores?” e a “Situação do ensino de 1.º e 2.º graus”. Em seguida, foi realizado o Encontro de Educadores do PT, em 1984, com o tema “Qual a política de educação defendida pelo PT?”.

Diante da necessidade de subsidiar seus militantes para o debate sobre a criação das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais e de formular uma política educacional, o Partido realizou, em 1989, o I Encontro Nacional de Educação do PT (I ENED/PT). O evento aconteceu no Instituto Cajamar (São Paulo). Nessa ocasião, foram levantadas propostas sobre a educação para as novas constituintes estaduais e municipais; a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB); o plano nacional de educação e o plano de ação do governo. As questões de maior destaque foram concepção de educação, gestão democrática, educação infantil, ensino fundamental, médio e superior, educação não-formal, financiamento da educação e trabalho docente.²²⁵

Na ocasião, ainda se decidiu sobre a criação da Comissão de Assuntos Educacionais do PT (CAED), ligada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares, com o objetivo de levantar os debates relativos à educação em diversas esferas partidárias.

Ainda no propósito de levantar o debate sobre o tema, o CAED organizou, em 1992, o II Encontro Nacional de Educação do PT (II ENED/PT). O evento aconteceu em Taboão da Serra (São Paulo) e foi sintetizado em um documento sob o título de “Educação para um Brasil Cidadão”. Nesse segundo encontro, as questões mais discutidas foram a valorização do professor

²²⁵ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989. p. 195.

(plano de cargos e salários e uma política salarial), o financiamento, a democratização do acesso e permanência, a municipalização, a democratização da gestão por meio da participação popular e da criação de conselhos.

Em âmbito geral, a educação defendida pelo PT é aquela que se propõe atender às necessidades dos trabalhadores, qual seja, propiciar a formação de profissionais e técnicos não só para o melhor funcionamento do sistema produtivo, mas também para a melhoria das condições de trabalho e o livre debate de idéias, por meio de uma pedagogia que privilegie a formação do espírito crítico e a real integração com a comunidade.²²⁶ Por isso defende a tese de uma escola pública, gratuita em todos os níveis, democrática e de qualidade, de responsabilidade única e exclusiva do Estado. O PT entende também a educação como ato político, que ultrapassa as questões meramente pedagógicas. Ou seja, considera a educação como um processo em que se refletem peculiaridades da luta de classes e das atitudes hegemônicas da sociedade civil.

3.3.2 Modo Petista de Governar: inversão de prioridades e participação popular

As discussões e propostas do PT relativas à educação, apresentadas entre 1989 e 1996, foram muito influenciadas pelo paradigma que se consagrou chamar de “O Modo Petista de Governar” (MPG), por isso faz-se necessário apresentá-lo brevemente.

São princípios basilares do MPG: “[...] a inversão de prioridades e relações de novo tipo entre o Estado e a sociedade”.²²⁷ O primeiro significa, em geral, o uso de grande parte dos recursos em áreas sociais (saúde, educação, habitação) e na infra-estrutura das periferias das cidades (saneamento básico, pavimentação) em detrimento do investimento em grandes obras; o segundo significa a participação popular dentro da gestão pública, materializada pela criação de conselhos

²²⁶ DAMASCENO, 1988, p. 10.

²²⁷ MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (Org.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 16.

em diversos setores e instâncias e pelo estabelecimento do orçamento participativo. Podemos resumi-los em um binômio: *inversão de prioridades – participação popular*.

As experiências petistas em governos municipais no período 1989-1992, muito ligadas a esse binômio, “sentiram” as restrições que ele trazia. Participação popular para quem? Só para os trabalhadores organizados, ou para todos? Nesse momento, essa formulação deixou muito a desejar em relação à complexidade e à pluralidade de atores. A realidade da participação popular estava recheada de conflitos e interesses divergentes e não era, segundo a visão ingênua, um processo harmônico.

Esse primeiro momento de ação governamental em âmbito local pode ser chamado, então, de “choque de realidade”.²²⁸

O segundo momento das administrações petistas, dos anos de 1993 a 1996, foi marcado, depois do desencanto do período anterior, por certo abandono das reflexões sobre a participação popular. Para além do orçamento participativo, criaram-se outros espaços de discussão de projetos com a participação de empresários, sindicatos, governo estadual e organizações da sociedade civil. O debate sobre o orçamento participativo não conseguiu dar conta de questões, como a problemática da escola, do posto de saúde, por exemplo.²²⁹ Mas, mesmo que não bastasse por si só, esse paradigma conseguiu minimamente distribuir renda e cultura, por um lado, e poder e informação, por outro.

Ficou claro que existia um esgotamento do modelo inicial. O problema é que a demanda não passava e não passa apenas por educação, saúde, saneamento, habitação. Como disse, em 1999, Celso Daniel:

²²⁸ Ibid, 2002, p. 62-64.

²²⁹ MAGALHÃES, 2002, p. 65-66.

[...] é preciso alargar os conteúdos da agenda, agregando os temas do desenvolvimento econômico, urbano e ambiental, além de reavaliar o próprio sentido da inversão de prioridades à luz da amplificação da exclusão social.²³⁰

Embora hoje o MPG esteja superado, apesar de terem ocorrido avanços e avaliações, foi esse o modelo utilizado na época pelos militantes petistas.

Dentro dessa reavaliação do paradigma do MPG, o PT entende que o debate e a implementação das políticas públicas setoriais se fazem em fóruns específicos de cada área e não em grandes plenárias, como eram discutidos os orçamentos participativos.

Entendem-se as políticas públicas não como complementos de propostas econômicas, nem segundo a vertente da focalização. No primeiro aspecto, o indivíduo vai além da relação produção-reprodução, pois nele estão contidos, também, a cultura, o gênero, a autonomia e a liberdade. No segundo aspecto, o PT caminha pela vertente da inclusão de todos (e não de uma parte ou de um grupo localizado, como foram as experiências, segundo o modelo anterior do MPG, que acabavam caracterizadas por políticas compensatórias e também focalizadas), para que todos se sintam responsáveis pelo debate, implementação e controle, em uma articulação entre as políticas públicas e a participação popular, por meio da auto-organização dos diversos segmentos das classes sociais.

Analisaremos agora o debate sobre as políticas públicas de educação, destacando os pontos que tiveram maior relevância nos documentos formulados pelos educadores petistas e que estão em consonância com as questões que também fizeram parte da reforma educacional da década de 1990. Assim, serão destacados os seguintes temas: a democratização do acesso e da gestão, a descentralização por meio da municipalização e a qualidade do ensino.

²³⁰MAGALHÃES, 2002, p. 197.

3.3. 3 Democratização do acesso: a proposta da gratuidade ativa

Entre as propostas que foram feitas durante o I ENED/PT sobre o assunto, destacamos: construção de novas escolas públicas, segundo a demanda do movimento popular local; criação de cursos noturnos onde houvesse demanda comprovada; garantia da gratuidade ativa do ensino; criação de creches e pré-escolas integradas ao projeto político-pedagógico; organização do ensino sistemático de adultos não alcançados pela escolaridade formal, e rediscussão da forma de acesso à universidade.

O PT entende que um dos princípios do direito à cidadania plena é o acesso à educação. Mas não só. É necessária uma “gratuidade ativa”, que possibilite condições materiais não apenas de acesso, mas também de permanência na escola e de conclusão dos estudos. Para tanto, o Estado, “[...] além de fornecer o ensino público, deve responsabilizar-se pelas despesas com alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médico-odontológica [...]”.²³¹

Isso só se dará quando

[...] forem aumentadas substancialmente as verbas para a educação, quando esses recursos forem administrados pelos próprios trabalhadores, quando os diretores das escolas forem eleitos democraticamente e, sobretudo, quando a distribuição da renda for justa.²³²

Como veremos, o atendimento desses requisitos será uma das propostas para o estabelecimento de um novo padrão de qualidade.

²³¹ DAMASCENO, 1988, p. 116.

²³² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Primeiro encontro de educação do PT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1989. p. 24.

3.3.4 Democratização da gestão: participação e conquista da hegemonia

Mantendo firme a tradição do socialismo democrático, somado ao processo de redemocratização do Estado brasileiro, o PT defende que a escola/educação é parte integrante na construção de uma “cultura democrática”, porque cria espaços e mecanismos de disseminação da democracia com a participação de toda a comunidade escolar, na relação professor-aluno e na direção das ações educacionais. Assim está escrito nas bases do projeto petista do plano nacional de educação: “Vinculação da educação à questão da democracia enquanto criadora de vários espaços que inclusive extrapolam a escola”.²³³ Entre os principais mecanismos está a democratização da gestão escolar.

O PT entende por democratização da gestão, “[...] a participação e poder na definição e controle da realização do projeto político pedagógico”.²³⁴ Resumidamente, foram propostas do I ENED/PT as seguintes iniciativas: democratização e modernização da estrutura administrativa; integração do planejamento educacional com outros setores da administração; melhoria no fluxo de informações entre as diversas esferas de decisões; criação de conselhos com poderes deliberativos e de controle que resguardem a participação popular; incentivo à auto-organização dos componentes da escola, e eleição direta para as funções de direção escolar.

No segundo encontro, o PT reafirmou a defesa da gestão democrática, que deve ser compreendida como

[...] parte do processo global de democratização e desprivatização do Estado e de auto-organização da sociedade e de construção da cidadania nas diferentes instâncias do sistema escolar, articulada com a busca permanente [...] de uma nova qualidade do ensino.²³⁵

²³³ Ibid., 1989 p. 45.

²³⁴ Ibid, 1989, p. 73.

²³⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Segundo encontro de educação do PT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1992. p. 14.

A gestão democrática deve privilegiar o poder de decisão (e não apenas de consulta) da população, incentivando a sua participação por meio da criação de conselhos deliberativos e da eleição direta para diretor.

Por meio da democratização da estrutura, os envolvidos conseguem obter as informações necessárias, o que, além de melhorar a sua participação nos conselhos e em suas organizações, qualifica o seu envolvimento na luta por melhores condições de ensino. A implementação de conselhos e a eleição de diretor são momentos de exercício da democracia na própria comunidade em que está inserida a escola, mas são também uma forma de educação, pois a comunidade irá ouvir diferentes propostas, tomará decisões, aprenderá a fazer escolhas e emitirá suas opiniões.

A escola é vista como um centro irradiador da cultura da classe trabalhadora, por isso é importante a participação popular, por meio de mecanismos, como os conselhos populares, na elaboração de políticas públicas para a educação. A participação popular está contida nas propostas às constituintes estaduais e nas leis orgânicas municipais, como podemos ver no inciso III dos Princípios da Educação Municipal: “A participação popular na definição de diretrizes, na implantação e no controle do ensino municipal dos cidadãos”.²³⁶ Ela é uma radicalização da democracia, muito além do caráter representativo das eleições para o legislativo e para o executivo.

Essa participação popular é essencial para que a população se aproprie das informações e políticas implementadas pelo Estado, como também para garantir o amplo controle social sobre as decisões das instâncias da Administração Pública. Além disso, garante que as políticas públicas implementadas levem em conta as necessidades das comunidades locais e coloquem o indivíduo na condição de sujeito das ações.

Quando o PT fala em participação, está olhando para além da esfera local. Com ela, o PT quer a conquista da hegemonia na sociedade civil, alterando, assim, as correlações de forças. Raul Pont, ao destacar a importância da participação, afirma: “[...] estamos disputando, sim, uma hegemonia

²³⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 61.

mais duradoura, muito mais consolidada, muito mais fiel e muito mais comprometida com as nossas lutas a longo prazo”.²³⁷

Um dos principais canais de participação popular, junto com a eleição direta para diretor, são os conselhos, compostos tanto por representantes da administração pública quanto por interessados da sociedade civil em um setor específico. Eles asseguram a comunicação direta, permanente e orgânica entre o Estado e a sociedade.

Na ótica do PT, os conselhos devem ser considerados

[...] órgãos criados – e eventualmente institucionalizados – a partir de decisões do governo local, como parte de seu projeto político, na qualidade de canais que permitam expressar a participação popular independente.²³⁸

Esses conselhos são poderosos instrumentos de pressão popular na definição de políticas públicas em setores como saúde, transportes, educação, entre outros.

A instituição desses conselhos significa uma ousada decisão política em prol da democracia direta, pois compartilha a tomada de decisão do executivo municipal com toda a comunidade.

Segundo proposta apresentada no I ENED/PT, os conselhos municipais de educação teriam amplos poderes, com caráter consultivo, deliberativo e normativo, e competências que iriam desde a elaboração e atualização do plano municipal de educação até a fixação de critérios para o emprego dos recursos destinados à educação.²³⁹ Já os conselhos de escolas teriam caráter deliberativo, ficando sob sua responsabilidade a elaboração do projeto político-pedagógico e do regimento interno da escola.²⁴⁰

²³⁷ MAGALHÃES, 2002, p. 40.

²³⁸ DAMASCENO, 1988, p. 191.

²³⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 62-63.

²⁴⁰ Ibid., p. 109.

Balanco importante foi feito, durante o II ENED/PT, sobre a instituicao dos conselhos de escola e dos conselhos municipais de educacao nas primeiras administracoes petistas: os conselhos municipais de educacao

[...] tem contribuido para a qualidade da educacao e para a democratizacao das relacoes na cidade. Da mesma forma, tal melhoria na qualidade vem gerando niveis superiores de intervencao nos momentos sociais, o que contribui para o avanco da democratizacao da sociedade.²⁴¹

A instituicao dos conselhos melhorou a qualidade e qualificou a atuacao e intervencao dos individuos, tanto dentro dos conselhos quanto em outras acoes na comunidade. Isso comprova o que dissemos acima.

3.3.5 Reforma educacional: descentralizacao sem a municipalizacao

A necessidade de uma reforma educacional que amplie a oferta de vagas e melhore a qualidade dos servicos prestados a populacao e vista como primordial. Como vimos no capitulo anterior, esse e tambem o pedido dos educadores que escreveram sobre o assunto.

A mais recente reforma educacional promovida pelo Estado Brasileiro foi iniciada sob influencias do pensamento neoliberal introduzido pelo governo Fernando Collor e aprovada e implementada, sob as mesmas influencias, por Fernando Henrique Cardoso. Essa reforma, cujo grande mote foi o tema da descentralizacao, materializado na municipalizacao do ensino, principalmente o infantil e o fundamental, decorreu do processo constituinte concluido em 1988 e da LDB aprovada em 1996.

²⁴¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1992, p. 12.

Na sua proposta de reforma, O PT colocou também a questão da descentralização: remédio para o mau funcionamento do aparelho escolar, para o excesso de burocracia e para a busca de nova qualidade de ensino. Ela deve ser “[...] uma descentralização democrática dos serviços educacionais para fazer frente ao burocratismo estatal”,²⁴² que supõe, entre outras coisas, a “[...] descentralização dos recursos financeiros, a descentralização no processo de preparação e atualização dos recursos humanos, da merenda escolar; supõe planos conjuntos entre o Estado e as prefeituras”.²⁴³

Em outra parte, assim está escrito sobre as propostas de descentralização:

[...] 7 Lutar, portanto, contra qualquer tipo de postura autoritária que impeça o exercício da democracia na sala de aula na escola, entre pais, professores e funcionários.

8 Administração e direção da escola exercida pelos professores, funcionários, alunos e comunidade, através de mecanismos democráticos de representação.²⁴⁴

Por essas propostas, a descentralização seria ampla e irrestrita, pois abarcaria a administração, por meio da participação popular, das relações professor-aluno e escola-comunidade, do financiamento público, da formação do docente, da merenda e do trabalho colaborativo entre as instâncias de governo. A descentralização realizada com a participação popular abriria o espaço para a democratização do Estado.

Mas, ao contrário do que o Estado brasileiro realizou, o PT foi categoricamente contra a municipalização ora em curso, como modelo de descentralização. Os argumentos do PT estão representados nas seguintes considerações aprovadas nos dois encontros dos educadores petistas, realizados em 1989 e 1992:

²⁴² DAMASCENO, 1988, p. 32.

²⁴³ Ibid., p. 32.

²⁴⁴ DAMASCENO, 1988, p. 49.

1) Aumento do aparato burocrático municipal: “A municipalização do ensino é defendida com o argumento de que diminuiria o peso do aparato burocrático em benefício da atividade pedagógica. Na realidade, o aparato centralizado será substituído por numerosíssimos aparatos municipais igualmente inúteis para a educação”.²⁴⁵

2) Aumento do peso da comunidade. “Esse argumento se apóia na falsa premissa da comunidade como entidade homogênea do ponto de vista da classe. [...]. A tomada de decisão pelo município reforçará o uso da escola como um instrumento nas mãos do coronelismo, muito mais forte no interior que as forças progressistas”.²⁴⁶

“Essa é uma simplificação do problema, pois a participação não ocorre apenas em função da descentralização. Ela requer a criação de canais orgânicos e muito investimento para que a população se organize no sentido da interferência real nos rumos da política municipal”.²⁴⁷

3) Os limites financeiros. “Os limites financeiros – mesmo dos municípios de médio e grande porte industrializados – inviabilizarão a gestão desses serviços. Eventuais transferências de recursos não seriam suficientes para a criação de uma estrutura local [...] que permitisse a existência de redes de ensino de qualidade”.²⁴⁸

4) Política de privatização dos serviços públicos. O PT rejeita as propostas do governo “[...] uma vez que as mesmas traduzem uma deliberada política de privatização dos serviços públicos onde a qualidade é sacrificada e prejudicada em nome de uma descentralização que não tem sido planejada e tampouco pressupõe a participação da sociedade civil”.²⁴⁹

5) Alimenta o clientelismo. “A descentralização / municipalização pode recriar em moldes modernos as velhas relações de poder local, colocando as verbas públicas a serviço do clientelismo e do paternalismo dos políticos locais, e manipulando-as inclusive através de consultas formais à população”.²⁵⁰

Resumindo, o PT diz:

Não à municipalização que garante o clientelismo, que abre espaço para a privatização da educação fundamental, que piora ainda mais a qualidade do ensino, que inviabiliza o acesso na medida em que os municípios brasileiros, em sua maioria, não têm condições econômico-financeiras de manter o ensino fundamental.²⁵¹

²⁴⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 102.

²⁴⁶ Ibid., p. 102.

²⁴⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1992, p. 17.

²⁴⁸ Ibid., p. 17.

²⁴⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1992, p. 18.

²⁵⁰ Ibid., p. 18.

²⁵¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 69.

Então, a partir dessa visão estreita e, às vezes, até contraditória com relação a alguns posicionamentos do PT sobre a municipalização, como explanamos anteriormente, qual seria a proposta do Partido?

No I ENED/PT, foi feito o seguinte encaminhamento:

Em primeiro lugar, os objetivos da escola devem ser únicos em todo o país, assim como os recursos devem ser fornecidos do orçamento federal. Em contrapartida, é necessário maior descentralização na aplicação, diminuindo ao máximo as redes burocráticas e substituindo essas instâncias intermediárias de decisão pelos conselhos de escola. Privilegiar a escola como lugar de elaboração de programas que adaptem os objetivos gerais à realidade global.²⁵²

No II ENED/PT, também foi feita a seguinte proposição:

Melhor seria que todo recurso disponível fosse utilizado para o cumprimento das metas constitucionais de universalização do ensino fundamental e eliminação do analfabetismo, o que poderia inclusive implicar expansão desses serviços em muitas regiões.²⁵³

Podemos verificar as propostas de centralizar a fonte de recursos na instância federal e descentralizar a sua aplicação, privilegiando o repasse direto às escolas, tornando cada escola uma unidade de ensino munida de independência e autonomia quase absoluta. Vimos, em poucas linhas, um exemplo que comprova as ambigüidades do pensamento petista: defende ao mesmo tempo a centralização e a descentralização excessivas.

²⁵² Ibid, 1989, p. 102.

²⁵³ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1992, p. 17.

Visão mais equilibrada pode ser percebida no entendimento do Moacir Gadotti, já exposto acima, de um trabalho “em regime de colaboração” entre as unidades da Federação para enfrentarem os problemas do ensino.

No balanço feito anos mais tarde (em 1999) sobre o pensamento petista dos primeiros 15 anos, assistimos a um importante avanço. Já não se “bate o martelo” contra a municipalização, mas diz-se que ela “[...] precisa ser fortemente delineada e reivindicada com a provisão de recursos pelos governos federal e estadual”²⁵⁴ e “[...] que alie democratização com extensão de acessos em qualidade e quantidade”.²⁵⁵

3.3. 6 Uma nova qualidade de ensino: a solidariedade de classe

Em todas as questões anteriores, analisando os documentos petistas, podemos ver uma grande preocupação com a qualidade de ensino. Tanto a democratização do acesso e da gestão quanto a descentralização estão articuladas com a busca permanente de uma nova qualidade do ensino.

Em uma passagem do texto do II ENED/PT, vemos a ligação entre democracia da gestão e qualidade de ensino. Assim:

É fundamental também que a escola, ao construir e desenvolver seu currículo, vá encontrar-se com a comunidade e a sociedade como objeto de investigação. Tais procedimentos contribuem para que o aluno construa a sua autonomia intelectual e definem o perfil de uma outra, uma nova qualidade.²⁵⁶

²⁵⁴ MAGALHÃES, 2002, p. 99.

²⁵⁵ Ibid., p. 96.

²⁵⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1992, p. 13.

Mas o que seria essa nova qualidade pregada pelo PT? Na verdade é uma combinação de fatores, como podemos ver na citação a seguir:

Uma escola pública popular não é apenas aquela à qual todos têm acesso, mas aquela de cuja construção todos podem participar, aquela que realmente atende aos interesses populares que são os interesses da maioria; e, portanto, *uma escola com uma nova qualidade baseada no compromisso, numa postura solidária, formando a consciência socialista.*²⁵⁷

Portanto, essa nova qualidade está baseada na solidariedade humana (algumas vezes colocada como solidariedade de classe) e na formação da consciência socialista. Mas não só. Ela vem acompanhada do direito de acesso de todos à educação e da participação popular no processo de escolha e decisão de ações. Em consequência dessa participação, o professor terá melhor conhecimento da realidade de seus alunos e escolherá a teoria que mais lhes seja favorável.

São também pontos importantes para essa nova qualidade: o estabelecimento de novos conteúdos e métodos e a reestruturação do espaço físico. No primeiro, deve-se incentivar a pesquisa sobre o saber e a realidade do aluno, para que os conteúdos partam de necessidades locais, articular o conhecimento acumulado com o saber da classe trabalhadora e adquirir material didático. No segundo, deve-se adquirir, construir e manter prédios escolares que atendam às organizações populares e estimular a criação de hortas para complementar a merenda escolar.

²⁵⁷ Ibid, 1989, p. 72 (grifos nossos).

3.4 OS DESTAQUES

Podemos agora destacar alguns pontos em comum entre os escritos dos intelectuais do Partido e os documentos oficiais, que resumem a teoria educacional do PT até 1996. Faremos isso em tópicos, para facilitar a organização dos temas. Assim, fizeram parte dessa teoria educacional as seguintes propostas:

1) Uma educação como prática de uma “radicalidade democrática”. A educação como prática de uma radicalidade democrática garante a todos oportunidades iguais de acesso à educação única, pública e gratuita e condições de permanência na escola. Como denominou o texto do PT: uma educação de “gratuidade ativa”, mesmo entendendo ser difícil igualdade de oportunidades em uma sociedade classista, pois a sua essência é a falta dessas oportunidades iguais. Uma “radicalidade democrática” também na gestão do ensino, para que legitime, por exemplo, uma eleição direta para diretor e a formação de um colegiado paritário, escolhido entre os membros da comunidade escolar.

2) Uma educação para atender às necessidades reais da população. Não pode haver uma verdadeira educação sem que sejam sentidas as reais necessidades da população, necessidades que podem ser atendidas por meio de pequenos projetos dentro da própria escola, que envolvam toda a comunidade escolar em um sistema de gestão democrática. Aos poucos, as massas populares seriam preparadas para o exercício do poder e da nova hegemonia, por meio da aquisição de um conhecimento técnico e científico e de uma profunda formação cultural, política, social e econômica.

3) Uma educação que promova a união entre a teoria e a prática. É preciso estar sempre alerta para o perigo da dicotomização dentro dos sistemas de ensino: a dicotomização entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e trabalho manual. Não há uma conscientização sem uma ação prática e, como já dizia Lênin, não há uma revolução sem uma teoria revolucionária. Essa dicotomização não atende à concepção socialista de educação.

4) Uma educação que não desvincule pedagogia e política. Na teoria socialista, a educação é um momento de luta de classes. Cada classe tem a sua ideologia e a sua teoria pedagógica: há a pedagogia da classe dominante e a pedagogia da classe dominada. Por isso, é preciso fazer uma escolha entre teorias. E essa escolha, para além da técnica, é política. Além disso, um sistema educacional é um prolongamento do sistema social e político de um determinado período histórico.

5) Uma educação voltada para a conscientização. A conscientização pode substituir o senso comum – marcado por uma visão mais mágica, amorfa e fragmentada da realidade – por uma visão crítica e social. Missão difícil: “decifrar o mundo” diante do encanto das ideologias que são absorvidas pelas classes dominadas, que, na verdade, não lhes dizem respeito. A educação precisa ir “além das aparências”, das ilusões, buscando sempre a crítica, a “desobediência”, a libertação do pensamento único. Conscientização também combina com cidadania, no que se refere ao conhecimento e ao respeito pelos seus direitos e deveres.

6) Uma educação que seja responsabilidade do Estado. Mesmo que as comunidades se organizem para promover a educação comunitária, não podemos perder de vista a luta política para pressionar o Estado no sentido de cumprir o seu dever constitucional de financiar e prover uma educação pública, gratuita e de qualidade, uma luta que, além disso, acabe com a indústria do ensino que conquistou um enorme espaço diante do absentismo do Estado.

7) Uma educação em um sistema aberto, único e descentralizado. Essa é uma forma ideal de educação: uma educação que trabalhe com a tensão e o conflito, destacando a escola e a sala de aula como os *locus* por excelência da ação educativa, permitindo que as decisões sejam tomadas pela comunidade escolar; um sistema embasado em uma gestão democrática, que promova a comunicação direta das escolas com a comunidade escolar e com os órgãos institucionais, bem como a autonomia das escolas, de modo que cada uma delas possa construir o seu projeto político-pedagógico.

8) Uma educação pública popular.
Uma educação pública popular deve estar voltada para a construção da cidadania e para a

mobilização, organização e capacitação das classes populares. Além disso, deve ajudar as classes dominadas na superação do senso comum em busca de um conhecimento mais crítico.

9) Uma educação que diga não à municipalização. No que se refere à descentralização, ao peso maior da comunidade escolar e à diminuição da burocracia estatal, a municipalização não vai ao encontro dos interesses das classes trabalhadoras, como alguns pensavam. Ao contrário, a municipalização abre espaço para a privatização da educação fundamental, garante o clientelismo e piora a qualidade do ensino, pois muitos municípios possuem limites econômico-financeiros que inviabilizam a manutenção do ensino fundamental.

10) Uma educação que garanta uma nova qualidade de ensino. Um ensino de qualidade prioriza a construção da solidariedade humana e a formação de uma nova consciência, visa a uma autonomia humana e social e à construção de outras formas de relação existentes. Para isso, ela deve estar fundada nos princípios da igualdade, da justiça e da democracia.

CAPÍTULO 4

O DITO FOI FEITO?

Este capítulo trata de estudo de caso concernente ao desempenho de vereadores petistas do município de Vila Velha, em contraponto com o de outros vereadores, especialmente com o dos professores João Pedro (Vitória) e Helder Salomão (Cariacica). Tem como objetivo estabelecer uma correlação entre as concepções (*o dito*) e ações (*o feito*) relacionadas à educação, nas respectivas legislaturas municipais.

O *dito* compreende entrevistas realizadas, mediante roteiros com algumas adaptações, aplicadas aos vereadores Ana Rita e Domingos Taufner, de Vila Velha, Helder Salomão, de Cariacica, e à senhora Arlete Pereira, assessora do vereador João Pedro, de Vitória, falecido em 1998.

O *feito* compreende as análises dos diversos tipos de leis e suas variáveis: projetos de lei aprovados ou não, processos de tramitação, boletins de votação e atas das sessões de votações das principais matérias educacionais. Também inclui a análise dos documentos produzidos pelas Câmaras e pelos vereadores petistas. De modo complementar, fizemos um contraponto entre o cumprimento das funções legislativas (iniciativa de leis) e o das funções fiscalizadoras (fiscalização e controle dos atos do executivo).

Subdividimos o capítulo em três partes: na primeira parte, tratamos das legislaturas municipais em Vila Velha, tendo como parâmetro, na primeira legislatura (1989-1992), o primeiro mandato do vereador Domingos Taufner, e, na segunda legislatura (1993-1996), o segundo mandato desse vereador e o primeiro da vereadora Ana Rita Esgário; na segunda parte fizemos o mesmo trabalho descritivo anterior, mas em relação às atuações dos vereadores João Pedro (Vitória) e Helder Salomão (Cariacica), ambos na legislatura de 1993-1996; a terceira parte consiste da

análise comparativa das quatro legislaturas, destacando a sintonia ou não do vereador com o Partido, com os movimentos sociais e com o contexto histórico.

4.1 O MUNICÍPIO DE VILA VELHA

4.1 1 Preparando o terreno

Situada na Região Metropolitana de Vitória, a 12km de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, Vila Velha tem uma extensão territorial de 211km² e aproximadamente 350 mil habitantes. É a cidade mais populosa do Estado. Atualmente, o Município tem na indústria a sua principal atividade econômica, destacando-se os pólos de confecções da Glória e da construção civil, a fábrica de chocolates Garoto e o setor portuário. No setor de serviços, destacam-se as empresas de apoio ao comércio exterior, como *trading companies*, estações aduaneiras, companhias de armazéns gerais, empresas de transporte de cargas, serviços de despacho aduaneiro e outros serviços de comércio internacional.²⁵⁸

O PT foi criado no Município por volta de 1980 e participou da disputa política nas eleições de 1982 com o candidato a prefeito Napoleão, porém não elegeu nenhum vereador. Manteve-se em oposição ao governo de Vasco Alves até que este foi eleito para deputado nacional constituinte. Caracterizou-se assim uma situação de vacância que exigiu a realização de uma eleição, em fevereiro de 1988, para que fosse completado esse mandato. Decorreu daí a eleição de Magno Pires, o primeiro prefeito do PT no Estado. Nesse mesmo ano, realizaram-se as eleições gerais, e o PT lançou a candidatura de Iriny Lopes para prefeita de Vila Velha, que não se elegeu. No entanto, o Partido conseguiu eleger três vereadores para a Câmara Municipal: Domingos Taufner, Maria Clara e Sebastião Covre.

²⁵⁸ No período estudado, 1989 a 1996, Vila Velha começava a destacar-se nos setores de comércio exterior e indústria. Portanto, os sinais de crescimento vistos na atualidade já estavam delineados no período estudado.

Nas eleições de 1992, o Partido compôs com a candidatura de Arnaldo Mauro (PSB), indicando Cláudio Vereza para vice-prefeito. No entanto, elegeu apenas dois vereadores: Domingos Taufner e Ana Rita.

Nessas duas legislaturas o Partido atuou como oposição ao Executivo, nos governos de Jorge Anders (PSDB) e Vasco Alves (PMDB), bem como ao Legislativo. Durante esses dois mandatos, a bancada petista atuou diversas vezes em Comissões Especiais de Inquérito (CEIs), inclusive na presidência da CEI sobre a Fundação de Educação de Vila Velha (FUNVEVE). Atuou também nas Comissões Parlamentares Internas e na Secretaria da Mesa, entre 1993 e 1994. Em todos os mandatos, notou-se a ligação da bancada com os diversos movimentos populares da sociedade civil (sindicatos, associações, conselhos, entidades).

4.1.2 Legislatura de 1989 a 1992

a) Um equilíbrio na correlação de forças

Foi no contexto de oposição ao prefeito Jorge Anders (1989-1992), sucessor de uma gestão petista extemporânea advinda do imponderável da política, que o PT elegeu os seus primeiros vereadores. Essa foi também a primeira legislatura após a Constituição de 1988, que trouxe em seu bojo a oportunidade inédita de cada município elaborar a sua própria “constituição”, isto é, a sua Lei Orgânica,²⁵⁹ portanto, um momento de efervescentes debates e contrapontos, de conflitos entre vários projetos e interesses colocados, no qual a correlação de forças estava muito presente, momento em que cada força assumiu o seu lado como oposição/situação, progressistas/conservadores, esquerda/direita.

²⁵⁹ “Agora, pela primeira vez na história do Brasil, os municípios estão fazendo suas próprias leis, valorizando a união dos estados e dos municípios, *descentralizando o poder e fortalecendo o direito de cidadania*”. In **Na boca do povo – plenária pró-participação popular na lei orgânica**, Vila Velha, janeiro de 1990, ano 2 n° 3. Esse jornal é integrante do debate sobre a Lei Orgânica do município de Vila Velha, patrocinado pelo Partido dos Trabalhadores.

A Câmara então eleita para os quatro anos seguintes era representativa desse jogo de forças. Dos vinte e um vereadores eleitos na época, seis representavam o campo político de oposição, formado basicamente pelo PT e o PDT; onze representavam o grupo da situação, composto pelo PSDB, o PFL, o PTB, o PSB e parte do PMDB; os outros quatro, ora fechavam com a oposição, ora com a situação, uma espécie de centro.

Os vereadores de cada grupo eram os seguintes:

a) **Oposição:** era composta por Domingos Taufner, Maria Clara e Sebastião Covre, todos do PT, Max Filho e Sirlene Juffo, eleitos pelo PMDB, que logo no início do mandato migraram para o PDT, e Jorge Manta, que fez o movimento contrário;

b) **Situação:** era composta por Marco Antônio Rodrigues e Hércio Mendes, ambos do PSDB, Celso Vasconcellos, do PFL (eleito presidente para a segunda gestão da casa), Aroldo do Santos e Astino Dias, do PTB, Francisco Teixeira, que foi eleito pelo PTB, mas migrou para o PL, Joel Ribeiro e Antônio Marcos, do PSB, José Carreta, José Carlos de Almeida e José Rios de Queiroz, filiados ao PMDB;

c) **Centro:** era composto por Hércules da Silveira (primeiro presidente), que foi eleito pelo PSDB mas migrou para o PL, e Arnaldo Borgo, Carlos Malta e Aerton dos Santos, que compunham a bancada do PMDB.

Vários grupos de interesse estavam representados, o que permitia certo equilíbrio na correlação de forças (o único momento de equilíbrio entre as quatro legislaturas estudadas), de modo que a *grande maioria* não estava alinhada com o prefeito. Como disse o vereador Domingos Taufner: “*No primeiro mandato, a maioria era do prefeito, mas tinha um grupo maior de resistência.*”²⁶⁰ Tanto assim que, na primeira gestão, foram eleitos Hércules da Silveira como presidente e Tião Covre como segundo secretário.

²⁶⁰ TAUFNER, Domingos. O papel do vereador na definição de políticas públicas. 2006. Entrevista concedida a Douglas Ferrari, Vitória, 6 dez. 2006.

Durante a administração Jorge Anders, a prática mais comum foi a da “troca de favores”, ou seja, a composição das forças políticas baseada muito mais em interesses momentâneos que propriamente em posições ideológico-partidárias. Tal situação dificultava a atuação dos parlamentares de oposição, pois os projetos de autoria desses parlamentares eram automaticamente rejeitados, como se percebe no depoimento de Domingos Taufner:

*“Na realidade, nós passamos tudo pela Mesa Diretora. Nós éramos da Mesa Diretora, então, para aprovar os projetos, o que nós fazíamos? A gente incluía na Mesa, e aí tudo passou. Por isso, abrimos mão até de aparecer para o projeto, então... É uma visão idealista ao extremo fazer isso, não é? Abrir mão de aparecer para o projeto ser aprovado”.*²⁶¹

Nesse momento, encontrava-se em processo de discussão a elaboração da Lei Orgânica do Município, momento apropriado para uma avaliação da correlação de forças presente na Câmara, apesar de, em situações de jogo de interesses, se verificarem composições favoráveis ao prefeito, distantes das identidades partidárias, como se deu na votação do Plano Diretor Urbano (PDU), que, na limitação das edificações na orla de Vila Velha, desconsiderou critérios técnico-ambientais e permitiu um processo de verticalização que afetou a qualidade de vida dos moradores.

Por outro lado, como demonstrou a volatilidade das composições, o projeto que instituía a participação popular na formulação do Orçamento Municipal foi aprovado, seguindo o modelo da prefeitura petista de Porto Alegre (RS).

A prática política da Administração Municipal mantinha vivas as relações políticas coronelísticas, nas quais os vereadores não tinham, por interesse ou conveniência, autonomia política, pois vinculavam suas demandas à aprovação de projetos de interesse do prefeito.

²⁶¹ Ibid. (grifos nossos).

Na primeira legislatura pós-Lei Orgânica, o PT compôs um forte bloco oposicionista com o PDT, mantendo uma “fiscalização ética”, dadas as denúncias de corrupção e “administração nefasta”. Os vereadores de oposição priorizaram a função de “fiscais” em detrimento da de legisladores.²⁶²

A relação entre os vereadores e a administração municipal foi marcada por conflitos, mas esses conflitos estavam inseridos no processo de correlação de forças, pois havia avanços e recuos para as partes envolvidas.

b) Falta de oxigênio na relação com o Partido

O aspecto central do depoimento de Domingos Taufner foi a fidelidade partidária, mesmo constatando que, de fato, o mandato pertencesse ao vereador e não ao Partido. Embora representassem um partido como o PT, este não fornecia subsídios suficientes para a elaboração de projetos, que ficavam a cargo dos próprios vereadores e/ou de seus assessores.

Taufner ainda apontou as dificuldades para a realização de reuniões dos vereadores do Partido na legislatura 1989-1992. Mas, na legislatura seguinte (1993-1996), algumas mudanças foram notadas, como, por exemplo: foram realizadas aproximadamente dez reuniões de vereadores do Partido, o que permitiu até a formulação de estratégias conjuntas para a elaboração de projetos de interesses representados, inclusive projetos voltados para o controle da administração municipal.

Domingos Taufner avaliou positivamente seus mandatos, porém confirmou que a sintonia entre os vereadores esteve prejudicada pela inércia do Partido, provocada pela ausência de debate interno sobre temas de interesse dos movimentos sociais e dos próprios vereadores como tais, bem como sobre aqueles relacionados a crises políticas regionais, a partir da derrota eleitoral em

²⁶² O vereador Domingos Taufner (PT) exemplificou tal situação quando afirmou que a atuação dos vereadores estava pautada no policiamento da administração municipal.

1989, da crise sucessória do então prefeito Vítor Buaiz, em 1992, além do perceptível processo de desmobilização política e da perda de quadros.

Ainda na avaliação de Taufner, o maior problema para a formulação de projetos de políticas públicas voltadas à educação foi a falta de capacidade de mobilização dos professores, que buscavam melhorias salariais, o que Gramsci apontou como o maior equívoco da classe operária: o abandono da luta pela transformação política da sociedade, num claro movimento de abandono da perspectiva ideológica, que confere importância à análise total, e não fragmentada.²⁶³

c) “Os movimentos sociais faltaram ao encontro”

O PT em Vila Velha, diferente do da capital, originou-se no seio dos movimentos populares e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Os professores participavam do Partido, dos movimentos comunitários, mas não como representantes da categoria.

Nesse sentido, os primeiros vereadores do PT em Vila Velha eram oriundos de movimentos sociais. Domingos Taufner e Tião Covre, por exemplo, eram ligados respectivamente às CEBs e às Associações de Moradores de Itapoã e Alvorada, e Maria Clara era a principal representante do Movimento de Moradia.²⁶⁴

Mesmo com essa ligação entre o PT e os movimentos sociais de Vila Velha, esses movimentos buscavam no Partido apoio para campanhas de denúncias contra a administração municipal, mas não o procuravam para propor projetos de políticas públicas. Um exemplo disso foi a prioridade

²⁶³ GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 285-287.

²⁶⁴ A vereadora Maria Clara tem base política nos bairros do Aribiri e Dom João Batista. Entretanto, sua área de atuação é a região da Grande Terra Vermelha.

dada pelos movimentos comunitários à questão do transporte coletivo em detrimento das questões relacionadas à educação pública.²⁶⁵

Isso comprova que muitas das demandas por projetos são alimentadas pela sociedade organizada em movimentos sociais. Essas demandas são problemáticas por representarem reivindicações extremamente pontuais, semelhantes ao caso do Sindicato dos Professores quanto às demandas salariais, haja vista que a maioria dos contatos entre a bancada do PT e os professores sempre objetivava a realização de negociações com a prefeitura.

Domingos Taufner reforça a tese de ausência de propostas: *“Na realidade muitos professores nos procuraram, mas não para propor projetos. Pediam para incluir algumas coisas no orçamento”*.²⁶⁶

O que Domingos Taufner defendia e de fato não acontecia com o movimento de educação era a mesma perspectiva colocada pelo ex-governador Waldir Pires, que, em 1989, por ocasião dos debates relacionados com a elaboração da Lei Orgânica, proferiu uma palestra sobre o papel do município e dos cidadãos na construção da democracia.

O momento de protagonismo da cidadania era propício, embora imediato ao das eleições presidenciais, quando Luís Inácio Lula da Silva foi derrotado por Fernando Collor de Mello.

Essa situação serviu como parâmetro para a manutenção das lutas populares e não para a incorporação de um sentimento de derrota que levaria ao imobilismo. Por hipótese, as demandas populares deveriam, a partir daquele momento, estar articuladas, por meio de movimentos sociais cada vez mais fortes e atuantes, com a consecução dos objetivos políticos gerais. Entretanto, esses mesmos movimentos foram gradativamente desmobilizados no quadro de políticas neoliberais em curso na América Latina e no Brasil, desde o início da década de 1990.

²⁶⁵ O destaque para o transporte coletivo envolvia a quebra do monopólio e a criação de novas linhas, para acompanhar o crescimento do Município.

²⁶⁶ TAUFNER, 2006.

d) A educação entre as demais prioridades

Uma característica das legislaturas 1989-1992 e 1993-1996 foi a pequena quantidade de projetos e leis voltados para a área da educação. Das 365 leis aprovadas na primeira legislatura, apenas dez, ou seja, 2,73% do total, referiam-se à educação, três das quais foram de autoria do Executivo Municipal. Na segunda legislatura, foi aprovado um total de 446 leis. Desse total, apenas 25 diziam respeito à área da educação, perfazendo um percentual de 5,60%, das quais dez foram propostas por iniciativa do Executivo.

É evidente que o tema educação não era prioritário, mesmo entre os vereadores do PT, que apresentaram quatro projetos na primeira legislatura e seis na segunda.²⁶⁷ Outros projetos tinham maior destaque, como a denominação de logradouros públicos, o transporte coletivo e as campanhas de prevenção à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA).

Alguns aspectos políticos foram percebidos na análise dos projetos apresentados à Câmara, cuja seleção obedeceu a critérios de relevância em relação ao tema *democratização da educação*, e não ao critério cronológico, como de costume.

O primeiro projeto analisado (1990), de autoria da vereadora do PDT Sirlene Juffo, tratava da criação do Conselho Municipal de Educação (CME).²⁶⁸

A aprovação do projeto, em curto prazo, demonstrou uma correlação de forças favorável à “esquerda”, que via na criação do Conselho um espaço para a democratização na educação, enquanto outros vereadores apoiaram a criação do CME, com vistas a ampliar seu espaço político dentro das fronteiras dos movimentos sociais, território considerado do PT.

²⁶⁷ Para complementar a informação, podemos dizer que foram apresentados pelos vereadores do Partido, na primeira legislatura, 27 projetos. Desses, apenas quatro eram voltados para a educação. Na segunda legislatura, os vereadores do Partido apresentaram aproximadamente 40 projetos, sendo apenas seis na área da educação.

²⁶⁸ O projeto foi protocolado em 8 de maio de 1990. Foi aprovado, tornando-se lei, em setembro desse mesmo ano.

Isso se tornou evidente na discussão sobre a própria composição do CME, que, pelo projeto original,²⁶⁹ seria composto por dezessete membros: três professores, dois administradores escolares, um representante do Sindicato dos Professores,²⁷⁰ um do Sindicato dos Servidores, um representante dos pais, um dos estudantes, além de oito membros indicados pelo Executivo.

Após debates internos na Câmara, na aprovação da lei o número de membros foi reduzido para doze, com perdas para os professores, que viram a representação cair de seis (35,2% do total de 17), para seis (25,0% do total de 12). Em números relativos, a perda atingiu 50% da representação, o que diminuiu a perspectiva de democracia no CME, pois a gestão ficou concentrada nas mãos do Executivo. Na proposta original, o Executivo estava em desvantagem, pois o número de membros por ele escolhido seria oito, enquanto os representantes de categorias totalizariam nove. Se articulados, estes últimos exerceriam considerável pressão e fariam passar deliberações que talvez não fossem de interesse do Executivo.²⁷¹

Outra importante característica a destacar foi a natureza do CME, pela indefinição dele como órgão deliberativo ou como órgão consultivo-fiscalizador. No primeiro caso, o CME teria competência para decidir os rumos da educação, o que se traduziria na execução da agenda de políticas públicas da área. No segundo caso, a atuação do Conselho ficaria limitada, pois ele apenas responderia à convocação do Executivo, que poderia ou não acatar as idéias e, dessa maneira, reduzir o raio de ação da sociedade civil.

No caso de Vila Velha, não estava explícita a natureza deliberativa do órgão, mas apenas as funções de normatizar, planejar, orientar e fiscalizar.

Essas funções do CME indicavam não apenas o esvaziamento de sua importância, mas também a existência de uma estrutura autocrática no Executivo, que se traduzia naquilo que José Eustáquio

²⁶⁹ Projeto de lei de 8 de maio de 1990 para a criação do Conselho Municipal de Educação, no município de Vila Velha.

²⁷⁰ Nesta configuração, os professores teriam quatro membros.

²⁷¹ Isso é ainda mais grave quando constatamos o caráter personalístico da política em Vila Velha, pois onde falamos executivo municipal não devemos separar a instituição dos “personagens” prefeito e vereador.

Romão identifica como uma característica inerente às relações políticas, ou seja, “um jogo de compadrio e fisiologismo”.²⁷²

Já o projeto de autoria da vereadora Sirlene Juffo (PDT), que propôs a criação do “Programa de Erradicação do Analfabetismo no Município”,²⁷³ diferentemente do anterior, tramitou por mais tempo (seis meses), o que indicou uma secundarização. Em outras palavras: mesmo tendo sido aprovado, demonstrava, se comparado à criação do CME, um despreço dos vereadores pelo tema, por não terem em conta a relevância social desse Programa, destinado, prioritariamente, a pessoas de baixa renda.

O projeto proposto possibilitava, inclusive, a abertura de oportunidades para a ascensão profissional, pois atenderia aos trabalhadores por escala e aos trabalhadores noturnos, com a existência de turmas diurnas, diferentemente do que acontece hoje com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Programa de Erradicação do Analfabetismo, importante para a transformação da situação de muitas pessoas, involuntariamente, acabou por “fazer coro” com as propostas do Banco Mundial, que via na educação um caminho para a resolução de alguns problemas estruturais das sociedades latino-americanas, sem, no entanto, atacar o problema central: a desigualdade social.

O apoio do Banco Mundial a tais programas foi resultado da percepção de que o investimento em educação deveria ser direcionado à educação básica, como forma de responder às demandas do mercado de trabalho. A qualificação dos trabalhadores nos países periféricos atendia à nova distribuição da divisão internacional do trabalho, às linhas de montagem situadas nesses países, que continuariam importando tecnologia e reexportando os produtos manufaturados. Essa situação seria possível com a flexibilização das leis trabalhistas.²⁷⁴

²⁷² ROMÃO, José Eustáquio. Conselhos Municipais de Educação: municipalização sem *prefeiturização*. In: GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José Eustáquio. **Município e educação**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 106.

²⁷³ Projeto protocolado na Câmara em 13 de março de 1990 e aprovado em lei no dia 12 de setembro do mesmo ano.

²⁷⁴ LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995., p. 162.

e) Partido, vereadores e conhecimento específico

Dos quatro projetos apresentados pela bancada do PT no que diz respeito à educação, o mais importante, e que será aqui analisado, foi o que propunha a cessão de espaço das escolas municipais para a comunidade.²⁷⁵

Como resultado das aspirações democráticas, postas em curso pela Constituição de 1988, os vereadores petistas elaboraram esse projeto de lei, que abria o espaço escolar para o desenvolvimento de atividades da comunidade na qual ele estava inserido. Essa aproximação da escola com a comunidade não deveria ocorrer apenas no plano físico, com a cessão de salas, mas com o envolvimento mais estreito entre profissionais da educação e comunidade.

Esse projeto estava em consonância com o projeto de democratização da escola proposto pelos educadores petistas, pois convidava a comunidade a “entrar” na escola, a fazer dela parte integrante do seu espaço. Dessa forma, a escola cumpriria uma função político-pedagógica, tornando-se um palco de debates, além de cumprir a função exclusiva de escolarização, exclusividade tão criticada por pensadores como Antônio Gramsci e Moacir Gadotti.

Vale ressaltar, em relação ao projeto do PT, a necessidade de complementar seu alcance. Para isso, por exemplo, as escolas poderiam ser abertas nos finais de semana para atividades esportivas, de lazer e/ou profissionalizantes. Membros da comunidade do entorno da escola poderiam também ser convidados a utilizar o espaço para debates a respeito de suas necessidades comunitárias e das suas expectativas quanto à unidade de ensino. Um exemplo de como essas idéias podem ser aplicadas, foi dado recentemente pela ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, na gestão de 2000 a 2004, com o projeto do Centro de Ensino Unificado (CEU).

²⁷⁵ Projeto n.º 2.476, de 28 de setembro de 1989. Dispõe sobre a utilização de dependências das unidades escolares e outros prédios públicos para a realização de reuniões e atividades culturais por associações de moradores, cineclubes e outras entidades comunitárias (Aprovado na Câmara Municipal de Vila Velha e sancionado pelo Executivo). Além desse, a bancada conseguiu a aprovação de outro projeto por ela apresentado, que institua “o treinamento de prevenção contra a aids para professores e alunos das escolas noturnas”.

Quanto aos projetos citados, de autoria da vereadora Sirlene Juffo (PDT), o PT, mesmo não tendo participado de sua elaboração, poderia tê-los qualificado por meio da apresentação de emendas à matéria.²⁷⁶

O projeto aprovado que tratava da criação do CME, comparado ao que havia sido proposto originalmente, reduziu a representatividade dos professores em 50%. Por que a bancada não se manifestou contrária diante disso? Por que não foram apresentadas emendas que ampliassem a representatividade dos professores no Conselho com a inclusão, por exemplo, de representantes do Conselho Comunitário e/ou da Universidade, ou, então, que estabelecesse com clareza o caráter deliberativo do CME, tal como fez a bancada do PT em Vitória, três anos depois, com o projeto de organização e estruturação do Conselho de Educação desse município?!

Como já dissemos acima, desde as primeiras administrações petistas, ainda no final da década de 1980, os conselhos foram uma marca, resultado de uma longa luta. Eles eram considerados poderosos instrumentos de pressão popular na definição de políticas públicas em setores como saúde, transportes, educação, entre outros.²⁷⁷ Arlete Pereira, assessora do vereador João Pedro, esclareceu que a criação de conselhos é um dos princípios básicos do PT. Mesmo não tendo uma proposta elaborada, são inerentes à ideologia petista – uma forma de “*discutir as coisas democraticamente*”.²⁷⁸ Esse fato foi tão real que, em Vila Velha, foi proposta pela bancada petista, somente na legislatura 1989-1992, a criação de três conselhos: o de transporte, o de direitos humanos e o de moradia. Na legislatura seguinte, foram propostos o da saúde, além da regulamentação do Conselho Tutelar.

Com base nessa constatação teórica e prática, cabe fazer uma pergunta: Por que a proposta do Conselho de Educação não teve uma participação mais incisiva dos vereadores petistas? Seria por desconhecimento sobre a temática?

²⁷⁶ Não descartamos a hipótese de a bancada ter feito tal discussão em plenário, pois as atas referentes à data da aprovação do projeto, às quais tivemos acesso, não discorrem sobre o que foi discutido.

²⁷⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 62-63

Segundo proposta apresentada pelo PT Nacional, os conselhos municipais de educação teriam amplos poderes de caráter consultivo, deliberativo e normativo, e competências que iriam desde a elaboração e atualização do Plano Municipal de Educação até a fixação de critérios para o emprego dos recursos destinados à educação. Já os conselhos de escolas teriam caráter deliberativo, ficando sob sua responsabilidade a elaboração do projeto político-pedagógico e do regimento interno da escola ().

²⁷⁸ PEREIRA, 2006.

Com relação ao segundo projeto, de Erradicação do Analfabetismo, carecia muito de objetivos, estruturação do programa, organização das turmas, dotação orçamentária. Projeto parecido e mais qualificado foi apresentado em Vitória, pouco tempo depois, pelo então prefeito Vítor Buaziz.

Essa falta de participação pode significar despreparo do Partido, em termos regionais, quanto ao debate sobre as políticas públicas de educação, o que também é reflexo das campanhas eleitorais. Dos sete candidatos de Vila Velha e Vitória, a cujo material de campanha tivemos acesso, apenas dois abordavam o tema da educação, mesmo que vagamente.

Vale destacar que apenas um candidato pertencia à área da educação. Este, no entanto, apresentou-se muito mais ligado ao movimento de moradores do bairro.²⁷⁹ Quando ainda era candidato e mesmo depois, durante o seu mandato, a grande preocupação de Domingos Taufner era com relação ao esclarecimento do papel do vereador. Taufner não chegava sequer a mencionar a educação.

4. 1.3 Legislatura de 1993 a 1996

a) Uma correlação de forças em movimento

Passada a primeira legislatura em que foi relevante a presença de petistas, que tiveram grande participação nos acontecimentos políticos da cidade, tanto na formulação da Lei Orgânica, por um lado, quanto na ferrenha fiscalização aos poderes executivo e legislativo. Foi o momento de mostrar aos outros atores políticos do município como era a “cara” do PT, a sua forma de atuação, marcada, principalmente pelo viés fiscalizador.

²⁷⁹ Esse caso é bem emblemático do que acontecia com os professores petistas. Os entrevistados de Vila Velha foram unânimes em dizer que os professores priorizavam mais o movimento popular, a associação de moradores, as CEBs do que o movimento da própria classe. A vereadora Ana Rita foi categórica ao dizer que “os professores do PT em Vila Velha não eram organizados”.

Com a eleição, volta ao governo municipal um dos mais controvertidos e polêmicos políticos do município, Vasco Alves, eleito pelo PMDB. O PT também será oposição, mas de forma mais branda. Na Câmara, podemos verificar dois momentos distintos, acompanhando a eleição da Mesa Diretora. A correlação de forças foi se alterando, tornando-se mais tensa e conflituosa, no decorrer do mandato.

Ainda, na primeira gestão, a correlação de forças esteve mais favorável ao PT, tanto que elegeu Domingos Taufner como primeiro-secretário e Ana Rita como presidente da Comissão de Finanças – uma das mais importantes e por onde passam todos os projetos – numa Mesa Diretora presidida pelo vereador Hércules Silveira, que não tinha afinidade mas que “fechava” com o partido. Foram nesses primeiros dois anos que os dois vereadores do PT exerceram um importante papel fiscalizador: Ana Rita como presidente da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da saúde e Taufner como presidente da CEI da Funeve (algo semelhante à secretaria de educação), ambas no ano de 1993. Na primeira, investigaram-se as irregularidades durante a gestão municipal anterior, na compra de equipamentos para o antigo Hospital da Mulher, em Cobilândia, que sequer chegou a ser usado na unidade. Na segunda, a partir de denúncias do próprio diretor executivo da Funeve, foram apuradas as irregularidades de superfaturamento, também na gestão anterior, nos processos de pagamento e execução da reforma realizada pela empreiteira Tecnoplano em 19 escolas da rede municipal.

Já na segunda gestão, a situação da correlação de forças ficou mais difícil para o PT. Na oportunidade foi eleito o vereador do PFL Antônio Lorenzutti.

Para além da eleição da Câmara, a correlação de forças foi alterada, também, por um acontecimento externo, mas que contou com a participação importante dos dois vereadores petistas de Vila Velha. No ano de 1993, eles apoiaram, com idas à Brasília, uma ação de inconstitucionalidade contra os altos salários dos deputados federais. Com a reversão da situação, conseqüentemente foram reduzidos os salários dos deputados estaduais e, por conseguinte, dos vereadores. Em retaliação, os vereadores vilavelhenses aprovaram uma emenda à Lei Orgânica no final de 1993 que concentrava o poder da Mesa Diretora nas mãos, exclusivamente, do presidente. A medida retirou os poderes que Domingos Taufner exercia enquanto primeiro-secretário. Ele continuou na Mesa, porém, com um poder simbólico.

A fala da vereadora Ana Rita demonstra essa situação de mudança da correlação de forças:

*“Era uma relação, em determinados momentos, bastante conflituosa, em outros, mais tranqüila, dependendo das matérias que estavam sendo discutidas. O mais importante é que a relação política era complicada”.*²⁸⁰

Essa relação tornou-se muito pontual, pois dependia do teor dos projetos apresentados. Os projetos só ganhavam apoio quando os mesmos não prejudicassem nem os vereadores, nem o prefeito, algo mais moralizante, de controle dos gastos públicos. Em projetos mais “tranqüilos”, os vereadores do PT conseguiam o apoio de alguns aliados e a matéria era aprovada.

Esse apoio circunstancial vinha de uma parte da bancada do PMDB, com os vereadores Irake Tristão, Walterli Ribeiro e Hércules Silveira, e o vereador Diogo Filadelfo que iniciou no PTB e que migrou para o PPS. Com o prefeito, estavam Orlando da Moradia, eleito pelo PSB, mas que finalizou o mandato no PP, do qual já fazia parte o vereador Francisco de Almeida Teixeira, Sebastião Miranda do PTB, Jonimar Oliveira do PSD, Álvaro Nogueira do PL, Ivan Carlini, Astino Dias, Antônio Lorenzutti, ambos do PFL, Reginaldo Almeida, Antônio Marcos, Wilson Rosenberg, “Dozinha” Justo, todos do PSDB, e a outra parte da bancada do PMDB formada pelos vereadores Jorge Luiz Carreta, Marcos Antônio Rodrigues. O vereador Edmar Nunes, que passou a maior parte do mandato no PMDB, começou aliado ao PT, no primeiro grupo, mas no decorrer do mandato acabou aliado do prefeito. Portanto, dos vinte e um vereadores eleitos na época, apenas os dois do PT, Domingos Taufner e Ana Rita, estavam realmente no campo de oposição. Os outros quatro representavam apenas um apoio momentâneo. Essa situação de isolamento está manifestada no jornal do mandato de Ana Rita: *“Por causa da postura desses*

²⁸⁰ ESGÁRIO, Ana Rita. O papel do vereador na definição de políticas públicas. 2006. Entrevista concedida a Douglas Ferrari, Vitória, 6 dez. 2006

vereadores, não tivemos aliados. Chegamos a nos sentir frágeis em determinados momentos, pois a bancada do PT sempre foi minoria”²⁸¹ (grifo nosso)²⁸²

Segundo os vereadores entrevistados, a situação se deu pelo tipo de postura que os vereadores tinham com o prefeito, com a sua base política e com os outros vereadores, uma postura classificada por eles como clientelista e fisiológica, além de serem “*originalmente ruins*”.²⁸³ A forma de fazer política do prefeito Vasco Alves também colaborava para isso.

Como o PT na época não compactuava com isso, restava-lhe a oposição e a fiscalização. Mas com relação ao Vasco essa oposição foi um pouco mais branda do que com o Jorge Anders (mesmo com alguns embates conflituosos). Em um documento do partido, fruto do encontro municipal de 29 de novembro de 1992 (período entre a eleição e a posse) está escrito que “*não apóia nem participa do governo Vasco*”. Quer dizer, não apoiaria nem participaria do governo, mas não declarou de pronto uma oposição mais forte. Inclusive, como disse Taufner na entrevista: “*ele conseguiu até iludir parte do PT*”, e por vezes manteve conversas com o partido, mais com os vereadores do que com o conjunto do partido, como era de praxe o jeito de fazer política do prefeito, muito personalista.

b) Vereador-partido: um caminho de mão única

Nessa legislatura, o partido no Espírito Santo tentou realizar uma interlocução entre os vereadores petistas de vários municípios. Foram realizadas aproximadamente dez reuniões de vereadores do partido, sob a coordenação de Domingos Taufner, o que permitia a troca de experiências, a troca de propostas entre os participantes e a proposição conjunta de algum

²⁸¹ ESGÁRIO, Ana Rita. Jornal do mandato. N.10 p.2 dez./1996

²⁸² Nessa legislatura não podemos definir tão bem a composição dos grupos no jogo da correlação de forças, como na primeira. Ela foi muito inconstante e heterogênea, estabelecida conforme a conveniência e a (in) satisfação com relação ao prefeito. Como se diz, temos que analisar caso a caso.

²⁸³ TAUFNER, 2006

projeto, como foi o caso do projeto que estabelecia o dia 10 de junho - (em função da morte do Otaviano de Carvalho), como o dia dedicado à educação para o trânsito.

Apesar dessa tentativa, podemos ver que a prática não era constante dentro do partido, pois nas reuniões do diretório e da executiva, por exemplo, assuntos como políticas públicas raramente eram debatidos, o que levava à escassa contribuição do partido com relação à elaboração de projetos. Como constata Ana Rita: “*Foi muito pequena, enquanto partido, enquanto direção, no sentido de apresentar sugestões de proposição de projeto de lei.*”²⁸⁴

Como acontece até hoje, essas reuniões se concentram na política, de um modo geral, do município, no fortalecimento da estrutura partidária, no apoio aos movimentos sociais, no preparo do partido para as eleições. Na verdade, como foi unânime nas entrevistas, o partido se reúne para discutir políticas públicas quase que exclusivamente durante o processo eleitoral. Não faz desse tema um debate rotineiro como a realização de um encontro setorial, como aconteceu na esfera nacional.

Por isso dá para entender a visão “pessimista” que Ana Rita externaliza, para quem o partido não apontava para um caminho de via dupla, ou seja, a relação bancada – partido se via sob o prisma da hierarquia, mas quem efetivamente contribuía com o diálogo era a bancada. Nas palavras de Ana Rita:

*[...] a gente não discute políticas públicas. [...] Na verdade, olha só, essa é a minha leitura de que, pelo menos é a minha experiência daquele período, naquele momento, **a relação com o partido foi muito mais de bancada para partido do que de partido para bancada.** (grifos nossos)²⁸⁵*

²⁸⁴ ESGÁRIO. 2006.

²⁸⁵ Ibid.

Nessa fala demonstram-se as dificuldades de desempenhar o papel de legislador, que seria a função primeira do vereador, atuando, como já dissemos antes, como fiscalizador. Tais dificuldades faziam com que os projetos sobre políticas públicas, particularmente no setor de educação, não avançassem significativamente.

Mesmo que naquela oportunidade a relação da bancada com o partido fosse muito próxima, pois Domingos Taufner era o presidente do partido e Ana Rita atuava ativamente como membro da executiva municipal e líder da bancada.

Para melhorar essa situação, Ana Rita considera que o partido deve se preocupar mais com os mandatos, acompanhar mais de perto, para que seja mais fortalecida a relação mandato-partido, um dos tripés da atuação do parlamentar petista, junto com a relação com os movimentos sociais e a Câmara.

c) Participação dos movimentos sociais

Com a mesma origem dos vereadores petistas da legislatura anterior (CEB's e Associações de moradores), Ana Rita possuía uma relação mais próxima com os movimentos sociais como um todo, mas, principalmente, com os conselhos Comunitário e da Criança e Adolescente (do qual fez parte como representante da Câmara).²⁸⁶ O ponto forte de seu mandato pautou-se por essa relação. Isso se deu principalmente por sua formação profissional de assistente social.

Com tal proximidade, a vereadora tinha por objetivo municiar os movimentos populares com informações importantes sobre as discussões em plenário e sobre a administração municipal. Mas apesar dessa proximidade, não conseguiu alterar o quadro de “falta de alimentação” apontado por

²⁸⁶ Não falaremos da relação do mandato do vereador Domingos Taufner com os movimentos populares nessa legislatura, visto que em muitos aspectos se confunde com a anterior.

Domingos Taufner na legislatura anterior, tanto que ela chega à seguinte conclusão: “*a gente não conseguiu transformar essa luta, esse acompanhamento em projeto de lei.*”²⁸⁷

Além disso, Domingos Taufner assim se pronuncia em um comentário sobre o mandato de Ana Rita:

*“Até a Ana Rita tentou fazer muitas reuniões dessas [de avaliação do mandato], mas não conseguiu fazer uma reunião muito participativa com a comunidade em geral. Ela fazia, mobilizava o pessoal, mas era pequena a participação.”*²⁸⁸

d) A questão política da prioridade para a educação

Já demonstramos em números a pouca preocupação dos vereadores com a educação, tanto nessa legislatura quanto na anterior. Analisaremos separadamente as leis e os projetos dessa legislatura, seguindo o mesmo critério temático, o da democratização da educação.

O primeiro documento a ser analisado é a lei que tratou da criação da Secretaria Municipal de Educação, em 1995, de autoria do executivo, que pela Constituição dispõe da exclusiva iniciativa..²⁸⁹

Antes cabe um breve esclarecimento sobre a repartição municipal responsável pela educação. Criada em maio de 1977, a Funeve abrigava todo o patrimônio ativo e inativo do setor educacional da prefeitura – era inclusive o prefeito que indicava o presidente – porém, juridicamente, gozava de alguma autonomia, semelhante a uma autarquia com um certo grau de

²⁸⁷ ESGÁRIO, 2006.

²⁸⁸ TAUFNER, 2006.

²⁸⁹ O projeto foi aprovado sob a lei 3012 em 13 de janeiro de 1995.

autonomia administrativa. Essa posição criava situações *sui generis*, como, por exemplo, a filiação dos professores, até 2005, ao sindicato dos professores das escolas particulares (Sinpro) e não ao Sindicato dos Professores das Escolas Públicas do Espírito Santo (Sindiupes). Apesar de ser uma exigência da Constituição para os sistemas municipais de ensino, a criação de uma secretaria municipal de educação arrastou-se por longos cinco anos, com acirrados embates entre os prefeitos e os professores.

Voltando ao projeto de criação da Secretaria Municipal de Educação, como avanços destacamos a transformação das creches municipais em escolas de educação infantil, tirando o caráter de assistência social e transferindo-o para o educacional, nos termos da lei; também sinaliza com o desenvolvimento de projetos ligados à educação não formal. Apesar desses avanços, a lei possui falhas, como o uso incorreto da nomenclatura, pois utiliza a expressão “escolas de 1º e 2º graus”, e não, como definido pela Constituição de 1988, “escolas de ensino fundamental e médio”. Coloca as unidades de ensino médio sob sua responsabilidade, contrariando a legislação, que a atribuía ao governo estadual. Além disso, o veto do prefeito ao artigo que indicava o CME como órgão normativo (e não deliberativo) mostra que o mesmo não estava aberto à participação da sociedade civil organizada, assim como a maioria dos vereadores, que não fizeram uso de suas prerrogativas legais para derrubar o veto do prefeito.

Uma outra lei que analisaremos, também de prerrogativa do executivo, diz respeito ao estabelecimento do plano de carreira, cargos e salários do magistério municipal, que traz em um dos seus anexos o regimento da eleição para diretores de escolas.²⁹⁰

Por se tratar de uma questão de caráter técnico e burocrático, não analisaremos a lei em seus artigos, mas destacaremos a importância do anexo V, que regulamenta o artigo 14 sobre a eleição direta para diretores das unidades escolares.

Por esse regimento, teriam direito ao voto os profissionais, alunos e pais ou responsáveis em suas respectivas unidades de ensino, respeitando o voto paritário, que garante maior peso ao voto dos

²⁹⁰ A lei 2932, sancionada em 02 de maio de 1994, “dispõe sobre o plano de carreira, cargos e vencimentos do pessoal do magistério da PMVV, em conformidade com o artigo 206 da Constituição Federal e com os artigos 209 e 22 da Lei Orgânica do Município de Vila Velha.”

profissionais. Na coordenação dos trabalhos das eleições estariam representantes da Funeve, do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Comunitário, da Associação de Pais e das 25 escolas (todos teriam dois representantes, com exceção dos dois últimos, com um representante cada).

Por meio desse quadro, vemos que a eleição de diretores não garante a efetiva participação dos envolvidos: em primeiro lugar, não está incluída na coordenação central a representação sindical dos professores e nem dos conselhos de escola (que, aliás, nem sequer foram criados); em segundo lugar, como está posta a representação, o executivo teria totais condições de direcionar a seu favor, pois dos 32 componentes da coordenação central, apenas 3 não estariam diretamente vinculados à administração, já que os dois representantes do CME poderiam ser um dos seis representantes do executivo no colegiado; e por fim, o sistema universal dá mais equilíbrio e igualdade entre os participantes, ao contrário do modelo adotado de voto paritário, que dá maior peso aos servidores. .

Em 1993, a proposta de eleição para diretores das creches antecipava o debate sobre a eleição de diretores das unidades municipais de ensino. Um projeto em particular trazia essas preocupações. O projeto do vereador Wilson Rosenberg (PSDB)²⁹¹, promulgado em 22 de março de 1994, estipulava o voto universal e secreto, diferente da proposta do prefeito, além de diminuir sensivelmente o número de representantes na comissão eleitoral. Enquanto na proposta anterior o número era de 32 (trinta e dois), a proposta atual reduzia esse número para apenas quatro. Entretanto, não há clareza sobre o número, pois não fica especificado se a comissão eleitoral é por escola ou central.

E ainda permanecia em aberto a estrutura da eleição, os critérios para a propaganda eleitoral e a composição das mesas de votação. O que permitia uma gama de interpretações, tanto por parte do executivo quanto do legislativo, e também possíveis manobras para a composição das mesas e da influência direta no resultado da eleição.

²⁹¹ Projeto que “institui a eleição direta para escolha dos diretores escolares das creches municipais de Vila Velha” tornou-se a lei 2925/94 após ser promulgado pelo presidente da casa no dia 22 de março de 1994.

Em um tema os projetos do executivo e do vereador se aproximam: a ausência de participação do sindicato e do conselho de escola. O que aponta para a diminuição do projeto de democracia proposto para a educação pelos intelectuais do Partido dos Trabalhadores.

Dentro das propostas de democracia por meio da educação e da descentralização política, ou seja, da municipalização, estudaremos o projeto de autoria do vereador Edmar de Azevedo Nunes (o Professor Edmar), que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História de Vila Velha na rede municipal de ensino.²⁹²

Como forma de promover a ampliação do debate e espaço democráticos, o projeto (embora talvez não fosse sua preocupação) trabalharia para a construção da cidadania a partir do conhecimento da história do próprio município. Essa perspectiva aparece não somente no objetivo, por nós interpretado, de atingir um público ainda no momento de formação de opinião. Porém, por meio da opinião exerce-se a cidadania e consolida-se a democracia.

Os vereadores do partido dos trabalhadores apresentaram um substitutivo ao projeto original, no qual incluiriam, além do ensino de história, o ensino da geografia com destaque para o meio-ambiente²⁹³ O mesmo sinalizava para duas questões centrais. A primeira sobre a distribuição do espaço urbano no município, trabalhando exatamente a noção de totalidade, ou seja, o município pode estar dividido administrativamente em bairros, porém era necessária a compreensão do município como um todo.

A segunda é acompanhada da existência de dois fatores que apontavam para a necessidade de inclusão e discussão da temática ambiental no projeto original. O primeiro como resultado da morte do ambientalista e ex-presidente do PT, Paulo Vinhas, em abril de 1993, que reforçou a vinculação da atuação do partido aos movimentos sociais de defesa do meio-ambiente.²⁹⁴ O segundo fator é resultado do embate entre os que mantinham posição contrária e aqueles

²⁹² Lei promulgada em 30 de outubro de 1995, sob o número 3.123/95, que “torna obrigatória a inclusão da disciplina ‘História do município de Vila Velha’ na grade curricular do ensino de 1º grau nas escolas da rede municipal de ensino”.

²⁹³ O substitutivo apresentado pela bancada do PT é, na verdade, a inclusão de lei 2711/91, de 20 de outubro de 1991, de iniciativa da bancada do partido da legislatura anterior, que introduzia aulas práticas de história e geografia nas escolas públicas municipais.

²⁹⁴ Essa posição está em consonância com as preocupações globais acerca do tema, e em particular com o ativismo do *Greenpeace*, e também como reflexo da Conferência Rio 92, conhecida como Eco92.

favoráveis ao aumento do gabarito das edificações na orla de Vila Velha, que atendia aos interesses das construtoras, em detrimento aos demais setores sociais, em particular a colônia de pescadores de Itapoã.

e) Participação petista na educação: faltou mostrar a sua “cara”

Dos seis projetos apresentados pela bancada do Partido dos Trabalhadores nessa legislatura com relação à educação, o mais importante foi o projeto indicativo ao prefeito para criação da bolsa familiar da educação,²⁹⁵ que segundo consta, foi discutido com entidades ligadas à educação e à criança e adolescente, e apresentado ao CME. Infelizmente não tivemos acesso nem ao desfecho do mesmo, nem ao projeto de lei (mas apenas à sua citação em uma relação de projetos apresentados pela bancada). No mesmo ano, foi apresentado o mesmo projeto em Vitória, pelo vereador João Pedro, o que prova a consonância entre os parlamentares petistas dos municípios da Grande Vitória. Inferimos, portanto, que o projeto de Vila Velha segue os mesmos princípios do projeto de Vitória, que será analisado quando discutirmos os projetos apresentados pelo vereador João Pedro.

Tanto o projeto indicativo de criação da bolsa familiar da educação, quanto o projeto substitutivo de acréscimo das aulas práticas de história e geografia, são de relevância para o acesso e permanência na escola e para a conscientização sobre o exercício da cidadania. O que demonstra um apreço pela promoção da democracia e uma conformidade - talvez voluntária - com as bandeiras da época levantadas pelo PT nacionalmente e pelos movimentos sociais da educação (aquilo que dissemos sobre os princípios coletivos de todo militante petista).

²⁹⁵ Além desse, os outros projetos, que aqui não serão analisados por não estarem de acordo com o nosso critério, são os seguintes: 1) obriga o ensino da matéria “educação para o trânsito”; 2) cria as condições de caráter financeiro, material e humano para as instituições de ensino especial; 3) obriga as escolas a estabelecerem os limites para a carga de material transportada pelo aluno (também apresentado pela bancada petista em Vitória); 4) autoriza o executivo a criar o prêmio incentivo para as escolas que apresentarem redução das despesas com conservação e manutenção; 5) institui o curso de primeiros socorros para funcionários das empresas de ônibus (consideramos como educação não formal).

Apesar disso, nos três primeiros documentos analisados a participação da bancada petista é bastante exígua, e não foi possível colocar essa “cara” petista, seja pela correlação de forças desfavorável, pela falta de conhecimento e iniciativa dos próprios vereadores, ou ainda pela falta de atuação e pressão do movimento sindical da educação.

No primeiro, o partido e os poucos vereadores que votavam com o partido não conseguiram reverter o veto do prefeito ao artigo que indicava o CME como órgão normativo e componente da Secretaria de Educação, cerceando a participação da sociedade civil organizada.

No segundo, da eleição para diretores, faltou a ligação com aqueles princípios coletivos que garantem a participação popular e a consonância com outros municípios, em particular Vitória, pois quando Vitor Buaiz (PT) foi prefeito (1989-1992) ele apresentou um projeto que foi aprovado, que instituía a eleição direta para diretores das escolas. O projeto do prefeito de Vitória instituía o voto direto e universal, sendo encaminhado pelos conselhos das respectivas escolas e coordenado por uma comissão central que tinha entre os seus componentes representantes do sindicato, da associação dos alunos, dos servidores da educação e dos movimentos populares participantes dos conselhos de escolas. Por esse projeto é garantida a igualdade de condições entre todos, o controle social sobre o processo eleitoral e um leque maior de representação da sociedade civil organizada. Avanços que não estão presentes no projeto do prefeito de Vila Velha e que poderiam no mínimo ser sugeridos pela bancada do PT no município. Praticamente o mesmo (com exceção do voto universal) poderia ser dito para o projeto do vereador Wilson Rosenberg, que instituía a eleição direta para diretores das creches municipais.

4. 2 UM CAPÍTULO À PARTE: O CONTRAPONTO

Analisamos até agora legislaturas em que não existe a figura do vereador e professor petista. Para verificar os casos contrários, fortalecendo a nossa hipótese, vamos fazer o contraponto com as legislaturas de petistas que são professores. Dessa forma, elencamos os mandatos dos vereadores João Pedro, de Vitória, e Helder Salomão, de Cariacica, no período de 1993 a 1996.

Nesses municípios o PT sempre teve, assim como em Vila Velha, uma correlação de forças desfavorável na Câmara, e uma relação muito conflituosa com o prefeito. Esses casos são ainda mais graves, porque raramente o partido conseguiu fazer uma articulação com outros vereadores, o que representa o isolamento como rotina. Somente Namy Chequer (PC do B), em Vitória, e Aldo Resende (PDT), em Cariacica, fechavam matérias com o PT. Essa situação dificultava a aprovação de projetos, como em Cariacica, por exemplo, que teve “*vários projetos rejeitados na Câmara, exatamente porque os nossos projetos tinham o objetivo de romper com uma cultura política que foi estabelecida no município.*”²⁹⁶

Com relação ao partido, os sentimentos de desamparo e orfandade com relação ao debate sobre políticas públicas são comuns entre os vereadores de Vitória e Vila Velha. Mesmo em Cariacica, que tem historicamente um envolvimento maior das lideranças e militantes do partido, a situação não era muito diferente, pois a maioria dos projetos era discutida somente nas reuniões da bancada e da assessoria coletiva, além do que “*não existe uma articulação dos professores que estão no partido para debater as políticas públicas com frequência.*”²⁹⁷ (grifo nosso).

Quanto aos movimentos sociais da educação, a situação era diferente da de Vila Velha, principalmente em Cariacica. Como Helder era professor secundarista de escola pública e João Pedro era professor de uma universidade pública, era natural que a relação com o movimento da categoria fosse mais próximo.

No caso de Helder Salomão, a relação era tão estreita – visto que ele era secretário de formação do Sindicato dos Professores das Escolas Públicas (SINDIUPES) quando foi eleito para vereador – que o projeto de eleição democrática de autoria do vereador contou com a participação de professores e alunos. Como ponto alto de seu mandato, ele chega a comentar que “*quantas vezes a gente se reunia para tratar de estratégias para buscar a aprovação de um projeto na Câmara. Isso aconteceu quando a gente apresentou a emenda para acabar com as indicações políticas no processo seletivo.*”²⁹⁸ Essa, aliás, sempre foi uma marca do município.

²⁹⁶ SALOMÃO, Helder. O papel do vereador na definição de políticas públicas. 2006. Entrevista concedida a Douglas Ferrari, Vitória, 19 dez. 2006.

²⁹⁷ Id., Ibid.

²⁹⁸ SALOMÃO. 2006

No caso de João Pedro, a relação política com os professores da rede pública municipal era fluída, mas nem por isso desatenciosa, principalmente no período em que assumiu a presidência da Comissão de Educação no biênio (1993-1994). Como na Câmara a situação era difícil, ele tentava fazer o trabalho por fora, a ponto de ser um dos responsáveis pela a criação do fórum de qualidade de ensino, um espaço de discussão sobre como estava caminhando a educação no município, inclusive com apresentação de propostas na Câmara ou interlocução com o executivo.

4.2. 1 João Pedro (1993-1996): a luta pela qualidade da educação

Com uma atuação ética-responsável, quase inquestionável, o vereador João Pedro de Aguiar pautou sua atuação política pela luta por uma educação de qualidade e democrática. Em seus arquivos pessoais encontramos inúmeros textos e anotações que subsidiavam seus projetos de lei e pronunciamentos. Estes últimos apontam para questões como a falta de condições físicas, a falta de professores nas escolas, a discussão ampla do currículo, críticas à política educacional da administração municipal, a promoção da participação popular e da gestão democrática e principalmente o chamamento à responsabilidade e atenção dos vereadores para o tema. Destacou-se na presidência da Comissão de Educação e na apresentação de projetos de qualidade sobre as questões da educação.²⁹⁹

Do total de 10 projetos de sua autoria, analisaremos dois, e um terceiro que contou com a sua ajuda.³⁰⁰ Novamente seguimos o critério adotado na escolha dos projetos de Vila Velha, apresentados decrescentemente pelo seu grau de importância.

²⁹⁹ Podemos ver essa atuação na comparação dessa legislatura com outras de Vitória e Vila Velha. Enquanto na legislatura que ele fez parte foram apresentados 13 projetos (contando requerimentos, projetos de lei, emendas, substitutivos e indicativos) relativos à educação, na legislatura anterior de Vitória foram apresentados apenas 4, e em Vila Velha foram apresentados 4 na primeira e 6 na segunda.

³⁰⁰ Não tivemos acesso a todos os projetos, por causa da perda dos arquivos e da falta de preocupação com o registro histórico tanto pelos familiares quanto pelo partido e pela Câmara municipal.

O primeiro projeto refere-se à estrutura e organização do Conselho Municipal de Educação de Vitória (CME), de iniciativa da bancada do PT, assinado pelo vereador Perly Cipriano (PT) e acompanhado da emenda substitutiva apresentada pelo vereador João Pedro.³⁰¹

Diferente da lei aprovada na Câmara Municipal de Vila Velha, a proposta da bancada petista de Vitória tem um ganho qualitativo maior. Já na justificativa verificamos uma sintonia com a realidade da época, marcada, como exposto no capítulo 2, pela política colocada em prática de descentralização administrativa que tinha nos conselhos um dos principais vértices. Ademais, no relatório da comissão de educação assinado pelo presidente João Pedro está exposto que “...os conselhos populares (...) são um sinal de democratização do poder e da participação da sociedade civil nas decisões.”³⁰²

Sobre a questão da natureza do conselho, o projeto reafirma os anseios constantes nas propostas do I ENED/PT, que estabeleceu a criação de conselhos municipais de educação que teriam amplos poderes, com caráter consultivo, *deliberativo* e normativo.³⁰³ Essa diferença é a marca do PT, pois resguarda o maior controle social e a importância da participação popular. Talvez seja por isso que o projeto não foi aprovado, e não porque ele é de exclusividade do executivo como aparece na justificativa do parecer contrário da comissão de justiça. Se assim o fosse, o projeto da criação do CME em Vila Velha também seria inconstitucional, pois foi de iniciativa de uma vereadora e não do prefeito.

Quanto à representatividade, o projeto daria voz e voto a um grande número tanto de representantes quanto de instituições representadas. Eram 17 membros, dos quais apenas dois eram representantes diretos da administração, um estadual e o outro municipal. Os outros conselheiros estavam divididos da seguinte forma: 1 das escolas particulares, 2 do ensino superior (1 deveria ser obrigatoriamente oriundo da universidade federal), 4 do sindicato dos professores, 2 dos servidores da educação, 2 dos estudantes e 4 escolhidos entre as associações de bairros, movimentos populares, conselho de escola e associação de pais. Essa fórmula não

³⁰¹ Esse projeto, sob o número 119/93, foi aprovado na comissão de justiça em 1993, mas seu substitutivo não foi aprovado pela comissão de justiça, em 1996, pois o presidente deu parecer contrário, justificando que a iniciativa de tal projeto é de exclusividade do executivo.

³⁰² Projeto de lei que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação de Vitória. Folha 11.

³⁰³ A emenda substitutiva apresentada pelo vereador João Pedro ainda é acrescida a natureza fiscalizadora.

obedece à lógica que dá maior peso de representatividade à administração pública, como acontece no modelo paritário.³⁰⁴

Contando com a maioria dos componentes, a sociedade civil organizada poderia exercer uma poderosa pressão popular na definição de políticas públicas para a educação. Esses grupos, se bem articulados, exerceriam considerável pressão e fariam passar deliberações que talvez não fossem de interesse do executivo.

Como membro da comissão dos direitos humanos durante os dois últimos anos do mandato, o vereador se sensibilizou com a situação do trabalho infantil das crianças carentes que estão fora da escola, com destaque para os meninos e meninas moradores de rua. Tanto que realizou uma audiência pública na Câmara sobre o tema, e encaminhou o projeto indicativo ao executivo.

Esse projeto, o segundo analisado, que também foi apresentado pela bancada petista de Vila Velha, trata-se de uma indicação ao executivo para que institua o Programa Bolsa Familiar para a Educação,³⁰⁵ acreditando na educação como alternativa para essas crianças, e com o objetivo da “admissão e permanência na escola pública de crianças carentes em idade entre 7 a 14 anos completos, em condições de carência material e situação de riscos pessoal e social.”³⁰⁶ Ainda segundo a justificativa, o projeto pretendia atacar a raiz do problema, não visando somente tirar os menores da rua ou integrá-los ao mercado de trabalho, mas distribuir riquezas e benefícios de uma educação de qualidade.³⁰⁷

O projeto é uma tentativa importante de resgate da cidadania plena desse grupo que está à margem dos benefícios produzidos pela sociedade e (por que não?) uma forma de impulsionar a democratização. O projeto é a forma prática de consubstanciar o conceito defendido pelo PT de uma “gratuidade ativa”, ou seja, que garanta condições materiais não apenas de acesso, mas de permanência e conclusão do ensino.

³⁰⁴ Procurando dá mais ênfase aos representantes dos pais, o substitutivo separa os 4 conselheiros oriundo de diversas organizações em 2 exclusivamente dos pais e e divididos entre as associações de bairros de dos movimentos populares.

³⁰⁵ Sobre este projeto não temos maiores detalhes de sua tramitação, nem sobre os seus dados, apenas que o mesmo foi protocolado no dia 10 de outubro de 1995.

³⁰⁶ AGUIAR, João Pedro de. Projeto indicativo que institui o programa Bolsa Familiar para a Educação. Vitória, 10 out. 1995. Folha 1.

³⁰⁷ Ibid. Folha 4.

Assim como em Vila Velha, em Vitória foi apresentado um projeto que abria as escolas à comunidade, garantindo a utilização das dependências escolares para entidades sem fins lucrativos (associações comunitárias, ONG's, sindicatos, partidos, igrejas e entidades culturais) nos períodos de inatividade da mesma ³⁰⁸ (isso demonstra um importante intercâmbio entre os vereadores da região metropolitana, oxigenando a atuação de cada bancada). Em comparação com o projeto do município vizinho, esse projeto restringe a utilização somente às unidades escolares, enquanto em Vila Velha é ampliado para outros prédios públicos. Porém, enquanto em Vila Velha restringe-se a utilização apenas por associações de moradores, cine-clubes e entidades comunitárias, o projeto do vereador João Pedro amplia o leque de instituições que poderiam ser beneficiadas.

Em Vitória a proposta não teve o êxito da aprovação, pois alegando inconstitucionalidade, o prefeito Paulo Hartung vetou o projeto, veto este mantido pela Câmara. No caso da manutenção do veto, o relator da Comissão de Justiça sustenta a tese do acúmulo de atividades escolares, o que impossibilitaria seu uso e os possíveis danos ao patrimônio público. Apesar da tentativa de refutação feita pelo vereador João Pedro, membro da comissão de educação, no voto em separado, o projeto não obteve prosseguimento. Na verdade, o que está posto, lendo as entrelinhas, não é uma simples diferença de ponto de vista, mas a materialização do jogo da correlação de forças (a diferença de projetos, ideologias e concepção de mundo) entre a situação e a oposição, pendulando para o primeiro lado.

Na defesa de sua proposta, o vereador petista compartilha das aspirações democráticas propostas pelos educadores petistas, abrindo o espaço escolar para o desenvolvimento de atividades da comunidade, na qual estava inserida. Nesse sentido “o projeto aproximará os moradores do bairro da unidade escolar, facilitando a interação e aumentando o respeito e a co-responsabilidade que as entidades da sociedade civil devem ter para com o patrimônio público.”³⁰⁹

³⁰⁸ Projeto de lei 45/94 protocolado no dia 16 de março de 1994, que “dispõe sobre a utilização das dependências das Unidades Escolares Municipais em períodos nos quais não estejam ocupadas com atividades pedagógicas”

³⁰⁹ AGUIAR, João Pedro de. Projeto de lei que dispõe sobre a utilização das dependências das unidades escolares municipais em períodos nos quais não estejam ocupadas com atividades pedagógicas.. Vitória, 15 mar. 1994. Folha 5.

4.2.2 Helder Salomão (1993-1996): a presença do sindicato da educação na Câmara

Assim como em Vitória, na legislatura de 1993 a 1996 foram apresentados mais e melhores projetos na área da educação, muito pela presença do professor universitário João Pedro; e em Cariacica, no mesmo período, também foram apresentados pela bancada petista importantes projetos relativos à área.

Foram apresentados 12 projetos (contando projetos de leis e emendas ao orçamento) relativos à educação, todos de autoria do vereador Helder Salomão. Devido à existência de poucos arquivos³¹⁰ (como cópia desses projetos), só analisaremos um, o mais importante segundo nosso critério, o que restabelece a eleição direta para diretores e coordenadores das unidades escolares. Além desse, foram apresentados outros projetos que merecem citação, como as emendas ao orçamento para criação do programa de alfabetização de adolescentes e adultos; para a construção, ampliação, reforma e manutenção dos prédios escolares; e para a capacitação dos professores.

O projeto de nosso foco de análise, antes de adentrarmos em seus detalhes, merece ser contextualizado, pois indica uma forte correlação de forças presente no município entre aqueles que são favoráveis às práticas coronelistas e aqueles que são contrários e buscam a moralização da política.

Para iniciar, o projeto do vereador Helder Salomão é uma tentativa de restabelecer a gestão democrática das escolas, garantida pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do município, por meio da realização de eleições diretas para os diretores das escolas. Apesar de constar na “constituição municipal”, a eleição direta para diretores só foi, muito timidamente, aplicada, na gestão do prefeito Vasco Alves. Mesmo assim, o vereador Edson Nogueira (PFL) apresentou um projeto (1993), que foi aprovado pela maioria da Câmara, revogando dispositivos no estatuto do magistério - (artigo 65 da Lei Orgânica), que garantiam a eleição direta para diretores de escolas.

³¹⁰ Cariacica foi o município onde encontramos as maiores dificuldades de acesso, devido à queima criminosa praticada pela Câmara de projetos não aprovados após dois anos; e às condições precárias de arquivamento dos documentos antigos na sede do PT municipal.

É nesse momento que se iniciam os embates entre os dois projetos políticos, configurados nas posições contrárias dentro da comissão de educação. De um lado, o vereador Helder Salomão, como relator do parecer e voto contrário à aprovação da matéria, do outro os outros dois vereadores que no voto em separado são favoráveis à aprovação. Para o vereador petista, o projeto significou um retrocesso, “com sabor de totalitarismo bem ao gosto do regime militar”, e a anulação da participação dos envolvidos nos direcionamentos da gestão escolar. Para os vereadores Jocelino da Silva (PSC) e Alaídes Ribeiro (PMN), o processo de eleição direta para diretores de escolas inibe o “direito de comando” do executivo, e dificulta a governabilidade, sendo que, portanto, tais cargos devem ser de confiança e “livre escolha” do prefeito. Dessa forma, afirma o ex-vereador petista:

“Vou dizer qual a razão principal que motivou os vereadores a vetarem a eleição direta para diretor: é porque todos os diretores, sem exceção, eram cargos indicados pelos vereadores. (...) Então, na verdade o que eles não queriam era perder o controle das indicações políticas que faziam”³¹¹

Fica explícita a tentativa de transformar as escolas em verdadeiros comitês, e os diretores em cabos eleitorais. Além disso, era mais uma oportunidade para efetivar troca de favores.

Essa revogação da eleição direta para diretores de escolas vai na contramão de tudo que explanamos nos capítulos anteriores sobre os anseios de democratização da gestão vividos na época pelos movimentos sociais para além da educação. Em certa medida, se configura como uma ação anti-histórica.

Com o apoio de pais, alunos e o sindicato dos professores, e com a realização de vários debates, no ano seguinte (1994) o vereador Helder Salomão apresentou o projeto que reativava a eleição

³¹¹ SALOMÃO, 2006

de diretores e coordenadores das unidades escolares.³¹² Porém, novamente as forças que apoiavam o vereador foram derrotadas, visto que o projeto não foi aprovado em plenário, onde a correlação não lhe foi favorável.

O projeto em si não apresenta substanciais novidades, sendo mais rica a justificativa que o acompanha do que propriamente os artigos. Nele sentimos a falta de representantes do sindicato dos professores e dos movimentos populares na composição da comissão eleitoral, que era formada por um aluno, um professor e um servidor por turno, além de não garantir a igualdade de condições entre todos, pois estabelece peso maior para os votos dos professores e servidores.

É na justificativa que observamos como o vereador estava “atenado” aos contextos histórico e teórico da época. Em mais de uma oportunidade é colocada a importância da participação política nas decisões dos rumos da gestão administrativa das escolas, da necessidade de descentralização do poder decisório, bem como a negação de direitos e o alijamento dos ideais democráticos que a inexistência desse mecanismo traz para a sociedade.

4.3 ANÁLISE GERAL COMPARATIVA

A partir dos documentos que subsidiaram os nossos estudos de caso, e com o apoio no referencial teórico escolhido, faremos a análise comparativa das diversas situações que nos fizeram chegar a uma hipótese. Muitas questões que aqui serão colocadas já foram em parte apresentadas no decorrer do capítulo, porém, de forma bem diluída. O nosso trabalho agora é condensá-las em uma análise geral e comparativa, acrescentando alguns aspectos novos que aprofundarão o debate.

³¹² Projeto de lei sob o número 027/94, apresentado na sala de sessões no dia 21 de junho de 1994, que contou com a assinatura de outros seis vereadores.

4.3.1 A profissão e ação política definem a atuação parlamentar?

Comparando as legislaturas em foco, observamos uma dificuldade imensa de um trabalho mais propositivo sobre as questões da educação naquelas em que não estão presentes vereadores originários da educação.

A propósito, vamos relacionar, brevemente, as principais questões levantadas por cada um e relacioná-las com a origem profissional ou política dos mesmos. Assim:³¹³

VEREADOR	PROFISSÃO	MOVIMENTO SOCIAL	ATUAÇÃO NA CÂMARA
Ana Rita	Assistente social	Conselho comunitário CEBs	Criança e adolescente
Domingos Taufner	Engenheiro mecânico Estudante de ciências contábeis	Associação de moradores CEBs	Esclarecimento sobre o papel do vereador

³¹³ A título de mais exemplos: Maria Clara era lavadeira e tinha uma importante atuação no movimento de moradia, sendo que muitos de seus projetos estão relacionados a isso; Otaviano de Carvalho, que era jornalista e antes de ser vereador era assessor de imprensa dos sindicatos dos ferroviários e eletricitários e diretor de transporte do conselho popular de Vitória, e teve a sua atuação na Câmara relacionado às questões do transporte.

João Pedro	Professor universitário de filosofia	ADUFES/ ANDS	Educação
Helder Salomão	Professor de secundarista de filosófica	CEBs Associação de moradores SINDIUPES	Educação

Por este quadro observamos que só os vereadores ligados à educação tiveram-na como prioridade de sua atuação parlamentar. A vereadora Ana Rita, que é assistente social, dedicou-se a uma importante área de sua profissão, os direitos da criança e adolescente, e o vereador Domingos Taufner pautou seu mandato por um assunto mais ético, embora genérico – o verdadeiro papel do vereador. A atuação do vereador foi construída a partir dos debates levantados pelas comunidades eclesiais de base.

Portanto, o fato de não estar intimamente relacionado com a educação implica em menos conhecimento específico dos vereadores, bem como em inibição quanto às iniciativas em políticas públicas da área. Esse ponto é comum para os nossos entrevistados a ponto de Ana Rita afirmar que: *“não acabam apresentando proposições importantes por falta de debate, por falta de conhecimento, por falta de informação, por falta de vontade, por falta, talvez, de uma*

assessoria mais qualificada”³¹⁴. (grifos nossos) Mas isso não se restringe somente aos vereadores do PT, é, na verdade, um panorama nacional.³¹⁵

É importante ressaltar que a falta de conhecimento, por si só, não acarretaria um descompasso entre o discurso de que a educação é fundamental com a prática marcada pela pouca atuação de fato. Talvez, em consequência dessa falta de conhecimento, há um problema ainda maior: o fato de não ter a educação como prioridade. Na época, como afirma Domingos Taufner, as políticas públicas, e nelas embutidas a educação, não eram prioridade. É comum aparecer em todas as entrevistas expressões como “*a gente não priorizou muito isso*”, “*realmente não era foco nosso a questão da educação*”, “*a educação não foi uma temática que a gente priorizou*”. A prioridade é uma questão importante, pois quando se tem, em qualquer questão da vida, a pessoa acaba se interessando, se informando e se dedicando. Como conclui Ana Rita: “*Se ela não busca, é porque não tem prioridade.*”³¹⁶

Aquela prioridade tão cantada pelo PT nacional não se reflete nas bases, ou seja, nos municípios. A educação deveria ser ponto comum, um ponto que deveria estar entre os focos de toda atuação de qualquer parlamentar, como justifica Helder Salomão, que considera a educação como a área mais interessante de todas, devido à importância que ela tem para uma cidade, estado e/ou país.³¹⁷

4.3.2 Fiscalizar como foco: “era o que nos restava”

Motivados por essas questões supracitadas por um lado e, por outro, pela correlação de forças quase sempre desfavorável, os vereadores petistas focalizaram mais a função fiscalizadora, deixando a função de propor leis em segundo plano. Como comprova Helder Salomão: “Na

³¹⁴ ESGÁRIO. 1996

³¹⁵ Em pesquisa realizada por Pedro Jacob em algumas cidades do estado de São Paulo durante o período de 1989 a 1992, ele também constata a fraca atuação dos legislativos municipais de um modo geral na proposição de políticas públicas em educação, tanto os vereadores da oposição e da situação, quanto os vereadores da direita ou da esquerda.

³¹⁶ ESGÁRIO. 2006

³¹⁷ SALOMÃO. 2006.

oposição nós tínhamos que, *necessariamente*, exercer com mais rigor o processo de fiscalização. *Porque era o que nos restava*, já que nós não conseguíamos aprovar os nossos projetos, com dificuldade de fazer articulações para ter a maioria.”³¹⁸(grifo nosso).

Historicamente sempre foram uma característica do PT as ações de fiscalização do poder executivo e do próprio legislativo, mas definitivamente esse não é o único caminho, nem tão natural como demonstra acreditar o vereador. A oposição, em particular o PT, não estava (e não está) destinada a apenas fiscalizar o governo. Faz parte da oposição, também, fomentar discussões mais propositivas.

Pode ser até normal que ele não conheça todos os assuntos de todas as matérias, e que sua atuação parlamentar seja quase restritamente associada à sua área de atuação profissional ou à temática do movimento social no qual atua. Mas cabe a pergunta: onde está o partido, que deveria subsidiar seus membros que exercem cargos eletivos?

Muitas vezes, o vereador se encontra sozinho e sem apoio partidário. Isso reflete uma angústia: a inexistência de debates internos sobre o tema educação local. Essa falha constatamos também – em reuniões com os vereadores para a proposição de programas e projetos para a área educacional - no próprio setor de educação. Nessa hora ele é um *vereador indivíduo*.

4.3.3 Ideologicamente, eles sabem o que querem

O partido elaborou um conjunto de diretrizes que fundamentam a política educacional do PT durante os encontros setoriais realizados ao final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, muito influenciada pela necessidade de construir as constituições estaduais e leis orgânicas municipais.³¹⁹ Apesar das preocupações na esfera nacional com a temática educação, parece que

³¹⁸ SALOMÃO..1996.

³¹⁹ Esses encontros tiveram a importante presença de Moacir Gadotti na coordenação dos trabalhos.

as ondas não reverberaram no Espírito Santo, pela inexistência de um amplo debate sobre o assunto.

Para além disso o vereador petista tem a obrigação de atuar como uma espécie de “vanguarda” na proposição de temas de caráter social, além de atuar como partido e/ou bancada uma vez que quem aparece como assinante (do) é o Partido ou a bancada, jamais um ator particular. Isso acontece para se evitar uma “personalização” do projeto

O partido dos trabalhadores, com influências políticas no campo da democracia, desde a social-democracia até o socialismo, sempre procurou privilegiar as políticas públicas, enfatizando a necessidade da participação política da população. Os vereadores estão em sintonia com isso, pois criam conselhos em diversas áreas com a participação popular; propõem projetos de eleição direta para diretores de escolas e abertura das escolas aos finais de semana. Tais ações apontam para o estreito envolvimento desses vereadores com a prática democrática.

Mesmo diante das dificuldades em sistematizar as propostas de políticas públicas, mesmo tendo o vereador uma atuação individual, os projetos apresentados em diversas localidades representam, quem sabe sem perceber, o pensamento coletivo do partido, e que refletem as demandas vindas dos movimentos sociais que possuem “vínculo” no partido. Nesse momento o vereador é entendido como um *vereador coletivo*.

4.3.4 Descobertas por um acaso

Além das conclusões acima expostas, a pesquisa nos apontou, por um acaso, duas questões de suma importância, que apesar de não fazerem parte de nosso foco, merecem ser mencionadas e poderiam ser investigadas em outros trabalhos.

a) O poder do executivo: a sua autonomização

A primeira é que está cada vez mais habitual a concentração do poder no Executivo, processo que denominamos *autonomização*. Há um deslocamento de direito e de fato da responsabilidade governamental do legislativo para o executivo (um processo que acompanha a burocratização do Estado e o crescimento do número dos tecnocratas). Ele concentra em si o poder de legitimação do Estado frente às classes subalternas. Isso já fora percebido por Poulantzas no início década de 1980, quando dizia que “atualmente, o executivo e a administração monopolizam o papel de organização e direção do Estado em face do bloco no poder: o de elaboração de um interesse político geral a longo prazo desse bloco e de reprodução da hegemonia.”³²⁰

Na prática isso se apresenta com a quase exclusiva responsabilidade do executivo, por apresentar os mais importantes projetos de lei. É fácil constatar, pois a maioria dos projetos aprovados nos parlamentos é oriunda do executivo, e as Câmaras de vereadores analisadas não apresentam um quadro diferente. Como disse João Pedro em dois de seus pronunciamentos: “*A Câmara muitas vezes abdicou de sua função principal e reconheceu no executivo toda a prerrogativa de propor leis.*”

Resta ao legislativo o papel de controle, exame e fiscalização das ações do executivo (ainda muito concentrado nas peças orçamentárias) e de si próprio, e de referendar as propostas do governo.

Essa limitação e falta de autonomia não afligem somente os partidos da oposição – as primeiras vítimas –, pois os partidários da situação ocupam um papel secundário de “massa de manobra” do executivo. Em último caso, é um processo de restrição de poderes dos *representantes do povo*.

³²⁰ POULANTZAS, 2000. P. 227

b) A mudança do papel do legislativo: a abdicação de fazer leis

Em segundo lugar, e em parte consequência do primeiro, é a mudança do papel do parlamentar. Se por um lado, historicamente o legislativo vem abdicando de exercer a sua função primeira, ou seja, propor leis, delegando essa iniciativa ao executivo, por outro, vem assumindo num crescendo a sua função fiscalizadora. Em certos períodos de tempo e em certas localidades, essa função chega a ser a única atividade exercida pelos legislativos municipais, estaduais e até nacional.³²¹

A vereadora Ana Rita avança que tal situação ocorra por falta de informação, de vontade, de conhecimento e esforço do próprio parlamentar. E questiona: *“Qual o papel do legislativo na atual conjuntura? Até quando vamos ficar apresentando tantos projetos de lei? E a execução disso?”*³²²

Mas para que então permanecer com um poder que somente exerce a função de fiscalizar, se já temos uma outra instituição criada na Constituição de 1988 com esse objetivo, que é o Ministério Público Ocorre, como várias vezes foi noticiado na imprensa, uma situação indelicada de conflito de poderes.

³²¹ SOARES, Maria Celina, ROMANO, Roberto. Discussão desvirtuada. **A Gazeta**, Vitória, p. 9, 21 jan. 2007.

Em um artigo recente publicado no jornal A Gazeta, por ocasião da eleição da nova mesa diretora da Câmara dos deputados, Maria Celina Soares e Roberto Romano também defendem a idéia que o legislativo vem perdendo a sua própria função primordial, que é a fazer leis. Nesse artigo, relacionam-se como outros possíveis fatores, os desgastes sofridos com os constantes casos de corrupção (mensalão, sanguessugas), a relação de dependência e troca de favores com o executivo, o tipo de atuação fisiologista e corporativa dos parlamentares.

³²² ESGÁRIO, 2006.

CONCLUSÃO

Foi possível aferir a partir dessas análises, que o vereador transitou entre dois comportamentos. Para Gramsci, o vereador deve ser, a todo momento, um ente “coletivo”, atuando como um “partido” sem, no entanto, se desvincular ou ultrapassar o partido, no que tange à questão hierárquica, visto que o próprio partido expressa uma vontade coletiva. O que foi constatado quando a temática educação apareceu em projetos de autoria de vereadores de outros partidos, projetos esses vinculados à proposta de democratização da sociedade, que os vereadores petistas não hesitaram em apoiar.

Porém, não podemos descartar o caráter individual desse vereador, visto que as suas ações não se restringem ao campo político, nem expressam exclusivamente a vontade coletiva do partido, ou como aparece na seguinte citação: “leva a cada um [vereador] fazer o que acha certo”. Devemos considerar a importância do indivíduo na política, parafraseando Plekhanov.

É justamente esse trânsito do vereador entre o coletivo e o individual que marca a atuação dos vereadores do Partido dos Trabalhadores. Isso aparece com nitidez na proposição de projetos voltados para as suas respectivas áreas de atuação profissional e militâncias sociais, concomitantes com a apresentação de projetos por bancada.

Retomando as primeiras notas da epígrafe, de Manoel Antonio de Almeida, foi possível perceber que os vereadores do Partido dos Trabalhadores em Vila Velha, não ultrapassaram a função de crítica e fiscalização das ações políticas da prefeitura no setor de educação.

Foram apresentados poucos projetos motivados pela correlação de forças desfavorável, que desencorajava a apresentação, como também a aprovação dos mesmos, mas também o

desconhecimento do tema, aliado à falta de subsídios para o desempenho funcional para propor projetos voltados para a educação.

É até compreensível que o vereador não tenha conhecimento de causa em *todos* assuntos, mas o partido deveria contribuir com a complementação. Na queixa da vereadora Ana Rita, constata-se um caminho de mão única, ou seja, na verdade é o vereador que subsidia o partido com informações da administração, a tramitação de projetos na Câmara e os caminhos da política municipal.

O sindicato dos professores também pouco demandou para que o vereador apresentasse projetos. Isso só não ocorreu em situações em que havia um vereador que era professor, e ainda assim, na maioria das vezes, por iniciativa do próprio vereador. Notamos que o partido não consegue trazer para si os debates realizados por seus militantes dentro dos sindicatos da categoria.

Está claro que o Partido dos Trabalhadores, olhando para esse passado, precisa mudar a sua forma de atuação. Uma das grandes dificuldades sentidas no que diz respeito ao executivo é justamente a falta de políticas elaboradas e sistematizadas que representam o que é o partido, devido à falta de mecanismos de debate e discussão internos sobre as políticas públicas enquanto oposição. Esse debate não deve se restringir somente ao período eleitoral, como é de costume. Entendemos, a partir da constatação dessa dificuldade, que deveriam ser criados espaços temáticos, mesmo nas Setoriais, para discussão, elaboração e sistematização de políticas públicas para as áreas da educação, saúde, segurança, entre outras, que contemplem a participação dos petistas relacionados àquela determinada temática. Partindo do que já existe, poderiam ser resignificadas o que denominamos Setoriais, que hoje se encontram divididas por categorias social e profissional (sindical, juventude, agrário, mulher) e passariam para a divisão segundo as diversas áreas das políticas públicas.

Está clara também a mudança do papel do próprio parlamentar, que já não se preocupa mais com a sua função primeira, que é propor leis. Essa foi delegada ao poder executivo, pois é de lá que saem os principais projetos. Primeiramente, ou mudaria de nome, e deveria chamar-se *poder fiscalizador* ao invés de *poder legislativo*, ou mudariam as suas competências, com um trabalho pela efetivação (execução e acompanhamento) das leis já criadas e/ou dos empreendimentos do

poder executivo. Mas fica o questionamento de Ana Rita: “Qual o papel do legislativo na atual conjuntura?”

Talvez esse seja mesmo um debate acerca das concepções sobre formas de governo presidencialista e parlamentarista!...

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

ABRANCHES, Sérgio Henrique. O Leviatã anêmico: presentes e futuros da política social. **Planejamento e políticas públicas**, N.º. 1, p. 3-32, jun.1989

ARELARO, Lisete Regina. A municipalização do ensino: avaliação preliminar. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 2, n. 4, , p. 67-76, 1989

ÁVILA, Vicente Fideles. **No município sempre a educação básica do Brasil**. Campo Grande: UCDB, 1999.

_____. Considerações sobre gestão integral da educação e outros serviços básicos no município. **Revista brasileira estatística pedagógica**, Brasília, vol. 5, n. 2, jul-dez, 1987, p.64-85

AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A Estrela Partida ao Meio**: ambigüidades do pensamento petista. Ed. Entrelinhas: São Paulo. 1995.

AZEVEDO, J.M.L. A educação como política pública. Campinas: Autores associados, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BASTOS, João Batista. **Gestão democrática**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005

BELLONI , Isaura, SOUZA, Luiza de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortês, 2003

BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. In: Remond, René.(org.).Tradução de Dora Rocha. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,1996.p.57-139.

BITTAR, Jorge (org.). **Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BONETI, Lindomar. **Educação, exclusão e cidadania**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003.

BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

COHN, Amélia. **A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania.** In: MOTA, Carlos Guilherme.(org). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).** São Paulo: SENAC, 2000. p. 385-403

_____. Políticas sociais e a pobreza no Brasil. **Planejamento e políticas públicas.** Brasília: IPEA. N°. 12, p. 2-17, jan-dez. 1995

CARVALHO, Alison, (org.). **Políticas públicas.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

CASAUSSUS, Jean. Descentralização e desconcentração educacional na América Latina: fundamentos e críticas. **Cadernos de pesquisa,** São Paulo, n. 74., p. 11-19. ago. 1990

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo.** São Paulo: Cortês, 2000.

_____. **Democracia e socialismo: questões de princípios e contexto brasileiro.** São Paulo: Cortês, 1992

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A democracia como valor universal.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____, TEIXERA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Edite, CUNHA, Eleonora. **Políticas públicas sociais.** In: CARVALHO, Alison (org.). **Políticas públicas.** Belo Horizonte, UFMG, 2003. p. 11-25

DAMASCENO, Alberto. Et.al. **A educação como ato político partidário.** São Paulo: Cortês, 1988.

DIAS, Edmundo F. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes, PARO, Vitor (org.). **Políticas públicas e educação básica.** São Paulo: Xamã, 2001.

DRAIBE, SÔNIA. M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da Usp,** São Paulo, USP, p. 87-100. mar-mai. 1993

FELIX, MARIA DE Fátima. Municipalização do ensino: instrumento de democratização. **Didática,** São Paulo, vol 22/23, p. 31-36. 1986/1987

FERGE, Zsuzsa. Políticas sociais. In: BOTTOMORE, Tom, OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 586-589

FERREIRA, Naura Syria. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortês, 1998

FERREIRA, Oliveiros S. Do neoliberalismo. **Revista da Usp**, São Paulo, USP, p. 7-13. mar-mai, 1993

_____. O recente processo de descentralização e de gestão democrática da educação no Brasil. **Revista brasileira estatística pedagógica**, Brasília, vol. 73, n. 174, p. 219-241, mai-ago, 1992.

FIORIN, José L. **Linguagem e ideologia**. 5ªed. São Paulo: Ática, 1997.

FISCHER, Tânia. O poder local no Brasil: temas de pesquisas e desafios da transição. **Revista da administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 2, p. 86-92,. abr-jan, 1991.

_____. Poder local: um tema de análise. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 4, out-dez, 1992, p. 105-113

FREIRE, Paulo. **Sobre educação (diálogos)**.vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Política e educação**. 7ª ed. São Paulo: cortês, 2003.

_____, Adriano Nogueira. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA. N°. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. Campinas: Papyrus, 1985.

_____. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1989.

_____. **Educação e poder: introdução a pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortês, 1991

_____. **Escola cidadã**. São Paulo: cortês, 1992.

_____. _____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortês,

_____. **Uma escola só para todos: caminhos da autonomia.** Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. Educação municipal e poder popular. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 2, n. 4, p. 60-66, 1989.

GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** São Paulo: cortês, 2002.

_____. **Município e educação.** São Paulo: cortês, 1993

GHANEM, Elie. **Educação escolar e democracia no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004

GIUBILEI, Sonia. (org.) **Descentralização, municipalização e políticas educativas.** Campinas: Alínea, 2001

GONZAGA, Adriana, RANGEL, Ronaldo. Cidadania, município e movimentos sociais: o caso do município de Vitória. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 4, p. 5-21, jul-ago, 1996.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos.** Campinas: Papirus, 1994.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

_____. **Cadernos de cárcere.** Vol 1 e 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. I a VI.

_____. **Escrito Políticos (1910-1926).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. I e II.

GUERRA, Martha de Oliveira, CASTRO, Nancy. **Como fazer um projeto de pesquisa.** 5.ª ed. Juiz de Fora: EDUFIF, 2002.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JACOBI, Pedro. Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000.

_____. Administração municipal, descentralização e participação. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 7-19, 1990.

JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci**. São Paulo: Cortês, 1989.

_____. **O pensamento e a prática escolar em Gramsci**. 2ª ed. Campinas: Autores associados, 2005.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ª ed. São Paulo, Atlas, 1992.

LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no liberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LEMONS, Fábio. **O poder do vereador**. São Paulo: RG editores, 1997.

LOBO, Thereza. Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 74, p. 5-10, ago, 1990.

_____. Descentralização: uma alternativa de mudança. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, p. 14-24, jan-mar, 1988.

MAIA, Ulisses. **O vereador e a prática parlamentar**. Porto Alegre: Juruá, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997

MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz, TREVAS, Vicente. **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MANACORDA, Mário A. **O princípio educativo em Gramsci**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia da escola: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas**. São Paulo: Cortês, 2002.

_____, A., OLIVEIRA, Cleiton de, BUENO, Maria S. Simões. (org.) **Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MEDEIROS, Antônio Carlos de, BRANDIÃO, Hugo. Em busca de novos paradigmas para a análise de políticas públicas. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 24, n.3, , p. 4-53, mai-jul, 1990.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Os impactos sociais da crise econômica, políticas sociais e transição democrática. **Revista da administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 3, p. 175-227, mai-jul, 1989.

MELO, Guiomar Namó de. A descentralização que vem do centro. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 1, n. 1, p.46-59, 1988.

MELLO, Diogo. Descentralização e governo metropolitano. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 41, n. 210, p.8-21, jan-mar, 1994.

MENEGUELO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 2001.

MOTTA, Paulo Roberto. Participação e descentralização administrativa: lições de experiências brasileiras. **Revista da administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 3, p. 3-20, jul-set, 1994.

NASCIMENTO, Terezinha. Democratização do ensino. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 34-40, 1988.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho de. Municipalização do ensino, debate e conjuntura. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 96-100, 1989.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3.^a ed. Ver. São Paulo: Cortês, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. Transição democrática e políticas sociais. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 4, p. 9-16, out-dez, 1987.

OLIVEIRA, Cleiton de, et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Dalila. **Gestão democrática da educação**. Petrópolis: Vozes, 1997

OLIVEIRA, João F. de., BITTO, Marcusse. **Políticas públicas e gestão da educação**. Rio de Janeiro; DP & A, 2004.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **A democracia no cotidiano da escola**. 3^a ed. Rio de Janeiro; DP & A, 2005.

PARO, Vítor. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. **Revista brasileira estatística pedagógica**, Brasília, vol. 73, n. 174, p. 255-290, mai-ago, 1992.

PAULA, Luiz Fernando de. Estado e políticas sociais no Brasil. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 4, p. 114-127, out-dez, 1992.

PÉCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. 2.^aed. Campinas: UNICAMP, 1995.

PEREIRA, Maria. Fundamentos da política educacional: estudo das relações da educação com o Estado e a sociedade. **Educação**, Santa Maria, vol. 15, n. 2, p. 7-22, 1990.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PLEKHÂNOV, Guiorgui. **O papel do indivíduo na história**. IN: ____ **A concepção materialista da história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 73-112

PORTELLI, Hughes. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Wanderley. **Municipalização: os conselhos municipais de educação**. Rio de Janeiro; DP & A, 2004.

RICO, Elizabeth Melo (ORG.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortês, 1998

ROBIN, Règine. **História e lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

RODRIGUES NETO, Eleutério. O “social” na nova república. **Revista da administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 4, p. 16-25, out-dez, 1987.

ROMÃO, José Eustáquio. Municipalização do ensino: sim. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 1, n. 1, p.60-71, 1988.

_____. Administração municipal da educação. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 37-52, 1990.

SAFFI, Aurélio. **O poder legislativo municipal**. Bauru: Edipro, 1994.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de administração e finanças**. São Paulo: Best Seller, 1996.

_____(org). **Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1985.

SANTANA, Jair Eduardo. **Competências legislativas municipais**. Belo Horizonte: DEL REY, 1998

_____. **Tratado teórico e prático do vereador**. Belo Horizonte: DEL REY, 1998.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Federalismo, poder local e administração. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 20-36, 1990.

_____. O recente processo de descentralização e de gestão democrática da educação no Brasil. **Revista brasileira estatística pedagógica**, Brasília, vol. 73, n. 174, p. 219-241, mai-ago, 1992.

SCHEIBEL, Maria, CARNEVALE, Rita. Municipalização: por que tantas divergências? **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 116-121, 1988.

SILVA, Pedro Sancho da. Municipalização do ensino: estratégias e viabilidades. **Revista da administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 175, p. 50-63, abri-jun, 1996.

SOARES, Maria Celina, ROMANO, Roberto. Discussão desvirtuada. **A Gazeta**, Vitória, p. 9, 21 jan. 2007.

SOARES, Rosemary Dore. **Gramsci, o Estado e a escola**. Rio Grande do sul: UNIJUI, 2000.

SOARES, Edla de Araújo. Municipalização: avanço no desafio. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 93-100, 1988.

SOUZA, Donaldo, FARIA Lia Ciomar. **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro; DP & A, 2003.

SOUZA, Harbert de. A nova república e as políticas sociais. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 4, p. 24-30, out-dez, 1987.

TEIXEIRA, Anísio. A municipalização do ensino primário. **Revista Educação Municipal**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 121-136, 1989.

UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Tailândia, 1990. 19 p.

VIANA, Ana Luíza. **Abordagens metodológicas em política públicas**. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Revista de administração pública.v.30. n.2, p.5-43, 1996.

VERZA, Severino B. **As políticas públicas de educação no Município**. Unijuí, 2000.

YANNOULAS, Sílvia Cristina. **Controle democrático, descentralização e reforma do Estado**. Brasília: Pararelo, 2001.

WHITAKER, Chico. **O que é vereador**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FONTES

Documentos

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: resoluções de Encontro e congressos 1979 - 1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. I Encontro Nacional de Educação do PT, mar. 1989, São Paulo: SP.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. II Encontro Nacional de Educação do PT. **Educação para um Brasil cidadão**. Jul. 1992, Taboão da Serra: SP.

BUARQUE, Cristovan, SILVA, Luiz Inácio da. **Educação urgente**. Setembro, 1990

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Cadernos de teses do XIV encontro estadual do PT/ES**. Vitória: jun de 1995.

VITÓRIA (MUNICÍPIO). **Lei orgânica do município de Vitória**. Vitória: Câmara de vereadores, 1990

CENTRO DE PESQUISA PARA EDUCAÇÃO E CULTURA (CENPEC). **A educação como prioridade de investimento: a experiência de Vitória (ES): 1989-1992**. Brasília: MEC jun.1993.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA. **Bases da política municipal de educação**.

BOSCO, Ismênia Carolina. **Documento preliminar: implementação do bloco único no sistema municipal de ensino de Vitória**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA. **Relatório síntese. 1989-1992**.

VITÓRIA (MUNICÍPIO). **Manual de organização da Prefeitura Municipal de Vitória**. Dez. 1990.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Documento de avaliação do diretório municipal de Vitória sobre o primeiro ano de administração na Prefeitura Municipal de Vitória. Vitória.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de proposta da candidatura de Vitor Buaiz. Vitória.1989.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Processos de leis apresentados por vereadores. 1989-1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Leis aprovadas por vereadores. 1989-1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Relação dos projetos de lei apresentados pela bancada do PT de Vitória em 1990.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Relação dos projetos de lei apresentados pela vereador João Pedro Aguiar no período 1993-1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Relatório do ano de 1995 do vereador João Pedro Aguiar.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Pronunciamentos e requerimentos do vereador João Pedro Aguiar.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Informativos das legislaturas dos vereadores petistas de Vitória e Vila Velha. 1989-1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Lei orgânica municipal e suas ementas, regimento interno em resoluções. Vila Velha: Taquigrafia da CMVV, 2002.

TAUFNER , Domingos, ESGARIO, Ana Rita. Ações da bancada do PT. Vila Velha.1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Relação dos projetos de lei apresentados pela bancada do PT de Vila Velha no período 1993 a 1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Índice de leis municipais. 1948-2002. Vila Velha: Taquigrafia da CMVV, 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Processos de leis apresentados por vereadores. 1989-1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Leis aprovadas por vereadores. 1989-1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Atas das sessões legislativas nas votações de leis para educação.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plano de ação da campanha de Domingos Taufner a prefeitura. Vila Velha: PT, 1996.

Fitas de vídeo

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Reunião da comissão executiva do Partidos dos Trabalhadores do município de Vitória. 1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Prestações de contas dos mandatos de Domingos Taufner e Ana Rita. 1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Vereador Domingos Taufner: vídeos da Câmara Municipal de Vila Velha.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Assembléia do mandato popular de Ana Rita. 1994

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plenária de prestação de contas da bancada do PT. (1989-1993). 1993

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Posse da Câmara Municipal de Vila Velha. 1993

Entrevistas

ESGÁRIO, Ana Rita. O papel do vereador na definição de políticas publicas. 2006. Entrevista concedida a Douglas Ferrari, Vitória, 08 dez. 2006.

PEREIRA, Arlete. O papel do vereador na definição de políticas publicas. 2006. Entrevista concedida a Douglas Ferrari, Vitória, 02 dez. 2006.

SALOMÃO, Helder. O papel do vereador na definição de políticas publicas. 2006. Entrevista concedida a Douglas Ferrari, Vitória, 19 dez. 2006.

TAUFNER, Domingos. O papel do vereador na definição de políticas publicas. 2006. Entrevista concedida a Douglas Ferrari, Vitória, 06 dez. 2006.

ANEXOS

ANEXO A

Entrevista I: Domingos Taufner

ENTREVISTADOR: DOUGLAS FERRARI

DATA DA ENTREVISTA: 06/12/06

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

NOME: DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

NASCIMENTO 03 / 05 /62

NATURALIDADE:SANTA TEREZA/ES

ESCOLARIDADE: MESTRANDO

PROFISSÃO ATUAL: SERVIDOR PÚBLICO

No primeiro mandato eu fiz. Era eu, Maria Clara, Tiao Covre. Eram os vereadores do PT. O prefeito era o Jorge Anders e a Câmara tinha uma composição melhor em relação ao segundo mandato. No primeiro mandato a maioria era do prefeito mas tinha um grupo maior de resistência. No segundo mandato eu e Ana Rita – a bancada do PT era menor – e o restante dos vereadores... o grupo de resistência era bem menor. Então, no caso, você quer que eu responda de maneira geral ou só sobre o mandato que eu tive junto com a Ana Rita?

Você é muito importante porque engloba os dois períodos que estou pesquisando, de 1989 a 1996. Algumas perguntas são específicas de alguma legislatura. Iniciando, a composição da Câmara nas duas legislaturas. Eu tive dificuldade de ter acesso a muitas coisas. A composição eu não consegui formar através dos documentos, por isso a entrevista é muito importante para mim. Com relação aos partidos ou individualmente.

A composição, eu lembro, em termos de partido é difícil porque os vereadores não têm identidade partidária muito grande, fica difícil estabelecer uma identidade partidária fora do PT. Mas no primeiro mandato o PT tinha 3 vereadores: Domingos, Maria Clara e Tião. Maria Clara dos movimentos sociais e do movimento da moradia, Tião Covre da Associação de Moradores de Alvorada e da igreja, assim como eu. Tinha 3 vereadores que eram do PT e no restante da Câmara tinha mais 3 vereadores que fechavam sempre com a gente. Na oposição ao prefeito, nos projetos sociais, era o Jorge Manta, eleito pelo PDT, depois mudou para o PMDB, o Max Filho, ao contrário, eleito pelo PMDB e finalizou o mandato pelo PDT. E a Sirlene Juffo, eleita pelo PMDB e finalizando pelo PDT. Foi quando Max Filho saiu do PMDB e o grupo dele foi para o PDT. Esses 6 vereadores estiveram juntos em praticamente todas as votações, foi em uma ou outra votação que isso não aconteceu, foram raras as exceções. Estivemos sempre juntos nas votações, na oposição ao prefeito da época. Tiveram outros vereadores que em alguns momentos estiveram junto, quer dizer, o Hércules Silveira foi presidente da Câmara e mais alguns vereadores do PMDB como. O Hércules, inclusive, foi eleito pelo PSDB e ele terminou o mandato no PMDB, mas passou pelo PL. Mas me parece que na reeleição dele ele estava no PMDB. Tinha os vereadores do PMDB, o Aerton e o Arnaldo Borgo, não tinham muitas coisas próximas da gente mas acabavam, algumas vezes, votando com a gente. O Carlos Malta não era um cara próximo à gente não, mas ele, devido a ser oposição a Jorge Anders, então ele não foi com a gente na oposição, não tinha identidade política com a gente. Ele foi prefeito, deixou a prefeitura esculhambada, mas naquele momento na Câmara ele fechou com a gente. Então você tinha aí um grupo. Do lado do prefeito nós tínhamos, quer dizer, o Marco Antônio Rodrigues, o Hécio Andrade Mendes, o Aroldo dos Santos e o Celso Vasconcelos, o Zé Carlos de Almeida, Ernestro Rauta, o Zé Bento Carreta, Antônio Marcos, José Rios e aí o Joel Ribeiro começou como aliado da gente e terminou aliado ao Jorge Anders. Uns queriam uma mudança lá. Geralmente o vereador acaba sendo aliado do prefeito porque ele precisa fazer obra no bairro, importa pouco, infelizmente, a postura ética... com exceções, mas na sua maioria, o voto dado ao vereador é o voto que ele dá pelo favor que ele faz para a pessoa. Para você continuar fazendo favores, ele tem que ser aliado do prefeito. Mas mesmo assim, nesse primeiro mandato deu para produzir muita coisa. Deu para aprovar alguns projetos, o balanço é positivo mesmo com a composição ruim.

No segundo mandato foi pior porque os vereadores bons não foram reeleitos na sua maioria, e os novos que entraram, exceto Ana Rita. E então entrou um grupo pior, um grupo que tem uma forma de trabalho mais agressiva na Câmara, mais agressivo com a questão de bancadas por vereador. A primeira bancada era mais comedida, mesmo a questão... a era mais o estilo José Carlos Gratz.

O jeito de fazer política do Vasco Alves contribuiu para isso?

Não, são fatores diferentes. Eu vou comentar a diferença dos dois, eu vou até comentar. No segundo mandato os vereadores são originalmente ruins. O Vasco pode ter piorado. No segundo mandato, basicamente, no segundo mandato conseguiu uma aliança política no início que elegeu Hércules como presidente da Câmara e eu fiquei na primeira secretaria e o Diogo na segunda secretaria. Foi uma chapa boa no início.

E a Ana Rita conseguiu a presidência da Comissão de Finanças...

Conseguimos uma chapa boa para presidir. Mas aí, os vereadores, quando perceberam isso; os vereadores da direita quando perceberam que a gente tinha formado. Isso, devido à nossa habilidade política, conseguimos fazer isso, né? Então você vê, praticamente nada, mas fizemos muita coisa. Então eles perceberam que poderíamos criar problemas, viram que nós em 1993 entramos com uma ação. Foi a ação mais ... que nos fizemos. O Cláudio foi eleito deputado estadual, e o deputado estadual ganhava muito em relação ao deputado federal. Nós fomos a Brasília numa ação direta de inconstitucionalidade e conseguimos reverter essa decisão. Então os vereadores ficaram muito chocados com a gente e no fim de 1993 fizeram uma emenda à lei orgânica para tirar o poder da mesa diretora. Eu continuei como secretário, mas os poderes tinham sido removidos.

E foi aprovada essa emenda?

Foi aprovada na Câmara, não houve discussão na mesa. Eu permaneci na mesa mas com um poder mais simbólico, não como antes, em que assinava as nomeações, exonerações, aposentadorias. Toda a parte administrativa nós cuidávamos. Aí ficou tudo centralizado no presidente. Mas essa composição no segundo mandato era eu, Ana Rita, Diogo, o Hércules algumas vezes, o Lorenzutti era mais ou menos, era um cara de direita, e tal, que assinava com a gente mais ou menos. o Orlando da Silva não, o Miranda não, o Edmar começou mais ou menos, mas também partiu para uma coisa mais clientelista, da bolsa de estudos, ele acabou aliado do Jorge, Ivan Carlini também, com estilo bem populista, o Naldinho

[Reginaldo de Almeida], o Irake também teve uma relação mais ou menos e por último o Walterli Ribeiro, o popular Baiano, inclusive foi lá que nós conhecemos o Neucimar Fraga, atual deputado federal. O Neucimar era assessor do Baiano e na época teve uma relação boa com o PT por causa da Comissão de Finanças com a Ana Rita. No primeiro mandato 3 ou 4 fechavam com a gente. No segundo mandato era eu e Ana Rita, mas só, e o Diogo às vezes, e um ou outro fechava com a gente.

E desses vereadores todos, qual foi aquele que se dedicou mais à educação?

Olha bem, aqueles que se dedicaram mais à educação foram os do PT, pela participação na assembleia dos professores, especificamente isso. Na Câmara mesmo, o discurso é uma coisa muito vazia. A gente não priorizou muito isso. Porque os demais vereadores faziam um discurso lá, mas, né? Agora na participação na assembleia dos professores, no acompanhamento de alguns projetos de interesse dos servidores, isso nós fizemos muito. Talvez os vereadores do PT foram os que mais se dedicaram. O que acontece é que alguns professores – tem o professor vereador, mas sempre falei que essa questão não é... você pode ser, por exemplo, um... tem professor e professor. Quer dizer, não adianta ser um vereador professor se o cara é corrupto, um cara atrasado. Vai até desmerecer a classe. Você pode não ser um professor, mas pensar em educação. Educação não é só de professores, é de todo mundo. Agora, se você tem um professor que é capacitado e ético, sem dúvida é melhor. Ele vai fazer alguma coisa pela educação, sem dúvida.

Que eu me lembre, nas duas legislaturas, como professor tinha a Sirlene na primeira e o Irake e Edmar na segunda.

A Sirlene é uma excelente pessoa.

É de iniciativa dela a criação do Conselho Municipal de Educação e do Programa de Erradicação do Analfabetismo.

Tinha projetos lá... a Sirlene foi diretora de uma escola particular. Então, no primeiro mandato ela atuou muito com a gente na questão desses projetos. Eu não sei se teria um projeto, que eu me lembre agora, assim... Por exemplo a aplicação de 25% de recursos na educação, uma série de coisas.

Mas tinha os projetos, as emendas,... o que eu observei é que o PT priorizou a fiscalização em todas as áreas. Também na educação. Esse exemplo do orçamento, da aplicação, são exemplos disso. No jornal do mandato da Ana Rita tem escrito uma coisa interessante: “nesse período de 1993 a 1996 o PT era minoria”. Como foi essa situação de minoria na apresentação de projetos? Você já antecipou a dificuldade de alguns vereadores em fechar com vocês na apresentação de projetos...

Alguns projetos nossos eram rejeitados de pronto. Em outros momentos, se o projeto dificultasse ao prefeito e aos vereadores, uma coisa mais moralizante, eles rejeitavam. Se fosse uma coisa que não atacasse a eles, eles aprovavam. No segundo mandato a dificuldade de articulação foi muito grande. Ficamos por muito tempo isolados. A gente não compactuava com eles, então a gente acabava... era até ruim que eles nos apoiassem, porque nós não compactuávamos. Nós tivemos uma dificuldade muito grande no segundo mandato de aprovar projetos.

Uma coisa que reparei foi a dificuldade de descobrir de quem é o projeto com relação ao PT, porque a maioria dos projetos são apresentados por bancada, quase todos. Eu coloco uma questão: essa apresentação de projetos por bancada. Isso é sentimento de unidade interna ou de unidade para a sociedade. Uma outra coisa que eu gostaria que você comentasse é se essa medida não esconde o indivíduo. O Domingos Taufner, por exemplo.

Nas duas bancadas o PT de Vila Velha foi um local em que mais funcionou a bancada do PT. Em outros locais os vereadores já começavam... hoje no PT os parlamentares já são mais individualistas. No passado a gente foi realmente um momento de formação. Agora, é claro, o único prejuízo que tem mesmo é no marketing político. No Brasil imperam hoje nomes, não mais o partido. Então isso nos prejudicava. Aí eu concordo com você. No marketing então o povão dizia assim: “o Domingos não tem projeto nenhum, é tudo da bancada do PT”. Então criava esse probleminha. Mas de certa forma a gente vive nossa própria realidade cultural.

A pista que eu consegui é que geralmente o primeiro nome que assina é o que propõe o projeto. Pude perceber isso aqui, em Vitória... às vezes são dois ou três vereadores, mas o que toma iniciativa mesmo é o que assina primeiro, e os outros assinavam junto. Como era esse debate na bancada? Existia um fórum ou não?

Os assessores eram comuns. Tinha os assessores que eram da bancada, e quando tinha 2 assessores por vereador, um era coletivo e o outro era do vereador. Com isso a gente sempre tinha um ponto em comum. Então isso (...) tinha uma igualdade de assessores por vereador e nós fazíamos o projeto, pesquisava, porque não havia Internet, a gente buscava fora do Estado, por carta, fax, por meio do encontro dos vereadores do PT mesmo. No segundo mandato, no Espírito Santo eu fui um dos coordenadores desse fórum. Dei muita palestra, fui muito convidado, porque

eu já estava no segundo mandato. Então tivemos várias trocas. Tem muitos projetos nossos que vinham de Vitória.

A relação entre o PT e um projeto de outro Estado, da Bahia, por exemplo. Acontecia esse intercâmbio?

Não como deveria, mas aconteceu. Poderia ter acontecido, mas assim deu para (...) o PT nacional tinha um grupo que apoiava.

Tinha muito a questão de encontros nacionais de vereadores, aí você via um pouco essa questão da bancada.

Agora entrando na relação com o prefeito. Em um documento fruto do encontro municipal de 29/11/92 diz que “não apóia nem participa do governo Vasco”. a partir dessa decisão. Comente como foi a relação da bancada do pt com o prefeito. Aproveita e fala da relação com o Jorge Anders também.

Com o Jorge Anders foi oposição o tempo todo. A administração dele era ruim. Corrupção na prefeitura. A forma dele governar era realmente nefasta... com o Vasco, quer dizer, no primeiro momento, a relação com o Vasco na prática acabou sendo de oposição, mas no primeiro momento, nessa resolução o PT não apoiaria nem participaria do governo, mas não declarou oposição de cara. O Vasco tinha tradição em Vila Velha de apoio aos movimentos sociais. Ele implementou, no seu primeiro mandato, o Orçamento Participativo. Mas mesmo assim, a gente não concordando em tudo com ele, ele tinha pontos positivos. Mas na sequência do segundo mandato, eu conhecendo mais a figura do Vasco, a nossa batalha foi ficando muito grande. As falhas que ele cometia grave na prefeitura; a desorganização administrativa, o populismo, isolava as pessoas, as lideranças, a gente ia conversar com ele, ele falava que ia fazer e mandava o secretário não fazer, ou então prometia coisas que eram impossíveis.

Um certo assistencialismo?

Ele enrolava literalmente. Dizia que ia dar uma coisa para a pessoa mas enrolava, o que é pior. Promovia discórdia entre as pessoas, jogava um contra outro. Estava muito claro que ele era direita (...) inclusive ele conseguiu iludir parte do PT. Ele conseguiu fazer isso, mas no decorrer do mandato foi oposição a ele porque realmente não tinha como, não tinha como. Não tinha como não ser realmente oposição.

E a relação do partido com o prefeito? Você que foi presidente durante esse período...

Não, a relação com o Vasco mesmo anteriormente a eu ser vereador, por várias vezes ele ensaiava entrar para o partido, mas enrolava. O partido tinha conversas com ele. No decorrer da gestão dele a conversa foi mais com os vereadores e praticamente a conversa do partido com ele foi rara. Também, ele não gosta de partido político, a relação dele era mais pessoal. Com o PT ele não fazia tanto, porque ele sabia que o PT tinha essa questão.

Nessa relação do vereador com o prefeito a relação da Câmara como um todo foi de independência ou de dependência e troca de favores?

Na primeira gestão do Jorge Anders foi de dependência e troca de favores do início ao fim. Teve um momento ou outro, como eu falei, como a bancada de resistência era maior em alguns momentos quando a gente ia, quando alguns outros vereadores estavam descontentes com o prefeito, a gente ia, aí a gente ganhava algumas votações. O prefeito recompunha. Então a primeira gestão foi troca de favor direto mesmo, e ele conseguiu manter a maioria por causa disso, mesmo tendo uma resistência boa. No segundo mandato foi uma confusão, porque tinha aliados que mudavam de lado o tempo todo. Tem um detalhe lá que tem gente que não entende até hoje. O Vasco teve duas tentativas de cassação na Câmara. Nós fomos contra a cassação dele. E os vereadores que eram aliados dele queriam cassá-lo. Tem um detalhe na gestão do Vasco. O Vasco deveria ser um capítulo à parte na história do populismo. Ele é a figura local do Garotinho. O Vasco é a filial do Garotinho no Espírito Santo. O que ele fez com a Câmara? Ele fez isso também na prefeitura de Cariacica. O povão não gosta da Câmara. Ele acha que o vereador não serve para nada. O senso comum em geral acha isso. Então, o que ele fez? “Apoiar os pobres” perseguido pela Câmara dá ganho de popularidade. Foi assim que ele ganhou popularidade em Vila Velha e Cariacica. Com a “forçaço” de barra contra a Câmara. Em alguns momentos ele forçava a Câmara a afastá-lo para ele ganhar popularidade. Isso aconteceu em Vila Velha duas vezes. Tem Câmara também que quer cassar o prefeito não porque o prefeito está tendo corrupção. Como eles querem o apoio do prefeito na Câmara, eles tentam cassar. O vereador estava querendo cassar o prefeito porque ele não estava atendendo. Tem um jogo aí. A cassação de um prefeito é algo de muita responsabilidade. Não se cassa um prefeito do dia para a noite. Então abre-se uma comissão de inquérito, e a comissão vai resolver. Dá o parecer e aí depois que se cassa o prefeito. Então nós votamos contra nas 2 vezes. Porque servia para ele dessa forma, e para a Câmara forçar a barra. No segundo mandato a relação com o Vasco não dá para definir. Os vereadores hora estavam do lado dele, hora contra. Uma esculhambação geral.

Em sua atuação em 8 anos como você qualifica os mandatos, a mesa diretora, a comissão permanente no plenário, os projetos que apresentou,...

Foi uma grande experiência para mim. Depois um até escrevi o livro “Manual do vereador”. Particpei de várias comissões de inquérito no primeiro mandato. O Tião foi segundo secretário e eu participei diretamente das discussões da mesa. No segundo mandato fui primeiro secretário e Ana Rita foi da comissão de finanças. Particpei também de algumas comissões de inquérito. Então, como experiência, foi excelente. O resultado da Câmara foi algo que não foi bom porque a gente perdeu muitas votações, não conseguiu barrar totalmente. Embora nós denunciássemos coisas, algumas coisinhas a gente conseguiu barrar. Mas fizemos algo interessante: o jornalzinho do mandato, de bancada. Nos dois mandatos nós fizemos vídeos da bancada. Naquela época foi uma experiência inédita, porque naquela época, com os recursos atrasados, a gente conseguiu fazer isso. (...) Porque para o marketing político hoje isso é coisa boba, mas na época... no mandato, com os poucos recursos que a gente tinha, a gente conseguiu fazer uma coisa dessas, uma coisa extraordinária. Foi uma coisa que foi para frente, divulgou o mandato. Foi fruto da nossa união.

E da educação? Você que foi presidente da CEI da FUNEVE...

Foi, fui presidente da comissão e ela acabou. Participamos muito das questões da educação. A nossa comissão... o Jorge Anders, no final do primeiro mandato, ele gastou um dinheirão para reformar as escolas. Hoje tem o Max Filho, que tem os seus defeitos e tudo, reclamam dele, mas você vai nas escolas hoje e elas estão todas reformadas, os postos de saúde estão funcionando. Agora, nem tudo estão bom porque as demandas de Vila Velha são enormes: saúde, educação,... na época do Jorge Anders nos postos de saúde às vezes não tinha nada. As escolas que tinham sido reformadas estavam todas caindo aos pedaços. Então foi isso que a comissão de inquérito apurou. As irregularidades na construção das escolas. Mas a Câmara tem uma demora muito grande nas apurações. Depois a gente encaminhava essas questões para o Ministério Público e ficava tudo engavetado. Na época o Ministério Público não tinha a atuação que tem hoje. Já tinha se tornado independente mas não tinha o quadro de promotores que a gente tem hoje. Hoje é mais a defesa social, a questão ambiental. Tinha uns poucos que atuavam, mas eram minoria.

Retrospectivamente - já faz 10 anos do seu último mandato - o que você vê de pontos fortes e fracos na sua atuação?

O ponto forte foi a experiência que a gente teve, a forma assim como... mesmo na época, com a experiência que a gente tinha, eu na realidade só tinha um vereador lá que era mais preparado que eu, que era o Joel Ribeiro. Ele tinha sido vereador antes, era um cara muito preparado em termos de conhecer o regimento e tudo. E o Hércules um pouco também. Então a gente conseguia muita coisa, eu e a bancada do PT, pela competência administrativa. Mesmo naquela época, com a pouca experiência que eu tinha, eu conseguia me sobressair aos demais. Isso ajudou a bancada do PT. Era minoria, tinha pouco conhecimento, mas conseguia se sobressair. Esse ponto foi marcante. Foi marcante também a relação que nós tínhamos com os estudantes. Na época a gente fez uma campanha para criar um novo conselho de transporte coletivo de Vila Velha, mobilizamos estudantes, vários movimentos sociais, o Conselho Comunitário, politizamos várias pessoas, várias pessoas que participaram eram do partido. Não era um grupo grande, mas a gente conseguia, de certa forma, cumprir, nesse aspecto, um bom mandato.

Eu, observando e comparando com os vereadores professores – o Helder e o João Pedro – observei que aqui em Vila Velha a bancada teve um pouco de dificuldade nos projetos que contemplam a educação. Os conselhos, uma eleição direta. Eram questões presentes nesse período. A que você atribui essa dificuldade?

Primeiro, na lei orgânica, não me lembro os detalhes agora, mas inserimos várias questões da educação. Então muitas coisas que eram ... que pena que muitos projetos a Lei Orgânica não eram projetos do vereador, eram da Câmara. Então muita coisa eu acompanhei na Lei Orgânica. Então tem muita coisa lá na Lei Orgânica. Alguns projetos não foram apresentados até mesmo por dificuldade de serem aprovados. Mas com relação a educação em Vila Velha eu não sei, não estou lembrado. Mas o conselho municipal de Vila Velha já foi criado, agora eu não sei se foi o PSDB que propôs.

O conselho municipal foi a Sirlene

Mas aí, quando o vereador propunha a gente apoiava. Entendeu como é. Então, não ficava disputando a autoria. Como ela era muito ligada à educação, aprovamos o projeto. ... o que acontece é que muitas demandas nossas eram trazidas pelos movimentos populares. Movimento

sindical de educação trazia muita demanda pra gente para acompanhar as assembléias, negociação com o prefeito. Você sabe que a atividade do vereador a comunidade alimente também. Nesse caso a educação então, eu acho que talvez foi pouco alimentada. O combate ao analfabetismo é uma questão administrativa, não cabe ao vereador.

Mas eu estou colocando até a questão de projetos indicativos, projetos como um todo.

Na verdade também as indicações seriam mais para marcar posição. Se quisesse, o prefeito não acataria um projeto do PT. Eles teriam pouca ressonância.

E esses projetos que você comentou que eram diferentes do coletivo? Vocês apoiavam, né? E nos projetos do executivo? Ele que tem um grande poder legislativo. Como vocês se posicionaram nesses projetos oriundos do executivo?

A maioria nós votamos contra. Alguns, vamos dizer por exemplo: criar um conselho. Alguns conselhos foi o prefeito que indicou. Então nós pegávamos, aprovávamos, ou colocávamos emenda, a maioria nós rejeitamos, porque grande parte do que veio do prefeito realmente eram ruins. Tanto do Jorge quanto do Vasco. Mas uma boa parte foi aprovada também, com ou sem emendas.

Então às vezes um projeto, até mesmo do prefeito, mas de interesse...

Era aprovado, claro.

Tem até um projeto que eu tenho muita dúvida. É um projeto sobre contratação de pessoal para a área de educação. Eu vi que vocês votaram contra o regime de urgência mas a favor da matéria. Em um desses projetos você coloca até uma emenda para que esses cargos sejam providos por concurso público. Mas qual a lógica de votar contra o regime de urgência e a favor da matéria?

São duas coisas diferentes. O regime de urgência é para a matéria votada naquele dia. Tem uma lógica. A matéria não precisa ser tudo decidido hoje. Vencendo isso, agora é deliberar a matéria em si. A análise nossa naquele dia foi de que daria para votar. Primeiro passo é não vota no regime de urgência. Mas aprovou a urgência, agora vem o mérito. E no mérito a gente tem que conseguir uma reflexão rápida para não precipitar o julgamento. (...) Então nós votamos algumas até a contragosto. Se você votasse contra você estaria dificultando o início das aulas, essa questão toda. Então é por isso que a gente acabou, em algumas, votando a contragosto. Mas muitas vezes, na Câmara, eu posso votar a favor, por exemplo, a comissão de justiça define que determinada matéria é inconstitucional. É uma votação de legalidade. Depois vai para o plenário votar o mérito. Tem situação em que há uma aparente contradição. As pessoas têm dificuldade de pegar isso. Você vê o jornalista “ele votou contra”, por exemplo. Você aprovou um projeto, aí o prefeito veta o projeto. Ao você vai e mantém o veto dele, então você votou a favor e depois

contra. Aí você foi contraditório? Depende. Porque aprovou o projeto. E o prefeito vai, na RAZÃO DE VETO, o prefeito coloca lá: “o projeto é impossível de ser aplicado”. Ele te prova por A mais B que o projeto é impossível. Não há dinheiro para isso, por exemplo. Então não há problema em você mudar de voto. Porque ele te provou naquele momento que... então, na realidade, alguns de contratação a gente acabou votando, especialmente alguns da época do Vasco, depois votou contra. A contratação temporária é temporária.

E no projeto de planos de cargos e salários, que eu só consegui o projeto e não o processo, e neles estava contida até a eleição para diretores. Isso em 1994.

É possível que um projeto desses o PT aprovou com emendas. (...)

A gente comentou antes sobre a Lei Orgânica. Eu tive acesso aos projetos de lei, às emendas e à própria lei. Mas não está presente o que o PT colocou, nem o caderno das ementas.

Na realidade nós passamos tudo pela mesa diretora. Nós éramos da mesa diretora então para aprovar os projetos o que a gente fazia? A gente inclui na mesa. E aí passou tudo. Por isso abrimos mão até de aparecer para o projeto então... É uma visão idealista ao extremo fazer isso, né? Abrir mão de aparecer para o projeto ser aprovado.

Ela é qualificada por muitas pessoas com as quais conversei como progressista. Você concorda?

Concordo. Você tem a participação popular no conselho. Ela só foi pouco respeitada pelos prefeitos que se seguiram, mas ela realmente é progressista, isso é verdade. Porque o Conselho Comunitário participou bem. Você se lembra que eu falei que a composição da Câmara no primeiro mandato foi melhor? Foi melhor mesmo. Então, com isso, a gente conseguiu passar. O que a gente não conseguiu aprovar foi o seguinte: a proibição de pagar o JETON, que é o pagamento por sessões extraordinárias, a taxa de transporte coletivo, que nós perdemos, fizeram até uma emenda para favorecer a empresa da época, a Alvorada.

Vocês até tentaram depois aprovar um projeto de quebra do monopólio....

Foi, várias vezes. Só que o projeto de quebra de monopólio é interessante. Vários vereadores da direita apresentaram projetos de quebra do monopólio. Virou uma indústria. Depois, no segundo mandato, virou um problema. O vereador de direita apresentava o projeto e depois vinha e ia na empresa tentar tirar vantagem, para tirar o projeto. Então virou uma banalidade. Na lei orgânica teve retrocessos: transporte coletivo, sessões extraordinárias, mas foram poucas coisas, uma 3 ou 4 coisas ruins, o resto conseguimos aprovar.

Vamos falar um pouco mais sobre a função fiscalizadora, a outra função do vereador? Teve na época a denúncia feita por vocês da falta da aplicação dos percentuais mínimos para a educação, tanto no Jorge quanto no Vasco. Qual a repercussão dessa denúncia? Em que ela

contribuiu para a bancada, para ajudar na confecção do projeto de lei, na relação com a sociedade?

Alguns projetos de lei se dão na constituição, que não é de poder do município, você tem que cumprir. Eu conversei muito com os professores. O problema, muitas vezes, da educação e saúde, não é só aplicar os 25%, é que na época do Vasco eles aplicavam mal. Por exemplo, para o Tribunal de Contas, o prefeito dizia assim: “gastei 1 milhão naquela escola”. A prefeitura vinha, fazia a documentação toda, tirava a nota fria, apresentava. Com isso o tribunal falava: “ele aplicou, sim”, mas na verdade não aplicou, né? Formalmente a prefeitura aplicava, mas como a CI da FUNEVE mostrou, a antiga FUNEVE era uma fundação e não havia secretaria municipal na época. É por isso que o sindicato dos professores era das escolas particulares, o SINPRO, e não o SINDIUPES. Foi importante, então para ter contato com os professores.

Essas denúncias contribuíram para o conhecimento sobre a realidade?

Elas evidenciavam, no fundo, elas me serviram, nos dois prefeitos aí, elas tiveram uma repercussão muito grande. Elas impediram o avanço da carreira política deles. Por exemplo, as denúncias sobre o Jorge e o Vasco, os dois foram candidatos a governador. Eles foram eleitos para alguma coisa, mas de certa forma as denúncias contribuíram para abalar um pouco a estrutura deles. Embora na época a gente não tenha conseguido afastá-los diretamente, uma boa parte da sociedade ficou sabendo das coisas que aconteciam em Vila Velha. Esse foi um fator positivo, e assumimos a função do vereador de fiscalizar. Embora as pessoas digam: “não, Domingos, tem que ficar bem com o prefeito”.

Mas vejo que no PT tem uma forte tendência fiscalizadora, até o Vitor diz que o PT é um bom partido de oposição, na época que ele era prefeito. E a função legislativa não aparece tanto. São coisas diferentes. Como você vê a função fiscalizadora agora, com o PT no governo?

Tem um detalhe: nossa função legislativa não aparecia tanto porque a gente fazia projetos mais consistentes. Muitos vereadores fazem projetos cobra d’água, autorizativos, indicativos. Então a gente optou por não fazer (...) Com relação à direção atual, não tenho acompanhado tanto. Pelo que a gente percebe, claro que tem problemas hoje: os mandatos estão mais individualistas, você tem petistas envolvidos com corrupção. A situação está mais complicada hoje. Antes você não tinha, né? Porque quando você chega ao poder (...) Agora as prefeituras estão mais transparentes, procurando lisuras nas questões públicas. Isso avançou muito nas questões do partido mesmo com alguns problemas em alguns locais. É claro, se suja a camisa branca, te jogam lama, vai aparecer mais. E quem já está enlameado, não aparece, né?

Uma coisa que observo, tanto no PT antes, quanto no PSDB e PFL, que são oposição hoje, é que a oposição como um todo consegue muito eco na sociedade, nos jornais. A que você atribui isso? Você acha que a sociedade espera da oposição somente a fiscalização?

Primeiro a imprensa dá uma certa repercussão para os casos mais graves, porque dá mais repercussão. A oposição, hoje descontente com a perda do poder acaba querendo descontar tudo. Eles estão no papel deles de fazer isso. Mas não comungo com a opinião de muitos petistas de que a imprensa (...) É o seguinte: o jornal – eu tenho um certo *felling* com isso porque há muito

tempo, quando não havia assessor de imprensa, eu fazia esse papel – na época de eleição do Magno para governo de 1 ano, só em 1988, eu fiz muito isso. Com isso, aprendi a lidar com a imprensa. Então a imprensa aborda os fatos mais marcantes, dá mais valor a questões mais polêmicas. A lógica da imprensa é o seguinte: você tem uma loja, por exemplo, chamada Douglas AS, e cai uma marquise na cabeça de alguém. No dia seguinte vai sair a notícia “caiu uma marquise e matou uma pessoa na loja Douglas S.A”. Mas se você faz uma boa ação na sua empresa, dá uma cesta básica, não assistencialista, algo marcante de maneira positiva, sem interesse comercial, no dia seguinte está assim: “uma grande empresa de alimentos fez uma doação a uma creche que estava precisando”. Não vai dizer seu nome. Então a imprensa tende a divulgar mais o que é pago. Essa é a visão comercial deles. Se for positivo, o governo ou a empresa tem que pagar para noticiar.

O livro *O que é vereador?* é base da nossa pesquisa. O autor foi vereador do PT. E ele fala ...muitas vezes o eleitor, ele quer do vereador o papel fiscalizador, ele gosta, ele quer na verdade aquela questão do vereador obreiro (aquele que faz obras), mas ele quer também o vereador fiscalizador, então talvez essa ação mais incisiva do PT como fiscalizador não tem relação com essa demanda social,... de fiscalização...até a imprensa da época dá voz a essa fiscalização.

Mas os eleitores não gostam muito desse vereador. Eles querem muito mas não votam não. No mandato eles querem um cara que faça tudo

Outra coisa que o Chico coloca é que os partidos da oposição não conseguem realizar um contra-poder responsável. Você que já leu o livro, qual sua opinião?

Existe oposição por inveja e por discordância. Dizem que se não negociar o que eles fazem lá, você não está participando. As coisas são negociadas. Se estão roubando lá eles não têm direito a roubar, então vou denunciar, vou dizer que é sacanagem isso. Isso é oposição por vingança. Oposição por oposição. Mas tem a oposição mais construtiva, que de certa forma é oposição para construir projetos. Então o PT sempre teve dificuldades. Não fez oposição por inveja, mas não conseguia ter um projeto claro. Isso aconteceu com o PSDB agora: bateu, bateu, bateu, mas o projeto é pior. São épocas diferentes, razões diferentes, mas parecidos em certos aspectos.

Uma certa regularidade é de que os vereadores – não digo nem os partidos – da situação não fiscalizam o prefeito. Isso está destinado aos partidos de oposição?

Legalmente não, eticamente não. Todos deveriam fiscalizar, mas veja bem: aí gosto sempre de falar, então tem que equilibrar as atividades da casa. A situação e a oposição pendulando. Então se a situação começar a fiscalizar o prefeito, a oposição aproveita isso e vira tudo. De certa forma é papel da situação manter uma governabilidade, e acaba fiscalizando menos. O ideal é criar um sistema de auditoria interna que tenha poder de dar uma fiscalizada, e a oposição, de certa forma, vai dar a despesa e ela ficará só para sacanear, não por querer o melhor para o país ou para a sociedade, então isso é um problema. O ideal é que todo mundo fiscalize.

Vamos mudar um pouco de tom e falar um pouco sobre os movimentos sociais, de certa forma mais para fora do ambiente da Câmara. Primeiro cite os movimentos sociais em que você mais atuou, esteve mais presente.

Me aproximei um pouco do Sindicato dos Professores. Você tem que ver, por exemplo, a Maria Clara. Como ela, durante seu mandato, estava muito ligada ao movimento de moradia. Na moradia a gente atuou muito. Várias frentes: transporte coletivo, associação de moradores, movimento estudantil. Em Vila Velha há força grande é do movimento comunitário. Então nossa participação com o movimento comunitário sempre foi muito grande. Essa participação nos movimentos era muito mais importante que nossa participação na Câmara. A gente entendia isso, era muito mais prioritário. Em função das lideranças, da organização popular.

O SINPRO – sindicato dos professores- procurou vocês para propor algum projeto, por exemplo?

Algumas vezes sim, mas não lembro agora os projetos e emendas. Mas por a gente ser oposição, alguns projetos não seriam aprovados. Na lei orgânica eles participaram, discutiram muita coisa. Na realidade muitos professores nos procuraram, mas não para propor projetos. Pediam para incluir algumas coisas no orçamento.

Há pouco você falou sobre a falta de alimentação.

De certa forma, poucas pessoas procuram o vereador para apresentar projetos de lei. Quando pedem alguma coisa, muitas vezes não cabe em projetos de lei. Então há essa dificuldade de alimentar. Uma lei não pode ser feita a todo momento. Lei é melhor quando, de certa, forma, ela se mantém por mais tempo, porque se você ficar mudando a norma não há sociedade que agüente. Então tem que mudar mesmo, não mudar por mudar. Só para dizer que fiz esse projeto.

Essa relação com os movimentos sociais foi harmoniosa, participativa?

Foi. Muito boa. Praticamente sem problemas.

Esse diálogo aconteceu com frequência?

Sim. Mas não temos nada sistematizado em vídeo. Especialmente a Ana Rita no segundo mandato teve muita participação no movimento. Eu participei menos, ela mais diretamente.

Isso contribuiu muito para o mandato, né?

Foi. A relação com as pessoas.

Nos jornais de mandato, relacionei algumas participações e presenças nos movimentos sociais da educação, tais como apoio á ação do SINDIUPES contra a política do governo estadual, acompanhamento na discussão do acordo coletivo dos professores municipais. Em que isso contribuiu para o sindicato? Agora o contrário. A presença do vereador enquanto liderança política.

Nós tínhamos uma função importante que era municiar o sindicato com as informações internas da administração. Quem está no movimento não consegue acompanhar o que acontece lá dentro. Nós, de certa forma, por estarmos como representantes da Câmara, embora a prefeitura não esteja

lá dentro, mas a gente policia bem mais que quem está lá fora. Nós éramos pessoas confiáveis para o movimento lá dentro. Então a gente conseguia passar informação e o movimento avançava. E foi boa a nossa participação.

Indo mais para a relação do vereador com o partido, como você vê a relação do detentor do mandato com o partido na época?

Na época a relação foi boa porque os vereadores eleitos, tanto eu quanto Tião, Maria Clara e Ana Rita, que eram pessoas filiadas ao partido há mais tempo, éramos bem fieis ao partido. O partido teve problemas no mandato seguinte ao nosso porque os vereadores eleitos saíram do partido, o Aloísio e o Andinho. Na prática, quem é dono do mandato é o vereador, não é o partido. No princípio constitucional brasileiro, a fidelidade não é considerada princípio constitucional. Se ele quiser mudar de partido, ele muda a hora que quiser. Mas nós não éramos seduzidos por isso. Uma vez o Max Filho me chamou, porque via que eu era um vereador bom, para fundar o PDT. Mas eu dizia “Não, Max Filho, fui eleito pelo PT. A legenda que me elegeu foi o PT, eu não posso mudar de partido”. Acho que um vereador do PT, mesmo discordando, tem que tentar mudar. Na época, não sei se hoje, eu preferia renunciar ao mandato do que sair, se tivesse alguma discordância grave. Então, você não é eleito pessoalmente, mas por meio de uma legenda, de um conjunto. Quando o candidato não vence, passa os votos para o outro. Nós participávamos das reuniões, dos núcleos. A gente só não conseguiu fazer muita coisa com o partido porque foi uma época de muitas crises que o partido teve localmente. Em 1988 nós estivemos à frente da prefeitura. Como ele não foi bem na prefeitura em um ano só e sem experiência, ficou longos anos nessa crise, e até hoje sofremos por isso. O momento de alta foi em 1989, no segundo turno pela eleição do Lula, depois a derrota para o Collor, depois o Collor assumiu e foi a crise nacional. Depois, em 1992, a briga do Vitor, crise de novo. Depois em 1994, o Vitor foi eleito governador e em 1996, crise de novo. No período como vereador o mandato foi bom, mas em relação ao PT nós tivemos esse problema. O PT não conseguia avançar.

Nos projetos que vocês apresentaram, o partido contribuiu com algum estudo, discussão, debate, algum evento de setoriais, por exemplo?

Algumas coisas sim. A primeira contribuição foi da nacional, a reunião dos vereadores. Isso acabou contribuindo porque pensamos alguns projetos. O PT reuniu. Não como setoriais, que vieram depois. Na juventude não tinha, setorial, alguma coisa. Porque na realidade a gente discutia no PT e quando ia para fora a gente reunia o movimento como um todo. Porque se a gente discutisse no PT, no movimento... o PT tem que tomar cuidado com o “reunismo”, cuidado com o vício. Reunião é importante, democracia é importante, mas tem que tomar cuidado. Se você se reunir muito você não atua.

Uma coisa que eu observo na reunião do diretório hoje, e nas atas dos encontros da época, que eu consegui: o PT não tinha muito, na época, a tradição de discutir políticas públicas. Numa reunião de diretório, o que se discute mais: relação com os partidos, relação com o prefeito, políticas de alianças, a eleição seguinte.

É verdade. Hoje seria mais fácil fazer, porque tem mais pessoas capacitadas. Na época, por exemplo, tinha dificuldade de se ter pessoas com experiência em questões administrativas públicas. O PT tem pessoas para falar, coordenar um grupo, propor. Hoje o PT tem várias. Então,

isso nós fizemos muito pouco. Tinha o encontro de vereadores, que sempre ajuda muito. Eram encontros nacionais e locais de vereadores. No primeiro mandato teve alguns treinamentos, mas no segundo mandato foi interessante porque fizemos uns 10 encontros de vereadores no ES. Aí esses encontros eram ricos. No partido, realmente. Na reunião de diretório, tem muita dificuldade: o povo chega atrasado e aí começa a reunião. Então, tem dificuldade para você conseguir manter o debate

Eu proponho fazer um encontro setorial de educação, de saúde... O vereador é um cargo eletivo, mas tanto ele quanto um prefeito, são candidatos. Eles não têm o subsídio, precisam do subsídio. Até a Arlete falou que o PT não tem uma política pública sistematizada, principalmente para o município. Nacionalmente, a gente encontra alguma coisa.

É porque o PT nasceu da tradição sindical. Então, muitas propostas do PT originais, elas não conseguem ser aplicadas no município. Precisa fazer um trabalho de política pública. E aí tem uma posição de oposição propositiva. Essa oposição tem fundamento

Eu observo que o vereador petista tem dois tipos de atitude: um fica principalmente com as questões municipais, sem relacionar com o nacional; e tem os que discutem questões nacionais, mas não se relacionam com o municipal.

Olha, nós fizemos reunião com setores do PT, com núcleos do PT, com o diretório, com os filiados nos bairros para avaliarem o mandato, no primeiro e no segundo. Isso tudo ficou registrada em ata. (...) Maria Clara ficava no Aribiri e Tião Covre em Alvorada. Eles davam mais assistência lá. Eu ia menos naquele local, a minha atuação era menor (...). Eram as nossas reuniões partidárias. No mandato de Ana Rita tinha até foto. Teve as reuniões de avaliação do mandato. Até a Ana Rita tentou fazer muitas reuniões dessas, mas não conseguia fazer uma reunião muito participativa com a comunidade em geral. Ela fazia, mobilizava o pessoal, mas era pequena a participação.

Qual a dificuldade, na época, de se debater políticas públicas. Seria de corpo técnico, de quadros. Quem vocês consultavam ou procuravam para debater um projeto?

Olha bem. Nós, primeiro, pudemos aproveitar bem a nossa assessoria, porque algumas pessoas tinham uma capacidade técnica maior. Só para ter um detalhe: temos muitas pessoas que foram assessores nossos que estão no Ministério Público como promotor, na Advocacia Geral da União, no TRE, na direção estadual do PT. Tipo assim. Tínhamos um excelente corpo técnico na época. Era muito estudo. Então, com poucos cargos, nós tínhamos um quadro. Gilbertinho era um cara muito experiente de Câmara, ele conseguia ludibriar os vereadores (no bom sentido), convencer os demais. “vota nisso, é bom.”. Então, era correr atrás, ligar pra pessoas, não ficar parado. Se num projeto a gente tinha dúvida, a gente ligava para alguém. Havia uma troca. Eu também fiz engenharia, tive facilidade de ler, de estudar. Isso ajudou muito. A gente encontrava com outros vereadores. Então isso compensou a falta com as políticas públicas.

Então, para você, a assessoria foi fundamental, né?

Foi fundamental. Hoje, eu vejo vereadores com muito mais assessoria que a gente tinha na época e o trabalho é pior. Então, com poucas vagas que a gente tinha. Na verdade é saber escolher as

pessoas, saber treinar as pessoas e saber conviver com a gente, não como meros subordinados, não. Eles eram companheiros nossos.

Como você disse sobre essa dificuldade de o PT criar uma agenda setorial na época... era você que estava a frente do partido?

Primeiro, é a multiplicidade de reunião: é reunião do diretório, da executiva. Na hora de uma setorial. As setoriais, por exemplo, são estaduais. Mas se criar muita setorial, chega um momento que você tem reunião o tempo todo e acaba que não abre espaço para discutir com a sociedade. Então eu acho que é um risco a qualquer momento. Tem que tomar esse cuidado. Agora, na época, foi um pouco de falta de iniciativa, de condições e falta de professores, também, para dizer: “olha, vamos reunir os professores.”

É claro e notório que muitos professores estão no PT como simpatizantes. Para elaborar uma proposta de educação seria muito importante a presença de professores. Eles não conseguem se reunir a não ser no sindicato.

Os professores têm dificuldade de uma participação política mais efetiva. Isso é inegável. Estão nas sociedades corporativas.

Mas as políticas públicas não são corporativas

Foi um salto de qualidade os sindicatos tentarem deixar um pouco as questões corporativas, mas não é fácil.

No documento elaborado pela executiva para o encontro de 1993, as propostas de pontos programáticos foram: fortalecimento da estrutura partidária, construir a oposição a Vasco. Mas não constam as políticas públicas de qualquer área?

É porque na época não era prioridade. As próprias políticas públicas são mais recentes. Se comentava, mas assim, eu não me lembro de nenhum planejamento que previa isso. Se você reparar as atas, elas retratam muito o que foi. Você não consegue ter uma cópia fiel. Mas já se falava isso em alguns encontros, mas a expressão políticas públicas era pouco usada. Você tem que olhar com os olhos da época. O acesso que a gente tinha às coisas, às informações, era muito limitado. Nos últimos 30 anos de 1970 a 2000, nos anos 70, nossa visão do ano 2000 era de pessoas andando de nave espacial. Passados 30 anos, o transporte de 70 não tem. Você vai ao Rio de Janeiro de avião em 45 minutos, de carro em 8 horas. Mas a informação não. Então na época a gente tem que dar essa quebra aí. Você não tinha os recursos de informação que tem hoje. Olha bem: nós começamos a usar computador – foi eu quem comecei a usar computador no final de 1992. eu comprei um PC usado e coloquei no meu escritório. Passamos a fazer muito jornalzinho da bancada a partir dele. Tinha um outro assessor meu, o Rafael, que se especializou em Corel Draw, Ventura. Alguns materiais do mandato, não todos, mas os mais simples, saíam de lá, entendeu? Era mais do meu mandato, mas... até material para campanha eleitoral. A escolha do Rafael como assessor foi um ponto positivo. A gente ajudava jornaizinhos de comunidade também. Então veja bem: com os recursos de comunicação daquela época e os vídeos que a gente fazia – que hoje são banais, mas naquela época

Não sei se você soube da existência de dois encontros nacionais realizados por professores petistas nessa época. E aí foi criado o CAED. Você teve acesso a algum documento oriundo desses encontros ou acompanhou algum deles?

Não, isso eu não acompanhei. Acompanhei muito os professores de Vila Velha.

Eu ia perguntar sobre o seu conhecimento sobre a política nacional petista, mas você não teve acesso... já nessa época, nas resoluções dos encontros, se falava muito em política públicas, municipalização. Muitas coisas que a gente tem hoje na educação são até em função da construção da política nacional do PT. Então muita coisa é daquela época.

Olha bem: a gênese nossa em Vila Velha para o PT vem especialmente das comunidades eclesiais de base; um pouco do sindicato, mas a base é a Cebes e o movimento popular. Em Vitória você tem muita presença do movimento sindical, dos professores. Em Vila Velha a participação dos professores do PT era em várias frentes. A Kátia Cardoso entrou, inclusive, depois. A Marlene é muito mais das comunidades de base do que do movimento dos professores. Ela não participava muito de encontros de professores. Era professora por acaso e estava no PT. Ela não partiu de um movimento de professores do PT. Então era bem diferente a forma de debater, mais simplificada. Você não tinha esse espaço para isso. Uma questão muito mais popular.

Então você teve muita dificuldade de procurar, de encontrar essa questão nacional do PT...

Veja bem: na época quantos encontros eram realizados? Do sindicato, da educação... tudo isso era importante. Você não consegue, de certa forma, - eu não me lembro, na época, de terem chegado para mim essas resoluções.

Eu estou falando isso porque nesses encontros foram professores: a Terezinha Cravo, a Marlene foi, a Arlete foi. Os professores foram, mas eu não vi, por exemplo, eles não reproduziram, eu não vi nenhum encontro para tal, que seria uma consequência. Trazer esse debate para o Estado. Porque elas foram lá. Não houve nenhuma forma.

Seria uma forma de passar para cá o que aconteceu lá, mas realmente isso passou despercebido. Sem dúvida é uma questão que tem que ser recuperada agora. Os professores têm muita dificuldade de se articular.

Eu até perguntei às duas, a Terezinha e a Marlene, e a Marlene disse que ela trabalhou mais em movimentos sociais. E a atuação dela na educação era muito pouca.

A atuação nossa em Vila Velha, você pode ver nas atas – o conselho comunitário era nossa vida. Eu atuei pouco no movimento, mas a Ana Rita, principalmente, foi uma lutadora. O mandato dela não é um mandato, é um sacerdócio. Ela atuou muito mesmo. O volume de atuação dela. Ela é uma atuação mais no movimento popular de Vila Velha. Tem uma coisa também: você é muito cobrado pelo que você fez nesses 4 anos.

Enquanto partido, no que o governo Vitor, em Vitória, contribuiu para Vila Velha durante seus 4 anos de governo?

O governo Vitor, na realidade, se apoiou no preconceito da sociedade contra o partido para ele se projetar. Então, muito pelo contrário, o governo Vitor prejudicou. A única coisa com a qual talvez o governo Vitor contribuiu foi que, como alguns petistas – só alguns, porque o Vitor não deu prioridade a petistas em sua gestão – alguns petistas tiveram experiências administrativas. Fora isso, a “queimação” do partido na época foi muito grande. E aí a imprensa teve participação nisso. Então foi um período muito ruim. As pessoas falavam na rua “pô, deixa o Vitor trabalhar! O PT está atrapalhando! Pára de atrapalhar o Vitor! O Vitor é bom, o PT é ruim!” ele que não era bobo, se aproveitou disso para conseguir respaldo popular, coisa que eu nunca faria: falar mal do PT para tirar vantagem. Posso até reclamar do PT, mas não publicamente. Muita coisa que ele fez foi falar mal do PT, do projeto. Há uma repulsa contra o PT. Então, nesse aspecto, o governo Vitor não ajudou muito. A única coisa que ajudou um pouco foi estar dentro da prefeitura, e tal, mas isso foi mais ameno. Na estadual foi pior.

Mas no período ele implementou muitas questões que eram do partido, como a própria educação. Como foi a repercussão em Vila Velha do que ele implementou lá?

O que chega para as pessoas é o ruim. O bom não chega. É claro que quem está lá na gestão, na área da educação, (...) na educação foi bom. Mas como ocorreram esses problemas, nessa luta física contra o partido e em busca de popularidade, chegava alguma coisinha: “ta melhorando aqui, ta melhorando lá”, mas isso é igual você apagar fogo com um baldinho d’água. A água resolve muito pouca coisa. Quando chegou em 1992, que a crise se avolumou, qualquer avanço que teve foi esquecido. Eleitoralmente e politicamente ele não colaborou. Lá em Vitória sim, a educação, o orçamento participativo. Teve avanço.

Até a política municipal de educação foi premiada pela Unicef.

Para o PT de Vitória ele ficou no ostracismo durante muito tempo. O Coser se elegeu prefeito por uma postura dele. O PT, de 1992 a 2004, o PT de Vitória suou muito.

Que sugestões você dá para uma política de educação aqui em Vila Velha depois de 8 anos de experiência como vereador?

É importante reunir os professores, é necessário agrupar os professores do PT. Mas como não é tarefa fácil, porque o professor, na realidade, dá aulas de manhã, de tarde e de noite, eles têm uma dificuldade até prática de conseguir agrupar. Então tem uma questão: não é porque deu alguma coisa errada. Todos comungam da mesma energia, mas por uma questão prática, o duro é estabelecer uma forma de se encontrar. Por exemplo colocá-los em 2 grupos, por horário, ou no sábado. Segundo: verificar de você tem ... o que acontece nas setoriais? Na juventude eu acompanhei muitas vezes, de longe, tinha uma dificuldade muito grande. Se reunia. Quem coordena algum grupo tem sempre que verificar que o grupo é heterogêneo. Terceiro: todo mundo era militante direto aí. Todo mundo era liderança do sindicato. Quem deliberava direto com o sindicato era até fácil de se reunir. Mas os professores que estão mais o dia a dia é mais difícil para se reunir, para fazer uma conjugação de horários. Uma outra coisa que eu estava falando é que estar só nós dois conversando é uma coisa. Se a reunião é mais geral, não dá para a gente ter a mesma conversa. Não que a gente tenha que esconder deles não, é porque não vai interessar. Porque na realidade, na reunião de juventude, de outras setoriais, começam 2 ou 3 debatendo na reunião e as outras pessoas logo saem. É verdade. Ficam muitos “grupelhos”

discutindo. Não pode um grupo virar um “grupelho”. Quem coordena tem que ter essa sensibilidade. Então a pessoa é um insucesso, não leva a lugar nenhum, discute-se o sexo dos anjos. Em algumas reuniões que eu participei – da educação nunca participei, mas da juventude – tem um certo nível de desorganização. Isso era um problema. Então quer dizer, você vê o professor: o horário é uma dificuldade. Você tem que ter uma política pública que discuta isso.

Em tudo que li, observei uma incisiva atuação no o esclarecimento sobre o papel do vereador. Você fez um seminário dentro da Câmara, propôs um projeto de lei sobre um concurso público de redação para jovens sobre o papel do vereador. O que contribuiu para tanto? Em que sua formação profissional e política contribuíram para a sua atividade parlamentar?

Na época nem profissional tanto, porque fiz direito depois. Eu era engenheiro formado. Fiz Ciências Contábeis, mas não concluí. Então, na época, foi o seguinte: isso começou na primeira campanha de vereador. O meu panfleto tinha um discurso único. A função fiscalizadora e a legislatura do vereador. Por que o que acontecia? Muitas pessoas pediam muito para você fazer obras, um emprego, cesta básica. E o que acontecia? Eu colocava as funções do vereador. Então, já deixava claro que não era isso que eu queria. E isso fazia o PT perder voto, sabia? Porque as pessoas querem – elas até concordam que é isso, mas elas querem ter a ilusão de que podem ganhar isso. A pessoa vinha pedir emprego e eu falava: “É em concurso público, isso não é papel do vereador”. As pessoas querem ser eleitas para empregar pessoas- parentes, amigos – então eu não defendia isso não. (...) o que me ajudou, na verdade – porque minha formação profissional veio depois – foi minha formação nas comunidades, a questão ética. Por só vai melhorar a Câmara - até hoje eu penso isso, apesar de ser uma visão bastante utópica – que está impregnado na cabeça das pessoas que o vereador é para fazer obra – quando as pessoas votarem não em um vereador só – isso eu até debato no Manual do Candidato – eu reclamo que dá-se pouca importância para a eleição de vereadores e deputados. A imprensa, as pessoas dão muita importância para prefeito, governador, e a Câmara fica... as pessoas não debatem, não discutem, acabam, por isso, votando em qualquer um. Então eu batia muito nisso, olha: as pessoas têm que ter consciência de que vereador não é para fazer obra, até para eleger menos. Até para a pessoa ter consciência, ela tem que entender que “o meu voto é importante”. (...) isso me acompanha no meu mandato todo. O folheto que eu e Ana Rita fizemos sobre o papel do vereador, os jornais meus e dela, os vídeos, tudo focado nisso, como se fosse uma cruzada nesse ponto.

Na época você fez alguma leitura sobre questões de educação? Gestão democrática, municipalização, conselhos,...

Não, não... pouca coisa.

Eu vi muito isso no material do João Pedro...

Porque queira ou não, ele mexia com isso. Queira ou não, isso foi mais... Nós, na realidade, recebíamos pouca coisa do sindicato, nas eleições. Não tanto projetos, mas mais fiscalização, denúncia contra o prefeito. Foi uma atuação mais policial. Na realidade foi muita denúncia. Era o que sensibilizava, porque era uma coisa atrás da outra. Na época não tinha o Ministério Público. E hoje, por exemplo, o Ministério Público atua mais. Na época era tinha que ser nós para correr atrás de tudo, com poucos recursos. Então sobre essa questão, a gente teve pouca leitura,

concordo com você que a gente não tinha ... lia algum projeto, lia alguma coisa, e tal, mas acabou que nós fizemos pouco. Nessa questão da educação eu atuei mais, não houve tempo, foi falta de tempo, falta de indicação, falta de uma série de coisas.

Eu gostaria que você falasse sobre o contexto da época... não sei se você se lembra da extinção da FUNEVE e a criação da Secretaria da Educação, que aconteceu em 1995. nesse período, o que você gostaria de destacar no contexto municipal? Estou destacando esse.

Vila Velha, historicamente, tinha a FUNEVE, e como era uma entidade privada, de certa forma, privada e gestada pelo município, o que ocorreu foi a FUNEVE passou a ser filiada ao SINPRO e não ao SINFAES ou ao SINDIUPES, que são entidades mais públicas. Com o tempo, na época do Jorge, depois no Vasco, houve uma pressão para que se transformasse em Secretaria Municipal de Educação, não numa fundação. Tecnicamente o mais correto é esse sistema, hoje você tem a Secretaria Municipal de Educação. Na época houve uma resistência dos professores em mudar para a secretaria. Até por um tempo nós encampamos essa luta. Que a intenção da prefeitura era transformar isso em secretaria para reduzir os benefícios aos professores, reduzir um pouco a autonomia que a fundação tinha. Então, na realidade, foi mais uma resistência localizada. Mas para os professores, tecnicamente, o melhor é a secretaria.

Eu faço essa pergunta porque lendo esse material – eu vi numa reportagem do sindicato, e não consegui ver qual era o grande problema de se extinguir a FUNEVE e criar a secretaria – porque isso era pedido na Constituição.

É o seguinte: uma das propostas que eles queriam era extinguir a FUNEVE, mas ela continuaria no papel. Tinha um passivo trabalhista muito grande contra a FUNEVE. Os professores que não tinham reajuste e tudo mais que era julgado pelo Ministério Público do Trabalho, que é muito mais rápido. (...) Então, em 1989, foi a primeira tentativa. O que eles queriam? Eles queriam criar, ou melhor, transformar – se não me falha a memória eu vou lembrando os passos – criar uma Secretaria de Educação, transferir os professores da rede para lá, para que a dívida continuasse com a FUNEVE. Então a FUNEVE ficaria uma entidade sem repasse da prefeitura, sem nada, sem um patrimônio, somente com um passivo trabalhista. Para você pagar um passivo trabalhista para execução, ou de repente leiloar, então ia para o ralo. Era a tentativa de dar um calote nessa dívida. Por isso teve essa resistência. Fazendo isso a prefeitura tirava a responsabilidade dela. Você vai ver depois que a questão trabalhista é vista como secundária. E a prefeitura teria que arcar, mesmo não assumindo na prática. Por isso teve essa resistência durante um bom tempo. Depois, na época do Vasco, me parece que isso foi mais pacífico. Porque o Vasco, na educação, não esculhambou tanto, de certa forma, como em outros setores. Ele colocou um bom secretário na FUNEVE, o Helio Rossetti. (...) Houve uma paz maior entre os professores e a prefeitura, houve uma confiança maior, o que facilitou a própria troca sem dar calote nos professores. Eu não sei se a prefeitura conseguiu pagar seus débitos, mas houve uma transição mais pacífica. O que o Jorge queria era fazer sacanagem mesmo.

Em pesquisa que eu fiz sobre a percentagem de projetos vinculados à educação, observamos que na legislatura 1989-1992 foram apresentados apenas 2,73% do total, e na legislatura 1993-1996 foram apresentados apenas 5,6% do total, sendo que maioria foi de iniciativa do prefeito. Foi um número bem reduzido para uma área que considero prioritária, e muitos de iniciativa do prefeito.

É porque alguns projetos criam cargos – ação exclusiva do prefeito, a gente não pode fazer. Alguns faziam, mas indevidamente. Você não pode ver a qualidade pelo número de projetos. Muitos projetos são chamados “cobra d’água”, projetos que não têm nada a ver. Mas na questão da educação não dá para fazer muito projeto porque se tinha a destinação da verba e tinha que ser cumprido aquilo. Construir escolas,...- então vamos dizer: o projeto em si não abrigaria tanto

Mas nessa questão da apresentação de projetos pelo prefeito, o João Pedro, em dois de seus pronunciamentos, disse que lá em Vitória “a câmara, muitas vezes, abdicou de sua função principal e reconheceu no executivo toda a prerrogativa de propor leis”. Aqui em Vila Velha aconteceu isso também?

Muitas vezes sim. Mas em projetos para criar cargos ou aumentar salários, é a prefeitura que faz, está na Constituição Federal. Alguns vereadores faziam, mas eram projetos para apresentar e só dizer que fez aquele projeto. Mas aqui existia, de certa forma, porque como o prefeito controlava a Câmara, especialmente no Jorge isso acontecia direto, não tinha muito espaço para a atuação dos vereadores.

Você vê, tanto no passado como hoje, a Câmara e o partido como importante para a formulação de políticas públicas? É um espaço necessário?

Sim, sem dúvida. O partido principalmente. O problema da Câmara é a composição. Como a eleição para a Câmara é “fraudada”, fraudada não no sentido legal, porque legalmente a gente sempre tem eleições “livres” no país. Mas ela tem problemas, né? A pessoa é eleita porque deu um caminhão de areia, porque deu emprego, é popular, bonito, prometeu isso e aquilo. Então você tem realmente uma Câmara descomprometida com os movimentos sociais, e isso é um problema. Então a Câmara acaba sendo ... a pessoa está lá para ocupar um espaço político importante. Mas lá não é o foco político para o debate. Porque o espaço da Câmara é muito atrasado, muito ruim. Agora o partido sim, é um espaço político importante. E aí tem o movimento social, quer dizer. Porque o partido também tem uma atuação limitada: como ele é parte , por exemplo, numa reunião de um movimento social em um bairro, você pode chamar o pessoal da igreja, de várias entidades para participar. Uma reunião partidária acaba sendo mais limitada no contexto de abranger o maior número de pessoas. mas, por outro lado, o partido tem uma participação na formulação de políticas, porque na sociedade como um todo, não há espaço para formular políticas. Você tem que ter clareza desses três espaços.

A Câmara, o partido e os movimentos sociais pelo menos deveriam ser os responsáveis por essa formulação. Porque são representações da sociedade. O partido, não sei se você concorda comigo, é, em último caso, responsável pelas políticas públicas. Porque quem elege o prefeito, o vereador, é o partido, ele que vai colocar as políticas públicas, implementar, propor...

Com certeza.

E se eu não me engano, no encontro municipal de Vitória em 91, o Perly Cipriano, coloca assim: “nós temos que elaborar política para pensar. Qual política elaboramos? O partido ainda não conseguiu elaborar a tal política. O partido precisa elaborar tal política”. E aí

uma outra pessoa, que eu não consigo identificar, diz assim: “Como na campanha o PT colocava que tinha política se agora, no governo Vitor, a gente fala que não tem política?”

Como dizia Pedro Dalari, numa palestra ainda quando era vereador, “Porque a gente não pode confundir, o partido não é federação de movimento, não pode enumerar uma pauta de reivindicações”. A política pública é tranqüila as reivindicações mas ela abrange o todo: a educação é importante, a saúde também é, o transporte é. O partido tem um costume local de reivindicações, mas política pública mesmo... mas nesses anos todos de lá para cá e que se inseriu esse debate sobre políticas públicas. De lá para cá a coisa foi se aprimorando. Na minha época tinha muitas limitações.

Então, para finalizar, quais as suas considerações finais?

Espero que o seu trabalho, sua pesquisa, que é importante, sirva para outros mandatos e para a discussão de políticas públicas. O PT precisa se focar na questão da educação mesmo. Dificuldades existem na organização dos professores, não é fácil. Os professores têm uma tradição sindical muito grande, não tem uma tradição de políticas públicas.

ANEXO B

Entrevista II: Ana Rita

ENTREVISTADOR: DOUGLAS FERRARI

DATA DA ENTREVISTA: 08/12/06

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

NOME: ANA RITA ESGARIO

NASCIMENTO 26 / 07/58

NATURALIDADE: CONCEIÇÃO DO CASTELO

ESCOLARIDADE: SUPERIOR

PROFISSÃO ATUAL: ASSISTENTE SOCIAL

A primeira pergunta é sobre a composição da câmara na época. Se você se lembra, se é em partido ou individualmente? Eu trouxe para você recordar os nomes dos vereadores.

Mas você gostaria saber acerca do meu primeiro mandato apenas?

Sim, só do primeiro

Na verdade, pelo que eu me lembro nessa época era isso mesmo, só tinha eu e o Domingos como vereadores do PT....Eu me lembro que....como são quatro anos de mandato, os dois primeiros anos, a correlação de forças era mais favorável, tanto é que o Domingos, na eleição da mesa,, ele assumiu a primeira secretaria....então tinha a correlação de forças mais favorável. No segundo período já ficou um pouco mais complicado, a gente não conseguiu ficar na mesa..... e aí ficou um pouco mais complicado. No primeiro período, nos dois primeiros anos, se eu não me engano, o Hércules que era o presidente da Câmara, no segundo período, aí eu não me lembro agora quem era.....acho que foi o Celso Vasconcelos, foi isso mesmo, foi Celso Vasconcelos, que era uma pessoa do PSDB, então era mais difícil a nossa correlação de forças. Isso nos ajudou. Num

primeiro momento nós apresentamos vários projetos de lei, mas no entanto, eu também me lembro que nesse período, eu e o Domingos, a gente conseguiu fazer um trabalho bastante articulado, o nosso mandato era um mandato de bancada..... Era uma bancada onde a gente fazia tudo em conjunto, todos os projetos de lei eram apresentados por nós dois. Mas a gente tinha também tinha missão ali, como compromisso, né.....pois nós entendemos que o mandato também deve fiscalizar as ações do executivo, pois nós entendemos que o papel do vereador, além de tudo mais, é fiscalizar. E como no segundo período eu era da comissão de finanças, Domingos era presidente e eu era da comissão de finanças...Então como presidente da comissão de finanças que eu fui, nós conseguimos naquela época duas coisas importantes: nós avaliamos....nós analisamos as contas do Jorge Anders, que era o ex-prefeito. Tinha o parecer do Tribunal de Contas, que vai para a Câmara, que é apreciado pelos vereadores e cabe à comissão de finanças analisar toda a documentação. A gente analisou as contas do Jorge Anders e também eu fiz parte da comissão de inquérito da área da saúde, porque na época do Jorge Anders alguns equipamentos tinham sido comprados, particularmente equipamentos do Hospital da Mulher - que na época era o Hospital da Mulher - e alguns desses equipamentos nunca chegaram no Hospital da Mulher e a Prefeitura pagou por eles. Então houve toda uma apuração disso, a Comissão Parlamentar de Inquérito ouviu muitas pessoas, ouviu o secretário de saúde, ouviu o, se não me falha a memória, secretário de finanças, o pessoal que fazia parte da Comissão de licitação da Prefeitura, enfim....nós fizemos um trabalho extremamente rico em termos de conteúdo. Mas, lamentavelmente a Câmara de Vereadores, no caso das contas do Jorge Anders, não aprovou o nosso parecer, que era pela rejeição. E no caso da Comissão Parlamentar de Inquérito, depois de aprovado o relatório, não me lembro bem o relatório, o relatório devia ser apreciado pelos vereadores e depois encaminhamos para o Ministério Público, encaminhamos para o Tribunal de Contas da União e a gente nunca recebeu retorno disso. Acho que uma das grandes questões do Parlamento é que nem tudo depende da ação do parlamentar. O Parlamentar cabe a ele investigar, cabe a ele apurar as informações, as denúncias, mas na hora de punir, cabe à justiça, cabe ao Ministério Público também fazer a sua parte e acabou que com relação à saúde a gente nunca recebeu retorno daquele equipamento.

Na oposição - depois a gente vai falar sobre a relação com o prefeito - o PT contou com mais algum vereador, que fechou com o PT na oposição, ou era o PT sozinho e os outros eram situação?

Não, na verdade, em alguns momentos a gente conseguia aliados, em outros momentos não. Por exemplo: o Hércules é uma pessoa que a gente tinha uma relação até razoável com ele. Mas nem em tudo a gente conseguia estar somando com ele. Também o Diogo, que era o vereador do PPS, em uma boa parte a gente conseguia ter o apoio dele. Enfim, não era uma Câmara 100% coesa. Era uma Câmara muito clientelista, muito fisiológica, então em muitos momentos a gente não conseguia contar com o apoio. Eu me lembro que o vereador Orlando, a gente podia contar com apoio dele, o vereador Irake Tristão às vezes, o próprio Walterli Ribeiro que tinha uma assessoria que a gente tinha uma boa relação na época. Na época o Neucimar Fraga era acessor dele, então com o Neucimar a gente tinha um diálogo muito bom. Ele era membro da comissão de finanças, na verdade como assessor de vereador ele assessorava a comissão de finanças também. E a gente tinha alguns aliados, mas não era a maioria da Câmara. Então nem tudo aquilo que a gente pretendia a gente conseguia.

O apoio era circunstancial.....

Na verdade o apoio era pontual. Na verdade eram apoios pontuais em matérias.... . Quando era de interesse de todos, a maioria concordava. Mas, quando eram denúncias que estavam relacionadas com o governo anterior, a Câmara, quase toda ela, era muito comprometida com o governo anterior, com o Jorge Anders, então boa parte dos vereadores era muito próxima ao Jorge Anders. Na época a gente percebia isso. Por exemplo, a “Dozinha”, embora ela tenha sido eleita pelo PSDB, depois foi para o PSB me parece, mas é uma pessoa que não perdeu o vínculo com o grupo do Jorge Anders. Então quando se tratava de uma matéria relacionada ao Jorge Anders a gente não conseguia apoio dela de jeito nenhum. O próprio João Carlinhos, o próprio Reginaldo.....

O Domingos colocou, que na primeira, entre os anos de 1989 a 1992, a legislatura foi boa, os vereadores que fizeram parte daquela legislatura. Já na Segunda, ele colocou que originalmente os parlamentares não eram tão bons, fora a questão da relação com o Vasco Alves, que era uma relação com fisiologismo. Essa relação, essa questão que você está colocando, das dificuldades do PT trabalhar, tem a ver, tem a ver com a forma de fazer política do Vasco Alves?

Deixa eu tentar me lembrar por que a minha memória não tá.....Por que você tá falando agora do segundo mandato nosso, né?

Não, do primeiro.

Há da época em que o Vasco foi prefeito.....Vasco tinha um perfil extremamente populista. Então, assim....ele tinha poder sobre determinados vereadores na Câmara. Chegou uma época inclusive que a Câmara... Eu me lembro que havia uma certa ameaça para cassar com o mandato dele e aí houve uma mobilização popular, articulada por ele e pelo grupo dele. Esteve na Câmara, apedrejou a Câmara toda, foi um período bastante complicado aquele.

Vocês votaram a favor ou contra a cassação?

Na verdade a cassação dele...eu nem me lembro direito como é que foi. Mas a cassação dele não era tão importante para nós, porque cassar o Vasco significava levar ao poder o PSDB. E para nós não era interessante a cassação do Vasco. Para nós, o objetivo era pressionar as ações que Vasco fazia, mas se você fosse a favor, eu não me lembro disso, mas se a gente engrossasse o grupo de apoio à cassação de Vasco, era um negócio muito complicado, era estar ao lado da turma do Jorge Anders. Na verdade, historicamente, Vila Velha.....18 anos nas mãos de Jorge e Vasco Alves o município ficou. Ficar de um lado significa favorecer o outro também, entendeu??? E eram dois lados realmente complicados, então você defender claramente a cassação do Vasco era fazer a política de Jorge Anders. Então para nós não era interessante a cassação do Vasco, mas a gente fazia todo um trabalho de apuração das irregularidades da administração do Vasco. Não resolvia o problema a cassação dele, entendeu? Politicamente não resolvia.

Num jornal de seu mandato você coloca que “Não tivemos aliados. chegamos a nos sentir frágeis em determinados momentos, pois a bancada do pt sempre foi minoria”. Como se deu essa situação na apresentação de projetos, por exemplo, né, as dificuldades de se passar um projeto por que era do PT?

A gente fazia o debate em plenário e tentava conversar mostrando a importância do projeto de lei. Normalmente a gente ia pelo convencimento. Se a gente não conseguisse convencer, o projeto nunca era aprovado, inclusive, boas matérias. Eu não me lembro aqui agora porque tem tantos anos... isso foi de 92 a 96, tem mais de 10 anos, mas a gente sempre partiu para a questão do convencimento, mostrando a importância dos projetos. Era discussão política, discussão política da importância dos projetos, dos benefícios dos projetos de lei para a sociedade.

E era fácil aprovar?

Então, muitos projetos, por questão política, eram rejeitados.

Uma coisa que eu observei, uma das dificuldades de detectar de quem é o projeto, visto que o PT sempre apresentou os projetos por bancada. Essa questão, esse fato, ele surgia para dar uma sensação de unidade ao partido em relação aos outros ou era uma relação própria do partido? E segundo: isso não esconde o indivíduo, o vereador?

Não, muito pelo contrário, nós fazíamos reuniões semanais, da bancada toda. Na verdade, o PT nunca teve uma bancada tão coesa quanto a nossa. Pra falar a verdade, , naquele período que nós fomos vereadores, o Espírito Santo, o PT no Estado do Espírito Santo nunca teve tão bons vereadores como naquela época em todos os municípios em que o PT teve mandato. Na Grande Vitória, éramos extremamente articulados em termos de Estado do Espírito Santo, bem articulados. Muitos projetos que eram apresentados em Vila Velha, eram discutidos com vereadores de outros municípios e apresentados em outros municípios. Então a questão da individualidade não se perdeu ali. Porque eu e o Domingos, a gente sempre discutia juntos os projetos de lei e a gente sempre apresentou juntos. Quando a gente ia para a imprensa fazer defesa de algum projeto, nós íamos juntos. Quando a gente fazia alguma denúncia ou algum pedido de informação junto à mesa diretora da Câmara, ou algum encaminhamento ao Ministério Público, sempre fizemos em conjunto. E acho que é assim que as bancadas devem trabalhar. Acredito nesse tipo de trabalho. Hoje acho que o PT tá perdendo isso, mas acho que temos que recuperar essa postura.

Mas o que eu pude perceber é que quem tinha a iniciativa do projeto vinha sempre primeiro, na assinatura do projeto ou da justificativa. Nos projetos que eu consegui os processos, e nele está indicado a iniciativa. No projeto, aquele nome que estava na capa do processo era o primeiro nome que apareceria. Assim foi em Vila Velha, em Cariacica, em Vitória. Foi ali que eu consegui identificar de quem era o projeto.

Porque você faz tanta questão de identificar de quem era o projeto?

Para justamente saber a relação do conteúdo do projeto com o vereador

No informativo do PT municipal de dezembro de 94 está escrito: “Perfil da câmara não correspondente ao modo petista de legislar”. Com base nisso, como foi o relacionamento da bancada com os outros vereadores (tanto vereadores da oposição quanto da situação)?

Era uma relação, em determinados momentos bastante conflituosa, em outros momentos mais tranqüila, dependendo das matérias que estavam sendo discutidas. O mais importante é que a relação política era complicada, porque é natural que cada um tenha seu ponto de vista. A gente tinha o nosso ponto de vista, a gente defendia. Vereadores do PT com seu projeto político defendendo seu ponto de vista, os que não concordavam realmente iam para o embate. Mas a relação pessoal a gente conseguia preservar, entendeu???. Terminava a questão e ponto. Então o nosso debate era na política.

Domingos colocou na entrevista dele que os projetos aprovados eram aqueles que não atrapalhassem os trabalhos tanto da prefeitura quanto da Câmara. Como ficariam os projetos de interesse mais coletivo, por exemplo sobre eleição de escola?. Conseguiram apoio?

Às vezes sim, às vezes não. Por exemplo: o que acontecia ali na Câmara? Determinados projetos de lei....dependendo da temática do projeto de lei, determinados vereadores não apoiavam. Eleição direta para diretores de escola, por exemplo, alguns vereadores jamais vão apoiar. Por que? Pra eles é tirar a possibilidade de fazer suas indicações. Quando o diretor de escola é indicado pelo prefeito, o vereador está influenciando na educação, quando você faz eleição direta, você tira essa possibilidade. Então é um projeto de interesse coletivo, de interesse da comunidade, inclusive do interesse dos profissionais da educação, mas alguns vereadores são contra porque vão contra seus próprios interesses. Então, assim, determinados projetos, dependendo da temática, a gente não conseguia apoio da maioria. Acho que o mais importante é que nesse momento....o que a gente fazia? A gente levava o segmento interessado para o plenário da Câmara pra ele acompanhar os debates lá, né?.... acompanhar as discussões em plenário. Então você tem que.....a gente fez isso, mas eu penso que o vereador tem que fazer isso com mais propriedade, essa questão do envolvimento da comunidade nas discussões da Câmara. Por que o que acontece muitas vezes? A população vai para a Câmara pra apoiar determinadas matérias, mas nem sempre essa população que vai, dependendo de como ela foi convocada, está suficientemente esclarecida do conteúdo que vai ser discutido. Muitas vezes vai um público que é manipulado por determinados vereadores, pra apoiar determinadas matérias que não são importantes, entendeu???... para a comunidade, mas como ela não recebe a real informação das coisas, essa participação, muitas vezes, acaba ficando comprometida também. Nós vereadores do PT, a gente procurava fazer a coisa de forma mais consciente, ou seja, ao apresentar um projeto de lei, a gente fazia uma discussão prévia com determinadas lideranças, em alguns momentos a gente fez isso. Olha, vamos apresentar tal projeto de lei, o objetivo é esse, a gente ouvia também o segmento, quando o projeto ia para plenário para votação, o segmento estava acompanhando.

Deixa eu Interromper e aproveitar essa fala. Alguma vez, vocês sentaram com o Simpro, né???. o sindicato dos professores na época, ou o próprio Simpro, com a vontade de ter um projeto apresentado, sentou com a bancada do Partido?

Numa das gestões do Simpro que tinha a Kátia, o Geovani, a gente conversava muito, depois que mudou a direção do Simpro a gente teve menos conversas. Mas a gente discutia sim com eles, principalmente quando se tratava, nem tanto de projetos de lei, mas principalmente quando se tratava de questões trabalhistas dos servidores. Nós participávamos de todas as assembleias do pessoal da educação.

E os professores petistas?

A gente tinha uma relação comum, por exemplo, a Katia era uma dessas pessoas que a gente tinha uma relação muito legal com elas. E através da Katia a gente tinha contato com outros professores também.

A Kátia...

A Katia Cardoso

A Kátia Cardoso era o ponto comum...

A Kátia era o nosso elo de ligação com os professores ligados ao PT.

No período eleitoral de 92, no dia 29/11, um encontro do PT, traz a seguinte resolução: “o PT não apóia e não participa do governo Vasco”. A partir disso, eu gostaria que você comentasse um pouquinho sobre a relação da bancada com o Vasco, com o prefeito Vasco Alves.

Ah... a gente sempre teve uma relação de autonomia com relação ao Vasco, tento é que os embates com ele eram muito complicados, eu principalmente, ele tinha uma implicância pessoal comigo. Já tinha se tornado até... A gente percebia que já era pessoal, porque a gente sempre...como eu moro na Grande Cobilândia, e na época eu já tava morando lá, as demandas que vinham das lideranças comunitárias, a gente sempre acompanhava com essas lideranças junto ao prefeito, e o prefeito sempre teve uma política de enrolar as pessoas, ele nunca era muito sério. Então batia muito ...numa relação de muito embate na luta popular, e isso acabava refletindo na Câmara, então ele tinha uma relação com a gente muito complicada, não era uma relação saudável, uma relação de..., não..., era uma relação conflituosa realmente.

E o conjunto da câmara era de autonomia também? Ou era de fisiologia?

Não... era de muita fisiologia, como sempre teve, né?. A maioria dos vereadores, como Marcos Rodrigues, era uma pessoa... Marcos Rodrigues sempre foi uma pessoa que, independente de quem está no poder, ele se alia com quem está no poder. Tem o Marcos, é... na época aqui tinha..., deixa eu tentar lembrar aqui... O Álvaro Nogueira um pouco, o Marcos então era demais, tinha o Carreta, essa Câmara era muito ligada a ele. Tinha o Orlando da Moradia, uma pessoa extremamente ligada a ele também.

Na apresentação de prestação de contas do mandato que você fazia na época, você coloca que Vasco Alves era assistencialista e paternalista, a base de apoio dele: um grupo de direita que não respeita a Câmara de Vereadores, a convivência era através da troca de favores.

Era isso mesmo, era isso mesmo, era assim que ele se relacionava com os vereadores. A nossa relação com ele era uma relação de autonomia, sempre foi, com todos os prefeitos, inclusive com Max Filho, na Segunda gestão, que a nossa relação..., nós fazemos parte do governo, no entanto, nosso mandato tem uma relação de autonomia.

Fazendo uma avaliação sobre a sua participação (já faz 10 anos) numa visão retrospectiva, como você pode qualificar, naquele primeiro mandato, a sua atuação? Você citou aí seu trabalho na comissão de finanças, em que área você mais atuou nesse período? Como você avalia seu trabalho?

Eu avalio meu primeiro mandato assim..., por ser para mim minha primeira experiência no legislativo, eu avalio assim, como um mandato que foi muito rico nesse sentido sim, porque nós produzimos a comissão de finanças e nossa comissão de finanças era a única que funcionava de acordo com o regimento da Câmara, com reuniões semanais, com uma pauta definida, com distribuição de projetos para serem analisados pelos vereadores da comissão. Nas reuniões, além dos vereadores, participavam os assessores dos vereadores, a gente fazia rápidas reuniões, com livros de presença nas reuniões. Então gente conseguiu impor uma dinâmica de trabalho que nenhuma comissão conseguiu na época, em nome do povo. A gente levou bem a sério o que diz o regimento interno. Além disso, nós tivemos atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou essa questão da saúde, a gente ouviu diversas pessoas, construímos um relatório bastante fundamentado. Assim não foi uma comissão que ‘terminou em pizza’, porque a gente fez o nosso trabalho, concluímos o nosso trabalho, apresentamos o relatório para os vereadores e encaminhamos o relatório para o Ministério Público e para as autoridades competentes. Também no primeiro mandato nós conseguimos reduzir o salário dos deputados estaduais, nós fomos a Brasília, entramos com uma ação em Brasília, que na época teve uma repercussão extremamente importante em Brasília, eu e Domingos demos entrevista para a rádio Tupi e vários canais de comunicação em nível nacional, lá na Câmara de Brasília então a gente conseguiu..., ali a nossa foi uma ação que...

A consequência disso foi o projeto de lei que dava mais poder ao presidente da Câmara? E retirava um pouquinho o poder do Domingos Taufner, o então primeiro secretário?

Com certeza deve ter sido porque o Hércules acabou se atropelando muito mais, e aí se alterou o regimento interno, fortalecendo o papel do presidente. O Domingos, no segundo período, não tinha nem mais porque ficar na mesa porque não tinha mais né??? ... o papel ficou bastante reduzido, enfim, o salário dos deputados acabou ficando reduzido em função dessa ação que nós entramos em Brasília

Que ponto forte você vê no mandato e os pontos fracos? Assim... que você que poderia ter melhorado?

Eu acho que a gente conseguiu no mandato, assim...por que nós procuramos exercer o mandato segundo critérios: a relação com a Câmara, a relação com o partido e a relação com os movimentos sociais. No primeiro mandato eu fazia parte da executiva do PT, né???...então assim..., tanto eu como o Domingos, e de toda a minha história posterior, foi sempre de estar na direção do partido, e mantendo a direção do partido sempre informada de todas as ações na Câmara dos Vereadores. A gente sempre refletia na direção do partido a nossa atuação

parlamentar, as dificuldades no Parlamento, a nossa relação com o prefeito, a na nossa relação com os demais vereadores, a eleição da mesa da Câmara, a gente sempre discutiu com o partido, a gente nunca fez nada sem estar avaliando e ouvindo a opinião do partido, então eu considero assim...o ponto alto do mandato foi a relação muito estreita com o partido, é... e também com a direção estadual, né??? Porque a gente também tem uma articulação em nível estadual. É a nossa relação com os movimentos sociais, né??? Eu sempre procurei estar presente nas atividades do Conselho Comunitário de Vila Velha, fazia parte também do Conselho da Criança e do Adolescente, representando a Câmara, e a gente procurou sempre estar presente nas principais atividades do município e fora do município, né???...congressos, conferências, então eu sempre procurei representar a Câmara nessas atividades. Então, acho que é isso, o parlamentar tem que estar inserido nos movimentos sociais, né???... sem tirar a autonomia dele, mas você cumprindo com o seu papel como parlamentar, mantendo os movimentos sociais informados, eu acho que esse é o papel da gente, de estar repassando as informações, estar munindo as lideranças comunitárias de informações que muitas vezes não chegam até elas, e que chegam pra gente. Então assim...eu acho que eu consegui fazer isso, né???...e a relação com a Câmara, eu acho que..., sempre é uma relação muito desgastante, quando você tá num grupo em que politicamente a maioria é diferente, cada um com seu ponto de vista e cada um com suas....com suas....vamos dizer assim...com seu próprio projeto, né???.... então é sempre uma relação conflituosa. Mas eu acho que o primeiro mandato, eu digo que ele foi de uma qualidade melhor do que o segundo mandato. Qual é o diferencial? No primeiro mandato nós fomos vereadores de oposição, então sendo vereador de oposição é mais fácil você exercer o mandato, o vereador da situação é sempre mais conflituoso, e é mais difícil. A gente pode ver como exemplo hoje no Congresso Nacional, né???...com é que os nossos deputados ficam em determinados momentos, né???...deputados da base governista, né???....

Passando um pouquinho pra atuação mais na educação, que projetos, assim... de outros vereadores - eu citei aqui o professor Edmar, que é um professor, mas eu acho que deve ter outros vereadores - como vocês se posicionaram em relação a esses projetos na educação, você se lembra?

Eu não me lembro assim de exemplos, mas no geral eu poderia te dizer o seguinte: nós sempre tivemos uma relação muito honesta com os vereadores nesse sentido, se eles apresentavam algum projeto de lei que a gente percebia que era importante, a gente sempre apoiava. Não é porque o vereador era - politicamente, né - diferente da gente, de uma posição diferenciada...mas se ele apresentasse um projeto que trazia algo de novo para a comunidade, pra sociedade e para o município, a gente sempre apoiou. É claro que a gente sempre teve também a preocupação de melhorar a qualidade do projeto, e a gente, sempre ao apresentar uma emenda, a gente sempre discutia primeiro com o vereador....Olha, seu projeto tá muito legal, mas nesse ponto ele pode ser um pouco melhorado, nós estamos apresentando essa emenda, gostaríamos que você concordasse com a nossa proposta. Agora, havia momentos que a gente não conseguia fazer esse tipo de conversa, esse tipo de acordo. A gente ia pra tribuna da Câmara, apresentava as propostas de alteração do projeto e dizia porque que a gente achava que devia ser diferente, né???...Teve momentos, por exemplo, no primeiro mandato, que isso marcou, não sei se caberia estar citando aqui, mas por exemplo: tinha determinado vereador que é o Astino. Foi logo no início, logo nos três primeiros meses de mandato, ele apresentou um projeto de lei completamente inconstitucional que ele garantia.....era inconstitucional porque não se pode apresentar projeto que gere despesa para o município. Essa era a primeira inconstitucionalidade dele. Outra

inconstitucionalidade que era um projeto que era destinado a uma região do município. Você não pode apresentar um projeto lei pra beneficiar apenas uma região. Ou ele beneficia o município inteiro ou não se pode apresentar. Aí apresentou um projeto criando uma usina de asfalto, que essa usina de asfalto era pra favorecer apenas uma região. Nós questionamos, à princípio a gente foi contra pra não criar nenhuma polêmica com ele, fizemos uma emenda ampliando o projeto para o município todo, mesmo sendo inconstitucional, mesmo conhecendo a inconstitucionalidade dele, a gente tentou, pra não criar muita polêmica com ele, tentou ajustar o projeto. A nossa emenda acabou passando...me parece que passou..., Ah... não me lembro, acho que foi rejeitado, mas de qualquer maneira, o vereador acabou transformando isso numa questão extremamente pessoal e aí a relação política ficou extremamente difícil por um bom período, né???...então nem sempre era possível construir com os vereadores um diálogo saudável no sentido de garantir o convencimento tanto da parte deles quanto da nossa parte.....

E os projetos de educação apresentados pelo partido? Numa relação que eu tenho, muitos dos projetos apresentados estão ligados ao currículo, né???... Educação no Trânsito,... Agora projetos sobre conselho, eleição, analfabetismo, eu vejo mais nas legislaturas dos professores, no caso o João Pedro e do Helder, e eu não vejo esse tipo de projeto em Vila Velha. Você poderia fazer algum comentário?

Talvez faltou da gente ter isso como um foco, porque realmente não era o foco nosso a questão da educação, né???... Talvez ficasse mas por conta de outros vereadores que tivessem uma relação mais próxima da educação, e também talvez teria faltado por parte da categoria, né???... por parte dos professores também estarem apresentando as suas reivindicações. Então a gente apresentou, pelo que eu me lembro, poucos projetos nessa área.

Muitos projetos, eles são oriundos do executivo, né???...na verdade o executivo é um grande legislador...e até pude fazer uma avaliação num projeto apresentado para contratação de pessoal na área educação. No mesmo projeto, para o regime de urgência, a bancada vota contra, mas vota a favor da matéria, né???...eu não consigo ver sentido nessa questão...

Porque votava contra o regime de urgência e a favor da matéria? Porque a matéria em si ela é importante. Mas muitas vezes o que acontecia...O que acontece no momento na Câmara dos Vereadores? Acontece aqui hoje em Vitória, acontece em todo lugar. Mas às vezes há um abuso por parte do executivo em determinadas matérias. Por que? O regimento interno, né???... da Câmara de Vereadores, fala que uma matéria pode ser votada em regime de urgência quando realmente for urgência de fato, né???... , ou por calamidade pública ou numa situação que realmente caracterize uma emergência, uma situação emergencial...Muitas vezes, a prefeitura encaminhava determinadas matérias pra Câmara realmente de valor importante, mas que não era naquele momento emergencial e merecia talvez uma discussão maior, merecia um debate maior..., então se votava contra o regime de urgência justamente pra gente poder ter tempo de debater, de conhecer o conteúdo. Tinha vezes que matéria foi dada num período e só era votada na seção seguinte, pra que a gente pudesse fazer uma discussão mais aprofundada da matéria, mas a matéria em si era importante e a gente votava a favor sim...porque se a gente fizesse uma discussão a gente poderia melhorar aquele projeto de lei, entendeu? Ter condições de estar aperfeiçoando, entendeu?...Lamentavelmente a gente votava a favor mas perdia a possibilidade de estar qualificando melhor o projeto, porque nem sempre você consegue numa seção fazer todas as emendas que você acha necessário serem feitas.

Num desses projetos, o Domingos coloca uma ementa que esses cargos seriam providos por concurso público. É a cara do partido, né???. A exigência, naquela época, da ética....de ter o concurso público como via de acesso ao serviço público. Eu achei interessante aquela emenda.....

Indo mas um pouquinho pra ação fiscalizadora da bancada, em 96 fizeram uma denúncia bem ligada à educação, que foi a não aplicação dos valores mínimos da Constituição de 25% e da Lei Orgânica de 35%. Qual foi a repercussão dessas denúncias??? Em que contribuíram essas denúncias pra bancada, para conhecer a realidade do município???

Quais as repercussões dessas denúncias? Se trouxe algum resultado positivo? Na verdade a gente sempre procurava tornar público o que acontecia na Câmara de Vereadores. Agora retorno depois de mudanças...por exemplo: a gente sempre fez as denúncias pro Ministério Público, pro Tribunal de Contas da União. Na verdade, quando você encaminha pro Tribunal de Contas, você não tem uma resposta de imediato. O Tribunal de Contas ele vai...quando ele vai analisar as contas do prefeito é que ele vai, entendeu?,... analisar aquela sua denúncia. Então a gente nunca recebeu de imediato retorno das denúncias que a gente encaminhou. Então esse trabalho de fiscalização dos vereadores...você não tem um retorno imediato. A imprensa muitas vezes ela se apropria também dessas informações, dessas denúncias, porque a imprensa ela tem uma forma de trabalhar, por que ela trabalha apenas com....quando você tem uma grande denúncia ela dá um grande valor àquela denúncia, mas quando você tem uma ação mais positiva ela não dá uma mínima atenção, né???, então, assim...pra imprensa você encaminha, você tem repercussão, mas eu digo assim, o retorno em termos de mudança do comportamento de vereadores, de mudança de comportamento do executivo...realmente eu pelo menos não percebi isso em função das nossas denúncias, mas nem por isso você tem que deixar de fazer o seu papel de fiscalizador...

E isso melhorou a relação com o movimento social, principalmente, com o movimento da educação?

Eu sempre tive uma relação muito positiva com a educação em Vila Velha. Nunca tivemos problema não. A relação se fortalecia. Eu penso....., pelo menos assim...a educação naquele momento, naquele período eles tinham a nossa bancada como referência, a gente recebia sempre muita visita de professores no nosso gabinete, pra colocar as questões, as preocupações.

O livro *O que é vereador?* É base da nossa pesquisa. O autor foi vereador do PT. E ele fala ...muitas vezes o eleitor, ele quer do vereador o papel fiscalizador, ele gosta, ele quer na verdade aquela questão do vereador obreiro (aquele que faz obras), mas ele quer também o vereador fiscalizador, então talvez essa ação mais incisiva do PT como fiscalizador não tem relação com essa demanda social,... de fiscalização...até a imprensa da época dá voz a essa fiscalização. Quando o Chico coloca isso, eu vi muito a cara do partido, né???.E quando o partido faz a fiscalização ele é bem aceito, ele consegue matéria no jornal. Num período, né...você já citou aqui várias vezes, você foi presidente da comissão da saúde e o Domingos da FUNEVE, e o partido era minoria....Então eu pergunto: como se deu esse processo de escolha,... das presidências, se o PT era minoria?

É porque o regimento ele prevê na formação das comissões que as bancadas sejam representadas. Então o Domingos foi presidente da comissão da FUNEVE no período de 89 a 90.

Não, no mesmo período.

No mesmo período?

Foram duas comissões que saíram no mesmo período, entre 93 e 94. A da FUNEVE de 19/01/93 e a da saúde de 24/02/93. Foi habilidade de vocês?

Nem me lembro, foi tanta coisa. Porque na verdade o regimento ele prevê... ele previa, pelo menos, que essas comissões fossem compostas por representantes de bancadas e a nossa bancada teve assento nas duas comissões. Porque também tem que seguir o regimento, entendeu? No de 93 a 96 nós tínhamos, do PT, dois vereadores, do PMDB tínhamos três vereadores, do PSDB tinha uma bancada um pouquinho maior. Então, assim, era uma composição por...por...eram cinco membros pra comissão e aí era representação por bancada.

O presidente saía desses cinco?

Saía desses cinco. Na verdade, , pelo que eu me lembro, logo nos dois primeiros anos, os vereadores eles não conheciam as medidas ainda, entendeu? Então era mais fácil de conseguir as coisas. Assim, tipo assim...pra você conseguir a presidência de uma comissão, não tinha havido entre nós os atritos como aconteceu até o final do mandato,..... não tinha grandes problemas no primeiro momento, os problemas eles foram aparecendo durante o mandato em função das nossas posições.

(.....) Por que você consegue externar isso também, que o PT prioriza a função fiscalizadora, né???? A gente vê muito isso.

Em Cariacica, por exemplo, hoje você pode perceber uma bancada que realmente se manifesta muito, né??? Especialista em todos os mandatos, quase todos , não todos, né? Não é geral.

Por que isso, né? Não é geral, mas a maioria dos...

Ah, porque o papel do vereador é esse mesmo... essa é a função do vereador, é de legislar e de fiscalizar..., não é de ficar fazendo populismo, obra aqui, promessa de obra aqui, promessa disso,... O papel do vereador é isso, então nós do PT... Pelo menos uma boa parte dos parlamentares do PT, não podemos dizer que isso não aconteça, porque você vê muitos vereadores que têm uma postura diferenciada. Você não consegue saber qual é a diferença desse vereador para os vereadores da direita.

da situação

Não, da situação não. Da direita mesmo. Mas os vereadores do PT... para isso está na ata, né??? Porque esse é realmente o papel dos vereadores. É de fiscalizar e de legislar, e dentro dos critérios, atuação na Câmara, atuação no partido e atuação nos movimentos sociais.

Uma coisa que eu percebo é que, não só nesse trabalho que eu estou realizando, mas os vereadores da oposição, eles são destinados a fazer oposição e a fiscalizar o governo. Os

vereadores da situação eles são quase que destinados a fazer vista grossa. Tem um pouco essa relação. O vereador da situação ele não fiscaliza o prefeito, pelo menos ele deveria fiscalizar , né??? Não é porque ele apoia o prefeito que ele não vai fiscalizar. (...) ele está destinado à oposição...

No primeiro mandato nosso, entre 93 e 96, que é o período que você está trabalhando, está estudando, nós fomos vereadores da oposição né??? E aí a gente fez muito serviço de informação. Mas a minha experiência, mesmo no mandato da situação, eu nunca deixei de fazer meu serviço de informação, com certeza, entendeu? Mas aí se tivesse que encontrar alguma coisa que não estivesse de acordo, você iria naqueles diversos momentos resolver a questão na medida do possível, mas quando você não encontra, quando você não importa mais, você fiscaliza do mesmo jeito, mas você não vai denunciar uma coisa que não existe, entendeu?

Você está falando do Max Filho. Mas mesmo na situação, o PT era um pouco oposição a Max Filho...

Não era tudo que chegava na Câmara que a gente aprovava de olhos fechados, não. Quantas vezes que eu me impus, tive que bater de frente com o representante do prefeito na Câmara... Que em nome do executivo vinha exigir que a gente se posicionasse a favor de determinado projeto. Eu posso até votar a favor, posso não ter nada contra, mas você não tem o direito de chegar aqui e me exigir, isso não. Eu tenho minha autonomia para decidir. Então, assim, a gente fez muito serviço de informação mesmo na administração de Max Filho Agora, é uma relação muito difícil, né???

Hoje a gente tem uma oportunidade de ver como a direita é na oposição, ao governo Lula por exemplo, ao governo Coser aqui em Vitória....Você vê semelhança entre a oposição que o partido fazia, semelhança com o que o PT faz hoje... que diferença você vê?

Eu penso o seguinte: os vereadores da direita, eles tem uma relação com o o executivo, sempre uma relação de troca de favores, quando eles não conseguem o que querem eles fazem a oposição, que não é uma oposição qualificada, não é uma oposição no sentido de debater na política aquilo que eles não concordam. Uma postura errada, equivocada..., não digo que são todos, tem parlamentares da direita que têm uma postura coerente com a sua posição de direita, você entendeu? Não é porque ele é de direita que ele tem uma postura sempre ruim, não. Como direita deve ter pensamento com a cara da direita e ter e uma relação como direita. Eu, por exemplo, vou te citar um exemplo: uma pessoa com quem eu me relacionava, e na relação pessoal não tinha nenhum problema, embora tivéssemos na política grandes diferenças, era o Lorenzutti, vereador do PFL. Era uma cara do PFL, da direita, mas ele era coerente com o pensamento de direita, por isso era mais fácil a gente se relacionar com ele, por que você sabia o que ele pensava, diferentemente de um Ivan Carlini, de um Jonimar, diferentemente de um Diogo, inclusive. O Diogo ele ia pra Tribuna, criticava o Vasco, o Vasco chamava ele, dava um arrocho nele, ele ia pra tribuna e tentava desfazer tudo aquilo que ele tinha dito. Então era uma pessoa que não tinha posição, entendeu? Então assim...eu até respeito os caras da direita, desde que eles sejam coerentes com seu pensamento, com seu projeto. Você sabe até onde você pode ir, você sabe até que ponto você pode contar ou não com aquela pessoa. Agora, é difícil você se relacionar com pessoas que não têm posição política, entendeu? Hora está aqui, outra hora está ali, de acordo com as conveniências. Por exemplo: se ele faz uma pressão pelo executivo e o

executivo promete alguma coisa pra ele, na seção seguinte ele já mudou de postura, já mudou de comportamento, já mudou de fala. Então você percebe as incoerências, é horrível lidar com pessoas assim, né???... não têm uma posição definida, hora está de um jeito, hora está de outro, né??? Hoje ele está de uma forma, amanhã ele já está de outra. Então é difícil de relacionar com esse tipo de parlamentar. E no geral, a maioria, infelizmente, é assim, as pessoas não têm uma posição política definida.

Você qualifica a oposição do PT como um contra-poder responsável, na oposição?

Eu não sei se seria uma contra-poder, mas eu acho que a oposição ela tem que ser responsável, ela tem que ser coerente, ela tem que ser com o pé no chão, não pode ser uma oposição pela oposição, só porque é um partido diferente ou por que foi eleito em siglas diferentes. Você tem que fazer uma oposição responsável, com o pé no chão.

Você lembra agora qual seu relacionamento com os movimentos sociais? Você se lembra os movimentos com os quais você mais se relacionou, mais se envolveu?

Naquele período? Naquele foi muito mais o pessoal do conselho comunitário de Vila Velha, porque na época estavam na direção pessoas do nosso relacionamento político inclusive, pessoas que tinham um compromisso grande com a luta popular, e eu me lembro, e o pessoal da área do Conselho da Criança e do Adolescente. Eu fui do conselho nos quatro anos de mandato e representei a Câmara no Conselho da Criança e do Adolescente, e eu me lembro que eu me relacionei muito. O Conselho Comunitário, eu ia nas reuniões dos conselhos representantes, acompanhava as discussões que as lideranças comunitárias faziam, né??? E o Conselho da Criança e do Adolescente, que eram as duas áreas que eu priorizava um pouco.

Você até coloca no editorial do jornal, justamente essa questão do critério, e uma outra fala que mostra a relação do partido, por isso sempre discutimos os nossos projetos com o consenso parlamentar, isso aconteceu permanentemente no mandato, quando vocês tinham um projeto, vocês sentavam com os movimentos organizados, com os professores, com o equipe da moradia, da saúde, a equipe dos direitos humanos,...?

Olha só, nem sempre a gente discutia todos os projetos de iniciativa nossa. A gente apresentava o projeto, muitas vezes no decorrer da tramitação dele, a gente fazia a discussão..., porque tem coisas que se você for discutir primeiro para depois apresentar você perde a possibilidade, né??? Aconteceu isso, muitas vezes você vai começar a discutir, outro vereador pega a sua idéia como de autoria dele e apresenta. Então, assim, a gente apresentava o projeto, fazia a discussão posteriormente para depois estar melhorando o projeto de lei, a gente mesmo apresentava as nossas ementas para estar melhorando o projeto de lei. Então na medida do possível a gente fazia a discussão com os movimentos sociais, mas nem sempre a gente discutia só os projetos de iniciativa nossa, na maioria das vezes projetos de iniciativa de outros vereadores, quando eram projetos polêmicos, por exemplo quando eram relacionados à questão da criança e do adolescente, a gente levava para o Conselho da Criança e do Adolescente, informava o conselho: “oh, tá tramitando na Câmara essa matéria que trata desse assunto”, e aí o próprio conselho, muitas vezes ele mesmo se posicionava junto ao vereador autor da matéria, entendeu? Por

exemplo, eu como comissão de finanças, muitas vezes a gente desiste de aprovar o projeto, dizendo o seguinte: “olha esse projeto precisa primeiro ter uma opinião, ter um parecer do conselho de assistência, do conselho da criança”. Então a gente sempre encaminhava dessa forma. Para que o conselho pudesse estar se posicionando. Então eram matérias muitas vezes polêmicas, e para a gente também não ficar sempre batendo de frente com os vereadores, porque senão fica uma relação insustentável, o que a gente colocava: “olha é importante o conselho se posicionar”. Aí, quer dizer, a gente articulava o conselho: “olha o conselho tem que...”, né???, apresentava a matéria para o conselho, o conselho se posicionava e o próprio conselho fazia o embate com o vereador. Embate assim, na maneira de dizer né??? Ele discutia com os vereadores e dizia: “olha esse projeto de lei aqui vai trazer prejuízo para nós, não vai nos favorecer, porque está contra o Estatuto da Criança e do Adolescente, está contra a nossa política”,...

Existe um representante da Câmara no conselho? Como é que você ficava na Câmara?

Tranqüila, eu sempre fui muito respeitada no conselho. Eu nunca tive problema nessa relação, e aí..., eu sempre, assim, eu sempre me respaldava no possível para fazer minhas intervenções no plenário. Muitas vezes eu ia para a tribuna e me manifestava dizendo o seguinte: “olha vereador, essa questão que nós estamos discutindo eu levei para o conselho, fizemos uma discussão no conselho e a posição do conselho é essa, essa e essa. Nós estamos pensando em apresentar essa emenda”. Em alguns momentos a gente se respaldava dessa forma. Porque eu representava a Câmara no conselho, então eu tinha que dar o retorno, e eu sempre dizia isso: “Eu não estou representando essa Câmara no conselho? Então? Eu estou trazendo o retorno que o conselho está dando em relação a essa matéria”.

Nos jornais, tanto informativos quanto de No jornal impresso, quanto aberto, a Gazeta, a Tribuna,...., eu relatei algumas participações e presenças suas em movimentos. Só alguns exemplos:, apoio ao sindiupes para a política do governo estadual, acompanhamento da discussão do acordo coletivo dos professores municipais, apoio aos serventes,... Então muita presença no movimento social da educação. Em que esse relacionamento contribuiu para a composição de projetos?

Olha só, na verdade a gente não conseguiu transformar essa luta, vamos dizer assim, esse acompanhamento, em projeto de lei. Mas, por outro lado, a gente transformou esse acompanhamento nosso em debate na Câmara de Vereadores. Então, toda atividade nossa externa, dependendo da atividade, se é um congresso, se é uma manifestação, se é uma ação pública, uma reivindicação, a gente trazia para plenário. Na hora das discussões em plenário, então, a gente mantinha a Câmara informada das ações.... dos acontecimentos dos movimentos sociais....Porque eu acho que nem tudo você consegue transformar em projeto de lei. Você tem tantos projetos de lei, entendeu? E muitas vezes não depende de um projeto de lei para solucionar aquela situação. Muitas vezes é uma outra de ação mais política, de intervenção que resolve a situação.

Só uma questão, , eu acho que a educação, é claro que muita coisa a gente precisa avançar, mas eu acho que em termos de iniciativa eu acho que nós avançamos muito nos últimos anos em todos os níveis, e em nível federal também. Eu acho que...Muitas vezes não é só pela criação do projeto de lei que a gente vai conseguir melhorar as coisas, é fazer com que as leis já existentes sejam implementadas, entendeu? Você tem o Fundef....você tem um montão de coisa.....

Mas na época não havia, as coisas começaram a melhorar de 96 em diante, com a lei orgânica, com a lei do Fundef, mas antes muitas das ações estavam ligadas ao município não tinha esse trabalho do governo federal.

A gente avançou depois, é isso que eu quero dizer. As iniciativas, muito mais elas vieram de forma mais ampla com rebatimento no município.

Indo pro terceiro ponto sobre a relação com o partido, né???... a pergunta bem clássica para o PT: qual a relação que você vê entre o mandato, o vereador e o partido? Que tipo de relação você teve com o partido.....?

É uma relação extremamente dentro do partido, né???...eu fiz parte da direção do PT o tempo todo que eu fui vereadora, eu era da direção porque o parlamentar ele tem...a bancada pensa na direção do partido, então como eu era...como eu era...líder de bancada, eu sempre tive assento na executiva do PT, né???...Num período o Domingos era presidente (vereador e presidente do partido) e eu era como líder de bancada. Nós dois éramos da executiva do PT.

O mandato é do partido então, pra você?

Claro... com certeza. Eu acho que toda pessoa...inclusive eu quero até fazer essa colocação aqui...toda pessoa que no exercício do mandato mudar de partido, ela tem que entregar o mandato pro partido....o mandato é do partido. Se eu estou no PT e saio do PT, eu perco o mandato, o mandato pertence ao partido. Eu não me elegi só com meus votos, ninguém se elege só com seus próprios votos. Eu acho que a gente deve ter muita clareza disso, e infelizmente muitos parlamentares nossos não têm essa visão. Eu penso assim.

Então nessa relação com o partido, como foi o estudo, o debate dentro do PT pra apresentação de projeto, vamos colocar, encontros do diretório, reunião do diretório, da executiva - acontecia esse debate propositivo: “o projeto não está bom, vamos modificar”

Não se chegava a esses detalhes, , da discussão de projeto, a gente discutia política de um modo geral no município. Na verdade a contribuição do partido com relação à elaboração de projetos ela praticamente foi... muito pequena, enquanto partido, enquanto direção, no sentido de apresentar sugestão de proposição de projeto de lei. Mas o debate da política, da...nossa relação da Câmara, da Câmara com a prefeitura, isso a gente sempre fez.

Até relacionado com isso, eu tive acesso a um documento da executiva, que foi elaborado pro encontro de 93, que eu acho que representa muito como eram essas reuniões, né???.... Pontos programáticos: a ação parlamentar mais conjunta, fortalecimento da estrutura partidária, construir a oposição a vasco, apoio a ação do conselho comunitário, organização do partido nos movimentos sociais, preparo do partido para as eleições de 94/96. muitas de nossas reuniões estão ligadas à política de alianças, a relação com o prefeito, a relação com os outros partidos. Mas com relação às políticas públicas a gente falha um pouco nas nossas reuniões....

Muito....a gente não discute políticas públicas, . Na verdade, olha só, essa é a minha leitura de que, pelo menos é a minha experiência daquele período, naquele momento, a relação com o partido foi muito mais de bancada para partido do que de partido para bancada, entendeu? Enquanto um conjunto. Porque nós falamos também de direção, porque a gente fazia parte da direção, mas assim... essa relação do partido se preocupar com o mandato, ela precisa ser fortalecida, né???...de acompanhar mais de perto. Naquele momento e gente tinha uma relação muito próxima, mas eu acho que isso não é tudo que acontece, né???...

Eu vejo que se a gente não tem uma política elaborada, fica difícil os nossos vereadores, deputados, prefeitos, terem uma atuação com a cara realmente do partido, porque ele vai se embasar onde? A gente não tem, municipalmente – e isso não é só em Vila Velha - uma sistematização das políticas públicas da saúde, da educação. Então um secretário nosso, por exemplo, faz a sua política depois que ele é indicado quando na verdade ele deveria ir....

Levando um programa do partido.

Até o Perly Cipriano, né???... em 91, num encontro municipal, ele coloca assim: “nós temos que elaborar política para pensar. Qual política elaboramos? O partido ainda não conseguiu elaborar a tal política. O partido precisa elaborar tal política”. E aí uma outra pessoa, que eu não consigo identificar, diz assim: “Como na campanha o PT colocava que tinha política se agora, no governo Vitor, a gente fala que não tem política?” É muito representativo dessa fragilidade do partido com relação às políticas públicas...

Mas isso é real, , eu acho, a gente discute muitas questões....o partido está....a gente até fez essa reflexão essa semana numa reunião que eu fui, onde a gente estava discutindo os grandes projetos aqui do Estado do Espírito Santo, e foi uma reunião extremamente positiva e a gente fazia essa avaliação. O partido precisa manter essa dinâmica de discutir as políticas de um modo geral. Na verdade a gente se reúne muito mais no período de eleição, pra discutir proposta eleitoral, como a gente se organiza no processo eleitoral...e não tem uma dinâmica mais constante de discussão. Eu, assim, só um parêntese aqui: eu acho, , que a gente tá vivendo um momento muito rico no sentido de retomar essa postura do partido em nível geral, nacional e local, pelo que eu tenho percebido nesses últimos ...nesse período pós as eleições agora, né???...de outubro pra cá eu vim de uma reunião em nível nacional, eu já percebo isso, as pessoas muito mais, né???... com essa reflexão. Eu acho que no próximo ano nós vamos avançar mais.

Talvez seja o ineditismo do PT como governo no parâmetro nacional. O PT, a não ser em alguns municípios e alguns estados, o PT não era governo. Então, quando vem necessidade de ser governo, e aí tem que preparar política pública, aí eu acho que tem muito a ver com essa coisa de política positiva, vamos colocar assim. Mas como na época não tinha, quem foi consultado ou procurado pra apresentar um projeto referente a um assunto que você não tinha tanto domínio?

Olha só, a gente fazia discussões de bancada, a gente muitas vezes nas reuniões dos vereadores que eram convocados pela direção estadual, a gente tinha momentos de formação e nesses momentos de formação aconteciam algumas idéias de projetos de lei, em alguns momentos acontecia isso, por exemplo: tinha um projeto lei, nós apresentamos, agora não me lembro se foi nessa época... ah não, foi agora, foi mais recente: o dia 10 de junho, dedicado à educação para o

trânsito, essa idéia foi uma idéia que brotou de reuniões nossas de vereadores, em função do que ocorreu com o Otaviano e com o Zé Carlos, que foi no mesmo dia, no mesmo mês, embora em anos diferentes. Então, a gente definiu o dia 10 de junho e Vila Velha depois que a gente apresentou o projeto, Vila Velha, eu me lembro, que por 2 anos seguintes fez atividades nesse dia. E eu fui convidada para poder acompanhar as atividades nas escolas de educação para o trânsito. Parece uma coisa simples, mas elas tinham uma repercussão muito legal na formação da criança que estava na escola, para que elas pudessem ter uma convivência melhor com o trânsito.

Como pedestres e futuros motoristas, né???

Mas assim, só um parêntese, a gente não tinha muito tempo para fazer, assim... a gente não tinha, mas não tinha isso como uma prioridade, vamos dizer uma estratégia, né???... totalmente de fazer essas discussões para que essas discussões virassem um projeto de lei, não me lembro do exemplo aqui para te citar, em alguns momentos sim, mas a maioria das vezes esses projetos vinham da assessoria da gente e a gente apresentava.

Porque se você for reparar hoje, a minha ação dentro do diretório é muito tentando colocar essa questão das políticas públicas. Então, cabe ao partido construir base social e teórica para a sua atuação. É importante a gente começar a pensar nisso. Você colocou essa questão da assessoria. Eu gostaria que você falasse um pouco qual é a função da assessoria parlamentar, como foi a atuação da Ana Maria.

Na verdade, nesse período aqui de 93 a 96, eu e o Domingos construímos uma assessoria que a gente chamava de assessoria da bancada. Na verdade, então, nós aproveitamos os poucos cargos que nós dois tínhamos e a gente definiu um perfil para esses cargos. Então, por exemplo, a Ana Maria, ela não era uma pessoa que assessorava só a mim, ela era contratada para assessorar nós dois, nós tínhamos a Dulce que era assessora de bancada, então a Dulce assessorava nós dois, embora tivesse alguém que era mais próxima de mim e de Domingos, tinha o Rafael, por exemplo, que era mais próximo a ele. E o Domingos tinha sua especificidade de mandato e eu tinha também minha especificidade, a gente se somava, mas a gente tinha também uma atuação mais específica né???. Por exemplo, eu tinha uma relação muito mais próxima com o movimento popular, o Domingos já não tinha essa relação tão próxima assim. Então, assim, nós tínhamos necessidades especiais, então nós escolhemos pessoas que tivessem perfis que pudessem nos atender, mas também a gente fazia sempre reuniões em conjunto. Nós nunca deixamos de fazer as reuniões de bancada.

Existia uma espécie de um fórum da bancada?

Nós fazemos vários momentos de prestação de contas de nosso trabalho. Tem vídeo construído

Em algum momento você teve acesso à política nacional de educação do PT? Porque o PT realizou dois encontros nesse período...

Não, nós não tivemos nesses encontros, não...

E aí foi criado o CAED, a Comissão de Assuntos Educacionais do PT, de onde foram tirados muitos pontos, que hoje são aplicados, daquela época propostas do partido, então é muito interessante... E eu só vi esse acesso com o João Pedro. Questões como gestão democrática, municipalização,...

Era a área dele e não era a nossa área

A pergunta é: como é a aplicação desse discurso nacional no município, mesmo de quem não teve acesso?

Pois é, na verdade a educação não foi uma temática que a gente priorizou, a gente teve uma relação com o pessoal da educação, mas não foi uma temática que a gente priorizou. Você sabe o que é, , um mandato, ele acaba sendo muito amplo. Você precisa ter foco. Se você não tiver foco, você se perde e nem sempre você pode ter domínio de tudo. Nem sempre você consegue uma assessoria que dê sustentação para tudo. Nós tínhamos pouquíssimos cargos de assessoria para dar suporte. Então, assim... educação não era um tema da nossa prioridade, na verdade eu priorizei a área da criança e do adolescente....

Mulher, também...

Mulher mais no segundo mandato...no primeiro mandato foi criança e adolescente, a questão ambiental. A gente sempre teve um pezinho em cada um desses lugares, mas o que eu priorizei mesmo foi a questão da criança e do adolescente.

Você pensa que o partido tem um projeto de políticas públicas elaborado pro município?

O partido tem propostas pro município, as propostas nós já construímos. Já fomos candidatos a governo no município. Nós já construímos, o próprio programa hoje que Max Filho está executando em Vila Velha, eu digo que 60% é fruto de nossa intervenção, propostas nossas que estão lá. Eu, Magno e outras pessoas nossas do PT, tivemos que construir. Tem que construir propostas pro município. Talvez elas não sejam tão sistematizadas, mas o programa hoje de governo, pelo menos do primeiro mandato do Max, ele foi todo construído. Quem de fato escreveu ele todo foi o Magno, o corpo final dele. Claro que teve a contribuição de pessoas de outros partidos, por exemplo na área de assistência eu ajudei, coloquei várias propostas lá....

Você tem alguma sugestão pra projeto político mais ligado à Educação que o PT poderia estar trabalhando mais firme hoje?

Eu não sei como está essa discussão hoje, , eu não tenho acompanhado a discussão da educação, mas assim...o PT sempre defendeu eleição direta para diretor de escola, que eu acho também que tem problemas. Por exemplo: nós fizemos eleição de diretores de escola aqui em Vitória. É 100% perfeito? Não é... tem problema também, então tem algumas coisas que estão dentro das nossas políticas que também têm problemas (precisa debater isso...) E, assim...o desafio agora é a aprovação do Fundeb, né???

Eu não consegui encontrar, no período, nenhum encontro municipal dos professores petistas, nem uma setorial...

Os professores do PT de Vila Velha não eram organizados...

O professor petista tem uma atuação muito boa no sindicato, mas enquanto grupo, ele não leva essa atuação pro partido...

É verdade... Na verdade, a Kátia sempre foi uma ponte nossa do mandato com a categoria, mas na época ela tava no Simpro, e através do Simpro ela tinha uma relação com os professores e a gente tinha uma relação com ela, com esses professores através dela. A Marlene, por exemplo, ela priorizava o movimento popular, ela foi do Conselho Comunitário de Vila Velha, foi coordenadora geral do Conselho. Então nunca teve...acho que não tem hoje aqui no Estado um grupo. Você tem as pessoas que estão no sindicato, mas você não tem uma setorial da educação, por exemplo...

É aí que eu defendo muito a criação das setoriais (setoriais das setoriais), setoriais das políticas públicas. Hoje você tem setorial por categorias: pra juventude, do sindicato, agrário. Você não tem as setoriais de saúde, a setorial da educação, e assim por diante...Mas, é... numa dessas setoriais, por exemplo, a Terezinha Cravo, a Marlene e outros professores foram no encontro nacional, mas elas não reproduziram isso no município...não teve o...Quando a gente vai ao encontro como representação, a gente tem o que? A necessidade, a obrigação de reproduzir isso para os nossos companheiros. E isso não aconteceu, não sei se por dificuldade, ou por.... Não tem...não teve momento propício pra apresentar o documento final do encontro para os vereadores, pra direção partidária. Isso seria uma forma de subsidiar o trabalho do parlamentar...

Com certeza....Eu acho que você levanta uma questão, , que eu acho extremamente interessante. Porque na verdade nós temos pessoas do PT em várias frentes, nós temos muitas frentes de trabalho. E se a gente for olhar, é nosso pessoal do PT que está nos movimentos sociais, são as pessoas com melhor qualificação em termos de intervenção, de propor as idéias. E na verdade o PT acaba não conseguindo trazer para dentro do partido... é o que você falou, subsidiar os parlamentares, né???

Não tem como um parlamentar, no nosso caso aqui, saber de tudo. É impossível! Mas ele deveria ser subsidiado pelo partido. Um projeto que ele não conhece, ou então um projeto de lei lá do qual ele não tem muito conhecimento. Então o partido começa a discutir. Qual a proposta contrária que o partido tinha pra colocar contra o projeto colocado? Então falta essa sistematização, que é muito importante. A prática não existe sem teoria...isso está muito mais claro hoje, está notório, ninguém vive sem teoria, então é importante, é o nosso norte.

Pelo que eu observei, a gente já falou aqui da criança e do adolescente, nos direitos da mulher, na luta pela melhoria da saúde, né???... você trabalhou muito na região da Grande Cobilândia. Em que sua profissão de assistente social contribuiu para essa atuação?

Eu acho que...tem uma coisa no serviço social que nos ajuda com a relação com os movimentos, né???...a relação com a sociedade, eu acho que o nosso papel enquanto assistentes sociais, é claro que não são todos os profissionais que têm esse perfil, mas, assim...eu acho que essa relação que...a formação de assistente social e a minha experiência na militância no movimento popular contribuiu muito no exercício do mandato, porque um mandato que se propõe a ser mais popular, um mandato mais participativo, se ele não tiver uma relação com os movimentos sociais, ele acaba ficando um mandato de gabinete, né???...um mandato burocrático. Então a gente procurou ter uma atuação realmente nos movimentos. E a minha profissão, eu acho que facilitou porque o fato da gente ter priorizado a área da criança de do adolescente, e a gente acaba mesmo focando, porque a profissão da gente nos direciona. Isso ajudou muito, inclusive, na relação com profissionais de outras áreas, né???... nesta questão da temática, então, com os profissionais de serviço social, a questão da linguagem, a questão das idéias, das propostas. Eu penso que o fato da gente ter essa formação contribui sim, mas não é só a formação, eu acho que tem toda uma postura política que favorece, porque só a formação de serviço social, por si só, não responde nessa atuação parlamentar, entendeu?...você também tem que ter uma postura política.

Essa sua ação no movimento e até a como assistente social te possibilitou um conhecimento sobre área de educação com gestão democrática, municipalização do ensino....?

Com certeza...a gente se apropria com mais facilidade dessas temáticas, dessas questões, entendeu? Por que? Na verdade, a gente sempre procurou participar de várias atividades, não só da educação, mas também da questão ambiental. Então, quando vai uma questão como essa pra câmara dos vereadores, você já tem algumas informações, você tem referências de debates de outros momentos, então isso facilita a atuação na câmara.

O vereador, ele tem pouco tempo, na verdade, pra fazer uma leitura de um texto, né???...ele vai apresentar um projeto sobre gestão democrática... seria bom ele ler textos acadêmicos, da sociedade, textos jornalísticos sobre o tema, e eu penso que ele não consegue...

Ele acaba não tendo tempo. Ele acaba muito tarefeiro. Na verdade você acaba sendo meio militante. O vereador militante. Você acaba ficando meio militante e meio militonto, né???..., fazendo um montão de coisas e acaba não se especializando, vamos dizer assim, numa determinada área, por que a gente é muito cobrado, né???..., os vereadores do PT acabam sendo referência para vários segmentos, então você acaba recebendo demanda da cultura, demanda da área da assistência, demanda da saúde, demanda da educação, demanda ambiental,... então, se você não tiver cuidado, você acaba ficando assim, atirando pra todos os lados e não consegue de fato exercer o seu trabalho. É aquilo que você falou; a gente acaba não tendo tempo pra fazer uma leitura de determinados temas que nos ajudam nas discussões.

Eu relacionei aqui todos os projetos relacionados por todos os vereadores, e apenas 5,6% desse total são ligados à educação, tanto do executivo quanto do legislativo. O que você considera responsável por essa pouca atenção em relação à área?

Olha só, , uma questão é que uma boa parte, vamos dizer assim, dos nossos representantes, pelo menos - vamos falar do grupo da época - não tinha preocupação com as políticas públicas. Na verdade, infelizmente, os nossos parlamentares. Eles vão pra câmara com outras intenções, entendeu? Eles não estão preocupados em fazer projetos de lei para beneficiar toda a população,

por isso o nível baixo na apresentação de projetos de lei. Na maioria das vezes, quando apresentam, são projetos inconstitucionais, muito mais no sentido de propor que o executivo faça obras em determinados lugares. Então são matérias que não são reaproveitadas. Então, assim, defino que o baixo nível de projetos de lei na área da educação, o quê? Que os nossos parlamentares não têm preocupação com as políticas públicas no sentido de fazer proposições que venham trazer..., entendeu?...

Você acha que é falta de conhecimento sobre o assunto?

Também...também...Mas não é só, também...porque se a pessoa tem isso como uma prioridade, ela acaba se informando e buscando a informação, se ela não busca, é porque ela não tem prioridade, entendeu?

Interessante que aonde tem um professor petista tem muito projeto da educação. O João Pedro nós temos em torno de

Ó, o João Pedro foi...foi...O Edmar, por exemplo, o Edmar era professor e quantos projetos da educação ele apresentou?

Dois.

Pois é, era professor Edmar. Então ser professor também não era tudo na questão do compromisso mesmo com a temática. O João Pedro era um cara inteiramente comprometido.

E muitos desses projetos que eu relacionei, né...boa parte é oriunda do executivo. Então, o João Pedro tem um pronunciamento e eu estou até querendo publicar o pronunciamento

Ô, , você podia fazer mesmo, heim???...Procura o PT pra conversar sobre isso e eu até te ajudo...

Em um pronunciamento ele coloca assim:“A câmara, muitas vezes, abdicou de sua função principal e reconheceu no executivo toda a prerrogativa de propor leis” Isso também aconteceu aqui em Vila Velha? Essa prerrogativa dada ao prefeito?

Na maioria das vezes aconteceu, acontece, e não é só no município, acontece no Estado e no país. Eu vi recentemente uma entrevista, uma reportagem na Gazeta, onde os parlamentares federais também corroboram essa afirmação. Num balanço feito, é constatado que a maioria das matérias aprovadas pelo Congresso foram matérias vindas do executivo. Então está até se discutindo, entendeu? Hoje está começando haver essa preocupação com a importância do legislativo. Até que ponto o legislativo realmente é...é...é o seu papel é de fato garantido???...

Eu entendo que historicamente... Dessa forma, ele abdicou da questão legislativa pra trabalhar mais na ação fiscalizadora Ele vem abdicando mais pro executivo a proposição de leis, e aí em todos os níveis, no município, Estado e União.

Eu acho que tem um dado, , está abdicando talvez assim... por falta de conhecimento, de informação, do conhecimento do próprio parlamentar...

Você considera que a câmara é um espaço importante de formulação de leis, e aí também o partido??? Essas duas instituições são importantes para a formulação de políticas públicas???

Com certeza...são importantes, só que na verdade, na prática, não tem acontecido isso do jeito que poderia ser, mas são importantes, sim...

Porque por teoria o partido representa uma parte e a câmara representa o todo...

Agora , atualmente, a gente tem que fazer um debate sobre o legislativo, entendeu?, sobre o seu papel. Até quando nós vamos ficar apresentando tantos projetos de lei... lei, lei, lei??? E a execução disso? Entendeu?...Então, assim,...qual o papel de fato do legislativo na atual conjuntura? Porque o Brasil, em termos de lei, já tem muitas leis interessantes, entendeu? Eu não sei, eu acho que a gente precisa aprofundar um pouco mais a questão do papel do legislativo no momento que a gente está vivendo.

A gente vê que muitos projetos são aqueles conhecidos como “cobra d’ água”

Pois é...os parlamentares acabam fazendo projeto cobra d’agua e não acabam apresentando proposições importantes, por falta de debate, por falta de conhecimento, por falta de informação, por falta de vontade, de esforço próprio, por falta, talvez, de uma assessoria mais qualificada...

Então pra finalizar, tem assim...alguma consideração final, alguma observação que você gostaria de fazer?

Eu acho que isso que eu falei agora, eu acho que é uma questão importante que a gente deveria se debruçar um pouquinho mais, discutir um pouco melhor o papel do legislativo nas três instancias: municipal, estadual e nacional. O que o legislativo vem cumprindo, se é isso mesmo, se de fato é esse o papel dele. Se não tem algo mais que poderia ser feito, entendeu? Porque...acho que o papel de fiscalização dele é inerente. Ele nunca pode deixar de existir. Se você tem o executivo, você precisa ter alguém que acompanhe e fiscalize, e o papel do legislativo também...é isso...assim...não sei, eu acho que a gente tem que se aprofundar um pouco mais nas três instâncias.

ANEXO C

Entrevista III: Arlete Pereira

ENTREVISTADOR: DOUGLAS FERRARI

DATA DA ENTREVISTA:02/12/06

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

NOME: ARLETE PEREIRA (ASSESSORA DO VEREADOR JOÃO PEDRO)

NASCIMENTO 23/07/62

NATURALIDADE: SERGIPE

ESCOLARIDADE: PÓS-GRADUADA

PROFISSÃO ATUAL: PROFESSORA

Você lembra a composição da câmara em partidos individualmente em relação a oposição e apoio ao prefeito Paulo Hartung?

Que eu me lembre a gente tinha basicamente 2 pólos. Quem fazia a oposição na realidade era o PT. Os outros partidos não faziam oposição ao prefeito. Eles ficavam mais naquela relação de não oposição, de ver quem ta apoiando e se fosse possível apoiar. O PT que procurava fazer um trabalho mais de oposição no caso do João se eu não me engano foi num período que ficou o Luciano Rezende junto com ele no PT e junto com o João também enquanto vereador do PT. O Luciano não tinha a prática de oposição. O Luciano ... A gente via claramente que ele tinha uma visão bem diferente ele não fazia oposição ele não tinha impregnado nele o que gente fala da “ideologia petista”. Ele não tinha, então é sempre muito difícil trabalhar com Luciano Rezende e o João. A gente não conseguia trabalhar, então esse também foi um dos fatores que fez com que a gente tentasse no mandato do João tentar fazer uma coisa diferente porque a gente não conseguia fazer a articulação com os outros. Eu não me lembro se ele seguia a composição. Se a gente Trabalhou com Otaviano - eu não sei não me lembro mas da época, né. Deixa eu ver quais eram os vereadores: tinha o Perly, tinha o Otaviano

Depois veio a Maria Inês Pfister

O João trabalhou muito com a Maria Inês porque ela também era da área da educação, então eles tentaram fazer um trabalho juntos, foi muito interessante o trabalho deles.

E os outros vereadores dos outros partidos?

A não esses pelos nomes aqui dá para perceber. Eles não tinham essa preocupação com a questão da educação era mais uma visão de parlamento. Não tinham uma preocupação de o parlamento ser propositivo, não. Eles iam de acordo com os interesses pessoais deles. Não tinham preocupação com o coletivo.

Até um dos pronunciamentos ele fala que a relação era de muito promiscuidade?

Exatamente. Era muito difícil, foi muita dificuldade. Ele era muito respeitado enquanto pessoa, enquanto professor, enquanto profissional eu sei que ele tinha, mas não conseguia fazer o trabalho porque a maioria dos vereadores não estavam ali pra fazer trabalho de política pública. Não tinham essa preocupação não.

Então o PT versos outros partidos?

Exatamente e dentro do PT ele ainda tinha problemas porque ficavam Tendências dentro da câmara: Perly e Maria Inês eram mais da articulação do A, como chamava na época, que depois virou Unidade na Luta; tinha o João que era da Articulação de Esquerda; o Luciano que eu não sei se ele entrou na Unidade na luta - eu acho que é prioridade na luta mesmo que ele entrou na época - , mas depois ele debandou mesmo porque ele não aceitava as regras do partido, então ele acabou saindo do PT.

Você está me dizendo então que o PT teve muita dificuldade enquanto oposição, ele era muito isolado?

Sim, ele ficava muito isolado, mas tentava então um trabalho fora da câmara porque a gente não conseguia fazer o trabalho legal dentro da própria câmara.

E aqueles partidos, por exemplo, o PDT, o PSB, o PL?

Os vereadores dessa época desses partidos, eles eram piores do que são hoje. Eles eram muito fisiologistas. Eles eram muito clientelistas, entendeu. Eles não estavam se importando com nada não. Na minha avaliação, o PDT melhorou um pouquinho, algumas pessoas do PDT já tem a visão de trabalhar mais coletivamente. O PPS apesar de ter sido uma dissidência do PC do B, as pessoas do PC do B que criaram o PPS. As pessoas do PC do B que ficaram no PPS não tem prática de partido de esquerda. Eles se deixaram influenciar e passaram a agir como um partido de direita mesmo, sem a preocupação com o passado deles, eles vieram de um partido comunista né, mas porque isso aconteceu? As pessoas de esquerda do PC do B não foi pro PPS, elas saíram essas pessoas mais de esquerda como a Fátima Santos, a Edna e o João que foi deputado.

E o Nami Chequer? Ele estava com você na oposição?

O Nami Chequer sim, ele foi um dos poucos que ficaram com a gente, na oposição com o PT. Ele fez um trabalho muito legal com a gente.

Alem do João e da Maria que eram professores e educadores professores alguma outro vereador de outro partido se dedicou a educação?

Não, deixa eu dar uma olhadinha aqui. O Ademir Cardoso eu não me lembro de ter feito nada não e ele é professor, ...não nessa época éramos nos mesmo, éramos nos e o Nami.

No jornal da Ana Rita lá em Vila Velha do mandato tem escrito uma coisa interessante: “Por causa da postura desses vereadores, não tivemos aliados. chegamos a nos sentir frágeis em determinados momentos, pois a bancada do pt sempre foi minoria”. Essa situação também aconteceu na câmara de Vitória principalmente na apresentação de projetos? Ele apresentou um monte de projetos sozinho ou a bancada ou teve apoio de outros vereadores?

Não a maioria dos nossos projetos era apresentado na bancada, as vezes com o apoio do Nami. Era o máximo que a gente conseguia fazer, pois dependia muito do projeto. Mas aí a gente apresentava e depois tentava fazer pra ver quem mais poderia assinar junto com a gente, mas era muito difícil.

Por um acaso tem um projeto do PT que era apresentado por outra pessoa,por outro partido, por causa da dificuldade da minoria?

Não, porque a maioria das nossas propostas eram muito marcadas pelo PT mesmo né, então não me lembro não, mas acho que não.

Uma coisa interessante que eu estava lendo aqui é que. O PT sempre apresenta projetos por bancada, então essa medida de apresentar projeto por bancada, que é uma marca do PT, ela serve para dar uma sensação de unidade ao partido ou para dar uma satisfação à sociedade? O que você tem a dizer sobre essa questão de bancada, pois ele acaba eliminado o indivíduo, o vereador? Por um lado ela é interessante, mas por outro a gente não tem como ver se aquele projeto é do vereador tal ou do outro vereador.

É, na época era uma decisão do partido e que eles acatavam, porque assim, tinham alguns projetos que a assessoria de um vereador montava e ele analisava, ele consultava os movimentos,mas no final da história era a bancada que assinava. Essa foi a prática mesmo.O que a gente queria era fortalecer o partido, não se tinha essa preocupação de ficar colocando um vereador acima do partido.O mandato era do partido,então o partido tinha que ser respeitado, e muitos atritos que a gente tinha e eu acho que a gente tem até hoje muito mais acentuado do que antes, era que alguns parlamentares querem se sobressair em relação ao partido. Aí tinha aquele chavão de que se ele fizesse isso ele não estava valorizando o partido e que ele foi eleito pelo partido e ele tinha que pautar no partido, ele não precisa ficar se vangloriar por ser vereador, ele tinha que considerar que se ele conseguiu chegar onde chegou foi pelo partido,não por ele sozinho.

Não sei se você pode me confirmar,mas tem uma pista que eu consigo ver de quem é a iniciativa: é o primeiro nome que assina o projeto ou a justificativa, né?

Sim,exatamente,é o primeiro que toma a iniciativa ou

Que, pelo menos, dá a entrada do projeto na câmara.

E também a gente tinha muito (...) ,por exemplo,a gente sabia...Otaviano teve uma lida muito forte na área de transporte, então, as leis da área de transporte a gente deixava para o Otaviano incrementar Os projetos de lei, a assessoria dele é que montava, ele é que era o proponente e a bancada assinava, e assim, cada vereador tinha sua acessória particular, mas tinha a acessória de bancada. A bancada do PT tinha assessores de bancada que eram eles que faziam toda esse trabalho de fazer a articulação de propostas.

Aliás, houve algum debate entre a bancada sobre os projetos, sobre as propostas no fórum,por exemplo?

As vezes tinha, as vezes não, mas sempre tinha as reuniões de bancada dos vereadores da bancada do PT para definir como se comportar no plenário em relação as questões polêmicas,sempre tinha isso.

E sobre debates sobre projetos? Esses debates vinham acrescentar algo nos projetos, de criar algo. Aquele mais propositivo?

Dependia da correlação de forças. Tinha projetos que a gente sabia que por mais que você apresentasse proposta de alteração ele não seria alterado se ele viesse do executivo e se ele viesse de outros vereadores. E assim também tinha os nosso. As vezes tinha coisas que a gente não conseguia bancar, e os nossos projetos eles não passavam na própria câmara ou quando eles iam por prefeito sancionar, ele vetava alguma coisa né.

No informativo do jornal do PT Municipal de 1994 tá escrito uma outra frase muito interessante “o perfil da câmara não corresponde ao modo petista de legislar”. Com base nisso, qual foi o relacionamento da bancada com outros vereadores, tanto da situação quanto o Nami Chequer, por exemplo,que era oposição? Como se dava essa correlação de forças de atritos ou de harmonia?

Dependendo do projeto a gente sempre tinha o apoio do Nami e muitos ele assinava junto com a gente porque ele era do PC do B, de esquerda. A gente conseguia trabalhar bem com o Nami,agora com os outros, as vezes você conseguia negociar, outras vezes você não conseguia negociar,e aí no plenário é que as coisas se definiam.

Essas negociações funcionavam como?

Tinha na época o líder de bancada, então qualquer negociação que teria que ser feita com os vereadores era tarefa do líder de bancada fazer isso. Aí o líder de bancada que ficava tentando fazer essa relação de forças quanto aos projetos

Tinha o colégio de líderes né?

Nessa época não,não tinha o colégio de líderes.

Mas tinha uma espécie de reunião?

Tinha, se tinha, dependendo do projeto tinha reuniões para definir o que fazer, as estratégias. Tinha sim.

Então, essa questão de propor e fiscalizar - as funções principais do vereador - estava um tanto dificultadas?

Sim, a gente fazia muito trabalho de fiscalização as vezes, mas em determinados momentos você não conseguia passar as coisas no plenário e aí então, as vezes, ficava difícil de conseguir.

Em maio de 1994 João Pedro deu um pronunciamento em que ele trabalha justamente a questão da relação do executivo com o legislativo,ele fala assim: “A ação do PT em ser oposição vem se consolidando pelas atitudes do próprio executivo municipal nas relações com a câmara”.A partir dessa declaração, como foi a relação da bancada do PT com o prefeito? Essa decisão de oposição forte que sempre caracterizou o partido enquanto oposição . Então como o Paulo Hartung trabalhou com a bancada do PT e vice e versa?

Olha Douglas,eu não tenho como te dizer com clareza como foi isso não, porque eu era assessora do João ,mas pelo mau serviço e tentar cobrir tudo a gente não conseguia. A gente não tinha muito tempo para ficar conversando sobre algumas coisas,inclusive politicamente, aí o João ficava mais no PT conversando com os outros vereadores. Mas a gente tem claro que quando o Paulo Hartung foi prefeito todos nossos projetos que a gente tinha começado com o Vítor né, e veio logo depois do Vítor o Paulo Hartung, a gente percebeu claramente que não ficou a mesma coisa.

Ele não deu continuidade?

Não deu continuidade,apesar de o Paulo Hartung dizer na campanha dele que iria dar continuidade as ações de Vitor Buaiz,ele não deu. Ele desmoronou toda a proposta. E aí a gente foi pra oposição mesmo para dizer para o Paulo Hartung: “não ta fazendo da forma que pregou na campanha, não ta dando continuidade, não está dando continuidade por quê? Por causa disso,disso e disso.” Mudou como era o processo eleitoral, mudou um monte de coisas, aí a gente ia para a oposição..Agora, eu não me lembro se a gente conseguia fazer oposição farrenha, não Assim, a gente sabia que era oposição, mas a gente não conseguia fazer a oposição como gostaria de fazer, porque o Paulo Hartung tinha a maioria na Câmara

Teve projetos do executivo que o PT votou a favor por exemplo?

Olha,eu não me lembro.

Mesmo projetos sendo o PT da oposição,mas são projetos interessantes para comunidade.

Eu não me lembro ,mas com certeza deve ter votado em algum sim.

Alguma vez o prefeito recepcionou o PT, num trabalho ou numa reunião mais institucional por exemplo? Ele recebeu na prefeitura para uma conversa?

Quem? O Paulo Hartung ?

Isso.

Não lembro não.

Como o Vítor Buaiz apoiou, então eu entendo que a relação era de menos oposição,mas então você não lembra?

Não,não me lembro não .Agora o que eu me lembro é que Vítor apoiou Paulo Hartung. Não foi PT que apoiou Paulo Hartung. Então, a gente tinha muito problema no PT e nós da Articulação de esquerda era complicado.

E a Unidade na Luta?

Era quem apoiava o Paulo Hartung, porque o Vítor era Unidade na Luta, mas foi ele mesmo

Então o Perly por exemplo?

Perly tem o perfil do seguinte: ele tenta passar no PT esse apoio ao Paulo Hartung, mas aí não conseguiu,então ficou tipo assim: não conseguiu mas a gente vai apoiar. Não dá aquele apoio público né, público notório.Na campanha o que é que acontece né,com todas as campanhas,você vê que, por exemplo você não vai se importar muito se, de repente aparecer um material do Perly com Paulo Hartung. Eu não me lembro se apareceu isso, mas...

Que tipo de relação que hoje o governador Paulo Hartung tem com a assembléia? É o mesmo que ele tinha na câmara? Uma espécie de troca de favores,uma relação fragilizada do legislativo em relação ao executivo?

Sim,é essa postura que o PSDB tem é essa postura que o Paulo Hartung tinha

Ele cooptava de certa forma o...?

Ele cooptava todos os vereadores todas as lideranças comunitárias do município. A cooptação de lideranças comunitárias no município de Vitória, ela começou com Paulo Hartung e se intensificou com Luiz Paulo.A cooptação assim...dá tristeza,como é que reverte agora. Eu não sei.

Trabalhando um pouquinho mais o mandato do João Pedro. Como você consegue qualificar o mandato dele? A participação da comissão permanente, principalmente, da

educação ou temporárias, que área ele mais atuou ? Eu percebi pelo retrato dos documentos um pouco sobre o PDU, a própria educação.

A questão da discriminação racial a gente trabalhou um pouco (...), mas basicamente ele trabalhou muito na questão do PDU e na questão da educação mesmo.

E na questão da ética né?

E na ética, isso para ele era fundamental. Todo e qualquer discurso dele ele falava muito na questão da ética na política, combate ao clientelismo sabe, ao favoritismo. Isso ele tinha mesmo.

O interessante é que ele fala de Montesquieu, Rousseau. Como se dava isso na câmara, área em que a qualificação dos nossos vereadores não é muito boa?

Ele se preparava para fazer os discursos. Então ele ia para o computador e ele escrevia o que ele iria falar nos pronunciamentos aí ele usava toda base teórica e filosófica que ele tem, porque ele era um filósofo né. Então ele sempre até para fazer assim um pronunciamento das notícias que saiu no jornal ou de alguma coisa que tinha que fazer pronunciamento, ele usava a questão da ética como um princípio para todo que ele falava aí ele citava filósofo, de acordo com a sessão ele pegava um filozozinho e dizia: “Ah porque isso...” ele sempre tinha um filósofo para citar.

Essa questão do estudo no pronunciamento, eu acho que não vai só no pronunciamento, eu percebi que pelo pronunciamento que até para fazer uma crítica ao prefeito ele se embasava de tudo quanto é forma, ele ia por exemplo para falar sobre educação ele ia lá na escola, ele visitava ele não denunciava sem antes ele ter defesa ,então eu vejo que ele tinha uma responsabilidade na atuação dele.

Sim, sim isso é verdade e ele tinha assim muitas vezes nem precisava de ele ir nas pessoas, os professores procuravam muito ele para falar das coisas que estavam acontecendo apresentava documentos e aí com base nisso ele fazia os pronunciamentos dele.

Em cima dessa atuação, que pontos fracos e pontos fortes ele teve que você hoje vê passados aproximadamente dez anos ?

Eu acho que ele tem como ponto forte para mim é essa questão da ética, pautar pelo exemplo e não pela fala ele falava sobre isso mas não é falar só ele era um exemplo de ir e vir, porque tem parlamentar que fala muito bem sobre qualquer assunto fala bem sobre a questão do moralismo do nepotismo e tal mas não mostra o exemplo disso, no caso do João ele falava isso mas ele era assim ele era uma pessoa muito ética sabe, ele respeitava muito as pessoas, servia muito, ele escutava muito, antes de tomar qualquer posição ele ouvia primeiro ele queria ver a pessoa ele queria conversar ele não ia assim fazendo as coisas sem pensar sem analisar primeiro eu acho que isso é um perfil muito importante dele. Agora a gente tinha muita dificuldade com ele eu enquanto assessora e aí não era só com ele era com a maioria dos parlamentares é não conseguir se organizar, é não conseguir organizar o seu mandato de forma a garantir o que o Cláudio Vereza implantou no estado como nosso critério de nosso partido está meio desgastado hoje, mas a gente precisa reabilitar: é está no parlamento, mas a gente tem que fazer a ponte parlamento-

partido-movimentos sociais. Esse critério a gente não está conseguindo fazer e esse critério a gente não conseguia fazer na época do João.

Como era a relação do sindicato com o João Pedro? Ele participava?

As vezes participava das assembléias ele ia em algumas assembléias quando tinha. A relação era boa, eles dialogavam bastante.

Até faço essa pergunta porque ele não era professor secundarista.

Não ele era professor universitário

O sindicato dele era outro né?

É

Por exemplo o Helder já tem uma atuação bem mais forte no SINDIUPES

É o Helder já tem uma atuação bem mais expressiva no SINDIUPES do que o João. O João acompanhava o SINDIUPES, tinha o SINDIUPES como um interlocutor também para conversar para ver as coisas mas não era tão forte como Helder não.

Então eu percebo que Helder tem uma fala mais no sindicato do que o João?

Sim, o Helder é, o Helder é verdade

Então a atuação dele na educação que era o ponto base dele e é o ponto da nossa pesquisa. O que você vê disso?

A gente tentou quando ele tava na educação. A gente tinha uma relação muito assim, procurava sempre estar se relacionando muito bem com os educadores tanto é que fomos nós que puxamos aqui inicialmente o fórum dos educadores.

De qualidade do ensino?

De qualidade de ensino do município de Vitória. A gente que puxou enquanto mandato. Fomos nós que avaliamos e a gente nesse fórum até conseguiu fazer muita coisa legal mas depois o fórum foi se acabando.

Ele deu até numa escola a primeira reunião.

Isso, nós fizemos muitas reuniões lá no plenário da câmara em vários lugares, a gente sempre tava se reunindo para ter esse compromisso.

E esse fórum foi importante no trabalho de acompanhamento da educação municipal?

Sim, a gente tinha esse fórum como um espaço para a gente discutir como é que estava acontecendo as coisas na educação do município e a partir daí ia tentando apresentar algumas propostas na câmara ou fazendo interlocução com o executivo né. Era esse fórum que nos dava alguns nortes para estar fazendo isso.

Com relação à educação eu consegui coletar muitos textos do João Pedro sobre vários assuntos de época, do contexto educacional da época mas com relação a bancada eu vi pouco projeto nesse sentido eu vi alguns projetos na área do currículo, no caso do João de propor ao executivo reformas no pagamento mas com relação a temas importantes do contexto eu só vi um do Perly que foi sobre o conselho municipal de educação. Apesar dele ter lido, qual foi a dificuldade dele implementar o que ele lia, nos projetos na aplicação desse contexto?

Não porque todas as nossas propostas na área de educação na área da democratização na área do acesso e tal, o Vítor já tinha feito as leis e nós conseguimos na época do Vítor na área da educação colocar aprovar algumas leis fundamentais aí quando entra o Paulo Hartung na realidade os parlamentares do PT não tinham mais que criar isso era garantir que isso se efetivasse como estava previsto na lei. Aí a gente não conseguiu enquanto parlamento na época não permitir que algumas alterações fossem feitas nessas leis que foram criadas na época do Vítor exemplo foi na época de Vítor que foram criados os conselhos de escolas e aí foi na época não sei se do Paulo Hartung ou do Luiz Paulo que você via as “caixas escolares”, desvinculando as “caixas escolares” do conselho de escola e agora quando João Coser volta agora a gente consegue implementar na lei amplamente discutida e debatida é juntar a duas coisas. Então, quer dizer, na minha avaliação, com a entrada do Paulo Hartung na prefeitura a preocupação que nos tivemos foi de tentar garantir que aquilo que em forma de lei nós conseguimos colocar na época do Vítor que foi avanço que aquilo não acabasse porque os avanços, entendeu. Para nós os avanços já estavam garantidos por lei a maioria deles no caso né eu não sei se todos. A eleição para diretores, por exemplo, a gente tinha claro como era a gente pensava a eleição para diretores na época do Vítor e criamos a lei. Aí vai o Paulo Hartung e muda completamente aí a gente vai agora com o João e retoma

Você colocou uma questão do executivo. Eu vi muitos projetos - não vou colocar a qualificação do projeto -, mas muitos projetos do executivo. Isso não é um caso de Vitória ou um caso desse período, mas ele é até nacional na verdade. O grande legislador - o próprio João fala - é o executivo municipal, quando o trabalho de legislar deveria ser do poder legislativo. Então, como você, enquanto assessora, vê essa questão? O vereador tem dificuldade, por lei ou por condição do trabalho, de estar propondo projetos?

Tem projeto de lei que tem que sair do executivo, não tem jeito, entendeu? Por exemplo a questão do PDU: ela pode vir um dia até de um parlamentar, ela pode ser um dia votada no parlamento, sim, mas é o poder executivo quem tem uma gama de conhecimentos em legislação e de coisas para poder montar essa proposta, entendeu? Agora, o que a gente teria que na realidade criticar é a forma como a lei é construída. Ela pode ser construída pelo executivo, ela pode ser construída pelo legislativo e ela pode ser construída pelo democrático, entendeu? Se a lei foi amplamente discutida, e se ela é o resultado de uma ação de uma proposta que foi amplamente discutida e debatida, para mim é indiferente se ela vem do executivo ou do legislativo, entendeu? O que tem que garantir é que ela seja construída democraticamente, isso a gente não tem porque tem muitas

leis do executivo que não são debatidas e vão para o legislativo e são votadas pelos vereadores; e tem muita lei também do próprio legislativo que vereador não consulta ninguém; ele faz e pronto, entendeu?

Essa questão não seria um pouco de falta de autonomia do vereador em relação ao executivo?

Sim, também.

Principalmente no município os vereadores estão muito à mercê do poder executivo, do prefeito, então eles não conseguem se desvincular. A gente vai ver depois mais para frente, essa questão da oposição da situação fiscalização e proposição.

O que acontece também é que há uma desestruturação do papel do vereador. Ele é o poderoso do legislativo, é a ele atribuída a função de criar leis, fiscalizar essas leis e tudo mais, só que para alguns vereadores e para a população, ele exerce em muitos casos a função de executivo. Porque tem muita gente que acha que é ele que tem que arrumar emprego para ele, tem muita gente que acha que é o vereador que tem o dinheiro para garantir algumas coisas na cidade, e não é o papel do vereador, entendeu?

Como o próprio João Pedro diz: “ele é um corretor entre a população e o executivo”.

Exatamente, ele era o despachante. Então ele não tem a preocupação de fiscalizar, de ficar apresentando um monte de proposta de lei que não tem nada a ver, porque ele não tem visão de todo. Outra coisa que eu já vi de vereadores são essas indicações que eles fazem. Eles fazem indicações mas não têm necessidade de fazer indicação, porque faz indicação para construir uma rua... não sei onde. Isso é papel do executivo.

E os vereadores do PT conseguem se libertar dessa questão. É quase unânime. Como fica a situação do vereador do PT que às vezes não faz isso?

Quando um vereador do PT não consegue fazer, isso você percebe. Nós militantes do PT, a gente percebe que está um pouco fora do contexto, nós do PT. E aí depende de nós do PT também, né? Porque não tem essa preocupação nossa de fazer a distinção do tripé parlamento-partido e movimento social. Mas o João Pedro, ele fazia isso. Em toda ação dele ele tentava fazer de tudo para que não fosse uma ação nivelada dele enquanto vereador, mas que fosse uma ação articulada entre o PT, o movimento social e o parlamento.

Trabalhando um pouco mais essa questão da fiscalização, ele faz em seu pronunciamento alguma denúncia sobre, por exemplo, a qualidade de ensino, a falta de professor, o resultado de conservação das escolas. Mas o interessante é observar que tipo de repercussão teve essas denúncias, em que contribuiu para o conhecimento da realidade educacional? Que contribuição isso traz principalmente para a atuação dele?

A contribuição que traz para a atuação dele é de os próprios educadores perceberem quem têm ele como porta voz dentro do parlamento, entendeu? Isso existia, as pessoas sabiam que na

Câmara de Vitória uma pessoa que poderia ser porta voz dos educadores era o João Pedro. Tanto é que você vê hoje que a gente não tem. Você não consegue ver um vereador que se identifique como professor, como educador que implemente as coisas lá. O José Carlos Liryo Rocha, mesmo como presidente da comissão de educação, mas ele não consegue fazer esse papel, não consegue. O João Pedro pelo menos tentava. Pode não ter conseguido, mas ele tentava ser esse porta voz dos educadores no magistério, na área educacional e dentro da própria Câmara.

Vamos à comissão de educação. Como que foi a eleição dele por exemplo, a indicação dele para presidente? Por que o PT era minoria se as principais comissões são do grupo da maioria? Como ele conseguiu se colocar como presidente da comissão de educação?

Eu confesso que eu não sei como foi essa articulação política, porque quando eu entrei, eu entrei no meio do caminho, ele já era presidente da comissão de educação, e o João Pedro teve um problema sério de assessoria. Uma falha que a gente tem é que o PT, a gente não tem assessores técnicos mesmo, e o João Pedro, que era presidente da comissão de educação e que o PT considerava que era uma coisa importante, teria que ter dado mais condições para ele desenvolver melhor esse papel no sentido de colocar um assessor específico nessa área de educação para ajudá-lo, entendeu?

Eu achei interessante que a atuação dos professores no PT é muito grande. É um dos maiores quadros. Isso me chocou um pouco? Porque eu não vi atuação de petista professor fora do sindicato ou fora da sua escola, por exemplo. Então, enquanto petistas, os professores não conseguem contribuir para o partido?

Não, a gente tem muita dificuldade de trabalhar com os professores, é muito difícil.

Uma coisa marcante do PT é a função fiscalizadora, mas eu me pergunto por que o PT prioriza mais a fiscalização. Até o Vítor Buaiz diz que o PT é um bom partido de oposição. Por que o PT não consegue priorizar de certa forma a função legislativa?

Eu acho que é pelo fato de que ele sempre foi oposição e de ele não ter a maioria. Aí, a partir do momento que você está na oposição, não tem a maioria na Câmara, não tem um bom espaço de interlocução dentro do poder executivo, a situação dos vereadores fica difícil, porque se usa de vários artifícios...

A função legislativa, né?

...É a função legislativa e principalmente a função fiscalizadora, porque pelo regimento interno da Câmara você pode pedir informação para você fiscalizar bem, você tem que ter as informações. Aí você pega as informações do poder executivo. Agora esse pedido de informação do poder executivo não te dá a garantia de que você vai ter informações novas, entendeu? Por mais que o regimento diga que tem um prazo, necessariamente não quer dizer que você vai ter essa informação no prazo que está estabelecido ali.

Sobre essa questão da fiscalização, eu estava lendo um livro de um vereador petista que coloca que às vezes o eleitor quer do vereador petista justamente a função fiscalizadora, ele

espera do PT isso. Não sei hoje, mas naquela época era: se o vereador faz uma outra coisa que foge, ele perde uma audiência na sociedade, ele não consegue ter acesso a jornais porque ele tem dificuldade de legislar. Então se ele não denuncia, não fiscaliza; ele tem dificuldade de ter um certo eco, e isso para mim é um pouco do que dificulta o PT às vezes no governo, porque ele poderia propor leis. Ele não está propondo, nem está fazendo encontros de políticas públicas. Ele não realizou. Quando ele chega no governo tem que fazer tudo ou contratar um instituto, como aconteceu com o Vítor por exemplo. Ou às vezes tem que fazer a proposta depois que assume o governo. Aí só vai conseguir implementar no segundo ou terceiro anos.

E outra coisa que você esqueceu de colocar é que era a segunda vez que tinha parlamentares do PT na Câmara de Vitória. Teve um primeiro grupo que era o Robson, a Gilza e o Otaviano. Para os vereadores petistas era uma coisa muito nova. Eles não tinham muita experiência não. Agora o que foi legal nessa época é que o PT tinha a preocupação de legislar. Teve um ano que a gente fazia muitos encontros de vereadores do PT para poder passar experiências, passar propostas de projetos, sabe? Com o João nos fizemos muitos encontros estaduais (o João participou, a Ana Rita, o Domingos Taufner) e que agora a gente não vê mais isso, né?

Uma coisa que eu percebo é que os vereadores da situação não fazem oposição e os vereadores da oposição fazem muitas denúncias. O vereador da situação não consegue fazer denúncia e às vezes os da oposição têm dificuldade de propor leis. Fica quase que qualificado dessa forma: a oposição está destinada a atacar o governo e a situação está destinada a receber ordens do governo. Do executivo, por exemplo. Como você vê a oposição na época feita pelo PT e a oposição hoje feita pelo PSDB e PFL? Hoje nós estamos no governo, o PT é governo, então ele tem a direito enquanto oposição. Você vê semelhanças e/ou diferenças? O que é que você vê dessas duas realidades?

Eu acho o seguinte: quando a oposição, a direita, tem que fazer oposição ao PT, ela consegue fazer muito bem; agora quando somos nós que temos que fazer oposição à direita, a gente não consegue fazer como deveria. Hoje o João não tem oposição devido a todo o jogo político, acordos políticos que ele conseguiu estabelecer na Câmara. Você vê que ninguém está na oposição do João Coser. Isso a gente, na época, não conseguíamos fazer porque a gente não conhecia isso; a gente queria fazer oposição mesmo e essa conjuntura mudou. Naquela época o PT era claramente um partido de oposição e os nossos vereadores conseguiam fazer esse trabalho de oposição da forma mais clara do que estão fazendo agora, porque agora nós somos situação. Mas ele conseguiu formar a base aliada depois da eleição, o que faz com que ele não tenha oposição hoje na Câmara. Tudo que João propõe passa, porque ele fez alguns acordos. Aí você vai me perguntar assim: “mas como é que você consegue perceber que foi por esses acordos”? As decisões passam pelo presidente da Câmara é a visibilidade desses acordos aí você vê na atual administração. Muitos acordos foram feitos ali, para você compor o secretariado num primeiro momento, para você garantir empregos para pessoas que ficaram ou tiveram que ficar; e aí eu particularmente acho que a gente vai pagar um preço muito alto por isso.

Uma coisa que eu vejo de semelhança é o aspecto de ataque ao governo, tanto quando é de direita ou quando é de esquerda essa oposição. Uma coisa que o Fernando Henrique disse é que “a esquerda é fracassista”. Às vezes a oposição quer anular o governo. Não vou qualificar se o governo é bom ou ruim, mas eu reparo que às vezes que sempre o mal

aconteceu - vamos colocar assim - é uma coisa que eu vejo como semelhança. Mesmo sabendo que alguns vereadores do PT têm uma dedicação e realmente têm uma fiscalização responsável. Mas alguns outros não têm essa responsabilidade.

Passando para a relação com os movimentos. Quais os movimentos com os quais o João Pedro mais se envolveu? Você me disse que o SINDIUPES foi um.

Os movimentos populares, principalmente a associação de moradores. Tentou se envolver aqui em Jardim Camburi, mas não conseguia tanto trabalho com os movimentos populares. E ele centralizou mais mesmo foi na educação, como eu já te falei.

E esses sindicatos? O SINDIUPES, procurou o João Pedro para algum projeto por exemplo? Não só denúncia, um projeto interessante que o sindicato gostaria de implementar. O João Pedro enquanto educador foi procurado? Algum educador petista procurou o João Pedro, um grupo de educadores petistas? Não é só para um projeto popular, né, mas de certa forma tem que ter um vereador para colocar. Uma coisa que eu não vi, por exemplo, foram encontros municipais de militantes petistas da educação como acontecia nacionalmente, por exemplo.

O nosso foco era o fórum, era nesse fórum que a gente discutia as coisas, não tinha essa preocupação dos militantes petistas se articularem, não. Tudo era articulado nesse fórum.

Então o diálogo que acontecia era no fórum? Não existia um dialogo constante e permanente com os sindicatos?

Não, sempre quando o João precisava de alguma coisa, de informação de alguma coisa, ele ligava para alguém do sindicato mais ligado a nós também, tipo o Odilon, o Lima. Ele chamava para conversar e via o que tinha que fazer. Aí passava pela assembléia.

E essas participações no sindicato contribuíram para ele propor leis? Porque no sindicato, em sua maioria, ele denuncia, mas os vereadores têm a possibilidade de formatar uma denúncia num projeto, para evitar aquela situação. Isso é interessante porque no conselho como presidente da comissão de direitos humanos ele propõe a bolsa família para aliviar um pouco as restrições dos meninos de rua, e isso ele vai conseguir trabalhar na audiência pública dos direitos humanos, no trabalho infantil. E em uma das audiências ele vai implementar, logo após, o Bolsa Família. E nessa justificativa de Bolsa Família tem essa relação com essa audiência pública, de ouvir o movimento dos direitos humanos. E na educação isso também aconteceu?

Olha Douglas, que eu me lembre não, não. Com o SINDIUPES a relação não era assim tão estreita, não. Era uma relação um pouco distante.

Entrando um pouquinho para dentro do partido, na relação com o vereador, a primeira pergunta você já respondeu anteriormente, sobre a relação do mandato com o partido, quando você disse que o mandato é do partido.

É, tanto é que um dos motivos do Luciano Rezende ter saído do PT é que ele não aceitava pagar 30% que é definido pelo partido.

Essa relação do PT com a bancada (os militantes do partido, não a direção) era bem permanente. Ela acontecia permanentemente ou só em momentos esporádicos, num encontro, na plenária?

Não, na época do João a gente fazia esses encontros de vereadores do PT da Grande Vitória, do interior, para fazer todo esse trabalho de discussão do modo como o PT tem que legislar.

Existia algum projeto que eles debatiam numa plenária, por exemplo?

O papel que a gente tinha era de estar passando as informações ao partido, do que a gente fazia e à população também; então aí a gente tinha que ficar fazendo informativo e essas coisas.

O informativo é justamente uma ligação com a sociedade?

Com a sociedade e dentro dessa sociedade partido.

Então o debate de projetos não se restringia às bancadas e aos diretórios?

Não.

Não chegava nem ao diretório?

Que eu me lembre não.

Então era só da bancada?

Era a bancada que definia, de acordo com os princípios do partido.

É claro, como você disse, projetos são marca do PT, mas ele não senta para debater. Uma coisa que eu percebo hoje nos diretórios do partido é que não vejo o vereador apresentar uma proposta de projeto para a gente debater no diretório. Uma das coisas que eu vejo muito nas reuniões do diretório e da executiva, que talvez também aconteceu na época, é a relação com prefeito: política de alianças, movimento sindical. Políticas públicas não tem. Por exemplo um círculo de palestras sobre saúde, educação.

Não, o PT só fazia isso e só faz isso para montar o plano de governo nas eleições

Então fica restrito ao período pré-eleitoral?

Porque os nossos núcleos não estão funcionando, os nossos...como é que chama?

Os setoriais.

É, os setoriais nossos na prática não funcionam, né?

Não tem setoriais de professor, tem?

Não tem. Existia o fórum de educadores do PT... é que eu não estou me lembrando. A gente chegou a fazer algumas reuniões nacionalmente. Eu até fui uma vez no encontro nacional dos educadores do PT, representando os educadores daqui (...), mas muito, muito fraco.

Eu perguntei a três pessoas de projeção sobre isso, a Terezinha Cravo, a Marlene Pires e... Eu consultei essas pessoas para ver qual era a atuação delas enquanto petistas, e a própria Marlene disse que ela não atuava enquanto partido

Elas eram consideradas mais lideranças populadres do PT do que professoras.

Então como o vereador consultava para propor um projeto de lei, por exemplo? Se não tinha um partido, se não tinha um sindicato, ele consultava quem?

Ele consultava esses espaços, o fórum, alguns educadores, algumas coisas que vinham do PT nacional. Aí eles iam pegando em determinados momentos alguém lá no sul, algum vereador que tenha feito uma proposta legal; aí pegavam isso e iam fazendo algo interessante.

E isso acontecia bastante?

Sim.

E a assessoria do parlamentar e da bancada? Tem projetos que o vereador não conhece e por isso tem que consultar alguém? Como que era o trabalho da assessoria?

A assessoria era basicamente assessoria jurídica. A gente sempre tinha um advogado para assessorar, e aí a gente tentava ser assessores mais específicos para poder ajudar. No final da história era o próprio vereador que montava de acordo com a experiência de vida dele, com a militância dele. Fazia algumas consultas nacionalmente a pessoas que tinham alguma experiência nessa área. Aí ele mostrava isso para gente.

A principal atuação do vereador – e essa informação acabou de comprovar o que eu penso - se restringe a salários e a fiscalização.

Sim, é porque ele não tem assessoria interdisciplinar.

Aí não é só o PT.

Não, não é só o PT. Ele fica meio perdido porque ele não tem, aí ele fica, em determinados casos, copiando outros êxitos em outros lugares. Coisas que ele acha interessante serem implementadas aqui, e aí ele implementa.

Então na grande Vitória, nesse período, a gente teve uma boa participação parlamentar.

Sim.

Em Vila Velha dois, em Cariacica mais três, em Vitória três. E esse intercâmbio de projetos? Tinha esse intercâmbio?

Tinha sim.

E a experiência do Vítor Buaziz anterior, enquanto governo? Em que contribuiu para a atuação do PT na legislatura posterior? Como o governo Vítor de 89 a 92 contribuiu para debates, para realização de projetos e para outras questões na ação do vereador?

Olha, eu não sei, eu não me lembro, eu não teria condições de te dizer como é que contribuiu ou não, porque a relação, as leis que vêm do executivo, assim como eu falei, elas eram leis que, assim, eram inovadoras no caso né? De propostas defendidas pelo partido entendeu? Então muita coisa na época o Vítor conseguiu fazer de propostas que foram trocadas pelo partido, pelos educadores e tal, e aí então viraram leis, e a gente foi só assistindo e tentando inovar algumas coisas e garantir.

A gente estava falando sobre a reunião do diretório, da executiva. Há alguma possibilidade de discussão de políticas públicas com os encontros de área? E eu observo que mesmo nesses espaços mais coletivos e mais amplos, os assuntos continuam sendo em relação a políticas partidárias, políticas de alianças, às vezes sobre o preparo do partido para as eleições,... As plenárias se concentram no período pré eleitoral. E onde estão, por exemplo, os encontros setoriais, as possibilidades?

Nessa época aí a gente tinha mais encontros setoriais do que agora, mas a gente tinha de vez em quando setoriais, sim, movimento popular, questão dos negros, dos educadores. Agora que estou me lembrando: eles tinham um movimentozinho forte também no PT. Então os setoriais eram mais respeitados e organizados do que são agora.

E porque essa dificuldade do partido em discutir políticas públicas?

Porque ele não se preocupa mais em discutir políticas públicas. O PT hoje se interessa por ganhar a eleição

Na época vocês discutiam mais políticas públicas?

Mais, discutia mais, discutia muito mais. E a única preocupação do PT que eu acho que ainda acontece hoje e que naquela época era mais forte era ganhar eleições em algumas cidades e ganhar a eleição institucional mesmo para o poder executivo .O PT virou um partido institucional, se preocupando mais com o institucional, então ele quer ganhar eleição, e nesse passo ele vai perdendo sua ponte com os movimentos sociais e com quem tem a visão de construir.

Numa documentação que eu vi do PT daqui de Vitória eu vi um texto sobre políticas públicas na educação, do Perim em 2002. Eu não consegui achar um documento de políticas públicas na documentação.

O que tem de políticas públicas no PT você vai conseguir pegar no plano de governo. Não tem discussão fora isso, e aí é em todos os setores. Quando o Otaviano era vivo - e o Otaviano gostava mais da questão da área de transportes - uma outra bandeira do Otaviano foi a questão dos conselhos populares, então nos fizemos muita discussão no PT na época em que o Otaviano era vereador, foi essa questão dos conselhos populares que se falava na época, né? Nós que começamos essa discussão de criação os conselhos em todos os setores. Agora se você quer saber o que nós pensamos, petistas, na área de políticas públicas, para você saber isso tem que pegar o programa de governo. E outra coisa: a tese das tendências, se você pegar a tese das tendências, elas têm tudo isso direitinho e marcadinho do que você tem que fazer para cada tendência. Às vezes numa tendência as coisas vazam, mas, assim, talvez um documento importante que você deveria pegar para ler são as teses das tendências. Nos documentos do congresso do PT nacional.

Nesse período, ou anteriormente a esse período, foram realizados dois encontros principais de educadores petistas e aí foi criado o CAED, que é a comissão nacional de assuntos educacionais do PT. Nesses encontros, sempre essa comissão trocava material. Como chegava isso para o município, para o vereador? O João Pedro tinha acesso?

Tinha, como educador do PT ele tinha.

Porque uma coisa que eu observei - aí se relaciona com a próxima pergunta - é que o PT tem uma política pública nacional de educação.

Tem, tem sim.

Mas esse discurso tem dificuldade de chegar ao município?

Tem, mas eu acho que não consegue isso porque o PT não valoriza a formação dos seus quadros. Ele não valoriza mais isso. A gente tinha até pouco tempo, até a década de 90, resultados de formação. A gente conseguia realizar encontros de formação, de políticas públicas, mas agora...

E como era aplicado o discurso nacional? Você constatou que tem uma dificuldade. Então não era aplicado?

As pessoas que tinham acesso a esses textos e que iam lá ler nesses encontros elas tentavam passar essas informações, e no momento de elaboração de documentos do partido essas coisas entravam.

Mas uma coisa que eu pude observar é que quem tinha acesso a essa documentação, e até interesse de ler, eram grupos restritos.

A Terezinha, a Odete, aí tinha o grupinho da Odete dentro que era a Penha Poluti, a Maria Inês Pfister. Era um grupinho mesmo de umas vinte pessoas. Elas iam colocando as coisas.

O vereador petista tem dois tipos de atitude: um fica principalmente com as questões municipais, sem relacionar com o nacional; e tem os que discutem questões nacionais mas não se relacionam com o municipal. Ele apenas reproduz o que ele ouviu falar. E aí, em cima disso, você observa que o PT tinha um projeto de política elaborado para o município?

Não, elaborado não, eles apresentaram a princípio, uma base comum, independente de qual tendência vereador fazia parte. E

Aí, na ação parlamentar, a gente ia tentando apresentar projetos, fazer debates e discussões para poder explicitar esses princípios.

O Perly, num encontro municipal de 91 ou 92, se não me falha a memória, ele colocou que o PT não tem políticas, porque não tem um pessoal liberado para fazer essas políticas, que na época, deveriam ser feitas pelos secretários. Como você vê essa questão?

Secretários da...

...das áreas. O secretário da saúde fazia as coisas da saúde, o da educação, as coisas da educação.

Secretários do executivo?

Do executivo, isso. Quando na verdade o secretário já tinha que ir com uma política pré-elaborada.

Eu acho que ele um pouco se equivocou aí, porque a gente, querendo ou não, a gente discutindo ou não, a gente tem alguns princípios petistas na área de políticas públicas que, tipo assim, são inerentes; que aí você consegue pensar, você consegue juntar pessoas que pensem igual a nós e você consegue então implementar políticas nessa linha. Vou te dar um exemplo na área de educação. É um princípio básico para nós petistas (...) é o que nós conseguimos fazer, criar para que essa marcação fosse universal para qualquer petista. Não sei te dizer como, mas para nós é um princípio. Não sei se é um princípio que a gente consegue implementar - criação do conselho de escola, colegiado - para poder discutir as coisas democraticamente. Isso é um princípio que a gente consegue colocar. Um outro princípio que foi a gente que começou e que gente até de outro partido faz, é o orçamento participativo. Você vê que nós temos algumas diretrizes norteadoras e princípios que são inerentes a nós; e que eu não sei como é que se consegue isso, porque o partido não tem organicidade suficiente para garantir que isso seja para todo mundo.

Não tem uma elaboração.

É, não tem elaboração, uma esquematização, mas, assim, está tão claro no nosso projeto de vida mesmo, enquanto pessoa, que isso é importante, que é uma coisa que, assim, para nós é indiscutível. Se uma administração do PT não tiver como eixo a gestão democrática, a participação efetiva da população, das comunidades na definição de políticas prioritárias, não é um governo petista, entendeu?

Mas você não acha que essa questão, por exemplo, é trabalhada por outros, por outras pessoas, por outros partidos?

Também.

Mas corre-se o risco - isso não é uma proposta só do PT, mas da questão da municipalização e da democratização - de ter uma desresponsabilização do Estado. Depende de como você trabalha isso. O orçamento participativo hoje é manipulado pelo prefeito, não é? E aí aquela proposta democratizante deixa de ser. Em cima dessa questão que você colocou que o PT não tem um projeto de políticas públicas elaboradas e democratizantes. Você tem alguma sugestão para um projeto político na educação, por exemplo?

Eu acho que para a gente conseguir fazer essa discussão mais amplamente dentro do próprio partido, eu tenho para mim que o PT deveria estar vivendo essa forma de se organizar e essa forma de priorizar ações. E aí como é que acontece isso? Ele teria que estar fortalecendo os setoriais, colocando como tarefa dos setoriais elaborar essas questões, e teria que fortalecer mais a formação. Se ele consegue fazer essas coisas ele vai conseguir sistematizar tudo isso que a gente na prática tenta colocar no papel. E aí, fazendo um processo de avaliação de tudo isso que a gente está fazendo, para a gente poder rever a forma como nós estamos fazendo e os princípios que a gente tem. Agora, muitas vezes, as formas como a gente implementa esses princípios é que podem nos ajudar ou nos derrubar.

Uma coisa interessante seria, por exemplo, os encontros dos petistas das áreas. Profissionais de saúde por exemplo

Sim, que seria os setoriais

Eu queria dividir um partido em setoriais de políticas públicas, porque hoje nós temos setorial da mulher, setorial de categoria,...

Exatamente. Ou você garante esses setoriais, ou esses setoriais discutem as políticas públicas de acordo com o seu ângulo de visão né? E você coloca como tarefa da equipe de formação fazer um processo de discussão disso tudo no conjunto do partido, para a partir daí sistematizar.

Uma coisa que seria interessante seria embasar a ação do vereador...

Do vereador, dos próprios militantes, dos dirigentes...

...dos secretários.

Mas isso na acontece por quê? Porque o PT hoje não consegue manter em pé o tripé, que é a questão institucional, o apoio e o fortalecimento dos movimentos populares e do parlamento. Ele não consegue manter em pé esse tripé.

Essa falta do debate enfraquece um pouco o partido.

É, e leva cada um a fazer o que acha que é certo, e o partido não consegue enquadrar o sujeito.

Ele não consegue ter “domínio” do mandato.

Não tem, não tem domínio do mandato.

O mandato se torna indivíduo, como se fossem vereadores independentes.

Exatamente, independentes, aí ele se apega ao partido para dar reforço para ele, para ele poder bancar seus liderados, bancar os secretários, bancar a faxineira, bancar isso e aquilo. Mas o papel de parlamentar no partido não é só esse.

Partindo para o último ponto, sobre políticas públicas, a gente estava falando aqui sobre a formação do João Pedro, que é filósofo, ex-professor da universidade, pastor. Em que isso contribuiu para a sua atuação? Essa atuação anterior, essa ligação profissional, religiosa, em que isso contribuiu para a atuação dele, principalmente nas políticas públicas?

Eu acho que contribuiu porque ele tinha vivência de professor. Eu acho que isso ajudou muito a ele já colocar como uma máxima do seu mandato essa questão da educação, né? O fato de ele ser professor o identificou muito com essa questão da educação, fora que todo conhecimento que ele tinha, toda bagagem teórica que ele tinha ajudou ele a tentar ao máximo que ele podia estar ali se articulando com o partido e com o parlamento.

Essa contribuição teórica que você está me dizendo, ele conseguiu relacionar com os conceitos da época, por exemplo? Eu observei muitos textos sobre gestão democrática...

Ele conseguia fazer isso bem. Ah! E um outro setor que o João tinha contato também era com o Movimento Sem Terra, ele tinha uma relação muito boa com o Movimento Sem Terra também. Apesar de ser vereador da capital ele tinha uma boa relação com o Movimento Sem Terra.

Aconteceu aqui na Câmara. O João Pedro vive uma coisa muito interessante: é que a Câmara abdicou um pouco da sua função de trabalhos legislativos e teve a sua proposição de leis um pouco delegada pelo executivo. Em cima disso você pensa que a Câmara é um espaço para formulação de políticas públicas ou deveria ser?

Políticas públicas?

Isso, deveria ser em forma de debates, de formulação, de pensar idéias? Ou isso ficaria restrito principalmente ao executivo?

Não, eu acho que ela pode estar buscando políticas públicas sim, porque muitos direitos nossos têm que ser garantidos em lei, senão nem assim a gente consegue né? Então por causa disso eu acho que a Câmara teria um papel importante na discussão das políticas públicas.

Até porque a Câmara representa, em teoria, a sociedade.

É a sociedade. Como é que a sociedade não vai discutir as políticas públicas? E tanto é que nós, para todas as políticas públicas, temos legislações sobre isso, né? A maioria das legislações, começando pela Constituição Federal, colocam essas políticas públicas como direito da população. Aí você vê que educação é um direito, transporte é um direito e todas as políticas públicas são consideradas direito. E se elas são consideradas direitos e elas estão em lei a gente tem que fazer a discussão de como é que se implementa isso na prática.

E o partido, ele tem uma importância nessa formulação? Porque ele também é o eco. Eu não sei se você pensa dessa forma, mas eu acredito que em última instância ele é o formulador de políticas públicas, porque ele é o responsável pelo executivo, ele vai eleger alguém do partido - o vereador é do partido, ele deveria ser o responsável pela elaboração dessas políticas públicas. Como você vê o partido como um todo e o PT em particular na formulação dessas políticas públicas?

Eu percebo que atualmente os partidos e também o próprio PT estão deixando a desejar nessa área, eles não têm a preocupação com a discussão de políticas públicas, eles têm outras preocupações, mas com políticas públicas eles não têm essa preocupação. Mas por que eles não conseguem fazer essa discussão? Eu volto a aquela questão:, eles não estão preocupados com a elaboração de políticas públicas, a preocupação deles é ganhar a eleição. Aí depois que vem a eleição não consegue fazer uma articulação para a implementação de políticas públicas da forma como precisa, e também porque eles não estão mais... no caso do PT, ele não está mais conseguindo participar efetivamente dos movimentos sociais. A partir do momento que ele não consegue estar presente na organização, na discussão de políticas públicas dentro dos movimentos sociais, ele não consegue fazer a ponte com o parlamento, aí ele não consegue fazer uma discussão mais qualificada de como podem se dar essas políticas públicas.

Para finalizar, você teria alguma coisa a acrescentar, alguma consideração final?

Não, eu acho que nós que somos petistas e passamos pela experiência de sermos assessores num primeiro momento dos parlamentares - porque eu já fui de três - e agora estamos na máquina administrativa, aí conseguimos perceber como estamos distantes daquilo que a gente sonha enquanto ideal petista: governar com transparência, com democracia, com respeito às diferenças, para garantir que, de fato, as pessoas tenham direito à saúde e à educação. A gente, na prática, não consegue fazer isso. Muitas vezes não consegue porque a gente está enrascado num emaranhado jogo político muito forte, que enterra as máquinas administrativas e elas não conseguem ser ágeis com tanto jogo político estabelecido dentro delas. E a gente está com muita dificuldade de garantir políticas públicas para a população por causa disso. Não é falta de dinheiro, é falta de competência técnica de muita gente dentro de todos os setores. Não é só no executivo, é no parlamento, é no partido e isso mexe com o compromisso mesmo, político (...).

ANEXO D

Entrevista IV: Helder Salomão

ENTREVISTADOR: DOUGLAS FERRARI

DATA DA ENTREVISTA: 19/12/2006

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

NOME: HELDER IGNÁCIO SALOMÃO

NASCIMENTO 08/ 03/1964

NATURALIDADE: COLATINA

ESCOLARIDADE: SUPERIOR

PROFISSÃO ATUAL: PROFESSOR

Douglas: A primeira pergunta é sobre a composição da câmara na época. Se você se lembra, se é em partido ou individualmente? Eu trouxe para você recordar os nomes dos vereadores.

Helder: A composição da câmara na época era muito conservadora, como é muito comum a gente ver no poder legislativo. Eu costumo dizer que o poder legislativo é o mais democrático de todos, porque todos os seus membros são eleitos diretamente pelo povo. Na câmara municipal, assembleia legislativa e Congresso Nacional todos os membros são eleitos diretamente. Aqui vale uma reflexão: se o poder legislativo não reflete os interesses maiores da sociedade, é sinal que a população não tem critérios muito corretos para escolher os seus representantes. Um exemplo agora é o aumento absurdo que o congresso dá ao salário dos deputados e senadores, noventa e um por cento. Mas a câmara de Cariacica, naquele período da legislatura de 93 a 96, era majoritariamente formada por vereadores que estavam na base aliada do prefeito.

Quem além de vocês fez oposição ao prefeito?

Olha, nós tínhamos eu, Dede, Manuel do PT e outro vereador que nos acompanhava, inclusive quando fomos eleito, nós montamos a chapa pra concorrer à presidência da mesa diretora da câmara. Éramos nós três do PT e Aldo Rezende, do PDT. Esse era o vereador que em vários

momentos compôs com a bancada do PT. Ele não foi constante, mas foi praticamente o único que esteve conosco nas posições que consideramos mais progressistas na câmara municipal.

Os demais vereadores, embora nós tivéssemos vários vereadores do PDT, do PMDB e PMN (partidos que poderiam ter uma postura mais progressista), mas o perfil dos vereadores era clientelista - vereadores que se elegeram fazendo favores ao eleitor e vivendo na dependência do poder executivo.

Foram raros os momentos em que a gente conseguiu ter uma votação que não fosse de acordo com a vontade do prefeito. Só conseguimos isso no momento que a bancada governista, formada pela maioria dos vereadores. Hoje são 16 vereadores, mas na época eram 25: 17 contra 4. Era comum votações na câmara 17..., não porque o presidente da Câmara só vota quando há empate, 16 a 4, 17 a 3, pois o próprio vereador do PDT, às vezes estava votando com outro grupo.

E como era a relação desse vereador que era do PDT com vocês da oposição? E o prefeito era do PDT, eu achei isso interessante porque eu pensava que o prefeito Aloísio já era do PSDB nessa época.

Não, ele já era do PDT.

O PDT é um partido de centro-esquerda. Como que se deu essa questão do prefeito com a bancada do PT?

Na verdade, o Aloísio foi pro PDT por oportunismo político, não por convicção. Já o vereador Aldo Resende, do PDT, era um militante: antes de ser eleito, ele era um militante do movimento pela moradia em Cariacica. Ele atuou na região de Padre Gabriel. Então ele tinha um vínculo muito forte com movimentos sociais.

Isso a meu ver contribuiu para uma postura mais crítica na câmara municipal. Ele trouxe essa ligação, esse envolvimento que ele tinha com o movimento na luta pela moradia em Cariacica. E o Aloísio, embora sendo do PDT, nunca representou o estancamento e a bandeira do PDT na nossa cidade. Ele sempre esteve ligado à direita e também por tempo pequeno. Ele esteve filiado, mas sem um vínculo forte com o PDT.

E bom lembrar que nesse período, ainda que ele fale pelo PDT, é porque Aloísio tem uma visão tão governista, e o governador na época era do PDT, o Albuíno. Em função da filiação do governador, e para estar bem com o governador, ele filia-se ao PDT. Foi apenas por essa razão, não foi identidade com o eleitor.

Então a verdade é que o PDT de Cariacica era governista?

Exatamente. E nós tínhamos, inclusive, por exemplo, outros vereadores daqui do PDT de Cariacica, alguns que não tinham nenhuma vinculação com o PDT. Na verdade é um problema da democracia brasileira: os partidos são somos frágeis e eles são vistos como oportunidade, dado o momento da conjuntura. Então os vereadores filiados ao PDT, não porque acharam que era um

partido progressista, com uma visão de centro esquerda, mas porque viram no PDT uma oportunidade de eleição e viabilização dos seus projetos eleitorais. Nada mais que isso.

Eu observei que seu mandato se dedicou muito a educação. Algum outro vereador atuou com você nessa área?

Olha, além de mim, outro, quem foi professor na Câmara: Marcos Sena, que inclusive é vereador atualmente. Eu contei com ele em algumas áreas. Mas na verdade, as bandeiras que eu defendi, os projetos que eu apresentei na Câmara Municipal em relação a educação não encontraram apoio além da bancada do PT. Um pouco do Marcos Senna e do próprio Aldo Resende. Eram propostas elaboradas por mim e que exatamente feriam os interesses pessoais de alguns vereadores. Como exemplo, desde o primeiro momento eu defendi o concurso público para a educação.

E naquele período, e até recentemente, os professores, coordenadores e diretores eram indicados ou pelo prefeito, ou por vereadores, ou por deputados. Processo seletivo, a mesma coisa. Eleição, gestão democrática na educação. Todos esses projetos que a gente apresentava para garantir mais autonomia da comunidade escolar e maior participação da comunidade no processo educativo eram vistos como ameaça por aqueles que sustentavam o seu mandato nas limitações políticas.

O jornal Mochuara de maio de 93 diz assim: “é desafiante fiscalizar o poder executivo e legislativo, porque somos uma minoria na câmara...”. Como essa situação de minoria se apresentou para você, principalmente na colocação de projetos na Câmara?

Olha nos tivemos vários projetos da bancada do PT rejeitados na Câmara. Exatamente porque os nossos projetos tinham o objetivo de romper com uma cultura política que foi estabelecida no Município. De fato não foi fácil fiscalizar os próprios poderes legislativo e executivo e garantir maioria para aprovar os nossos projetos, porque nós, desde o início da nossa militância política no movimento social e depois no mandato na Câmara Municipal, nos preocupamos com a moralização do poder público, com a criação de mecanismos da participação da sociedade, e nesse caso mais específico, da comunidade escolar.

Então, assim, foi desafiante. Agora, em que momento nós conseguimos aprovar projetos nossos e passar algumas emendas e proposições à bancada? Exatamente no momento que a bancada aliada, a grande maioria da Câmara Municipal manifestava insatisfação com o poder executivo pelo não atendimento de algumas reivindicações feitas por eles. Foi uma relação muito desafiante para nós, mas teve um aprendizado muito grande para nós, porque numa Câmara Municipal de 21, você tem apenas 6 ou 4 vereadores que estão sintonizados e assinados numa posição política própria, enquanto a maioria dos vereadores nem lia o projeto.

O projeto chegava na Câmara Municipal e ele votava sem saber em que estava votando. Claro que isso não era a realidade de todos os vereadores, mas alguns votavam os projetos que o próprio prefeito pedia. Votavam sem analisar o conteúdo do projeto. Então não era aprendizado, mas mostrava o quanto é frágil o poder legislativo no nosso país.

Na relação dos projetos do PT nesse período, quase 80%, eu não sei o número preciso, mas foi cerca disso, foram arquivados. Em alguns momentos o jornal relata o arquivamento

constante de projetos. Havia uma perseguição por parte do prefeito e dos vereadores aliados dos outros partidos?

Nós éramos minoria, só isso já explica o porquê do arquivamento dos nossos projetos. Mas a motivação maior não era porque nós éramos minoria, porque alguns projetos conseguimos aprovar, alguns projetos foram votados da bancada do PT por unanimidade. Mas quais foram os projetos arquivados? Exatamente aqueles que rompiam com a política em curso, especialmente projetos que visavam a moralizar a relação do poder público com o legislativo, do poder executivo com o legislativo e do poder executivo com a sociedade. A razão maior para rejeitar os nossos projetos é porque eles visavam a transparência, ética, uma relação mais democrática com a sociedade.

Eu observei, não só em Cariacica - é comum ao partido a apresentação de projetos por bancada. Essa medida de apresentação de projetos por bancada serve pra dar unidade ao partido, apresenta o partido como um bloco único. Tem um pouco dessa tendência; não é o forte, mas não é isso que acontece. Isso não esconde, às vezes, o indivíduo, por exemplo? Essa apresentação por bancada?

Olha, eu acho interessante fazer uma reflexão, porque durante a minha experiência na Câmara Municipal, nós, até por orientação partidária, todos os projetos apresentados pelo vereador do PT eram assinados por toda a bancada. Obviamente, o projeto era iniciativa de um vereador, e isso era explicitado durante os debates que eram realizados na Câmara Municipal.

A iniciativa de um projeto do vereador Helder Salomão era assinado pelo vereador Dudé e pelo Manuel Rodrigues. Nós até submetemos uns poucos projetos à adesão de outros vereadores. Até como estratégia para atrair os vereadores para votarem a favor dos nossos projetos. Não creio que nisso se escondam medidas, ao contrário: isso mostra que a partido tem um projeto, que tem diferenças, obviamente, mas que tem posições estratégicas que devem ser defendidas por todos os membros do partido. Considero essa uma experiência que fortalece a instituição partidária e, de certa forma, coloca para os demais parlamentares que o partido tem uma posição, e que pra chegar a virar um projeto de lei, tem que ser discutindo no âmbito do partido.

Não vejo nenhum prejuízo. Obviamente que os outros partidos que tinham bancada de 4, 5 vereadores, não apresentavam em nenhum momento projetos que fossem coletivos, só projetos individuais. Mas acho essa experiência interessante, e até hoje os deputados, há pouco tempo na assembleia legislativa apresentavam projetos individuais, alguns coletivos, assinados por mim, por Cláudio Vereza, pela Brice e pelo Carlos Casteglioni.

Todos os projetos apresentados em conjunto pelo grupo de vereadores eram debatidos ou achavam o projeto interessante e iam votar? Ou isso era de discussão previa?

Alguns chegavam a ser discutidos no âmbito de partido, não todos, obviamente, mas alguns projetos eram discutidos no âmbito do partido. A maioria deles era discutida na reunião da bancada e na reunião da assessoria coletiva. Porque nós fizemos uma experiência com a assessoria coletiva. O que era a assessoria coletiva? Nós criamos um espaço, um fórum de debate, que era formado por três vereadores e assessores que foram indicados pelos três vereadores, e formavam uma assessoria e faziam um círculo de debate. Então, o projeto, a ação de bancada, a

ação parlamentar, conjuntura política,... Todas as discussões que a gente fazia passavam por esse fórum que nós denominamos assessoria coletiva.

Eu tenho muita dificuldade de detectar o projeto. A gente se referia a quem era a iniciativa daquele projeto.

Geralmente era o primeiro, mas isso deve ter seguido a regra umas duas ou três vezes.

Porque eu demorei para observar, tive que olhar o projeto de outros. Vi que em Vila Velha era da mesma forma. Eu concluí que quem tem iniciativa é o primeiro vereador que assina.

Inclusive, na assembléia legislativa, nós temos o mesmo critério. O autor do projeto ou a iniciativa do projeto, quem assinava primeiro era exatamente esse deputado que tinha a iniciativa. Na Câmara era a mesma coisa, quem assinava primeiro era o autor do projeto. Os outros eram autores solidários, eram co-autores.

A gente sabe que o PT tem uma prática política diferente, e a atuação na Câmara é reflexo dessa prática. A gente sabe que a maioria dos vereadores não têm essa ligação com essa atuação do PT. E como foi esse relacionamento dessa prática diferente - o movimento social é um exemplo - com os outros vereadores?

Muito difícil. Por que? O município de Cariacica é marcado por autoritarismo, pelo clientelismo. Então durante décadas nós fizemos aqui a vivência de uma política muito marcada por essas características, e impedindo, futuramente, o povo de participar e a câmara de fiscalizar. A Câmara Municipal de Cariacica começou a fiscalizar o poder executivo a partir do momento em que o PT elegeu o seu primeiro vereador, em 1988. Até aí a câmara era mais um apêndice do poder executivo, e quando a gente assumiu o mandato de 93, eu lembro que nos primeiros meses eles ficavam sondando para ver qual seria a postura dos vereadores do PT.

E, obviamente, até por conhecerem a prática do partido e conhecerem a nossa postura ligada ao movimento social, e no meu caso ligada, à igreja - aliás, eu, Manuel e Dedeco, fomos três que tivemos a mesma origem, movimento popular e a comunidade eclesial. E no meu caso, ainda com uma experiência no movimento sindical, na participação no SINDIUPES, primeiro na oposição e depois como secretário da entidade.

Então por eles conhecerem a nossa atuação política, eles de certa forma respeitavam a nossa posição, mas sondavam pra ver até onde nós topávamos ir. E não foram poucas as insinuações, tentando desviar a atuação da bancada para o caminho que eles sempre adotavam. Mas como eles perceberam que nós tínhamos uma posição firme e intransigente na defesa desses interesses democráticos, éticos e de participação popular, o que houve foi que com o tempo nos fomos ganhando nosso espaço.

E muitas vezes, pra pressionar a Câmara Municipal e mobilizar a sociedade em torno de alguns projetos de interesse daquele candidato. Nós, não foram poucas as vezes que não lutamos por aquela Câmara Municipal. Levamos a população pra lá, professores, outras entidades pra

sensibilizar os vereadores a concederem com o que nos pedimos para aprovação de alguns projetos.

Em momentos muito delicados nós tivemos um enfrentamento, momentos difíceis, tivemos até ameaças. Eu e Dudé, por causa de nosso enfrentamento com o poder econômico local, projetos que eram de interesse de algumas empresas locais. E nós combatemos inclusive monopólio de empresas da época, nós tivemos aqui em Cariacica momentos tensos, de muitas dificuldades.

Agora, como a gente reagia a isso: bancada articulada e relação com movimento social. Não é uma tarefa fácil, porque o que move o Brasil ainda hoje, e muitos parlamentares, não é o interesse coletivo, é o interesse individual, e outros que são inconfessáveis.

A gente sabe que o PT às vezes tem uma atuação diferente do que a população às vezes quer. O povo está muito ligado ao vereador “obreiro”. Daquele vereador que o João Pedro corretor da sociedade na prefeitura. Até que ponto o partido conseguiu se desvincular aqui em Cariacica dessa situação que é dos eleitores, é um pouco do que os eleitores querem.

Essa cultura clientelista é muito forte. Essa visão deturpada do que é o poder legislativo também ainda está muito presente. Na verdade a maioria dos vereadores trata a população como cliente, é o clientelismo. Então é o cliente que você atende, que você arruma um remédio. E nós tivemos muitas dificuldades. Não foram poucas as pessoas que votaram em mim e depois disseram o seguinte: “puxa, o vereador Fulano da Tal arruma remédios, uma série de favores, arruma emprego pra minha filha. E você?”.

E aí os adversários faziam a questão de dizer que o PT não ajudava ninguém e ainda não levava obras pras comunidades. Porque os vereadores não fazem obras, mas vereadores de Cariacica diziam que eram eles que levavam as obras e faziam alianças com o prefeito, e iam à comunidade, fazendo todo um trabalho pra desestruturar o nosso mandato. O que conseguia sustentar o nosso mandato, a meu ver, diante dessas dificuldades? Porque a população cobra obras, cobra serviços, cobra favores, e nós fomos rompendo com isso.

Obviamente, em alguns momentos, nós tivemos dificuldades de romper com isso, até porque a comunidade, quem esteve ligado à comunidade, que a gente achava mais politizada, também cobravam isso de nós. Teve vereador que tinha ambulância na época e essas pessoas diziam pra gente: “porque você não compra uma ambulância também?”. Quantas vezes eu fui questionado e dizia: “o papel do vereador não é comprar ambulância, o papel do vereador é aprovar projetos de lei, garantir que o recurso da saúde seja bem aplicado, para que você tinha um sistema de saúde melhor, é não precise da ambulância do vereador”.

Em vários projetos seus, por exemplo nas emendas do orçamento, varias emendas sobre pavimentação asfáltica.

Aí, o que nós fazíamos, até complementando a resposta anterior, o que nós fazíamos ao invés de ficar presos àquelas limitações, embora as comunidades pedissem algumas indicações, a gente fazia. A gente fazia uma conversa com a comunidade, nós tínhamos uma avaliação de mandato, prestação de contas do mandato, e nesses momentos é que surgia a demanda. Eu nunca, por exemplo, apresentei emenda, orçamento da minha própria cabeça. Quando eu propunha

drenagem, pavimentação da rua A, no bairro B, é porque eu já tinha feito uma conversa com a liderança. A liderança já tinha discutido conosco a necessidade da realização daquela obra.

O que a gente cobra do nosso mandato, e só agora em Cariacica começa a virar realidade, é o orçamento participativo. Como não tinha orçamento participativo na época, então a gente apresentava as emendas a partir da conversa com as lideranças comunitárias. Mas nunca, assim, apresentando com o objetivo de tirar a cópia e distribuir na comunidade, como outros vereadores faziam.

Então, o ideal na época era que a gente conseguisse implementar o orçamento participativo. Como ele não existia na prática, então nós fazíamos os nossos debates, nós participávamos de muitas reuniões com comunidades, fazíamos avaliações de mandatos. Quando essas demandas surgiam, nós transformávamos essas demandas em emendas, em projetos de leis de interesse público.

Você já falou, mas para aproveitar a pergunta: como era o relacionamento da Câmara com o prefeito?

Era de adesão total ao prefeito. Como eu disse, muitos vereadores sequer liam os projetos do poder executivo. Votavam porque havia interesse do poder executivo. A ordem partia do poder executivo e era imediatamente votado. Não foram uma nem duas vezes que os projetos chegavam lá às 18:00 horas e às 18:30 já estavam aprovados. Imagina que projetos muito importantes foram votados sem nenhum debate na Câmara, porque interessava ao prefeito da época, o poder executivo, e esses vereadores então eram da base aliada e não davam nenhum trabalho ao prefeito. Agora o trabalho que davam era pedindo favores. Quando os favores não eram atendidos eles se rebelavam.

Muitos projetos, nada verdade eram apresentados pelo prefeito?

A maioria.

Até o João Pedro fala assim: “a Câmara muitas vezes abdicou de sua função principal e reconheceu no executivo toda a prerrogativa de propor leis”. Na verdade deveria ser o legislativo.

Exato, mas é comum que as câmaras legislativas, não só as assembleias (assembleia constitucional), apreciem muitos projetos do poder executivo. É natural, o problema é que muitos abrem mão dele, tem vereador que passa o mandato inteiro sem apresentar projeto. E hoje infelizmente ocorre, na época não existia muito isso, mas hoje muitos vereadores copiam projetos pela internet e apresentam. E até deputados.

Vocês tinham uma relação com os vereadores do PT de outros municípios, outros Estados?

Nós, por exemplo, apresentamos projetos aqui que foram apresentados em outras cidades. Tinha também no Estado, uma articulação de vereadores do PT, nós realizávamos duas vezes por ano um encontro de vereadores do PT do Espírito Santo. E aí, inclusive, trocávamos experiências,

debatíamos sobre as nossas atuações, e era comum que uma experiência, um projeto apresentado aqui, pudesse ser apresentado em outra cidade, adaptado à realidade daquela cidade. Isso era muito bom.

Isso não acontece tanto mais hoje.

Infelizmente hoje nós temos dificuldade de articulação com os parlamentares das Câmaras Municipais do Estado. Mas durante o nosso mandato, nós fizemos, se eu não me engano, oito encontros. Em oito anos nós fizemos uma média de oito encontros, e o João Pedro era um dos vereadores atuantes nesses fóruns de vereadores atuantes no Estado do Espírito Santo. Além dele, outros vereadores como Domingos Taufner. Nós tínhamos assim uma atuação muito grande em Serra com o vereador Pedro Paulo, que participava muito. E era um espaço importante, porque além do debate político dos projetos do PT, a gente discutia a experiência de cada vereador na Câmara Municipal.

Tem um projeto que destaquei mais, que foi do Edson Nogueira, quando ele elimina a eleição direta para diretor. Esse projeto é um projeto na contramão da história daquele período: municipalização, participação popular, conselhos. Então, era o que se falava na época, e esse projeto foi contra essa questão. Queria que você comentasse um pouco sobre esse projeto, sobre a posição dos relatores.

Eu fui um dos relatores pela comissão de educação.

Mas houve outros dois que deram parecer favorável ao projeto. Queria que você recordasse um pouco desse momento da história.

Recordo! Inclusive nós fizemos uma grande mobilização nos dias que esse projeto foi votado. Ele foi debatido na Câmara durante três ou quatro sessões, e nós conseguimos lotar a Câmara Municipal, através de uma mobilização feita pelo nosso mandato, pelos mandatos dos demais vereadores do PT, Dudé e o Manuel. E tentamos de todas as formas evitar que o projeto do vereador Edson fosse votado, mas infelizmente não conseguimos. Agora vou dizer qual a razão principal que motivou os vereadores à eleição direta para diretor: é porque todos os diretores, sem exceção, eram cargos indicados pelos vereadores. Eles indicavam e o prefeito nomeava esses diretores. Então, na verdade, o que eles não queriam era perder o controle das indicações políticas que faziam.

Nunca houve eleição direta, só na Lei Orgânica?

Só na Lei Orgânica. Na verdade o que o vereador Edson Nogueira fez foi tentar eliminar de uma vez a possibilidade de eleição direta, porque o que nós tivemos aqui foi uma experiência na época em que Vasco Alves foi prefeito e Nelma foi secretária, mas nós nunca fizemos efetivamente eleição direta pra diretor. É isto que o Edson fez: foi tentar eliminar de uma vez, embora tenha previsão na lei orgânica, na constituição estadual, na constituição federal e na LDB, lei de diretrizes e bases da educação, que a gestão tem que ser democrática. Mas eles entendiam na época que, e até hoje ainda entendem, aqueles que permanecem na Câmara, vereadores ou não, que esse é um cargo de confiança do prefeito, e que o prefeito deve indicar quem ele acha que vai dirigir melhor a escola. Mas lembrado que em Cariacica sempre as escolas sempre foram espaços

de política eleitoral. Na verdade, eu sempre dizia, nos meus discursos, que eles achavam que as escolas eram comitês eleitorais, e nomeavam professores e diretores como cabos eleitorais durante período de campanha.

Até no voto separado da comissão de educação, falam que a eleição direta, segundo eles, inibe o direito de comando do prefeito. Na verdade, entendo que eles formalizam a indicação.

Aí eles confessam a real motivação, ou seja, tiram o direito do prefeito comandar, ou seja, tiram o direito do prefeito nomear sem ordem da Câmara.

Logo após você fez um projeto, em pouco espaço de tempo, restabelecendo a eleição tanto de coordenadores quanto de diretores. E tanto nesse artigo, você coloca essa questão do histórico que estamos vivendo, da participação popular, da eleição democrática. E como foi, desse período da votação do projeto do vereador Edson Nogueira até o seu projeto? Como a população, basicamente os professores, reagiram a essa situação?

Olha, nós tivemos um grande apoio, tivemos vários debates com a diretoria do SINDUFES, com a coordenação daqui do município, tivemos debates com vários professores sobre esse projeto e tivemos alguns debates na Câmara Municipal. Tivemos, inclusive, debates com estudantes sobre esse projeto. E tivemos algumas mobilizações durante o debate desse projeto na Câmara Municipal. Lembro que mais uma vez nós fomos derrotados, porque lideramos aí na época do vereador Edson Nogueira – em que não podia a gestão democrática, pra não eliminar as indicações políticas que eram, pra eles, estratégicas, importantes pra manter os seus curais eleitorais. E além disso, garantir apoio nas eleições seguintes.

Você participou de alguma comissão internamente da Câmara?

Só a comissão da educação. Eu não consegui passar para outra comissão.

Como relator?

Como relator. E era uma comissão permanente.

Como que foi essa indicação?

Na verdade foi o seguinte: nós perdemos a eleição. Nós montamos uma chapa e essa foi derrotada. Como a lei orgânica e o regimento interno dizem, todos os partidos têm que estar contemplados em alguma comissão, isso é lei. Então eles me colocaram na comissão de educação, pelos simples fato de eu ser professor. A razão pelas qual eu fui escolhido pra ir pra educação foi, sem dúvida nenhuma, alguma comissão. A lei orgânica garante a todos os partidos com representação na Câmara estarem efetivamente numa comissão. E como eles sabiam que eu era professor, me colocaram na comissão de educação. Não teve outra razão.

Mas não como presidente, né?

Não. Em todas as comissões da Câmara são três titulares, então me colocaram numa comissão, porque os outros dois eram adversários e sempre votavam contra mim. Então por isso eu nunca conseguia, daí o voto separado de eu como relator. Eu preferia fazer o relato, e só quando eles não concordavam, faziam votos separados e derrubavam o meu voto. E isso aconteceu inúmeras vezes: na gestão democrática, no processo seletivo, na proposta de concurso público e em tantas outras.

Numa rápida avaliação, passados os dez anos, como você avalia a sua participação na Câmara? Pontos fortes, pontos altos, áreas que você mais atuou?

Olha, eu considero que o ponto forte de minha atuação na Câmara foi a relação com o movimento social. Eu avalio que a gente só conseguiu chegar ao final do mandato com credibilidade, com uma boa articulação, e até uma boa avaliação, primeiro porque a gente agia com ética, transparência, compromisso, mas, acima de tudo, porque a gente conseguiu envolver a sociedade em momentos importantes da vida do nosso município.

Ao longo da gestão democrática, a gente pode citar outros exemplos, como o congelamento dos salários dos vereadores. Hoje a gente fala em aumento de 91%. Na época, em um movimento liderado por mim e pela bancada do PT, conseguimos congelar o salário dos vereadores. Isso só foi possível graças à pressão popular, a partir de uma articulação do nosso mandato. Aí eu considero como maior vitória, essa relação permanente com o movimento social, de debate e de aliança, pra enfrentar uma conjuntura adversa e enfrentar também as adversidades daquele momento político, que era um momento político muito conturbado no nosso município.

E pontos fracos que poderiam ser melhorados?

Bom primeiro é bom registrar: foi um grande aprendizado. Eu amadureci muito no período que estive na Câmara Municipal. Pontos fracos existem, acho que a nossa bancada poderia ter sido mais ousada, embora tivesse uma boa articulação com o movimento social, poderia ter sido mais ousada na mobilização da sociedade. Acho que a nossa experiência foi um ponto fraco, nós não tínhamos uma experiência no poder legislativo, embora essa fraqueza depois foi um elemento importante pro nosso conhecimento político e pra nossa história de militância no município.

Um ponto fraco que vejo, e que aí não tem haver com nós, mas com todo o parlamento, é que o parlamento é ainda um poder que lamentavelmente representa pouco os interesses da sociedade, porque se observa que há falta de compromisso com interesses maiores da população. Há uma lentidão muito grande, e eu diria assim, um outro ponto fraco foi a nossa incapacidade, mas eu diria assim, incapacidade não porque somos incapazes. Mas nós temos capacidade de formar a maioria, viver 4 anos como uma minoria na câmara municipal sem conseguir aprovar muitos projetos. Eu diria que foi um desafio, e ao mesmo tempo um ponto fraco que a gente não conseguia vencer. Não conseguia vencer porque a maioria da Câmara não tinha as preocupações que a gente tinha naquele momento.

Foi uma das maiores dificuldades de aprovação de projetos?

Aprovação de projetos e também outra coisa difícil é a gente impedir que projetos impopulares, projetos e medidas que não iriam beneficiar a população, fossem aprovados. Então, assim, ao mesmo tempo que tinha dificuldade de aprovar projetos de feitorias da bancada do PT, a gente tinha dificuldade de barrar projetos que eram absurdos, que eram apresentados ou pelo prefeito ou pelos demais vereadores.

Mas e os projetos de outros vereadores, de interesse popular, não sei se teve... Vocês se apresentaram como esses projetos, se recorda de algum?

Olha, nós votamos a favor de vários projetos da prefeitura municipal e de outros vereadores, porque ser oposição, não é ser oposição em todas as situações. Há situações que os projetos eram de interesses da população, e mesmo que um prefeito seja de direita e não tenha compromisso com o povo, é quase impossível você não ter nenhum projeto que ajude a cidade. E tem uns projetos também que o executivo apresenta por necessidade também. Então eu lembro que nós votamos na maioria dos projetos do prefeito e dos outros vereadores. Porque eram projetos assim sem muita importância.

Eu lembro que nós votamos a favor de projetos de outros vereadores que passavam por vários assuntos. Poderia citar, por exemplo, um projeto na área de saúde, que foi um projeto que visava a garantir um melhor atendimento nas unidades. Então, era um oferecimento de mais condições pro atendimento. Só que isso foi aprovado na câmara, mas dependia da ação do prefeito. Foram várias as propostas que a gente aprovou e que não eram de nossa iniciativa, mas em momentos importantes, em que projetos não tinham como interesse o bem-estar da população, a gente se posicionou contra.

Nesse período - é uma marca do PT - eu relacionei varias denúncias contra a administração municipal. No caso de Cariacica, principalmente no controle dos gastos públicos. Mas eu fico me perguntado, por que o PT de certa forma prioriza a função fiscalizadora? É uma das prioridades partidárias? Está na fala do partido, do parlamentar, seja deputado estadual, vereador,...

Essa é uma marca do PT, porque ao contrário do que alguns pensam, o papel do poder legislativo é legislar e fiscalizar. Não é executar, executar cabe ao executivo. E o PT sempre teve essa característica de fiscalizar as ações do poder executivo e também do poder legislativo. A gente fiscalizava não só as ações do prefeito da época, mas também dos próprios vereadores. Não foram poucas as vezes que a gente se posicionou contrário às ações e medidas adotadas pela mesa diretora da época e pelo prefeito.

O que acho importante destacar é que totalmente sem estar na oposição, como era o nosso caso, na oposição a gente tinha que, necessariamente, exercer com mais rigor o processo de fiscalização. Porque era o que nos restava, já que a gente não conseguia aprovar os nossos projetos, com dificuldades de fazer articulação pra ter a maioria na câmara, e considerando que o PT nasceu como partido crítico ao modelo estabelecido, nós, há mais de uma década - isso é mais forte no PT do que é hoje inclusive, mas até hoje o PT é um partido que pressa pela fiscalização dos atos do poder legislativo, executivo, e que pressa pela boa aplicação dos recursos públicos,

embora a gente saiba que os últimos problemas que o PT enfrentou, mas que faz parte do processo político ao nosso ver, e que tem que ser combatido internamente, porque ao PT não interessa que práticas como essa que sejam vistas como naturais.

Você poderia me dizer se o vereador da oposição está um pouco destinado a fazer denúncias, a fiscalizar, é o que ele tem mais condições de fazer. E os vereadores da situação, eles fazem mais vista grossa ao prefeito por que ele é da situação e não vai fazer oposição por teoria?

Naquele caso da Câmara, eles não faziam vista grossa, eles fechavam os olhos pra tudo. Eles não queriam enxergar o que estava acontecendo. Então eu acho que o papel do vereador de fiscalizar deve ser sempre levado muito à sério. E nós levamos isso muito à sério durante nosso mandato.

Sobre essa questão da fiscalização por parte do PT. Quando você está na oposição, você consegue mais eco na sociedade: nos jornais, nas reportagens. E já quando é um projeto, a própria imprensa não dá tanto destaque.

É verdade. Dá muito mais valor às críticas, à fiscalização, às denúncias.

Seria uma forma do vereador se apresentar como “eu sou vereador da oposição e estou aqui fazendo trabalho pro povo”. Tem uma questão de mídia nessa fiscalização. Você vê alguma coisa assim?

Olha, eu encaro isso como um princípio do PT. O PT nasceu com essa preocupação de moralizar a atividade política e a coisa pública. Agora, é óbvio que funciona como estratégia para quem está na oposição, a denúncia, a fiscalização é sempre uma possibilidade de ter mais espaço junto à sociedade e os meios de comunicação, sem nenhuma dúvida. Essa é a idéia mais cabível de unir o necessário ao necessário, pois as duas coisas são necessárias.

Fazendo uma comparação (a história me deu um presente muito grande) eu estou me referindo a maior parte sobre a oposição petista, mas hoje não tem a oposição da direita, seja no governo nacional, seja em Vitória, seja aqui em Cariacica. Você vê alguma semelhança e/ou diferença entre a oposição feita pelo PT há dez anos atrás e a direita hoje?

A diferença é muito grande, porque nós fazíamos a oposição não ao prefeito, mas a algumas iniciativas, projetos e medidas do prefeito que na avaliação do partido, da bancada e minha como parlamentar na época, feriam os interesses da comunidade, não ajudavam na transparência do executivo, não aplicava bem os recursos da saúde, da educação. Então nossa oposição não era pra tirar proveito, não é aquela história: “plantar dificuldades pra colher facilidades”. Nós não fazíamos isso.

Hoje a oposição é fundada nisso. A oposição, por exemplo, ao governo Lula, aqui no município, é uma oposição baseada nessa máxima “plantar dificuldade pra colher facilidade”, e muitas vezes projetos de muita importância são engavetados não porque o vereador discorda dos projetos, é porque quer usar o projeto como instrumento de barganha política. Diferente da nossa oposição da época, nós não nos colocávamos contra projetos de interesse das comunidades pra levar

vantagens, e não nós colocávamos contra projetos que a gente achava contrários a população; nos colocávamos por princípios políticos, por princípios partidários e democráticos.

Agora, de qualquer forma, hoje a gente vê - e nós vimos isso no cenário nacional - defensores de punições às pessoas que praticaram atos que devem ser punidos, foram feitos por pessoas que sempre estiveram identificadas com as piores práticas políticas nesse país. Então, muitas vezes o que a gente vê hoje é uma oposição que visa a interesses próprios, e para isso, utiliza projetos, usam iniciativas que são apresentados pelo poder executivo.

O PT faz então um contra-poder responsável?

Eu acho que nós não podemos definir assim, ou seja, a nossa posição era uma posição responsável. Nós nos colocávamos contra porque tínhamos uma visão política, estratégica, econômica, social, diferente da que era apresentada. E volto a dizer: muitos fazem oposição hoje não por essa razão, criam dificuldades porque buscam com isso conquistar um espaço na política com esse posicionamento.

Eu fico imaginando, Helder, como o PT faria se as denúncias, como o mensalão, se fosse o PT na oposição?

O PT faria muito mais barulho, talvez, do que fez a oposição, sem dúvida disso. E o PT, até porque se notabilizou como partido de oposição, teve inúmeros conflitos quando assumiu o poder. Aqui em Cariacica não é diferente. Nós hoje estamos no poder, exercemos o mandato de prefeito e temos conflitos partidários. E esses conflitos são naturais, porque nós vivemos a primeira vez no governo de Cariacica, então é natural que surjam conflitos. O que a gente não pode é abafar os conflitos. Por isso a nossa determinação é que nós escutamos cada vez mais o partido, as diferenças que temos e as possibilidades que temos de avançar nas políticas públicas.

Mas o PT, fatalmente, se tivesse na oposição, faria muito barulho, e os outros demais. O PT está vivendo um momento que ele precisa refletir algumas práticas que estão ocorrendo no âmbito do partido. Tem que ser punidas, tem que ser exemplarmente punidas. Não podem ficar impunes aqueles que se envolveram em esquemas que não se diferenciam dos esquemas vividos por aqueles da direita e de outros partidos que a gente tanto combateu no passado.

Nós não podemos admitir isso no âmbito do partido. Acho que até em alguns momentos, o PT foi, não diria condizente, mas demorou muito a tomar iniciativas. E todos esses acontecimentos no âmbito nacional e em alguns municípios, mostram que o PT não está imune, também está sujeito a ter no seu quadro pessoas que não defendam efetivamente interesses da comunidade, da maioria da sociedade com transparência, com democracia e com ética.

Quais os movimentos sociais com que você mais participou, mais se envolveu?

Eu comecei na igreja, depois na pastoral da juventude; a partir daí eu comecei a me envolver com movimentos populares, associação de moradores, depois eu já participei muito do início da FAMOC (Federação da Associação de Moradores de Cariacica). E esses foram os dois

movimentos que mais participei. E também tive participação importante, embora menor, no movimento sindical dos professores.

Alguém te procurou na época como vereador para apresentar algum projeto, você foi até o sindicato para apresentar algum projeto?

O diálogo era permanente, a ponto de participar das assembléias de professores. Quanto me elegi vereador eu era diretor do SINDIUFES, eu me afastei para exercer o mandato. Então minha relação é muito próxima, até porque a coordenação municipal aqui tinha uma comunidade política muito grande conosco, com permanente diálogo. A gente tratava de estratégias mesmo. Quantas vezes a gente se reunia para tratar de estratégias para buscar aprovação de um projeto na Câmara Municipal. Isso aconteceu quando a gente apresentava emenda para acabar com as indicações políticas do processo seletivo. Eu apresentava também projetos aqui no movimento, para incluir História e Geografia de Cariacica no currículo. Sempre a gente faz isso em parceria com o SINDIUFES.

Nos jornais, tanto do mandato como os jornais do PT, está marcante a sua presença entre os professores. Em que essa presença contribui para a aprovação de projetos?

O projeto de gestão democrática sempre foi feito para alunos e professores. Nesse posicionamento ele era balizado por esse diálogo com a SINDIUFES. Para você ter uma idéia, a primeira vez que eu fui vaiado na Câmara Municipal foi quando eu defendi o projeto que visava a acabar com as indicações políticas e incluir na seleção dos professores o processo seletivo através de prova e títulos.

Eu me lembro que os vereadores da direita organizaram um grupo de professores que já estavam na rede, indicado por eles, e não deixaram eu falar. Eu não consegui me pronunciar - e tentei durante 15 minutos - com o presidente tentando acalmar os cabos eleitorais dos vereadores, que estavam me vaiando. E ao final eu só consegui dizer uma frase: “Vocês que hoje estão me vaiando ainda vão me aplaudir, porque da mesma forma que vocês são indicados por eles, amanhã, quando vocês não mais servirem aos interesses deles, vocês serão ignorados”.

Foi o que eu consegui dizer no pouco tempo que eu estava na tribuna, mais nada. E aí assim, dito isso em frases, porque não conseguir dizer tudo isso em uma só vez. Alias, eu usei a expressão errada, não é me aplaudir não: “Vocês que me vaiam ainda vão me agradecer”. Até hoje lembram desse episódio e em agradecem por terem sido aprovados no concurso público e não deverem mais favor a vereador nenhum.

Qual deve ser a relação do defensor do mandato eletivo com o partido?

Primeiro tem que ter fidelidade ao partido. No Brasil, infelizmente, tem pouca fidelidade. Segundo, tem que ter uma relação de proximidade, de diálogo com o partido. Eu sempre prezei, no meu mandato de vereador, deputado e agora de prefeito - confesso que de prefeito é até mais difícil esse diálogo com o partido - porque o poder executivo exige ações muito mais rápidas do que o poder legislativo, mas considero fundamental o diálogo permanente. E nós fizemos durante o mandato de vereador, e estamos agora aperfeiçoando como prefeito, que é avaliar, prestar conta do mandato ao partido permanentemente.

Como que isso acontecia dentro do PT, tirando um pouco os sindicatos nesse momento: apresentação, debates, separação de projetos da bancada?

Ficou mais restrito à assessoria coletiva, à bancada e à acessória coletiva. E alguns projetos nós fizemos no âmbito da executiva e do diretório.

Teve algum encontro ou plenária em que você teve a oportunidade de colocar determinado projeto?

Vários. Durante 4 anos, acho que tivemos 4 plenárias de avaliação. Ao final de cada ano fazia-se uma plenária de avaliação, e nessa plenária a gente prestava conta e também discutia alguns projetos. Obviamente que alguns projetos que seriam apresentados já estavam protocolados e até alguns que haviam sido apresentados. Então era o momento que a militância podia concordar, discordar, sugerir. Mas isso era assim, uma vez por ano a gente conseguiu fazer.

Num planejamento da bancada, o que me chamou atenção foi: “era necessário envolver mais pessoas do partido como um todo”. Então o partido se envolveu pouco?

Nós conseguimos envolver o partido em discussões pontuais no executivo e no diretório, nessas plenárias e na mobilização, porque grande parte dos filiados de Cariacica, em 93, 94, 95, muito mais que hoje inclusive, eram vinculados ao movimento social. Então, nós fazíamos reuniões periódicas com movimentos populares sempre os petistas estavam presentes.

Então a gente acabava tendo uma relação muito próxima com os militantes do PT. Ao mesmo tempo em que a gente ia para uma reunião pra discutir o problema da comunidade, da região, a demanda da comunidade, a gente falava dos nossos projetos. Então, assim, os fóruns com militantes foram esses aí: 4 encontros - 1 a cada ano - além da reunião de executiva, do diretório e da assessoria coletiva. O que significa a assessoria coletiva? Na assessoria coletiva nós tínhamos representantes de todos os agrupamentos internos. Mas considero que nós tivemos falhas, com certeza. Nós não conseguimos envolver o partido inteiro no debate.

Aqueles projetos que não são do seu conhecimento, você consultava quem para elaborar? Procurava alguém do PT?

Com certeza a gente consultava, e muitas vezes a gente conseguia esse diálogo no fórum estadual de vereadores. Como eu já disse, foram 8 ou 9 encontros estaduais dos vereadores do PT, e lá nós trocávamos experiências. Nós tínhamos também a assessoria coletiva de vereadores do Espírito Santo, e muitas vezes nós tínhamos dúvidas. A gente tinha advogados, economistas. Pessoas que nos assessoravam para dar dicas, idéias de como conduzir.

E muitas vezes os projetos que diziam respeito, por exemplo esse sobre a história e geografia na escola, eu conversei com professores da rede, que me ajudaram a formatar o projeto. O projeto que apresentei criando o Programa Municipal de Medicina Alternativa, com foco na fisioterapia. Nós temos um grupo de mulheres que trabalham com a fisioterapia. Então eu elaborei a idéia e sentei com a AMUCABULI, que é a Associação de Mulheres Unidas de Cariacica Buscando a Libertação, e nós chegamos ao formato final do projeto com relação ao conselho municipal de

educação, e a uma discussão que envolveu desde o movimento popular até os professores e estudantes. Sobre o projeto de gestão democrática, houve debate com SINDIUFES, professores, estudantes, com movimentos populares.

Nas reuniões do diretório, na executiva, eu percebo, hoje que muitos dos pontos colocados são: ação parlamentar na conjunta, posicionamento por partido, eleições, organização do partido. Eu não vejo um debate sobre políticas públicas. E na sua época, como se davam essas reuniões da executiva e do diretório?

Você tem razão, mais recentemente esse debate ocorreu no partido, embora eu avalie que o PT precisasse pensar em um acompanhamento mais constante do seu eleito. E acho que essa é uma falha do partido no âmbito nacional. Hoje você vê que muitas vezes os vereadores - e até acontece com deputados - sem compromissos com o partido, sem compromissos com as bandeiras defendidas pelos movimentos sociais, mas faltam um pouco de discussão e de debate mais profundo das políticas públicas.

Concordo plenamente, essa é uma das falhas que o partido tem e que nós precisamos corrigir. Temos muitas experiências acumuladas, em alguns lugares isso avançou mais. E eu criei, quando deputado, uma experiência que, se eu for deputado de novo, eu vou relatar isso ao conselho político do mandato. Você tem um grupo de pessoas, mais ou menos 50 pessoas, que duas vezes por ano a gente sentava pra debater profundamente a gestão do mandato, as proposições do mandato. E acredito que isso falta mesmo no partido: poder debater mais as políticas públicas.

Uma coisa que eu reparo é a falta, é a pouca frequência, de encontros de políticas públicas. Encontros de educação, de saúde,...

Na verdade a gente acabava sendo demandado. Acho que isso talvez foi um dos pontos fracos da nossa atuação parlamentar naquele momento. A gente muito mais foi demandado que demandou, ou seja, a gente participava de muitos debates quando era convidado, mas os nossos mandatos na época provocaram poucos debates. Hoje por exemplo os nossos vereadores propõem muito mais. Nós utilizamos poucos durante o nosso mandato, desse instrumento chamado audiência pública, que hoje os nossos vereadores acham o máximo. Tudo fruto de experiência, e da inexperience também, que nós tínhamos na época.

Uma coisa que é fruto dessa pesquisa é a minha proposta ao partido de se criar setoriais de setoriais. Setoriais de políticas públicas, setoriais de educação, setoriais da saúde, porque isso vai colaborar com o parlamentar petista. Ele vai propor um projeto que ele sabe que é uma demanda do partido. Hoje o PT não tem um projeto sistemático elaborado para as políticas públicas. Aí eu me pergunto, Helder, onde se encontravam os professores? É unânime dizer que eles estão presentes no sindicato, mas professores no partido existem poucos.

É não existe uma articulação dos professores que estão no partido para debater as políticas públicas com frequência.

Eu fiz questão de dizer isso porque você é professor, você tem condição de falar sobre essa situação. Inclusive, nós temos professores de nome, como a Marlene, a Terezinha Cravo, você, a Célia. São pessoas que poderiam aglutinar essa discussão. Na época já faziam.

Isso acontece com os militantes do PT, que geralmente têm uma sobrecarga de trabalho grande, e acabam atuando em mais uma área. Eu por exemplo, sou professor, mas tive atuação na igreja também. Então, isso é conciliar a militância partidária na igreja, nos movimentos populares,... não é tarefa fácil.

Você teve, têm conhecimentos das políticas nacionais petistas, que na época foram realizados dois encontros. Se criou até o CAED. Você já ouviu falar? Você teve acesso a esses documentos?

Já ouvi falar, mas não tive acesso.

Porque o que eu percebi nos documentos do João Pedro, foi a constante busca ao referencial teórico pra ele fazer os decretos, elaborar os textos, a bibliografia do partido. Então muitas das coisas que nós discutimos, gestão democrática, políticas do concurso publico, municipalização, foram debatidas pelo PT nacionalmente. E até a própria Terezinha, Marlene Pires foram nesses encontros. Mas não houve um repasse. E você como professor está me dizendo que não teve acesso. Considero que poderia qualificar em muito o trabalho. Foi em 89 e outro em 92. foi ate o professor Moacir Gadotti que coordenava, e teve outro em 98. Existem muitos exemplos no partido.

No período de 89 a 92, nós tivemos o governo Vitor Buaiz em Vitória. Alguma experiência daquele período contribuiu, trouxe algo de bom para Cariacica e vocês enquanto parlamentares?

Naquele momento o governo Vitor era uma referência, então eu lembro que não foram poucas as vezes que a gente citava exemplos ocorridos em Vitória, nos nossos debates, nas discussões em Cariacica. Então contribuía na medida em que Vitória tinha uma experiência exitosa que devia ser mostrada. Então isso era um motivo, inclusive, de motivação da nossa militância pra continuar o trabalho em prol da consumação de Cariacica.

Você considera que o partido tem um projeto de políticas públicas elaborado pra Cariacica? Quando você chegou ao governo municipal, até na época como vereador, você tinha algo elaborado pra trabalhar na Câmara?

Não, nos tínhamos naquela época uma série de desejos, repressões sobre o município, mas nós não tínhamos nada sistematizado e elaborado. Quando nós chegamos, a prefeitura não podemos dizer que tinham uma coisa elaborada sistematicamente em todas as áreas, mas tínhamos um plano de governo, uma reflexão feita no partido com os movimentos sociais, que minimamente deu condições iniciais pra gente começar o nosso governo. Embora eu possa afirmar que o nosso programa de governo, quando chegamos a prefeitura, hoje nós já estamos no exercício do mandato há 2 anos, a gente vê que tem muitas falhas e muitas deficiências, mas foi um documento importante que possibilitou a gente chegar a prefeitura e governar agora essa cidade.

Quando pergunto sobre essas políticas públicas, as propostas, as pessoas sempre pedem para me referenciar no plano de governo. Seja do Lula, seja do governo Vitor. Será que o debate das políticas públicas, quando há, fica restrito ao pré-eleitoral ou aquele ano eleitoral?

No ano eleitoral essa coisa é mais forte, porque é o momento que a gente tenta fechar as nossas alianças políticas, é o momento que você fecha os protocolos de ligação com os partidos, é o momento que você fecha o debate sobre o programa de governo, mas o PT faz isso em todo o seu tempo. Nós não fazemos isso só na época de eleição, mas negar que no período eleitoral isso é mais forte, sem nenhuma hipocrisia.

Até o Perly Cipriano, num encontro municipal de 91, durante a gestão Vitor, fala que “o PT não tem uma política elaborada, que precisamos sim elaborar”, e em outra fala ele diz que “o secretário que deveria elaborar, porque não tem ninguém liberado pra isso”. Quando na verdade o secretário tinha que chegar com o projeto do PT, não era elaborado depois. E teve até alguém, que eu não consegui identificar quem era, que deu o seguinte comentário: “a gente durante a campanha falava que o PT tinha política, e chega agora no governo é a gente vai dizer que não tem?”.

Na verdade foi aquilo que te falei: nós tivemos na prefeitura um programa de governo apresentado à sociedade, ao chegar ao governo a gente constata que nem tudo é como a gente pensou, então vai ter ações que a gente vai ter que repensar, aprimorar a partir do momento que nós chegamos aqui. Hoje, nosso plano de governo virou uma estratégia de governo, então nós temos um planejamento estratégico. Nesse planejamento estratégico estão as principais ações e políticas públicas que serão desenvolvidas durante nosso mandato. Mas certamente esse debate, feito no partido, feito no âmbito do governo, precisa ser aprimorado, é um desafio. O PT passou muito tempo sendo a oposição, é agora com essas experiências nos municípios, nos Estados e no âmbito do Governo Federal, certamente vai amadurecer cada vez mais como partido. Que não é só partido de oposição, não é só partido de governo, mas é partido que governa, que inova e que busca soluções para os problemas reclamados pela sociedade.

Eu posso estar errado, mais você considera que uma das dificuldades do PT no governo é a falta de preparação teórica, mesmo nos municípios, nos estados, pra quando chegar a oportunidade de ele assumir o executivo ele não ir mal.

No caso de Cariacica, por exemplo, nós temos dificuldades de quadro pra montar esse tipo de governo. Porque a grande maioria dos nossos filiados aqui são filiados de pouca formação. Tem muita participação do movimento social, mas tem pouca capacidade de gestão, preparação para gestão. Então foi uma das dificuldades que nós encontramos aqui.

Então não há um projeto político elaborado na área de educação. Você tem alguma sugestão caso esse projeto seja elaborado?

Olha, hoje nós temos os nossos planos na educação, nós temos um plano de melhoramento da educação. Pelo que falei, nós chegamos no governo com um plano de governo, depois elaboramos um plano estratégico de governo com base nesses planos de governo, e hoje cada secretaria tem seu plano que está em sintonia com as demais áreas do governo. Não vamos dizer

que nós não temos um programa de governo, mas que precisa ser aperfeiçoado. Nós temos um projeto pra educação de Cariacica e ele está em execução.

No caso, Cariacica tem a diferença. Primeiro a ligação com os movimentos sociais é muito maior em relação às demais regiões da Grande Vitória, e também porque hoje você é prefeito. Então, hoje você tem. Mas acho que na época de vereador faltou um pouco para subsidiar você na sua atuação.

Concordo.

A gente está finalizando, indo pro último ponto sobre as políticas públicas. Você colocou na sua formação que você é professor de filosofia. Em que contribuiu essa atuação profissional na sua vereança, no seu trabalho de vereador, na sua apresentação de projetos?

Muito, porque se é verdade que a gente não pode colocar como condição a formação acadêmica pra alguns assumirem cargos públicos, porque muitas pessoas, e o nosso presidente, é um exemplo disso, tem apenas o ensino médio e é presidente do nosso país, a gente não pode partir desse princípio. Agora, a formação acadêmica, a formação profissional, o exercício do magistério, no meu caso, foi fundamental para que eu fizesse uma intervenção política, uma atuação parlamentar mais qualificada. Como todas as deficiências e limitações que eu tinha, e tenho ainda hoje, que eu tinha na época, eu era um dos vereadores que tinha uma das melhores intervenções do ponto de vista teórico, do ponto de vista da elaboração de projetos, porque grande parte dos vereadores, além de não ter formação que sustentasse o mandato, eles eram muito despreparados pro exercício da vereança, o exercício parlamentar. então é fundamental. Eu diria assim, tão importante quanto a formação acadêmica é a formação popular, é a vinculação com o movimento social, porque o movimento social é uma grande escola. É uma escola que eu diria assim, não adianta só a gente ter a formação acadêmica sem a formação junto ao movimento social.

Então eu acho que essas duas coisas acabam dando ao parlamentar a condição de exercer o mandato de uma forma mais concreta, mais justa, mais digna, mais ética. E eu coloco assim, as duas coisas contribuíram, parte por eu exercer mandato de professor, de ser formado em filosofia, de ter conhecimento de muitos pensamentos importantes na história da humanidade, junto com o movimento social. Foram dois pilares do meu mandato. Além dessa vinculação partidária também, é o partido, é a formação e é o vínculo com o movimento social que eu considero a grande escola de quem quer estar na política.

Se você fosse, por exemplo, médico, você teria uma grande atuação na educação como você teve?

Não teria, certamente não. Eu atuei em todas as áreas, mas é natural que a gente tenha a tendência de atuar com mais firmeza e propriedade na sua área de atuação. E até porque eu considero a minha área de atuação a mais importante de todas, por causa da importância que tem a educação para história de uma cidade, de um Estado, de um país.

Na época o seu grau de conhecimento, de leitura, vamos colocar assim, sobre a gestão democrática, sobre a universalização do ensino, conselhos, já vinham apresentado projetos

porque você já conhecia alguma coisa. Então você estudava pra apresentar esses projetos, você leu alguma coisa na época sobre esse assunto?

Com certeza. A minha literatura básica na área de educação, do movimento social. Eu lembro que eu participei ativamente dos debates que culminaram com a nova Constituição, do processo do Congresso, da Assembléia Constituinte. Eu lembro muito bem dos debates que a gente fez pra avançar na configuração do conselho, da gestão democrática. Então eu já vinha desses debates do movimento social sindical. E das besteiras que a gente fazia na época, trabalhava na sala de aula, a importância de uma gestão democrática, a gente vivenciava isso.

Porque nesse momento eu passei boa parte da minha vida no Estado, e houve eleição direta para diretor. A gente vivenciava isso no dia-a-dia. Não só tinha o referencial teórico, mas também o referencial empírico, prático, concreto, e nós víamos o quanto é contraditório o processo de gestão democrático e conflituoso. É o que diz Marilena Chauí: “Democracia não é consenso, é conflito”. Quem acha que democracia é contento, esquece da diversidade, da pluralidade, e eu lembro que muitos diretores eleitos pelo voto dos alunos e professores, se transformaram depois em diretores autoritários. Isso significa que a eleição não deu em gestão democrática.

A gestão democrática é todo um processo que envolve a criação dos conselhos, que envolve a criação dos grêmios estudantis, que envolve a autonomia pedagógica, administrativa e financeira, e também envolve, obviamente, a eleição pra diretor, que é apenas um ponto da gestão democrática. E, por exemplo, naquele momento, pra olhar a gestão democrática só como se a eleição fosse a eleição democrática.

Em Cariacica hoje, por exemplo, nós já começamos a trabalhar a gestão democrática com a capacitação profissional, de formação permanente; concurso público; processo seletivo; incentivo aos grêmios estudantis; conselho municipal de educação; recentemente agora, há duas semanas, demos postos aos conselheiros de escola e vamos culminar no ano que vem com a gestão democrática, fazendo o processo de eleição direta pra diretor nas escolas.

Na sua época, não havia conselho de escola?

Não

E municipal?

Conselho municipal de educação havia, só que não funcionavam porque executivo não indicava os seus representantes.

Você considera a Câmara, e também o partido, aproveitando a pergunta, como de fato de construção de políticas públicas?

Eu considero, embora tanto no partido como na Câmara pouco se faz isso, mas considero. E a Câmara, para representar exatamente a sua função constitucional, ela tem que ter impacto de debate das políticas públicas, porque o poder legislativo é o poder mais próximo da população.

O partido representa uma parte e a Câmara representa o todo.

Mas o partido representa o pensamento uma parte da sociedade, dos seus filiados, dos seus simpatizantes, e aquilo que eu disse: é uma falha do partido não ter o debate mais permanente, mais profundo sobre as políticas públicas, embora tanto o movimento social quanto os partidos políticos têm mudado nos últimos anos. Aquele foco, o PT era mais de oposição, e depois sentiu a necessidade de elaborar projetos, programas e políticas públicas para áreas.

O movimento social é a mesma coisa, passou da fase de reivindicação para a fase de proposição. Hoje os movimentos sociais propõem, apresentam alternativas, discutem projetos de lei em várias áreas. É fundamental. Mas tem que ser aprimorado, porque hoje a Câmara está lá, muitas vezes, pra atingir os propósitos do poder executivo. E o partido tem falhas nesse debate das políticas públicas.

Para finalizar, tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar, alguma consideração final a fazer?

Olha fazer política com seriedade não é fácil, com ética, transparência, com compromisso, não é fácil. O PT é um partido que me ensinou muito, na verdade eu sou filiado ao PT desde 1982. Então eu nasci praticamente junto com o PT, a minha história política se confunde com a do PT. E eu tenha a certeza que o Brasil mudou pra melhor depois que o PT passou a existir, eu fico imaginando o que seria do Brasil sem o PT, o Brasil sem a CUT, o Brasil sem as articulações do movimento social. Certamente não seria o país que é.

Embora não seja fácil a gente ser compreendido na política brasileira, porque a população elege e espera uma coisa que você não tem como fazer ou que você não pode fazer naquele período de tempo. Eu estou vivendo isso na pelo hoje, mas a política é um grande aprendizado. E nós, de certa forma, estamos contribuindo para que o Brasil seja melhor a médio e longo prazos, e muita coisa estamos conseguindo realizar hoje.

Acho que o que nós precisamos continuar fazer no Brasil é acreditar na possibilidade de que a política seja um meio de mudança, um instrumento de construção de políticas públicas que possa, inclusive, colaborar com a população que fica desassistida, à margem do processo político, social e econômico do nosso país. Eu sou otimista, acho que o Brasil está mudando pra melhor, e quando as pessoas ficam triste porque vêm as denúncias de corrupção, mensalão e uma série de outras coisas, eu fico feliz, porque é sinal de que as coisas estão vindo à tona porque elas sempre existiram. O pior seria se essas coisas não viessem à tona.

E a gente espera que esses episódios ocorram para aperfeiçoar a democracia, que o povo escolha melhor os seus representantes. E mais que isso, fiscalize a ação dos eleitos. Nós temos que passar efetivamente de uma democracia representativa para uma democracia cada vez mais representativa. E aumentar com isso o controle social e a participação da sociedade na definição das principais políticas públicas.

Eu acho que nos estamos dando passos significativos, mas não tenho dúvida de que muitos desses passos podem ser consolidados agora a partir do segundo mandato do Lula, com a reforma política, a reforma partidária, com outras reformas importantes que vão mudar um pouco essa

relação que ainda hoje se tem do poder público com a sociedade, que é muito vertical, muito de cima pra baixo. E ainda são poucas as experiências que possibilitam a participação da sociedade na construção, execução e fiscalização das políticas públicas.